

FACULDADE VALE DO GORUTUBA

**A N A I S**

12 e 13 de Junho de 2019

IV SIMPÓSIO DE PESQUISA  
E INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
da **FAVAG**



Anais do IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Faculdade Vale do Gorutuba. Vol. 4. n1 2019: Nova Porteirinha. FAVAG. 2019.

Anual  
304 p.

1. Administração    2. Arquitetura    3. Ciências Contábeis    4. Direito    5. Enfermagem  
6. Engenharia Civil    7. Pedagogia

Os juízos emitidos e a revisão do conteúdo dos trabalhos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seu (s) autor (s).

Arte da capa: Raphael Viriato Guimarães Rocha.

## **FAVAG - FACULDADE VALE DO GORUTUBA**

Av. Tancredo Neves, 302, Centro, Nova Porteirinha, Minas Gerais, CEP. 39525-000.

Tel. (38) 3834-1027.

[www.favag.edu.br](http://www.favag.edu.br)

AEVAG - Associação de Ensino Vale do Gorutuba

*Presidente:* David de Souza Sá

Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG

*Diretor Geral:* Prof. Msc. Vanilson Almeida Nascimento

*Vice-diretora:* Vera Lúcia Durães Figueiredo

*Diretora acadêmica adjunta:* Sandra Márcia de Carvalho Lopes

*Coordenação de Iniciação Científica:* Dsc. Arley Figueiredo Portugal

## IV SIMPÓSIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAVAG 12 e 13 de Junho de 2019

### **Concepção**

Comitê Científico da Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG)

### **Coordenação geral**

Dsc. Arley Figueiredo Portugal

### **Comissão Organizadora**

Arley Figueiredo Portugal  
Ellen de Cássia Parrela  
Sandra Márcia de Carvalho Lopes  
Vera Lúcia Durães Figueiredo  
Vanilson de Almeida Nascimento

### **Comissão Científica**

Alaor Leão Rocha  
Anne Karoene Silva Faria  
Arley Figueiredo Portugal  
Débora Francine Gomes Silva Pereira  
Ellen de Cássia Parrela  
Fábio Cantuária Ribeiro  
Inácio Santiago de Oliveira Queiroz  
Jadilson Ferreira Borges  
Jônatas Percídio Silva Alves  
Luciney Sebastião da Silva  
Marcos Paulo Oliveira de Jesus.  
Otaviano de Oliveira Filho  
Poliane Osmira Rodrigues Sakon  
Simone Lopes Machado  
Suzane Ariádina de Souza  
Talita Antunes Guimarães

## **Comissão Avaliadora de trabalhos orais**

### **Administração**

Alaor Leão Rocha  
Jônatas Percídio Silva Alves  
Débora Francine Gomes Silva Pereira  
Fábio Cantuária Ribeiro  
Michelly Martins Ferreira  
Otaviano de Oliveira Filho  
Welliton Roque Santos

### **Arquitetura**

Pedro César Almeida  
Sandra Márcia de Carvalho Lopes

### **Direito**

Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa  
Marcos Paulo Oliveira de Jesus  
Leonardo Francisco de Souza  
Samara Pereira Baleeiro Rocha

### **Enfermagem**

Anne Karoene Silva Faria  
Ingred Caroline de Jesus Santos  
Janine Moraes Pereira  
Juliana Najara Alcantara Ferraz  
Kariny Alves Barbosa  
Poliane Osmira Rodrigues Sakon  
Suzane Ariádina de Souza

### **Engenharia Civil**

Cecília Júlia Andrade  
Hébert Mayco Mendes Alves  
João Paulo de Freitas Castro  
Maria Fernanda Silveira Sales  
Willer Fagundes Fagundes de Oliveira  
Thális Brito Oliveira

### **Pedagogia**

Cleudenir Mendes Ferreira  
Sandra Márcia de Carvalho Lopes

## Apresentação

Nos dias 12 e 13 de Junho de 2019 a Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG) promoveu o IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, completando 4 anos de ocorrência do evento no calendário da instituição de forma ininterrupta.

A expressiva participação dos discentes e docentes na IV edição do Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG fortalece o evento como um importante meio para divulgar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e evidencia o compromisso da instituição com o desenvolvimento regional.

A consolidação do simpósio de pesquisa e iniciação científica também objetiva promover o incentivo dos docentes e discentes as atividades de pesquisa. Dessa forma a FAVAG visa oportunizar meios para os discentes terem uma formação profissional mais completa, bem como despertar e estimulá-los para as atividades de pesquisa, de forma a ter uma formação mais completa e de qualidade.

**Arley Figueiredo Portugal**  
**Coordenador da Iniciação Científica da FAVAG**

## SUMÁRIO

### Administração

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA .....	14
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO DA SERRA GERAL: OS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL .....	17
IMPLANTAÇÃO DA VITICULTURA NA FAZENDA DOCE SERTÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS .....	21
A EVOLUÇÃO DO PREÇO DO DÓLAR E SEU IMPACTO NA INFLAÇÃO.....	24
GASTOS PÚBLICOS E A NECESSIDADE DE CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS .....	27
O CARTÃO DE CRÉDITO E SUAS OPORTUNIDADES NA INTRODUÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR .....	30
IMPACTO DA FEIRA LIVRE COMO CANAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA-MG .....	33
INVESTIMENTOS EM TÍTULOS PÚBLICOS .....	36
INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA DA APODEN NO MERCADO DE TRABALHO .....	40
ANALISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRES ALFA .....	43
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT): UM ESTUDO NA EMPRESA CORPUS COSMÉTICOS EM JANAÚBA-MG .....	46
PERFIL E PRÁTICA DA GESTÃO DE PESSOAS EM JANAÚBA .....	49
IMPACTOS DE MÉTODOS AVANÇADOS DE GESTÃO: <i>BALANCED SCORECARD</i> EM PEQUENAS EMPRESAS DE JANAÚBA – MG .....	52
O AUTO DA COMPADECIDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR .....	56
ESTUDO DA INADIMPLÊNCIA DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS DE IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA EM 2018 .....	59

LETRAMENTO ACADÊMICO NA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG .....	63
--	----

MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL NA VISÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG .....	66
---	----

MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL SOB ÓTICA DO CORPO DISCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG .....	71
---	----

## Arquitetura

HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR: a influência dos elementos no processo de recuperação dos pacientes .....	75
---	----

ANALISE DO CONFORTO ACÚSTICO NO MONTES CLAROS SHOPPING CENTER: um estudo de caso.....	78
---	----

TRANSFORMAÇÃO DE VAZIOS URBANOS EM ESPAÇOS PROVIDORES DE CONVÍVIO SOCIAL E RESGATE DA MEMÓRIA DOS MORADORES DA CIDADE DE JANAÚBA (MG).....	82
--	----

CEMITÉRIO VERTICAL CONTEMPORÂNEO.....	85
---------------------------------------	----

OS INCÔMODOS ACÚSTICOS EM APARTAMENTOS: uma revisão bibliográfica.....	88
--	----

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM ÁREAS DE LAZER ECOLÓGICO NA CIDADE DE JANAÚBA E NOVA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA ESSAS ÁREAS.....	93
---	----

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO - estudo de caso em edifício de ensino.....	96
---	----

## Ciências Contábeis

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Um estudo sobre o entendimento das empresas de Janaúba.....	101
--	-----

A POLÍTICA FISCAL E A ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2019.....	104
--	-----

A CONTABILIDADE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	107
--	-----

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: análise e aplicação dos princípios no dia a dia da empresa x.....	110
---	-----



A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ORGANIZAÇÕES.....	113
CONTROLE INTERNO: uma ferramenta para gestão empresarial.....	116
O AVANÇO DA TECNOLOGIA NA ÁREA CONTABIL: salvamento em nuvem.....	119
COMPLIANCE: um estudo de caso nos cursos de administração e ciências contábeis.....	122
TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO: um estudo de caso na empresa x.....	126
ÉTICA PROFISSIONAL: transparência e os desafios.....	130
PRÁTICA CONTÁBIL: contando com a ética.....	133
UM ESTUDO QUANTO À UTILIZAÇÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO GORUTUBA (MG) .....	137

## **Direito**

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE CAÇAREMA .....	142
CONCUBINATO E SEUS EFEITOS CIVIS .....	145
ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS REFLEXOS .....	148
BARRIGA DE ALUGUEL: o Corpo como Capital .....	151
UMA NOVA VISÃO DE PARENTESCO: a multiparentalidade .....	154
PATERNIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: multiparentalidade .....	157
A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA EM JANAÚBA FRENTE O (DES)CONHECIMENTO DA NORMA .....	160
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	163
A FALTA DE ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA NAS VIAS PÚBLICAS DE NOVA PORTEIRINHA .....	166
O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: uma análise no Período Gestacional .....	169
INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO .....	172



A INCLUSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DEFICIÊNCIA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO BRASIL .....	175
O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	179
ACESSIBILIDADE NA AVENIDA MANOEL ATHAYDE (NO CENTRO URBANO JANAUBENSE) .....	182
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: aspectos relevantes .....	186
ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JANAÚBA: a importância e os riscos envolvidos .....	189
ARBITRAGEM: a utilização da arbitragem na solução de conflitos condominiais e a aceitação de cláusula arbitral por novo morador.....	192
EVASÃO FISCAL: uma fuga da tributação .....	195
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO E A EFETIVIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS .....	198
A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DA CIDADE DE PORTEIRINHA - MG: a qualificação dos profissionais da educação .....	202
INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO À LUZ DA LEI DE COTAS .....	206
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA EFETIVAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS .....	209

## **Enfermagem**

A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS NO PLANEJAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA .....	214
BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS MESES DE VIDA PARA O BEBE E NUTRIZES: revisão integrativa .....	217
AS DIFICULDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ACESSO A SAÚDE PÚBLICA: um estudo de caso em uma UBS de Janaúba.....	220
ENFERMAGEM EM CASA NO CUIDADO AOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS, HIPERTENSÃO E CHAGAS: Relato de experiência .....	223

DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: revisão integrativa .....	227
PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA ENFERMAGEM: capacidade de expansão e autonomia profissional.....	230
SEMANA DE ALEITAMENTO MATERNO DA FAVAG E I RODA DE CONVERSA: um relato de experiência.....	233
AVALIAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO DE CRIANÇAS CADASTRADAS NAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA PORTERINHA – MG .....	236
AS ADVERSIDADES ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE MINERAÇÕES .....	239
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM PAPO DIRETO COM AS ADOLESCENTES DA ESCOLA ESTADUAL MAURICIO AUGUSTO DE AZEVEDO NA CIDADE DE JANAUBA-MG .....	242
RELATO DE EXPERIENCIA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE AS MANOBRAS DE PRIMEIROS SOCORROS. ....	245
USO DA SIMULAÇÃO REALISTICA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE O TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO-TCE.....	248
CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS EM UMA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DE JANAÚBA- MG .....	250
PREVENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO AMBIENTE ESCOLAR: relato de experiência .....	253
A IMPORTÂNCIA DO LAZER PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM UMA CIDADE NO NORTE DE MINAS GERAIS .....	256
O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA SOBRE DOENÇA DE ALZHEIMER .....	259
PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS RESIDENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE UMA CIDADE DO NORTE DE MINAS GERAIS .....	263

## Engenharia Civil

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE JANAÚBA SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS..... 268

ANÁLISE DO ÍNDICE DE PERDAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG..... 272

MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL..... 277

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE APLICAÇÃO TECNOLÓGICA EM LABORATÓRIOS E ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DE CONCRETO (CONCRETEIRAS): gestão e rastreabilidade..... 281

## Pedagogia

ANÁLISE DOS ERROS MATEMÁTICOS DOS ALUNOS DO 7º ANO EM EXPRESSÕES NÚMERICAS: UM ESTUDO DE CASO..... 285

LETRAMENTO DIGITAL NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA), NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL E À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO..... 288

METODOLOGIA ATIVA: a resolução de problemas como recurso para o ensino da matemática na educação básica..... 291

**Trabalhos Orais apresentados ..... 294**

# ADMINISTRAÇÃO

## CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA

**Patrícia da Conceição Silva.** Discente FAVAG. E-mai: [patyjaiba2013@hotmail.com](mailto:patyjaiba2013@hotmail.com)

**Débora Francine Gomes Silva Pereira. (Orientadora)** Docente. FAVAG. E-mail: [deborafrancinep@yahoo.com.br](mailto:deborafrancinep@yahoo.com.br)

### Introdução

As feiras livres podem ser definidas como instrumentos de desenvolvimento sociocultural e econômico. Apesar das mudanças que aconteceram nas formas de comercialização ao longo dos anos, elas não desapareceram e coexistem com o comércio varejista (ÂNGULO, 2011).

Em lugares no interior do país, elas são, por vezes, o único local de abastecimento de alimentos frescos e produtos artesanais, produzidos com características regionais e, em sua grande maioria, em pequena escala (SILVESTRE; CALIXITO; RIBEIRO, 2005).

Segundo Ribeiro et al. (2005), quanto menor o município, maior o impacto que a feira exerce. No interior de Minas Gerais, por exemplo, as feiras livres são caracterizadas como parte da tradição mineira (RIBEIRO et al., 2005). Quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais, estudos trazem evidências dos ganhos financeiros e econômicos desse mercado, da valorização da cultura e dos produtos locais, além dos aspectos éticos em relação ao consumo nas feiras livres (MARTINEZ, 2010).

Apesar da grande importância dessa atividade, informações atualizadas sobre a realidade dos feirantes de Janaúba são reduzidas ou inexistentes. Características como perfil socioeconômico dos mesmos, principais produtos comercializados nesses locais e fatores limitantes ao crescimento da atividade segundo a opinião dos feirantes, são importantes para nortear a implementação de políticas públicas e ações voltadas para a expansão e melhoria dessa forma de comércio.

Diante do exposto, objetivou-se com o presente trabalho caracterizar e analisar os feirantes de Janaúba em relação a obtenção e comercialização dos produtos ofertados na feira.

### Metodologia

A pesquisa caracterizou-se, quanto a sua natureza, como básica. Em relação a tipologia, a pesquisa se enquadrou como descritiva. Quanto ao método, a pesquisa foi identificada como indutiva. A respeito da coleta de dados, esta etapa foi realizada em campo.

Para a execução da pesquisa de campo, foram selecionadas como técnicas: a aplicação de questionários pré-estruturados e observação *in loco*. A observação *in loco* realizada nas visitas, possibilitou aos pesquisadores analisar os perfis dos feirantes, bem como, as suas condições de trabalho.

As visitas e aplicação dos questionários ocorreram de 17 a 22 de Janeiro de 2019, por meio de levantamento de campo em alguns pontos onde ocorrem as feiras livres. Foram visitadas três feiras livres localizadas no município de Janaúba: a “Feirinha da Linha” realizada na Rua Porteirinha, a “Feira da Avenida Brasil”, localizada no centro da cidade e a “Feira do Mercado” que acontece no Mercado Municipal localizado na rua Cirilo Barbosa, onde existe uma estrutura coberta.

Foram abordados 68 feirantes, o critério para escolha dos mesmos foi a presença no dia da visita e disponibilidade para responder ao questionário, caracterizando assim, uma amostragem não probabilística por conveniência.

Os dados obtidos foram analisados por meio da distribuição de frequências, utilizando-se o Software Office Excel® versão 2013 da Microsoft®.

## Resultados e Discussão

Foi observado que as feiras livres visitadas são ambientes de comercialização em que os feirantes demonstram prazer em atender, e até mesmo uma disposição para fazer amizade criando um elo com seus clientes.

Considerando a estrutura e funcionamento, a “Feirinha da Linha” ocorre as terças, entre o horário de seis da manhã até as seis da tarde, alguns feirantes ficam mais, e outros menos tempo, dependendo do movimento de cada barraca. A “Feira da Avenida Brasil” também ocorre as terças, no período de seis da manhã ao meio dia, as barracas ou carros são expostos nas calçadas atendendo ao ar livre. A “feira do Mercado” acontece aos sábados, a mesma é uma das maiores feiras de Janaúba, a maioria dos feirantes possuem bancas, começam a organizar a feira a partir das três da manhã e podem permanecer no local até as três da tarde. Na parte interna do mercado ocorre a venda de temperos, enquanto, na parte externa são comercializados uma variedade de produtos.

De acordo com os dados coletados, foi verificado que a maioria dos feirantes são agricultores familiares (69%), seguidos dos atravessadores (31%).

Os dados obtidos concordam com Pereira, Brito, Pereira (2017, p. 70) que também verificaram em seu estudo que a maior parte dos feirantes é composta por agricultores familiares. Segundo esses autores: “As feiras-livres são um importante canal de comercialização para a agricultura familiar, de relevância irrefutável, em que apresentam uma verdadeira teia de relações fazendo delas lugar social de trocas”.

Alguns dados, revelam fragilidades nos sistemas de produção e comercialização pois 81% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de assistência técnica e 74% não receberam capacitação para executar o cultivo dos produtos. Somada a essas dificuldades, há também a limitação financeira para o custeio da produção. Observa-se que 72% das famílias utilizam recursos próprios para custear os gastos e investimentos na produção, sendo este um fator limitante para a expansão do negócio.

Quando indagados sobre o controle financeiro, 72% dos feirantes afirmaram não fazer nenhum controle sobre sua rentabilidade, 21% afirmaram realizar o controle manual e 7% utilizavam a planilha eletrônica. A maioria dos feirantes (54%) não possuía reservas financeiras para imprevistos. Os dados demonstraram também, que os valores dos produtos ofertados quase sempre eram incertos uma vez que 81% dos feirantes afirmaram que os preços são negociáveis. Em pesquisa realizada por Morel, Rezende e Sette (2015), foi verificado que a maioria dos preços praticados na feira, é fixado sem nenhum tipo de orientação.

Essas são áreas que podem ser trabalhadas, pois observou-se possíveis pontos que podem ser melhorados para que os feirantes tenham um controle padrão, possibilitando um entendimento sobre seu negócio. Morel, Rezende e Sette (2015, p.54) afirmam que:

Devido ao fato de as feiras livres serem compostas por uma grande quantidade de pequenos agricultores, que não possuem condições de fazer uma promoção da feira para atrair novos consumidores e nem condições de se

Mediante a observação durante as visitas nas feiras e dados coletados, verificou-se que os feirantes não possuem capacitação carregando o conhecimento empírico, necessitando de uma assessoria técnica para que a partir da capacitação possam ter reais chances de crescimento no negócio. Um ponto a ser ressaltado, é que a classe deve ser orientada sobre a importância de administrar, registrar informações gerando um controle sobre a produção e venda dos produtos, objetivando lucros que garantam mais que subsistência, pontuando que a forma de está à frente dos concorrentes é para os produtores produzirem com equilíbrio e técnica garantindo a qualidade e criando diferencial na venda desses.

## Considerações finais

Conclui-se que a maioria dos feirantes entrevistados no presente trabalho, são produtores rurais, não recebem assistência técnica, custeiam a sua produção com recursos próprios e não realizam nenhum tipo de controle financeiro.

## Referências

- ÂNGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 2, 2011.
- MARTINEZ, S. **Local food systems: concepts, impacts, and issues**. Diane Publishing, 2010.
- MOREL, A.P.S.; REZENDE, L.T.; SETTE, R.S. Negócio feira livre: análise e discussão sob a perspectiva do feirante. **Extensão Rural**. Santa Maria, v.22, n.43 a 57, p.,2015.
- PEREIRA, V.G.; BRITO, T.P; PEREIRA, S.B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, p.67 a 78, 2017.
- RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B. D.; SILVESTRE, L.; CALIXTO, J.; ARAÚJO, D.; GALIZONI, F.; AYRES, E. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-9, 2005.
- SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, A. E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 1 CD ROM.



## CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO DA SERRA GERAL: OS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.

**Adriano Pereira Santos (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [adrianoitcpufv@gmail.com](mailto:adrianoitcpufv@gmail.com);

**Daniel Gonsalves da Silva.** Discente FAVAG. e-mail: [daniel-g1994@hotmail.com](mailto:daniel-g1994@hotmail.com);

**Mikaelly Janay Silva Garcia.** Discente FAVAG. E-mail: [mikaelly@gmail.com](mailto:mikaelly@gmail.com).

### Introdução

Geral<sup>1</sup>, está situado na região norte do Estado de Minas Gerais, abrangendo um total de 16 municípios (Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Porteirinha, Nova Porteirinha e Verdelândia), distribuídos em uma área total de 20.581,20 m<sup>2</sup>. Com condições climáticas predominantemente do tipo semiárido e uma economia historicamente voltada ao setor agropecuário, o território apresenta indicadores socioeconômicos que apontam para uma vulnerabilidade social superior se comparada com a média para o estado de Minas Gerais.<sup>2</sup>

Destarte, é notória a ausência de trabalhos científicos que procedam a uma caracterização detalhada dos aspectos socioeconômicos verificados no território da Serra Geral na atualidade. Embora existam algumas bases de dados relevantes em plataformas como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) e instituições públicas e privadas regionais, são raros os esforços acadêmicos que visem subsidiar as ações dos formuladores de políticas públicas e agentes da iniciativa privada da região fornecendo um diagnóstico no âmbito da atividade econômica e do acesso à educação, saúde e trabalho por parte da população deste território.

Durante primeira década do século XXI, a economia brasileira passou por diversas transformações. Houve uma expansão significativa do mercado interno, aumento do grau de urbanização em seus municípios e um grande crescimento da participação do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Foi um período de dinamização da economia, no qual, entre 2004 a 2010 foi registrada uma taxa média anual de crescimento do produto da ordem de 4,5% acompanhado por uma taxa média de crescimento do consumo das famílias de 5,23% ao ano, sendo este último correspondente a 60% do PIB (MEDEIROS, 2015).

No entanto, é sabido que os processos de desenvolvimento e crescimento econômico não acontecem uniformemente em um país com a dimensão territorial e populacional como o Brasil, de maneira que as atividades econômicas, os costumes e representações culturais são geralmente, muito singulares e específicos em cada uma das regiões. A compreensão do impacto das transformações macroeconômicas nacionais e globais sobre a organização

<sup>1</sup> De acordo com (Noce & Neto, 2015) o território denominado Serra Geral foi instituído pelo governo federal no âmbito do Programa “Territórios da Cidadania”.

<sup>2</sup> Adotando-se como referência o ano de 2010, o IDHM médio dos 16 municípios corresponde a 0,637 e a renda média per capita a R\$ 313,75 enquanto para o estado de Minas Gerais esses mesmos índices correspondem a 0,731 e R\$749,69 respectivamente (IPEA, 2018).

econômica e social de um determinado território demandará, invariavelmente, um esforço teórico e analítico no tocante ao levantamento de informações quantitativas e qualitativas sobre este território.

Diante da histórica coexistência de contextos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento no Brasil, diversos autores como Celso Furtado (1999,2001), Caio Prado Junior (1954), Carlos Lessa (2008), Francisco de Oliveira (1977,1993) e Milton Santos (2008) buscaram, ao longo do século XX, compreender as origens e causas do processo de desenvolvimento econômico brasileiro e suas subjacentes desigualdades. A produção científica desses autores evidencia os impactos de um processo colonial sob o qual o Brasil foi organizado economicamente e socialmente em função dos interesses únicos de extração de riquezas por parte da metrópole.

O termo “arquipélago” foi utilizado por Francisco de Oliveira (1977, p.33) para apontar a noção de que desde a chegada dos portugueses e pelos quatro séculos seguintes, o Brasil se caracterizou como um “arquipélago de várias regiões com suas respectivas economias cuja articulação era voltada essencialmente para o mercado externo”. Celso Furtado, por sua vez, um dos primeiros pensadores a expor estudos de planejamento regional, afirma que para a superação das condições do subdesenvolvimento nacional faz-se necessário a implementação de um projeto de desenvolvimento próprio capaz de incorporar as características e especificidades culturais e ambientais brasileiras de forma a superar as intensas desigualdades regionais da economia. Sobre a teoria do desenvolvimento esse autor assinala ainda que:

[...] O aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento. Entretanto, não é o aumento de produtividade nesta ou naquela empresa, per se, o que aí interessa. [...] O aumento de produtividade no plano da empresa significa, muitas vezes, apenas aumento da taxa de lucros para o empresário, sem repercussão no nível da renda global. (FURTADO, p19, 2000)

Nesse sentido, o presente projeto pretende desenvolver uma investigação científica que permita o entendimento detalhado da conjuntura socioeconômica do território da Serra Geral na região norte de Minas Gerais, face as recentes transformações da economia brasileira. Buscar-se-á também compreender mais especificamente, como se deu o processo de desenvolvimento econômico e social da região nas últimas décadas, bem como quais são as perspectivas e caminhos para a promoção de uma estratégia de desenvolvimento integrada no território da Serra Geral.

## **Metodologia**

De acordo com os objetivos apresentados, o presente trabalho busca realizar uma abordagem exploratória, descritiva e analítica. Para tanto serão utilizados métodos quantitativos e qualitativos para a análise das informações levantadas. Assim, as características socioeconômicas da população do território da Serra Geral, bem como a identificação do desenvolvimento econômico da região, constituirão o objeto deste estudo, enquanto os dados relacionados a atividade econômica setorial do território constituirão a unidade de análise da pesquisa.

Em seguida proceder-se á ao cálculo das medidas de localização e espacialização que irão possibilitar a realização de inferências estatísticas quanto ao retrato da economia dessa região. De acordo com Simões, as Medidas de Localização e Espacialização consistem em “conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratórias – uma primeira aproximação a uma grande massa de informações” (SIMOES, 2005, p.07). Utilizadas para a compreensão a distribuição setorial em uma dada região, bem como para uma caracterização geral da mesma, essas medidas podem ser tanto de natureza setorial, buscando compreender a configuração local de atividades econômicas (Medidas de Localização) como também na análise da estrutura produtiva de cada região, visando compreender o grau de especialização regional e a diversificação inter períodos (Medidas de Especialização).

## Resultados Esperados

Pretende-se então, verificar as características econômicas e sociais da Serra Geral sob uma perspectiva histórica para o entendimento de como se deu seu desenvolvimento até os dias atuais. Espera-se ainda que o estudo realizado nesse projeto permita observar e entender os parâmetros da especialização produtiva dessa economia.

A evolução do setor de serviços deu um salto nos últimos anos, ganhando espaço na economia local e regional. De maneira geral esse foi o ramo de atividade que mais cresceu no Brasil de 2000 a 2009 gerando cerca de um trilhão de receita líquida, contribuindo também na geração de emprego. Um levantamento de dados preliminar evidenciou um crescente ganho de espaço do setor de serviços na região em estudo, infere-se, portanto, que esse fator tem contribuído efetivamente para a transformações da estrutura socioeconômica da região da Serra Geral.

Isso instiga a busca e o levantamento de pesquisas ainda tão pouco exploradas, uma vez que, essa mudança crescente e ganho de mercado do setor de serviços pode implicar no arrefecimento das desigualdades econômicas da região para com o estado.

## Considerações Finais

O desenvolvimento deste estudo irá possibilitar a compreensão do comportamento das principais variáveis socioeconômicas da região Serra Geral, bem como, sua evolução e transição em relação ao tipo de economia presente. Desta forma, será observada uma perspectiva ampla das origens históricas e situação atual da realidade produtiva, organizacional e social do território, permitindo assim a compreensão das causas da defasagem entre os municípios no tocante ao desenvolvimento econômico.

A abrupta evolução da participação do setor de serviços nas estatísticas da produção local e seus impactos na organização econômica, territorial e espacial da região, representa a principal hipótese a ser testada por esta pesquisa. Contudo serão envidados esforços no sentido da caracterização das principais atividades econômicas a fim de estabelecer as devidas relações com a inclusão econômica da população deste território.

## Referencias

CAMPOS, Isabela Prímola Magalhães Zenatelli. **Crescimento econômico nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais no período entre 2000 e 2015**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. In **Estudos Avançados**. São Paulo v.22 nº 62 p.237-256 2008. Disponível em <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/10331>>. Acesso em: 28 março de 2018.

ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico. 2ª edição, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

DF, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada. **Estudos avançados**. v.7º nº18, p.43-63, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9622>> Acesso: 28 março 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira; **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte - MG, 2005.

## IMPLANTAÇÃO DA VITICULTURA NA FAZENDA DOCE SERTÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Fábio Cantuária Ribeiro** Docente FAVAG. e-mail: fernandaagro.oliver1@hotmail.com

**Breno Marques Felipe** Discente FAVAG. e-mail: brenofelipe1@hotmail.com

**Fernando José Carvalho dos Santos** Discente FAVAG. e-mail: nandoc121@gmail.com

**Jeferson Borges Lima** Discente FAVAG. e-mail: lima78016@gmail.com

### Introdução

No Brasil, a viticultura se tornou uma atividade de grande importância para pequenos e grandes produtores, e nos últimos anos tem se tornado essencial para geração de emprego e renda com a produção de uva de mesa. Novas áreas estão sendo utilizadas para o plantio da uva e a região do Norte de Minas tem se mostrado uma grande potência para o cultivo dessa fruteira. Porém ainda há dificuldades para pequenos produtores com relação a implantação deste cultivo.

A região do Norte de Minas tem demonstrado potencial para o cultivo dessa fruteira, tendo o perímetro irrigado de Pirapora como um dos polos brasileiros de produção de uvas de mesa. No entanto, a produção de uvas é uma atividade agrícola de custo elevado, e falhas no sistema de produção provocam grandes prejuízos. Para se recomendar a implantação da cultura em uma região são necessários estudos de adaptação, produtividade e custo de produção para o local.

Algumas das dificuldades encontradas por alguns pequenos produtores são: não possuir o conhecimento necessário para plantar e produzir a cultura da uva; não conseguir financiamentos através de bancos ou outros meios, logo, não são capazes de manter a propriedade nem suas despesas pessoais devido ao alto custo da implementação da cultura. Por conta dessas adversidades alguns dos produtores acabam falindo pois não conseguem chegar até a fase de produção.

Este trabalho se propõe a analisar os meios e processos utilizados na implantação da videira na fazenda Doce Sertão com o objetivo da produção de uvas de mesa. Devido aos processos terem sido iniciados no final de 2018 a produção e colheita da uva serão iniciados somente no final de 2019, pois o processo de plantação e crescimento do porta-enxerto levam cerca de seis a oito meses para atingir o ponto de enxertia

### Metodologia

O método empregado no estudo, foi um estudo de caso com a finalidade de analisar a implantação da viticultura na fazenda Doce Sertão. Gil (1999, p.73) ressalta que “[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de dois objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados, tarefa praticamente impossível mediante aos outros tipos de delineamentos considerados.”

Esse estudo foi realizado na fazenda Doce Sertão, situada na cidade de Nova Porteirinha-MG, no perímetro irrigado do projeto Gorutuba.

### Resultados e discussão

## **Escolha do Local e Preparo do Solo**

O local de escolha para a implantação da fazenda de viticultura da Doce Sertão foi no perímetro irrigado do projeto Gorutuba, em Nova Porteirinha, Minas Gerais. É um terreno com uma topografia plana de 10 hectares, com um solo tipo argiloso.

## **Sistema de Condução de Latada**

Com o solo preparado foram feitas as marcações da latada da videira, fora contratado uma empresa prestadora de serviços de mapeamento e medição de terrenos para fazer o trabalho. Após isso iniciou-se a montagem da latada.

O motivo da escolha desse sistema de condução deve-se pela precedência do tipo de produção para finalidade uvas de mesa, desta maneira, na forma de latada é colhida a uva em maior escala e possui um manuseio mais facilitado.

## **Sistema de Irrigação**

Na fazenda Doce Sertão foi utilizado o sistema do tipo microaspersor, mas diferente da forma mais comum usada no plantio da banana, por exemplo. É utilizado de uma maneira inversa, onde a mangueira é pendurada no arame da latada e o microaspersor funciona de cima para baixo.

## **Plantio da Videira**

Após todos os preparos e a irrigação funcionando corretamente, foram feitas as covas para o plantio da muda de porta-enxerto. O material utilizado foi o porta-enxerto IAC 572 (Jales), mais comumente utilizado pelos produtores da região por apresentar um maior vigor e maior adequação ao clima tropical, juntamente com uma aceitação melhor para a enxertia das variedades de uva Benitaka e Niágara, cujo a empresa iria utilizar.

## **Manutenção e Cuidados com a Planta em Crescimento**

Toda a condução do porta-enxerto foi feita adubação semanalmente com aplicação localizada em cada planta. Também foi pulverizado uma vez por semana, adubos foliares, buscando complementar a adubação, de forma que a planta absorva de todas as maneiras possíveis.

Após cerca de cinco a seis meses de crescimento a planta atingirá o ponto ideal da enxertia. Recomenda-se cerca de três semanas anteriormente à enxertia a quantidade de água para a planta seja reduzida para duas vezes por semana, e também parar as adubações, como forma de estressar a planta e fazer com que ela dê um último “pontapé” para seu crescimento, assim estando em uma forma melhor para ser feita a enxertia

## **Considerações Finais**



Atualmente a região norte de Minas Gerais tem se mostrado com um grande potencial para a agricultura no Brasil, podendo no futuro se tornar um grande polo do agronegócio nacional, não somente no ramo da viticultura mas também outras cultura, proporcionando empregos e oportunidades não somente para a sociedade na região mas para pessoas de outros estados, que buscam uma vida melhor para suas famílias e para a sociedade.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor para implantar uma fazenda de produção de uva, relacionado principalmente pelo aspecto financeiro, acredita-se que através de um financiamento bancário ou ajuda de terceiros, juntamente com conhecimento técnico sobre a área, o trabalhador pode sim buscar seu sucesso financeiro através da cultura da videira, pois o mercado de uva e a cadeia produtiva são vastos, dentro deles está a produção de uvas de mesa, suco de uva, vinho, uva passa, entre vários outros derivados.

## Referências

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.



## A EVOLUÇÃO DO PREÇO DO DÓLAR E SEU IMPACTO NA INFLAÇÃO.

**Celiane de Jesus Silva** e-mail: celianesilva.jaiba@gmail.com

**Danielle Pereira de Jesus** e-mail: danipereira1512@gmail.com

**Jessica Ramos de Andrade** e-mail: jessicamosandrade@gmail.com

**Josiane Fernandes de Souza** josianefernandes149@gmail.com

**Mikarla Muniz Fraga** e-mail: fragamuniz2020@hotmail.com

**Fábio Cantuária (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: cfabio@nortecnet.com.br

### Introdução

O dólar é a moeda oficial dos Estados Unidos a maior economia mundial. Por isso, quase a totalidade das transações internacionais realizadas no mundo são em dólar, a cotação do dólar varia conforme qualquer outro produto, é regida pela lei da oferta e da procura quando a moeda americana está em circulação no país, ou seja, muita oferta do preço do dólar cai. Se do contrário houve pouca disponibilidade, o preço tende a subir. E no final ocorre é inflação pois praticamente todos os setores registram seus preços, em maior ou menor medida.

A alta do dólar possui o efeito de exercer uma força contrária ao seu próprio movimento, porque quanto mais a moeda estrangeira encarece, menos competitivos se tornam os produtos externos e mais tentados ficam os importadores a substituírem os produtos importados por produtos nacionais.

Essa substituição leva a uma demanda pelo dólar e, portanto, a uma força tendente a reduzir sua procura e seu valor, mas sempre deixando sua influência sobre a inflação, caso o país adote o regime de câmbio flutuante.

Apesar de ter mantido relativamente estável nos primórdios da implantação do plano real em 1994 a taxa de câmbio da moeda americana vem flutuando com bastante frequência especialmente em períodos políticos e econômicos conturbados, como que estamos vivendo atualmente no Brasil.

As flutuações atuais ocorrem principalmente conforme cresce a procura pelo dólar se os investidores vêm um futuro mais incerto ou arriscado, buscam comprar dólares como um investimento considerando seguro. E quando mais interessados no dólar, mas caro fica.

Assim o trabalho tem como objetivo, analisar o impacto do preço do dólar na economia brasileira.

### Metodologia

Foi utilizado o método de pesquisa exploratória, com a finalidade de desenvolver familiaridade com o tema proposto pela pesquisa, a fim de entender e adquirir um breve conhecimento acerca do assunto tratado, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos autores e profissionais da área de estudo.

Conforme Profano e Freitas (2013, p.53) “pesquisa exploratória assume em geral as formas de pesquisas bibliográficas e estudo de caso. É um levantamento bibliográfico sobre o assunto.”

Partindo dos conceitos apresentados pelos autores conhecedores da área, o trabalho analisará a evolução do preço do dólar e seu impacto na inflação, assim como os seus efeitos na economia brasileira.

## Referencial teórico

Atualmente o Brasil se encontra em situação de desequilíbrio econômico, ou seja, um governo que gasta mais do que ganha que lida com a falta de recursos básicos, e não se tem uma perspectiva de melhora para um futuro próximo.

Neste cenário desfavorável, muitas pessoas se intrigam com as oscilações ocorridas com a moeda norte-americana em nosso país. Influenciando mundialmente, o dólar é a moeda que dita a economia de todos os países e não seria diferente com o Brasil. Isso ocorre, pois, o dólar é a moeda oficial para câmbio e como consequência, para negócios. Desde então, o governo vem tentando lutar contra uma grande desvalorização do real e a perda do poder de compra em relação aos outros países.

A grande verdade, é que este aumento causa impactos verdadeiros que atingem da balança comercial ao próprio consumidor.

se o dólar estabilizar no patamar atual, a inflação pode saltar de 3,7%, previsão atual para o ano, para 4,2%. "Para industriais que exportam é uma boa notícia, mas para a ala da indústria que consome insumos importados e máquinas e equipamentos, que vem crescendo, isso pode ser um freio. Então, a notícia não é tão boa para os investimentos", (RIBEIRO, 2019).

O setor que mais depende do controle do dólar é o comércio internacional, pois mexe com grandes montantes.

"As oscilações afetam nas exportações e importações. O dólar estando valorizado é muito bom para exportar, pois a empresa irá ganhar mais dinheiro. Mas, quando o contrário acontece, é o momento para comprar coisas estrangeiras, pois as mercadorias se tornam mais baratas" (GRIOGOLO, 2013).

O economista Jackson De Toni, diz que a alta do dólar deve impactar em todas as commodities internacionais que estão vinculadas à moeda americana "Todas as área que dependem de importação de insumos, produtos ou manufaturados que vêm do exterior, por exemplo, os componentes básicos da indústria farmacêutica, o trigo importado, vemos também nos preços dos combustíveis".

A geração de empregos no futuro também pode ser afetada. "O aumento de custos que as empresas têm em relação ao dólar aumenta o preço aos consumidores e vai comprimir o lucro das empresas. Isso pode diminuir no futuro a capacidade que essas empresas têm para investir, que vem da receita que elas tiveram no passado e o que vai diminuir uma geração de empregos menor no futuro" (DE TONI, 2013)

Segundo Leal (2019) esse susto do dólar é pior em termos de crescimento econômico porque mina a confiança dos agentes econômicos. Ao dar uma sensação de que as coisas não estão bem, restringem consumo e investimentos. O impacto psicológico é maior do que o que

será sentido no bolso. Até porque está certo que haverá mais um corte da Selic (taxa básica de juros), de 0,25 (pontos percentuais, para 6,25% ao ano).

## Considerações finais

O impacto do aumento do dólar tende de ser uma das maiores preocupações sobre a inflação, o preço da moeda altera diariamente. Sendo uma moeda que serve para todas as atividades em nível global a sua oscilação acaba afetando todas as transações, pois ela tem uma influência muito grande no mercado.

A mudança do preço da moeda altera os preços dos produtos, essa alteração não traz apenas pontos negativos como uma indústria já estabilizada que iniciou quando não estava tão alto o dólar tem um bom retorno, mas para quem quer investir o dólar na alta não é bom momento.

O governo prefere que comprem os produtos aqui no Brasil, pois incentiva a indústria nacional e faz a economia girar, isso colabora para o preço do dólar não se modificar tanto. Pois várias áreas são influenciadas com o sobe e desce do dólar como a produção agropecuária, agricultura, combustíveis e com um grande destaque que afeta o bolso brasileiro é o setor alimentício.

A maioria do que o povo brasileiro faz impacta no preço do dólar, um aumento das importações, portanto movimentar menos o dinheiro trará menos aumento no valor do dólar e ficar sempre atentos nas notícias da moeda e saber o melhor momento para a movimentação.

## Referências

COTAÇÃO DO DOLAR HOJE.NET. Avanço do preço dólar e seu impacto na inflação. Cotação dólar hoje. Disponível em <http://cotacaodolarhoje.net> > acesso em :30-05-2019.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Aumento do dólar pode afetar inflação neste ano.** Disponível em < [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/05/economia/625484-aumento-do-dolar-pode-afetar-inflacao-neste-ano.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/economia/625484-aumento-do-dolar-pode-afetar-inflacao-neste-ano.html)>. Acesso em 30 de maio de 2019.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; *et al.* **Manual de economia.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

## GASTOS PÚBLICOS E A NECESSIDADE DE CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS

**Fábio Cantuária Ribeiro (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [cfabio694@gmail.com](mailto:cfabio694@gmail.com)

**Diane Kelly da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [dianekelly191@hotmail.com](mailto:dianekelly191@hotmail.com)

**Leidiane Nunes de Souza** Discente FAVAG. e-mail: [leidianenunes10@outlook.com](mailto:leidianenunes10@outlook.com)

**Jordana Gabriele Rodrigues de Souza** Discente FAVAG. E-mail: [jordanaadm@gmail.com](mailto:jordanaadm@gmail.com)

**Geilza da Silva Cardoso** Discente FAVAG. E-mail: [geilzacardoso7@gmail.com](mailto:geilzacardoso7@gmail.com)

**Carolina Santos Nunes** Discente FAVAG. E-mail: [carolinanunes017@gmail.com](mailto:carolinanunes017@gmail.com)

### Introdução

No panorama atual, é muito importante conhecer sobre a economia do país. Entender de forma clara sobre o planejamento e o controle das contas públicas que o Poder Legislativo desempenha.

Atualmente, no Brasil está havendo contingenciamento na educação, ou seja, uma limitação temporária a despesas. O ministro interino da Economia, Marcelo GuaranyS declarou, “não é um corte do que a gente prevê fazer no ano, é um contingenciamento, que é a forma de segurar um pouco as despesas para que os recursos que vão entrando vão cobrindo as despesas que nós temos”. (G1, 2019 apud GUARANY S, 2019)

Todos os anos é aprovada lei de diretrizes orçamentárias (LDO), e são analisadas para legislar sobre os escopos de arrecadação atribuídas para o exercício seguinte. O valor estipulado nesta lei, não poderá ser superior. Para que isso não ocorra, o presidente da república poderá estipular contingenciamento. Para Castello (2016), “caso as metas de arrecadação estipuladas na lei de diretrizes orçamentárias não possam ser alcançadas, os gestores de recursos públicos deverão adequar seus orçamentos, reduzindo proporcionalmente as despesas”.

Entretanto, essa política econômica de intervenção governamental é muito confundida com cortes, por se tratar de limitação. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é trazer informações bibliográficas, como conceitos de gastos públicos e contingenciamento de despesas. Além disso, o trabalho tem como bônus, a descrição e esclarecimentos de dúvidas sobre os cortes públicos. De tal modo, não haverá mais ambiguidades entre as opções que tendem a limitar repasses, proporcionando um melhor entendimento da situação atual sobre a economia do país.

### Metodologia

O presente estudo se caracteriza por meios bibliográficos. A pesquisa bibliográfica para Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto a abordagem utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa.

### Resultados e discussão

Os gastos públicos são gerados para custear os serviços ou investimentos. O Portal da transparência (s.a.) esclarece, “a despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por

meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.” De tal modo, contém três distinções: Gastos com ministros e autarquias; Gastos com empresas públicas e sociedades de economia mista; Gastos com transferências e subsídios. Dentre esses, contém os gastos obrigatórios que não podem sofrer redução, nem mesmo por vontade única do presidente e os gastos discricionários que podem sofrer ajustes ou cortes. (LUPION, 2016)

Conforme a arrecadação e o valor dos gastos, o poder legislativo saberá se houve déficit ou superávit. “Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo.” (SENADO FEDERAL, 2014).

De acordo com a Câmara dos Deputados, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) “estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte”. Assim é fixado o valor que o governo terá que economizar. Além de, “traçar regras, vedações, limites para as despesas e disciplinar o equilíbrio entre as receitas e as despesas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Tal como, Castello (2016) reafirma, “todos os anos, quando o Poder Legislativo aprova a LDO proposta pelo Poder Executivo, aquele analisa e legisla sobre as metas de arrecadação impostas para o exercício financeiro subsequente.” Em conformidade com os autores, a Lei Nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, dispõem em seu art. 2º que “a elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário de R\$ 139.000.000.000,00 (cento e trinta e nove bilhões de reais) para os Orçamentos Fiscal.”(BRASIL,2018).

Ao que muitos pensam, a medida tomada pelo presidente da república em relação a educação não foi corte, mas sim, contingenciamento. Esta uma ferramenta utilizada pelos governos e não é uma medida definitiva. O contingenciamento é atribuído “caso as metas de arrecadação estipuladas na lei de diretrizes orçamentárias não possam ser alcançadas.” (CASTELLO, 2016). Outrossim, os orçamentos públicos deveram ser ajustados para reduzir despesas. Esse meio de limitação é chamado de contingenciamento. (CASTELLO, 2016). Para Beck, “contingenciar significa atrasar ou não fazer um pagamento.” Já o corte, “o dinheiro afetado deixa de fazer parte do orçamento na mesma hora.” (BECK, 2019). Ou seja, esse retardamento de repasses para a educação é temporário, conterà duração até obter estabilidade. Há de se considerar que essa prorrogação afeta diretamente aos estudantes e universidades, todavia, é melhor atrasar do que cortar definitivamente. Logo, é uma medida necessária para cumprir o que está imposto em lei.

## Considerações Finais

Em suma, os gastos públicos são necessários para o desenvolvimento do país, e quando esse valor está relativamente alto, tem-se a alternativa de usar o contingenciamento de despesas. Nessa perspectiva, diminui o déficit público, buscando assim fazer com que a Lei de Diretrizes Orçamentarias sejam obedecidas.

## Referências

BECK, Martha. **Contingenciamento ou corte nas universidades? Explicamos.** 2019. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/sociedade/contingenciamento-ou-corte-nas-universidades-explicamos-23673543>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 14 ago. 2018. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13707.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Orçamento da união: LDO - lei de diretrizes orçamentárias.** Brasília: 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-ordamentarias/ldo>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CASTELLO, Melissa Guimarães. **Para que seja melhor aplicado, contingenciamento de despesas deve ser claro.** 2016. Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/2016-jun-04/melissa-castello-contingenciamento-despesas-claro>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

G1, Globo. **Por enquanto, contingenciamento na educação é temporário, diz ministro interino da Economia.** 2019. Disponível em:< <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/15/por-enquanto-contingenciamento-na-educacao-e-temporario-diz-ministro-interino-da-economia.ghtml>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:< [http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) >. Acesso em: 25 mai. 2019.

LUPION, Bruno. **Quais despesas do governo federal são obrigatórias ou vinculadas.** 2016. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/04/Quais-despesas-do-governo-federal-s%C3%A3o-obrigat%C3%B3rias-ou-vinculadas>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Execução da despesa pública.** Disponível em:< <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SENADO FEDERAL. **Superávit primário.** Brasília, DF, 2014. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>>. Acesso em: 27 mai. 2019.



## O CARTÃO DE CRÉDITO E SUAS OPORTUNIDADES NA INTRODUÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR.

**Fábio Cantuária Ribeiro (Orientador):** Docente FAVAG. Email: [cfabio694@gmail.com](mailto:cfabio694@gmail.com)

**Flavia Renata Teles Drumond:** Discente FAVAG. Email: [fafadrumond@hotmail.com](mailto:fafadrumond@hotmail.com)

### Introdução

Existem importantes divergências nas quais procuram-se compreender e esclarecer com base na literatura e estudos de casos e nos princípios gerais do administrador financeiro. Verificam-se os direitos fundamentais crédito, planejamento financeiro familiar e princípios financeiros. A análise conjunta desses fatos encaminhará a uma interessante abordagem e facilitará o entendimento do tema na vida social contemporânea. Sendo assim, mostrará de forma esclarecedora a importância do contínuo estudo do tema para o aprimoramento da Administração financeira.

A Análise sistemática do tema “O cartão de crédito e suas oportunidades na introdução da gestão financeira familiar”, com o entendimento bibliográfico e sua aplicação no cotidiano familiar.

Apresentam-se como objetivo abordar sobre o cartão de crédito e suas oportunidades na introdução da gestão financeira familiar, influenciando sobre os cuidados necessários de uma preocupada formação da entidade familiar.

### Metodologia

Foi realizado um estudo bibliográfico para desenvolver uma abordagem quantitativa para identificar as variáveis como o cartão de crédito, planejamento familiar e gestão financeira.

No presente estudo foi utilizado o estudo descritivo, pesquisa qualitativa. O estudo realizou-se por meio de levantamento da bibliografia publicada. A pesquisa utilizou o seguinte material: livros da biblioteca pertinente, estudos de casos existentes e bibliografia relevante.

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliografia, revistas, livros, coleta de dados de voluntários. A partir do quais será buscado entendimento do coordenador o assunto da pesquisa.

### Resultados e discussão

O cartão de crédito motiva o próprio consumo e chegam-se a sustentar que estamos em plena transformação da sociedade de crédito, conforme dispõe Oliveira (2003), que auxiliam-se sobre o conceito de Responsabilidade conjugal e financeira familiar.

O valor intrínseco do poder aquisitivo pode se referir tanto a moeda de metal, quanto a de papel, e, ainda, ao objeto da obrigação, conforme Jansen (2000), onde aproveitam-se o compromisso que cada cônjuge pode assumir ao analisar sobre os impactos na gestão financeira familiar e sua aplicação no cotidiano familiar



Devemos partir do conceito do mestre Fran Martins, ainda discorrendo sobre Oliveira (2003), ele mostra que o cartão de crédito é uma forma de democratização do crédito de curto e de médio prazo, que evita os riscos e incômodos do transporte do dinheiro, bem como propicia a compra de bens e serviços a prazo.

Devem-se começar o planejamento familiar ao início da decisão de formação de uma família. Os cônjuges precisam ter consciência da responsabilidade civil de um modo geral ao planejarem o início de uma instituição familiar, uma vez que, devemos colocar filhos no mundo com muita responsabilidade.

Devem-se oferecer boas condições de instrução aos filhos para que possam crescer bem profissionalmente. Os cônjuges devem pensar na sua própria aposentadoria para que seus filhos não precisem deixar de ter sua própria família para cuidar dos pais. Conforme dispões Beltrão (2017) quando diz que é muito egoísmo dos pais quererem formar uma família, e deixarem que os filhos sozinhos cuidem uns dos outros, que sustentem uns aos outros, porque não conseguiram a mesma sorte. Precisam-se dispor dos mesmos cuidados e instruções a todos os filhos com equidade e seriedade.

Ainda, segundo Beltrão (2017) O Homem/mulher nasceu para ser provedor da família que forma, não para prover pais, irmãos e demais parentes.

Os cônjuges necessitam de orientação para se dedicarem ao planejamento financeiro familiar uma vez que é essencial para sobrevivência financeira familiar.

Na gestão financeira podem-se observar um conjunto de ações e procedimentos administrativos que os cônjuges precisam se inteirar sobre esse assunto, pois envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras da empresa familiar. O principal objetivo, na gestão financeira familiar e de um modo geral, será aumentar o valor do patrimônio familiar interagindo os integrantes da família proferindo inicialmente geração de lucro líquido proveniente das atividades que os cônjuges planejam ao crescimento e desenvolvimento da gestão do patrimônio.

Acrescenta Rosa (2018), que uma correta administração financeira familiar permite que se visualize a atual situação, pois os registros adequados permitem análises e colaboram com o planejamento para otimizar resultados.

Entende-se que há descontrole em relação aos gastos familiares, pois não se controla adequadamente o cartão e acaba-se pagando juros muito altos. Qualquer tipo de cartão de crédito possui um limite de compras, esse limite é em função do valor que acredita-se ter pagar. Nesse caso os cônjuges são co-responsáveis para selar os compromissos.

Conforme dispões Kunkel e outros, o objetivo é avaliar as causas e as consequências da dívida no cartão de crédito a partir de fatores comportamentais.

Contudo, Oliveira e outros (2014) dispõe sobre a importância que a educação financeira tem no contexto familiar, visando à abordagem do tema desde se ter um incentivo e o papel fundamental que a família exerce para esse aprendizado.

## **Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo abordar sobre cartão de crédito : os impactos na gestão financeira familiar influenciando sobre os cuidados necessários de uma preocupada formação da entidade familiar. Que sejam mais programadas em relação aos sistemas financeiros familiares, aprendendo desde cedo e não permitindo que as famílias se dissociem facilmente por falta de adequado planejamento familiar.

A questão financeira em relação ao cartão de crédito e sua função adquirida pela família é fundamental para que se saibam a sua utilização e importância perante as questões financeiras; quais são os deveres e prioridades dos pais em relação as questões financeiras familiares; quais são as obrigações dos filhos em relação ao sistema financeiro familiar.

O planejamento financeiro familiar em parceria com a utilização do cartão de crédito pode se tornar uma experiência enriquecedora para ambos os cônjuges e principalmente para os filhos, que irão crescer em um ambiente saudável sobre gerir os próprios recursos financeiros, aprendendo desde cedo sobre a responsabilidade financeira familiar.

## Referências

BELTRÃO, Geisabel. Planejamento financeiro familiar. Disponível no link: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/planejamento-financeiro-familiar/104129/> Acesso em 10/06/2018, 8:00.

COELHO, Joice. CONTABILIDADE DOMÉSTICA: Orçamento familiar. Disponível no link: <https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/TCC-JOICE-COELHO2.pdf> Acesso em: 16/03/2018, 15:40.

DESCARTES, René. Discurso do Método, 2003. Disponível em: < <http://ateus.net/artigos/filosofia/discurso-do-metodo/> >. Acessado em: 24 mar. 2014.

JANSEN, Letácio. Limites Jurídicos da moeda. ed. Lumen Júris. Rio de Janeiro . 2000.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. Cartão de Crédito: doutrina especializada do tema ementárioTribunais Brasileiros, Jurisprudência 2002 e 2003 STF STJ e atualização do novo Código Civil. Campinas, 2003, ed. LZN.

ROSA, Everton Carsten da. A importância da Gestão Financeira. Disponível no link: <https://www.econconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestao-financeira/a-importancia-da-gestao-financeira> acesso em 11/06/2018, 13:40.

## **IMPACTO DA FEIRA LIVRE COMO CANAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA-MG**

**Fábio Cantuária Ribeiro (Orientador)** - Docente FAVAG. e-mail: cfabio@nortecnet.com.br

**Josana Maria de Jesus Nunes** - Discente FAVAG. e-mail: josanabellys@gmail.com

**Lauro Henrique Santos** – Discente FAVAG. e-mail: laurohenrique72@hotmail.com

**Maxssuel Victor Ferreira Dias** - Discente FAVAG. e-mail: victordiass392@gmail.com

### **Introdução**

Diante a atual situação dos agricultores familiares para garantir sua sobrevivência e da sua família, cada vez mais, vem buscando nas Feiras locais/ Mercados Municipais pontos para comercializar seus produtos provenientes da agricultura.

A agricultura familiar caracteriza-se pelo fato que o agricultor juntamente com sua família produz e tomam juntos as decisões da produção agrícola. Analisar como a Feira do Mercado Municipal de Porteirinha-MG tem contribuindo para a comercialização de produtos agrícolas, geração de renda e emprego.

É inquestionável a importância da feira como canal de distribuição dos produtos da agricultura familiar, sem este o agricultor familiar provavelmente encontraria dificuldades para comercializar seus produtos e garantir dela sua sobrevivência. A renda tirada das vendas dos produtos é usada para atender as necessidades básicas como: alimentação, higiene, vestimentas, saúde entre outras.

Outro fator importantíssimo ocasionado pela feira é o desenvolvimento econômico da cidade, o capital arrecadado no mercado municipal é circulado nos comércios locais, entre a população e nos variados segmentos de mercados da cidade. Sem contar que as regiões vizinhas vendem e compram no mercado e nos comércios da cidade.

A feira do Mercado Municipal de Porteirinha-MG tem proporcionado para muitas famílias oportunidades que tem mudado a qualidade de vida e as condições financeiras de muitas pessoas da zona rural, além de contribuir para o desenvolvimento e valorização da agricultura familiar.

Através desse trabalho será analisada a importância da feira para os agricultores familiares de Porteirinha, com o objetivo de analisar o real impacto da Feira do Mercado Municipal como canal de distribuição dos produtos agrícolas e sua importância para geração de renda e emprego.

### **Metodologia**

Essa pesquisa foi realizada na Feira do Mercado Municipal, situada na cidade de Porteirinha - MG. Onde os agricultores familiares da cidade e região comercializam seus produtos, proporcionando assim, o escoamento dos produtos agrícolas, contribuindo para geração de renda e emprego. Para a coleta de dados foi realizada entrevistas. A entrevista foi realizada com 100 feirantes e 50 consumidores.

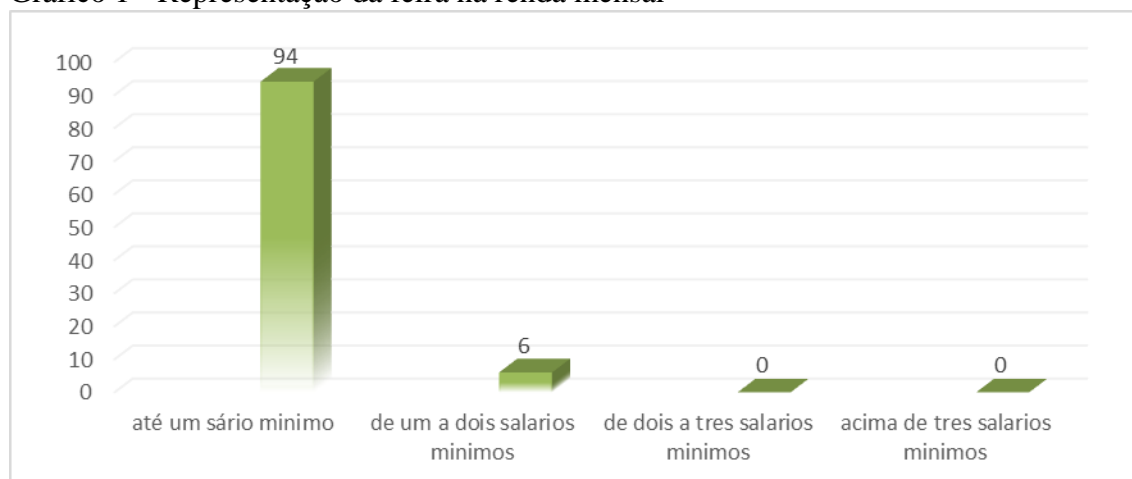
Outra técnica empregada foi o questionário, contendo perguntas de múltiplas escolhas e também perguntas abertas para facilitar e aumentar a abrangência das respostas. Segundo os

mesmos autores questionário é a forma mais frequente para coletar dados, pois possibilita com uma maior precisão obter-se o que se deseja. Cervo, Bervian e Silva (2007).

## Resultados e discussão

A representação da renda mensal dos feirantes de Porteirinha- MG, encontra-se no gráfico 1.

Gráfico 1 - Representação da feira na renda mensal



Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de 05/04/2019 a 27/04/2019.

A feira tem uma representação mensal de até um salário mínimo para 94% dos feirantes que responderam à pesquisa, além do mais 54% desses feirantes tiram seu sustento exclusivamente da feira, sem contar que 70% dos feirantes só comercializam no ambiente da feira. A feira é importante para esses feirantes, pois como observado anteriormente 54% destes vivem somente com a renda da venda dos produtos comercializados na feira, e é em função da feira que muitas famílias conseguem se sustentar e criar seus filhos. Mesmo não sendo uma forma de acumulação, ela melhora o autoconsumo desses feirantes e garante sua sobrevivência. A feira traz para os feirantes uma oportunidade de emprego e garante sua renda.

## Considerações Finais

É inquestionável a importância da Feira do Mercado Municipal de Porteirinha-MG para os feirantes que ali comercializar seus produtos. A feira não só beneficia os feirantes, mais toda a cadeia que a compõem, agricultores, mercadores, fregueses e comércio local o que contribui para o desenvolvimento econômico da cidade.

## Referências

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Acesso em 12 abr. 2018

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A Feira-Livre como importante Mercado para a Agricultura Familiar em Conceição do Mato

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et.al. Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et.al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. 2005. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Programa-de-apoio-%C3%A0s-feiras-e-%C3%A0-agricultura-familiar-no-Jequitinhonha-mineiro1.pdf> > Acesso em 12 abr. 2018

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2013.

## INVESTIMENTOS EM TÍTULOS PÚBLICOS

**Fábio Cantuária (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: cfabio@nortecnet.com.br

**Luana Emanuelle Soares Monção** Discente FAVAG. e-mail: luemsoares@gmail.com

**Bárbara Nogueira Borges** Discente FAVAG. e-mail: barbaranogueira.m@hotmail.com.br

**Higor Felix Souza e Silva** Discente FAVAG. e-mail: higorfelix@outlook.com

**Murilo David Mendes Lourenço** Discente FAVAG. e-mail: Murillodavid778@gmail.com

**Pabula Patricia Mereles Veloso** Discente FAVAG. e-mail: pabula@sadabio.com.br

### Introdução

O Tesouro Direto é um programa de venda de títulos públicos, via internet, para pessoas físicas criado pelo Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBOVESPA. Trata-se de um investimento de renda fixa, para quem busca tranquilidade e segurança. (BM&FBOVESPA, 2015).

Os títulos públicos são papéis emitidos pelo governo federal para financiar sua dívida, então quando você está comprando um título público, você está emprestando dinheiro para o governo financiar seus gastos, como saúde, educação e segurança (FRANCO, 2010).

Portanto, diante deste trabalho tem como objetivo expor sobre o Tesouro Nacional e seus copiosos Títulos Públicos, revelando cada título.

### Metodologia

Gil, (2002) informa que a pesquisa é um meio para encontrar soluções para os impasses propostos, ou então buscar complementar o conhecimento atual que se demonstrou insuficiente.

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo método de pesquisa denominada bibliográfica que segundo Lakatos (2003 pág.182) “é a familiarização com o assunto pesquisando sobre ele em publicações e livros que falam sobre o tema ou que tem relações com o mesmo” sendo efetuada neste caso a pesquisa em artigos acadêmicos sobre ou que remetem a títulos públicos.

### Fundamentação teórica

Os títulos públicos são papéis emitidos pelo governo federal para financiar sua dívida, então quando você está comprando um título público, você está emprestando dinheiro para o governo financiar seus gastos, como saúde, educação e segurança (FRANCO, 2010).

A aplicação de títulos públicos podem ser fixados ou pré-fixados. Os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação. Dada à menor volatilidade dos ativos de renda fixa frente aos ativos de renda variável, este tipo de investimento é considerado mais conservador, ou seja, de menor risco (TESOURO DIRETO, 2015A).

O IPCA é um título que possui rentabilidade pós-fixada o rendimento é combinado por duas parcelas, o IPCA, índice oficial da inflação e uma taxa de juros prefixada. É mais interessante para quem deseja utilizar o rendimento para complementar sua renda a partir do momento da



aplicação, pois faz pagamento de juros a cada semestre, diferentemente do Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal). Isso significa que o rendimento é recebido pelo investidor ao longo do período da aplicação, em vez de receber tudo no final. (TESOURO DIRETO, 2015)

## Resultados e discussão

No que concerne aos títulos públicos pré-fixados, possuem rentabilidade definida no momento da aplicação, isso significa que você saberá exatamente o que ira receber se mantiver o investimento ate o vencimento do titulo.

Quanto ao tesouro direto pré-fixado, rentabilidade desse titulo é dada pela diferença do preço no momento da aplicação, e o seu preço na data do vencimento que é sempre igual a R\$ 1,000 por cada unidade de titulo, esse titulo possui fluxo de recebimento simples.

E indicado para quem têm objetivos a médio e longo prazo.

Em se tratando tesouro pré-fixado com juros semestrais, esse titulo paga juros semestrais ou seja os seus rendimentos são creditados na sua conta a cada seis meses, durante o período do investimento, na data de vencimento do titulo é que você recebera R\$ 1,000 por cada unidade de títulos, alem da ultima parcela de juro semestral.E indicado para quem deseja um fluxo de rendimentos periódicos.

Quantos as LTNs: São as letras do tesouro nacional. E um dos muitos tipos de títulos públicos de qualquer investidor pode adquirir através do tesouro direto.

Ao adquirir esse titulo o investidor esta emprestando o dinheiro ao governo e recebe o valor corrigido, após alguns meses ou anos.

Já os títulos públicos pós fixados: Os seus retornos mudam conforme o comportamento de variáveis da economia como a inflação ou taxa básica de juros a taxa SELIC.

Outro título público em voga é o tesouro IPCA+: Quando você investe nesse tipo de titulo você escolhe proteção contra a inflação, por que o valor investido é corrigido pela inflação acumulada durante o período de investimento, medida pelo índice de preço do consumidor amplo (IPCA) com garantia sobre o poder de compra do seu dinheiro, uma vez que esse tipo de investimento também assegura uma taxa de rentabilidade fixa acima da linha da inflação.

Ainda quanto ao tesouro IPCA+, tem-se o com juros semestrais, a diferença com o primeiro é que você recebe todos os seus rendimentos do dia, já com o tesouro IPCA+ com juros semestrais vão receber a cada seis meses o lucro dos seus rendimentos, devido ao fato de haver cobranças de impostos de renda sobre todo recebimento semestral.E recomendado para quem precisa de rendimentos periódicos.

O tesouro SELIC, é a taxa básica de juros da economia do Brasil, utilizada no mercado interbancária para financiamento de operações diárias, lastreadas em títulos públicos federias a sigla SELIC é a abreviação de SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTODIA. A taxa SELIC é obtida pelo cálculo da taxa media ponderada de juros financeiros.



## Preços e taxas dos títulos públicos disponíveis para compra

Título	Vencimento	Taxa % a.a.		Preço Unitário Dia	
		Compra	Venda	Compra	Venda
<b>Indexados ao IPCA</b>					
Tesouro IPCA+ 2019 (NTNB Princ)	15/05/2019	6,08	-	R\$2.444,15	-
Tesouro IPCA+ 2024 (NTNB Princ)	15/08/2024	6,08	-	R\$1.793,72	-
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026 (NTNB)	15/08/2026	6,12	-	R\$2.934,40	-
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTNB)	15/05/2035	6,11	-	R\$2.886,02	-
Tesouro IPCA+ 2035 (NTNB Princ)	15/05/2035	6,14	-	R\$943,16	-
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB)	15/08/2050	6,12	-	R\$2.915,56	-
<b>Prefixados</b>					
Tesouro Prefixado 2019 (LTN)	01/01/2019	12,58	-	R\$741,86	-
Tesouro Prefixado 2023 (LTN)	01/01/2023	12,88	-	R\$454,32	-
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2027 (NTNF)	01/01/2027	12,75	-	R\$896,45	-
<b>Indexados à Taxa Selic</b>					
Tesouro Selic 2021 (LFT)	01/03/2021	0,03	-	R\$7.858,11	-

### Considerações finais

Em virtude do que foi analisado sobre os conceitos e taxas dos títulos públicos, observa-se que há investimentos a curto e longo prazo, investimento que vão ter renda superior a outras, se encontram investimentos para todos os interesses. Primeiro, para quem nunca fez investimento, o melhor é aplicar a curto prazo, na taxa SELIC, pois irá garantir um rendimento relativamente bom e poderá ser resgatado a curto prazo em caso de alguma necessidade urgente e se diferencia dos demais por ser um investimento pós-fixado. Entretanto, para quem busca um investimento a longo prazo primeiro precisa entender que não poderá utilizar o dinheiro por um longo tempo. Assim, o melhor título a se investir é o Tesouro Direto IPCA+ título mais recomendável a longo prazo, visto que ele está atrelado à taxa IPCA.

### Referências

- BM&F BOVESPA. **Tesouro Direto**. [s.l]: BM&F Bovespa, 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/outros-titulos/tesouro-direto/tesouro-direto.aspx?idioma=ptbr>> acesso em: 24 maio 2019.
- FRANCO, Wilson Oliveira. Desmistificando os títulos públicos.[s.l]:Faculdade Santa Cruz, 2010. Disponível em: <[http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2010/13\\_Desmistificando\\_os\\_Titulos\\_Publicos.pdf](http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2010/13_Desmistificando_os_Titulos_Publicos.pdf)> acesso em: 24 de maio de 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em:<[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view)>. Acesso em:18 maio 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2019.

TESOURO DIRETO. **Conheça o tesouro direto**. Tesouro Direto.[s.l]: Tesouro Nacional, 2015. Disponível

em:<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>> acesso em: 24 de maio de 2019.

## INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA DA APODEN NO MERCADO DE TRABALHO

**Janine Morais Pereira** Docente FAVAG e-mail: janinepsicologa@yahoo.com

**Fábio Cantuária Ribeiro** Docente FAVAG e-mail: cfabio694@gmail.com

**Geraldo Wagner Soares de Oliveira** Discente E-mail: oticaporteirinha@yahoo.com.br

### Introdução

Mesmo diante de todas as conquistas nos direitos aos deficientes, especialmente ao acesso e permanência ao mercado de trabalho, verifica-se a grande dificuldade de ingresso e interação destas pessoas ao sistema laboral no Brasil, e mais especificamente, na Região do Norte de Minas.

A pesquisa possui relevância social, pois traz uma análise sobre a colocação das pessoas deficientes, abordando os principais elementos epidemiológicos apresentados ou utilizados em no mercado de trabalho.

Assim, este resumo apresenta os principais aspectos conceituais e epidemiológicos relativos as pessoas com deficiência física.

### Metodologia

O método de abordagem utilizado foi a revisão bibliográfica em livros, periódicos, revistas, artigos científicos e eletrônicos de publicação nacional, para a confecção do referencial teórico.

A análise do material estudado será efetuada de forma seletiva, crítica, reflexiva e descritiva, de forma a tornar o estudo mais didático e a fim de apresentar claramente todo o conteúdo a ser abordado.

### Resultados e discussão

Ao começar um debate acerca das pessoas com deficiência (PCD), inicialmente deve-se atribuir conceitos acerca dessa temática, nesse viés tem-se a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2000) *apud* por Carvalho (2003), conceituando os seguintes termos:

- Deficiência - é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.
- Incapacidade - é toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar atividades na forma ou na medida em que se considera normal para o ser humano.
- Impedimento - é situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais) (CARVALHO, 2003, p. 19).

A pessoa com deficiência (PCD) geralmente é vista pela população como aquela incapaz de realizar as atividades da vida diária. Além de suas limitações, sejam elas físicas, orgânicas, mentais ou sociais, de caráter aguda ou crônica, alguns necessitam de

profissionais capacitados para auxiliá-los, mas em nenhuma hipótese tratá-los como um ser incapaz (PERES, SILVA, 2005).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) pessoas com deficiências (PCD) são aquelas que, por alguma condição motora, sensorial ou mental, veem-se limitadas de viver plenamente.

A denominação utilizada para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial assume várias formas ao longo dos anos.

Utilizavam-se expressões como "inválidos", "incapazes", "excepcionais" e "pessoas deficientes", até que a Constituição de 1988, por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, incorporou a expressão "pessoa portadora de deficiência".

Adota-se, hoje, também, a expressão "pessoas com necessidades especiais" ou "pessoa especial". Todas elas demonstram uma transformação de tratamento que vai da invalidez e incapacidade à tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa, sem estigmatizá-la.

A expressão "pessoa com necessidades especiais" é um gênero que contém as pessoas com deficiência, mas também acolhe os idosos, as gestantes, enfim, qualquer situação que implique tratamento diferenciado. Igualmente se abandona a expressão "pessoa portadora de deficiência" com uma concordância em nível internacional, visto que as deficiências não se portam, está com a pessoa ou na pessoa, o que tem sido motivo para que se use, mais recentemente, conforme se fez ao longo de todo este texto, a forma "pessoa com deficiência". Esta é a denominação internacionalmente mais frequente (SASSAKI, 2003).

O art. 5º do Decreto 5.296 de 2004 estabelece que:

Art. 5º (...)

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na [Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003](#), a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) **deficiência física**: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) **deficiência auditiva**: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) **deficiência visual**: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) **deficiência mental**: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

e) **deficiência múltipla** - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Portanto, percebe-se que os direitos das pessoas com deficiência estão estabelecidos nos Tratados Internacionais e, sobretudo, aqui no Brasil, estabelecidos na Constituição Federal e legislações infraconstitucionais, de forma a assegurar a efetividade dos direitos destas pessoas.

## Considerações finais

Nota-se que os conceitos relativos a pessoa com deficiência, procuram determinar e esclarecer as dificuldades, que por alguma condição motora, sensorial ou mental, que veem-se limitadas de viver plenamente.

Pode-se verificar é vista pela população como aquela incapaz de realizar as atividades da vida diária. Além das limitações, sejam elas físicas, orgânicas, mentais e sociais.

## Referências

- GIORDANO, Blanche Warzee. **Deficiência e trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000.
- PERES, A.S; SILVA, R.H.A. **Atendimento a pacientes especiais**: reflexão sobre os aspectos éticos e legais. Rev Fac Odontol Lins. v.17, n.1, p.49-53, 2005.
- POZZOLI, Lafayette. **Pessoa portadora de deficiência**: direitos e garantias. 2. Ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Diego Nassif da. **Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: o conceito de pessoa com deficiência e sua aplicação jurídica**. Curitiba: Juruá, 2013.

## ANALISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRES ALFA

**Janine Moraes Pereira (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail:janinepsicologa@yahoo.com

**Josenilde Mendes Oliveira** Discente FAVAG. e-mail:josenildemendes02@gmail.com

**Bruna Cristine Santos Mendes** Discente FAVAG. e-mail: brunacristineadm@gmail.com

**Karla Mariana Correa Abreu** Discente Favag. e-mail: ka.abreu@hotmail.com

### Introdução

O Clima Organizacional tem uma grande importância para desenvolvimento de uma empresa. Devido à concorrência acirrada e a evolução da informação e da tecnologia, é preciso que as empresas tenham bons profissionais para acompanhar essa evolução de forma inovadora, surpreendendo cada vez mais o mercado, buscando sempre atender as necessidades e desejos do cliente, mantendo a empresa no mercado.

Mas para que os funcionários se dediquem mais a suas atividades também é preciso que a empresa invista na qualidade de vida e no ambiente de trabalho, ou seja, fazer com que se sintam satisfeitos em trabalhar na organização com seus líderes e colegas.

Para fazer o diagnóstico, é preciso efetuar uma pesquisa de clima para saber o nível de satisfação dos funcionários referente a empresa e a partir dos resultados saberemos quais medidas devem ser tomadas.

No entanto, este trabalho tem como importância mostra os resultados obtidos através da pesquisa que será realizado na empresa Alfa, demonstrando os métodos que podem ser realizados de acordo com os dados coletados e tabulados.

É a finalidade deste projeto analisar o cenário da empresa e fazer com que os resultados obtidos demonstrem as principais falhas da organização quando se trata de motivação, qualidade de vida e o relacionamento entre os colaboradores, mostrando a solução para os problemas identificados com o objetivo de alavancar os resultados da empresa.

Este trabalho será relevante para os acadêmicos que compõe esta instituição aos gestores da empresa Alfa que será o objeto de estudo dessa pesquisa e para os funcionários dessa organização com o intuito de trazer melhoria ao clima dessa empresa.

### Metodologia

Será aplicada um estudo de espécie quantitativa e qualitativa, com intuito de solucionar os objetivos relatados. Os dados serão coletados por meio de observações participativa e questionário aplicado na organização. Estes dados serão analisados, apresentados e exibidos por meio de gráficos, tabelas e descrições para melhor entendimento dos resultados. Depois da realização de todos os métodos e processos, alcançaremos os resultados de toda a pesquisa fazendo com que assim seja possível identificar os fatores que causam insatisfação no clima da organização, e serão dadas sugestões de melhorias no clima organizacional da empresa

### Resultados e discussões



Clima Organizacional é a percepção dos funcionários de como é o ambiente dentro da organização, o clima pode afetar diretamente na produção do seu trabalho. O clima tem uma grande influência na motivação na satisfação e no desempenho.

Segundo Chiavenato (2002, p. 183):

Clima organizacional constitui o meio interno, a atmosfera psicológica característica de cada organização. O clima organizacional está ligado ao moral e à satisfação das necessidades dos participantes e pode ser saudável ou doentio, pode ser quente ou frio, negativo ou positivo, satisfatório ou insatisfatório, dependendo de como os participantes se sentem em relação à organização (CHIAVENATO 2002, p. 183).

O clima de uma empresa pode ter um efeito comovedor sobre o humano que constitui a ela. Por algumas vezes a organização colabora para inaptidão do indivíduo de lidar com o ambiente. Por tanto pode haver uma grande dificuldade dos colaboradores se envolverem nos programas de gestão de qualidade (GIL 2013).

Devido à grande concorrência do mercado as organizações deve ter e manter bons profissionais inovadores e criativos para manter-se no mercado. Um dos elementos que pode influenciar na produtividade e resultado da empresa é a motivação dos seus colaboradores.

A maioria das empresas nos últimos anos reconhece a necessidade de manter seus funcionários motivados para que possam atingir sempre os melhores resultados, por isso é necessário que os colaboradores estejam sempre estimulados a crescer, a alcançar metas e criar novas condições, atingindo os objetivos da melhor maneira possível (VERAS 2011, p. 1).

GIL (2013) afirma que, para os funcionários melhorarem na produtividade é preciso que estejam felizes e satisfeitos em realizar as atividades da sua função, sabendo da sua importância para a organização.

## Considerações finais

Segundo estudo apresentado, o desenvolvimento de uma empresa se dá pelo seu clima organizacional. Espera-se com esse trabalho que os objetivos sejam alcançados e que demonstre que a produtividade é influenciada pelo clima organizacional da empresa.

## Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**, Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FERNANDES, Camila Araújo; CORONADO, Ana Beatriz. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**: fator decisivo no desempenho organizacional. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qualidade-de-vida-no-trabalho-fator-decisivo-no-desempenho-organizacional/26723/>. Acesso em 02 Jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas**: Enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



VERAS, Denise. **A importância para o desenvolvimento e sucesso das organizações.** 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-importancia-da-motivacao-para-o-desenvolvimento-e-sucesso-das-organizacoes/59904/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

## QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT): UM ESTUDO NA EMPRESA CORPUS COSMÉTICOS EM JANAÚBA-MG

**Janine Morais Pereira (Orientadora)** Docente FAVAG. e-mail:janinepsicologa@yahoo.com;

**Márcia Juscielle Lopes** Discente FAVAG. e-mail:marciajusjelly@gmail.com

**Mariana Ramos Alves Nascimento** Discente FAVAG. E-mail:marianaramos800@gmail.com

**Silas Auro de Oliveira Carvalho** Discente FAVAG. E-mail:silas.auro@yahoo.com.br

### Introdução

Com o desenvolvimento do mundo e a sua globalização, as empresas passaram a ver que não mais são as tecnologias que possuem os fatores preponderantes para o seu sucesso, cada vez mais, as empresas entendem que o capital intelectual que possuem fazem toda a diferença nesse contexto (FREIRE et. al., 2013). A partir daí, os funcionários das empresas passaram a serem vistos também como pessoas, e como tal têm necessidades, desejos, problemas que são inerentes a elas, mas que interferem diretamente na qualidade do seu trabalho. Aumentando assim o interesse na aplicação de programas que promovam qualidade de vida no trabalho (QVT) nas empresas.

Até pouco tempo atrás, pensar em inserir a qualidade de vida no trabalho nas empresas era algo incabível, mas com o passar dos anos diversos avanços foram obtidos nessa área o que veio a aumentar a importância da responsabilidade social empresarial. As empresas então passaram a observar que para sobreviverem no cenário econômico atual deveriam investir nos seus colaboradores, promovendo um ambiente de serviço saudável e valorizando seu capital humano (PINTO, 2006).

Neste contexto surgem dois grandes desafios universais para as empresas modernas: a necessidade de implantação de uma força de trabalho saudável, que se sinta motivada e ao mesmo tempo preparada para o elevado nível de competição atual e também a capacidade da empresa em investir na demanda de seus funcionários com relação à melhoria da qualidade de vida no ambiente de serviço. Estes dois fatores possuem uma forte correlação entre si, forçando as empresas a implantarem programas que promovam a qualidade de vida no trabalho (PINTO, 2006). A motivação do funcionário trata-se do ponto central dessa temática, pois a QVT aborda justamente a motivação e satisfação no trabalho por parte dos colaboradores (QUIRINO e XAVIER, 1987).

A qualidade de vida tem como objetivo entrar no campo da motivação humana, buscando descobrir quais as necessidades do homem e o que aspira como realização de vida. Interpreta-se a qualidade de vida como um conjunto harmonioso e equilibrado de realização em todos os níveis: saúde, trabalho, lazer, sexo, família, desenvolvimento espiritual (RAMOS, et. al., 1995). Albuquerque e França (1998) definiram que a Qualidade de Vida no Trabalho é um conjunto de ações de uma organização que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho.

Na nossa região não temos muitas organizações que utilizam na prática por não terem consciência de o quanto pode trazer melhorias para a organização. As medidas da QVT visam uma melhora no clima da organização e principalmente na saúde física e mental de seus colaboradores utilizando também de programas de incentivo para aumentar os seus níveis de satisfação, melhorando de várias formas a produtividade e a capacidade de desempenho.

Visto isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade da implantação de um método de qualidade de vida no trabalho na empresa Corpus Cosmético em Janaúba-MG.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada foi adaptada da proposta por Santos (2012), o presente estudo é classificado quanto à abordagem, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos. Quanto à forma de abordagem se classifica como quantitativa.

Referente aos objetivos a pesquisa se classifica como exploratória e explicativa. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. O objetivo da pesquisa explicativa é buscar fatos, analisá-los e identificar suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica.

Quanto aos procedimentos técnicos o estudo se classifica como pesquisa bibliográfica documental e de campo. A pesquisa bibliográfica é um estudo realizado ou desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa de campo segundo Marconi e Lakatos (1990) é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos sobre um problema, para o qual se busca uma resposta.

A coleta de dados será realizada através de observações, entrevista ao gestor, questionário aos funcionários da empresa Corpus Cosméticos, com o objetivo de buscar informações referentes à satisfação dos funcionários e gestor da organização a ser estudada. A pesquisa bibliográfica está sendo realizada com base na leitura de livros, artigos e teses sobre o devido assunto abordado neste trabalho. Todo esse acervo bibliográfico em destaque e os que estão listados nas referências bibliográficas servirá como suporte para a seleção e proposta de análise dos tópicos, mais importante para a pesquisa. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo.

Para a coleta de dados da pesquisa de campo será utilizado um questionário aplicados aos funcionários da empresa Corpus Cosméticos. O questionário elaborado será dividido em duas partes: a primeira trata-se dos dados pessoais dos entrevistados que tem como objetivo definir o perfil dos colaboradores com base em 09 questões. A segunda parte trata-se das questões elaboradas com base no modelo de QVT de Walton, que propõe a investigação de categorias conceituais. Na elaboração do questionário de pesquisa sobre a Qualidade de Vida será feito com base nos questionários dos pesquisadores Dias (2001), Freitas e Souza (2008) que investigam a Qualidade de Vida no Trabalho a partir do Modelo de Walton.

## **Resultados Parciais e Esperados**

Espera-se com esse trabalho encontrar nos colaboradores um baixo conhecimento com relação à qualidade de vida no trabalho, espera-se demonstrar ao gestor as inúmeras vantagens da implantação da qualidade de vida no trabalho em sua empresa e por fim espera-se tornar viável a implantação de um programa de qualidade de vida no trabalho na empresa Corpus

Cosméticos otimizando assim os trabalhos dos seus funcionários gerando inúmeros benefícios sociais e econômicos na referida empresa.

## Considerações Finais

O trabalho se encontra em sua fase inicial de implantação.

## Referências

- ALBUQUERQUE, L. G. e FRANÇA, A. C. L. Estratégias de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho: o stress e a expansão do conceito de qualidade total. **Revista de Administração**. São Paulo, 1998.
- DIAS, Giseld. Sallon. **A qualidade de vida no trabalho de professores de Administração de Empresas: a relação de uma universidade pública e uma privada**. Porto Alegre, 2001.
- FREIRE, Matheus Guedes. **Qualidade de vida no trabalho**. 2013.
- FREITAS, Andre e SOUZA, Renata Bastos de. Um modelo para avaliação da qualidade de vida no trabalho. **IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Niterói, 2008.
- MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- PINTO, Márcio Vasconcelos. **A qualidade de vida no trabalho e o estresse dos trabalhadores em uma indústria cearense**. 2006.
- QUIRINO, Tarcízio Rego & XAVIER, Odiva Silva. Qualidade de vida no trabalho de organização de pesquisa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 71- 82, jan./mar.1987.
- RAMOS, C. Pedagogia da Qualidade Total. Rio de Janeiro, **Qualitymark**, 1995
- SANTOS, Djenifer Francis Amaral dos. **Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo sobre a percepção dos funcionários do Centro Estadual de Ensino Fundamental Tucunduva**. 2013.
- WALTON, R.E. (1973) Quality of working life: what is it? **Sloan Management**, 15(1), 11-21

## PERFIL E PRÁTICA DA GESTÃO DE PESSOAS EM JANAÚBA

**Janine Morais Pereira (Orientador):** Docente FAVAG.

**Samara Rosiane Ferreira Nascimento** Discente: FAVAG.

### Introdução

A globalização, os avanços tecnológicos e a facilidade de acesso a informação tem acarretado constantes mudanças no ambiente em que as organizações estão inseridas, tornando assim essencial o contínuo desenvolvimento de seu capital humano.

A gestão de pessoas consiste no conjunto de conhecimentos e técnicas que objetivam o estímulo, cooperação e evolução do capital humano das organizações visando o alcance dos objetivos empresariais e individuais Gil (2013).

Reconhecendo a importância das pessoas ao sucesso das organizações, o profissional de Gestão de pessoas atua na busca pela adaptação constante a novas situações, estimulando as pessoas para que elas estejam preparadas e abertas a novos desafios, direcionando-as a uma conduta necessária não só ao bom desempenho institucional, mais também ao alcance de seus objetivos pessoais.

Conhecer o perfil e a atuação do profissional de Gestão de pessoas torna se cada vez mais relevante visto que o processo de inovação contínua altamente necessário na busca pela sobrevivência e perpetuidade das organizações está diretamente relacionado ao desempenho dessa gestão.

Buscou-se através dessa pesquisa, conhecer o perfil e a prática dos profissionais da gestão de pessoas da cidade de Janaúba MG, com o objetivo de conhecer como é feita a execução das atividades requeridas a essa função e quais são os desafios enfrentados por esses profissionais.

### Metodologia

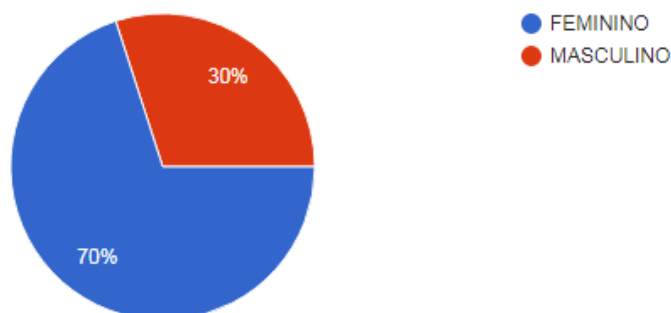
O presente estudo foi realizado no segundo semestre do ano 2018 Foram realizadas entrevistas estruturadas com 10 gestores de recursos humanos que atuam na cidade de Janaúba, no norte de Minas Gerais.

No total foram contatados 22 gestores, dos quais 10 se prontificaram a participar da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, contendo questões sobre o perfil das organizações, perfil dos gestores e suas práticas.

O método utilizado para a seleção da amostra foi o método Bola de Neve. Este método consiste em, a partir de informantes-chaves, localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa. Posteriormente, os entrevistados indicados por essas “sementes” indicam novos contatos, considerando sua própria rede pessoal. A indicação ocorre sucessivamente até que a amostragem sature, ou seja, não haja a indicação de novos nomes ou os nomes indicados não se encaixam no perfil da amostra.

Segundo Vinuto (2014), a amostragem em bola de neve é bastante útil quando se pretender estudar grupos difíceis de serem estudados, assim como quando não se sabe qual o tamanho da amostra.

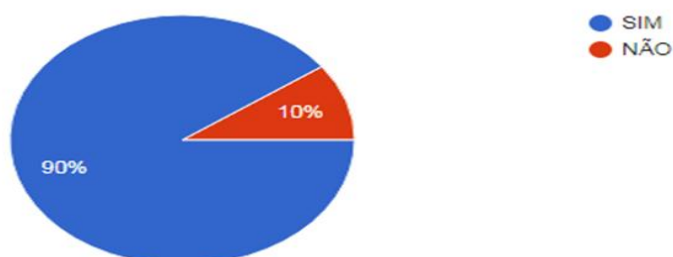
O gráfico a seguir apresenta distribuição por sexo dos gestores de pessoas em Janaúba.



É notória a predominância de participantes do sexo feminino 70%, enquanto 30% são do sexo masculino.

Quanto a formação dos gestores os resultados da pesquisa apontaram que a maioria dos gestores (70%) possui ensino superior completo, enquanto 30% possui ensino superior incompleto, e 20 % dos Gestores possui formação em cursos que não são relacionados a gestão de pessoas.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de gestores que realiza dentre as atividades na pratica da gestão de pessoas, recrutamento e seleção de colaboradores.



## Conclusão

Na atualidade, organizações que investem em seu capital humano obtém um melhor desempenho em relação às demais. Este estudo demonstra a importância de conhecer o perfil e a prática do gestor de pessoas que não deve ser negligenciada, pois é de suma importância ao desenvolvimento e perpetuação das empresas em um mercado global que se torna cada vez mais competitivo.

## Referências

ACEVEDO, C. R; NOHARA.J. J; **Monografia no curso de Administração**. 3ed.São Paulo: Editora Atlas,2010.

FISCHER, A. L.; DUTRA, J. S.; AMORIM, W.A.C. **Gestão de Pessoas: Práticas Modernas e Transformações nas Organizações**. 1ed.São Paulo: Editora Atlas,2010.

LAPOLLI, Juliana. **Mapeamento de competências: uma ferramenta**

Para a gestão de pessoas utilizando a abordagem da teoria geral de sistemas. 2010. 177 f. Dissertação (Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível

em:<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94124>. Acesso em: 04 de Junho (Mestrado em Engenharia e Gestão

Do de 2018.

MOREIRA, L.C; TOSE, M.G.L.S. Implicação da família na gestão de pessoas. **Revista do curso de Administração- PUC Minas**. Volume 7, Número 1, Artigo 3, MARÇO /JUNHO 2012. Disponível em:[http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/v7n1/artigos\\_v7n1.html](http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/v7n1/artigos_v7n1.html). Acesso em: 07 de Junho de 2018.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acesso em: ago. 2018.



## IMPACTOS DE MÉTODOS AVANÇADOS DE GESTÃO: *BALANCED SCORECARD* EM PEQUENAS EMPRESAS DE JANAÚBA – MG

**Lucas Tiago Alves Dias.** Graduado pela UNIMONTES. e-mail: [lucasdiashl@gmail.com](mailto:lucasdiashl@gmail.com)

**Simone Tiêssa de Jesus Alves.** Doutoranda pela UNB. e-mail: [tiessa.alves@gmail.com](mailto:tiessa.alves@gmail.com)

### Introdução

O planejamento estratégico é uma metodologia de gestão que surge na década de 70, através da publicação de inúmeros trabalhos acadêmicos realizados, com contribuições dos estudos de Porter, Mintzberg, Barney dentre outros autores, e que pode agregar várias ferramentas estratégicas como subsídio de suas etapas, tais como a análise SWOT, Matriz BCG (*Boston Consulting Group*), Modelo de 5 forças competitivas e estratégias genéricas, modelo VRIOS, *Balanced Scorecard* (BSC), ampliando o âmbito de análise tanto no diagnóstico empresarial, quanto na elaboração de estratégias e planos de ações. Dentre essas ferramentas de análise estratégica, o BSC possibilita a operacionalização das estratégias, interligando áreas e níveis organizacionais através de suas macro perspectivas e indicadores sistêmicos. O estudo buscou identificar as contribuições, peculiaridades e limitações empíricas do *Balanced Scorecard* (BSC) na gestão de micro e pequenas empresas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa-ação, tendo como objeto de análise o caso de uma pequena empresa de Janaúba-MG.

### Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação de caráter descritivo, tendo utilizado como instrumentos de coleta de dados, os documentos e arquivos não publicados da empresa (sistema de informações, dados financeiros, vendas e custeio, dentre outros), entrevistas com a diretoria e equipes da empresa, além da observação sistemática da postura competitiva dos concorrentes nos critérios de *benchmarking* utilizados para a definição das estratégias empresariais. Foram realizadas visitas a empresa estudada e durante as visitas o pesquisador observou o funcionamento da organização, comportamento dos seus agentes, buscando visualizar a existência de padronização nos processos e serviços realizados na empresa colocando as perspectivas do BSC em prática e realizando as adaptações necessárias.

Os dados, documentos, entrevistas e observações foram utilizados para a elaboração do diagnóstico empresarial, seguida da construção do planejamento e plano de ações por área funcional. Para se obter os resultados almejados com a aplicação do *Balanced Scorecard* foram necessárias à implementação de algumas ferramentas de diagnóstico organizacional, concentrando esforços em atender a demanda da empresa escolhida. Inicialmente realizou-se o diagnóstico interno, mensurando e avaliando a competência central da empresa, a elaboração do modelo VRIO com o objetivo de elencar quais recursos a organização possui e utiliza de maneira estratégica para construir vantagens competitivas, a matriz BCG para evidenciar os tipos de produtos e serviços com maior participação e crescimento e, por fim, no diagnóstico interno, analisou-se as capacidades dinâmicas estabelecendo como os diferentes recursos são combinados para a criação de vantagens competitivas.

Foi dada sequência a pesquisa utilizando as ferramentas de diagnóstico externo, para impossibilitar uma visão e compreensão míope da organização e do mercado estudado, se dedicou a realizar o modelo das 5 forças competitivas de Porter, medindo a influência exercida das forças competitivas sob o negócio e quais são as pressões que a empresa faz no mercado em que ela compete. Após isso, realizou-se uma análise SWOT, buscando evidenciar quais são as forças e fraquezas, juntamente das oportunidades que a organização pode explorar e quais os fatores que representam ameaças para a organização, por fim, foi elaborado o mapa estratégico da empresa, seus macro indicadores por perspectiva, bem como os mecanismos de controle do alcance de objetivos, aos quais foram acompanhados os resultados durante um ano.

## Resultados e Discussão

O modelo apresentou-se útil para visualizar a integração das áreas funcionais da empresa, tendo, contudo, dificuldades de entendimento por alguns agentes, devido ao baixo nível de conhecimento técnico. Foram dimensionadas 4 perspectivas para a empresa: Financeira, Clientes, Processos e Serviços, Aprendizado e Crescimento. A perspectiva de “Aprendizado e Crescimento” foi a mais limitada quanto à aplicação na organização em análise. Acredita-se que este fato ocorreu inicialmente em função do baixo domínio de técnicas de gestão, tanto da diretoria quanto das equipes, a baixa maturidade e inexperiência com implementação de planejamentos sistêmicos integrados na empresa, resistência de seus agentes, ocasionando em alguns momentos o silenciamento das respostas e ou problemas advindos com a implementação do modelo, além de características sociais do município em que a empresa se localiza. A organização analisada é referência no mercado local e verificou-se, através da análise do perfil do estrategista, que alcançou uma posição de destaque através do conhecimento do empresário acerca dos competidores e o mercado local.

Contudo, com as mudanças no setor, se percebeu a necessidade de crescer mantendo sua posição e lucratividade por meio do uso de métodos gerenciais que integrem as áreas da empresa, como o BSC, garantindo um reforço do seu posicionamento estratégico e possibilitando a organização de adquirir maior maturidade através do *Balanced Scorecard*. Após um ano de utilização do método de gestão, a empresa conseguiu alcançar a maioria dos macro objetivos explicitados no mapa estratégico, pivotando alguns objetivos para que a organização pudesse se adequar as mudanças do cenário competitivo, bem como fazer as devidas correções em sua aplicação.

## Considerações finais

O estudo buscou identificar as contribuições, peculiaridades e limitações empíricas do *Balanced Scorecard* (BSC) na gestão de micro e pequenas empresas, investigando a elaboração e implementação do BSC nessas empresas, para que dessa forma fossem caracterizados os impactos do *Balanced Scorecard* na gestão estratégica de pequenas empresas, onde foi comparada a base teórica com os dados obtidos durante a pesquisa ação, tendo como objeto de análise o caso de uma pequena empresa de Janaúba – MG.

Embora a perspectiva de aprendizado e crescimento foi a que menos progrediu, houveram algumas contribuições, no sentido de que os agentes começaram a perceber a criação de valor no momento em que começaram a serem ouvidos pelo gestor. Ainda que o comportamento do gestor fosse mais centralizador, é notada uma mudança em suas ações,

começando a delegar mais, o que fortaleceu a relação de confiança com seus colaboradores, que por sua vez, estão mais engajados para uma maior participação nos planos da empresa, através do compartilhamento de experiências informalmente no âmbito da empresa.

O mapa estratégico foi norteado pelos valores que a empresa estima, assim os objetivos estabelecidos nas quatro macro perspectivas, foram capazes de operacionalizar a estratégia, possibilitando a empresa caminhar para atingir a missão organizacional. Desse modo percebeu-se que, após a construção do mapa estratégico do BSC, ocorreram transformações na empresa, uma melhor comunicação da missão e visão estratégica proposta na implementação do BSC, que contribuiu para o estabelecimento das diretrizes necessárias capacitando o alcance dos objetivos estratégicos, no sentido que todos os agentes começaram a se articular, explicitamente, para atingir os objetivos dos setores que atuam.

A partir de estudos anteriores, foram elaboradas adaptações para que o BSC fosse implementado na organização, alterando apenas a lógica de uma das perspectivas, atribuindo serviços a perspectiva de processos, visto que eles ocorrem nas apenas internamente a empresa. A base teórica foi um guia para a construção do mapa, escolha dos indicadores, levantamento dos tipos de comportamento dentro da organização, além de contribuir para a construção das ferramentas de controle, bem como entender as principais lacunas do modelo quando aplicado em pequenas empresas. Na organização analisada pouco se falava de planejamento, atuando em muitos momentos de maneira responsiva às pressões do mercado, sem elaborar planejamentos e viabiliza-los de maneira que cada agente saiba além do seu papel.

Contudo, deve-se ter um certo ceticismo científico e acompanhar o andamento dos próximos ciclos da empresa, visto que a pesquisa possui limitações, dentre elas a dificuldade de implementar uma metodologia complexa em uma pequena organização com restrição de recursos. Assim, mudanças na nas variáveis do cenário interno e externo podem acarretar em alterações no planejamento, ou até mesmo mudar os objetivos, metas, ações e indicadores. Desse modo, entende-se o modelo BSC deva ser tratado de modo evolutivo nas organizações de pequeno porte.

## Referências

- BEER, Michael. *Organizational Fitness: The Context for Successful Balanced Scorecard Programs. Balanced Scorecard Report*, v. 1, n. 1, p. 7-9, set./out. 1999.
- BARNEY, J. B.; CLARK, D. N. *Resource-Based Theory. Creating and sustaining Competitive Advantage*. New York: Oxford University, 2007.
- KAPLAN, Robert; NORTON, David. Mapa Estratégico. *Gestión*, 2000.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard. 1997.
- LINSTEAD, Stephen; MARÉCHAL, Garance; GRIFFIN, Ricky W. *Theorizing and researching the dark side of organization. Organization Studies*, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2014.
- MINTZBERG, Henry,; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- PORTER, Michael E., **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 22. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- PORTER, Michael E. O que é estratégia. *Harvard Business Review*, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.

SPENDOLINI, M. J. *Benchmarking*. Tr. Kátia Aparecida Roque, São Paulo: Makron Books. 1992.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez, 2011.

## O AUTO DA COMPADECIDA: uma análise crítica da representação social do empreendedor

**Lucas Tiago Alves Dias.** Graduado pela UNIMONTES. e-mail: [lucasdiashl@gmail.com](mailto:lucasdiashl@gmail.com)

**Felipe Fróes Couto.** Doutorando pela UFMG. e-mail: [felipe.couto@unimontes.br](mailto:felipe.couto@unimontes.br)

### Introdução

O discurso do empreendedorismo tem se fortalecido mediante o cenário político e econômico brasileiro, sendo alavancado pela insegurança do indivíduo em sua colocação no mercado de trabalho, gerando negócios formais e informais. É notória a busca por uma definição do perfil empreendedor na temática abordada, bem como encontrar as principais características que lhes são atribuídas com ênfase nos que alcançaram sucesso. Embora o empreendedorismo seja amplamente discutido atualmente, existe pouco material que o detalhe, de maneira crítica, sob a identidade cultural brasileira. Desse modo, há uma oportunidade de se criar um conhecimento direcionado para a realidade local, desligando um pouco de modelos eurocêntricos e defendendo a busca por uma Administração que atenda a necessidade do povo brasileiro, refletindo o fenômeno da literatura de *pop-management*, que provem a aproximação de uma identidade e construção do *self* não adequados ao ambiente cultural do Brasil (GUERREIRO RAMOS, 1983; FILION, 2000; LONGHINI, SACHUK, 2000; WOOD JR, PAULA, 2002; PEDROSO, MASSUKADO-NAKATANI, MUSSI, 2009; SEBRAE, 2013; MARIA, 2014).

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar um estudo crítico sobre as representações sociais do empreendedorismo no filme “Auto da Compadecida”. Como objetivos específicos, a) estabelecer uma análise do sujeito em obras cinematográficas que tratem da figura do empreendedor no Brasil; b) analisar a produção discursiva de subjetividades em obras cinematográficas brasileiras; c) analisar criticamente a adequação das representações sociais do empreendedorismo no cinema brasileiro ao *pop-management* preconizado por Wood Jr. e Paula (2002).

### Metodologia

Para explorar o tema abordado, o presente estudo, em sua finalidade, trata-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa, iniciando-se com uma fase exploratória como suporte metodológico. Após a tematização e levantamento do referencial teórico, a coleta de dados se dará por meio da análise fílmica e bibliográfica, que assumem papel relevante na pesquisa como recurso analítico, sendo associadas representações da realidade ao mundo do trabalho. Os dados serão analisados através da metodologia de análise do discurso, afim de responder aos objetivos da pesquisa. Uma das possíveis limitações do estudo é a dificuldade de se obter dados a um nível nacional, visto que o universo de pesquisa é vasto (CHAMPOUX, 1999; DE MATTOS, 2009; OLTRAMARI, 2016).

A análise fílmica pode ser realizada por qualquer espectador, sem a necessidade de seguir uma metodologia específica, ao analisar uma obra cinematográfica o espectador realiza um processo de decompor o filme, ou seja, se descreve a parte destacada como objeto de análise e em seguida se interpreta os trechos decompostos. Toda a estrutura fornecida pelo filme (imagem, som, planos, cenas, sequencia, composição, ângulo, enquadramento) pode ser



utilizada para explicar um fenômeno e propor-lhe uma interpretação, sendo necessário articular os elementos do filme para que no momento da reconstrução seja associada ao objetivo da análise. Divide-se o filme em segmentos ou atos, através do textos, após isso o seu conteúdo é analisado destacando as cenas que explicitam o objeto de análise, para que seja possível verificar a parte poética do filme, a partir dos efeitos e experiência que o filme pode passar para espectador, bem como a sua construção, desse modo a imagem e som servem como meio de expressão no espaço fílmico. Cada análise pode utilizar a sua própria metodologia, no entanto recomenda-se a utilização de mais um método para que as lacunas possam ser preenchidas, evitando uma compreensão rasa. (AUMONT 1999; GOMES, 2004; PENAFRIA, 2009).

## Resultados e Discussão

Através da aplicação metodológica, é esperada a criação de um novo conhecimento direcionado a identidade cultural, um modelo de gestão que visa auxiliar o empreendedor a superar os obstáculos aos quais ele está inserido dentro da realidade brasileira afim de identificar suas necessidades e expectativas. A partir disso, é possível criticar modelos importados incoerentes com o ambiente brasileiro, contrapondo movimentos como *pop-management* e a cultura do *self-made*.

O Auto da Compadecida, é uma obra que se baseia na realidade do Nordeste brasileiro, na qual João Grilo, o herói da história, é apresentado como um sujeito magro, baixo, que vive na pobreza, chamado de “amarelo” por ser anêmico e seus dentes amarelados, vestes sujas, esfarrapadas e no próprio sentido da metáfora de um sujeito “amarelo de fome”, uma vez que a fome é bastante presente em sua realidade, é um personagem que representa o cidadão do sertão, marcado pela pobreza e sofrimento. (SUSASSUNA 2004).

A análise tem como objetivo estabelecer uma relação entre as características e motivações do empreendedor brasileiro com o personagem João Grilo, buscando compreender a sua ligação com o perfil empreendedor estudado por GUERREIRO RAMOS, 1983; BARROS, PRATES, 1997; LONGHINI, SACHUK, 2000; PEDROSO, MASSUKADO-NAKATANI, MUSSI, 2009. Nota-se desde o primeiro ato, que o João Grilo é a personificação do “jeitinho brasileiro” definido por VIEIRA, COSTA E BARBOSA (1982, p.21) como uma maneira eficiente, ágil e criativa de agir. Revelando em sua natureza o oportunismo, desejo por dinheiro e identificando traços das circunstâncias presentes na realidade do personagem com a realidade do empreendedor brasileiro.

## Considerações finais

Por se tratar de um trabalho em andamento, algumas análises estão em aberto. Entretanto é possível notar que a iniciativa empreendedora no Brasil acontece no momento que o sujeito se sente inseguro e desacreditado em relação ao sistema trabalhista brasileiro, visto que o indivíduo empreende para garantir a sua sobrevivência. O personagem João Grilo é a representação social do empreendedor, personificando o “jeitinho brasileiro”, sendo tolerante ao risco, criativo, ambicioso, dentre outras características.

Sempre com um bom papo, o personagem corrompe a si e aos outros, utilizando de inúmeras manobras para alcançar seus objetivos e agindo em prol de seu próprio benefício o personagem claramente mostra situações de tráfico de influência, agrados financeiros, fuga à burocracia, concessão de favores, etc. Desse modo, a crítica se concentra aos modelos

importados para a realidade brasileira sem a adequação necessária, criando espaço para valorização do “fracasso”, a banalização do “sucesso” como poder de consumo e a valorização de práticas e profissionais que vendem o discurso de que o sucesso é uma ciência exata, ao qual o charlatanismo se apropria e busca vender fórmulas prontas para ser “bem sucedido”.

## Referências

- AUMONT, Jacques; Marie, Michel (1999), *L'Analyse des Films*, Nathan, 2a Ed., [original, 1988].
- CHAMPOUX, J. E. Film as a teaching resource. *Journal of Management Inquiry*, v. 8, n.2, p. 206-219, June, 1999.
- DE MATTOS, Pedro Lincoln CL. “Is management science” or art? What can we learn from this misunderstanding? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009
- FILION, L. J. Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 8-17, 2000.
- GOMES, Wilson (2004), *La poética del cine y la cuestión del metodo en el análisis fílmico*. *Revista Significação (UTP)*, Curitiba, v. 21, n. 1, pp. 85-106.
- GUERREIRO RAMOS, A. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983. p. 250-312.
- LONGHINI, A. S.; SACHUK, M. I. Análise das características empreendedoras dos empresários beneficiados com o crédito disponibilizado pelo programa Brasil Empreendedor. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2000, Maringá. Anais... Maringá, 2000.
- MARIA, J. P. **Micro empresário individual–empreendedorismo e realidade administrativa atual**. 2014.
- OLTRAMARI, A. P.; LOPES, F. T. Cinema, trabalho, organizações e sociedade: possibilidades e formação em Administração. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016.
- PEDROSO, J. P. P.; MASSUKADO-NAKATANI, M. S.; MUSSI, F. B. A relação entre o jeitinho brasileiro e o perfil empreendedor: possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 10, n. 4, 2009.
- PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes-conceitos e metodologia (s). In: **VI Congresso Sopcom**. 2009. p. 6-7.
- SEBRAE. *Micro e Pequenas Empresas*. **Gestão ambiental**, 2013.
- SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 34ª ed., 12ª impr., 2004.
- VIEIRA, C. A.; COSTA, F. L. da; BARBOSA, L. O. O jeitinho brasileiro como um recurso de poder. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, v. 16, p. 5-31, abr./jun. 1982.
- WOOD JR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes de. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 24, p. 39-51, 2002.



## ESTUDO DA INADIMPLÊNCIA DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS DE IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA EM 2018

**Michelly Martins Ferreira (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [ferreiramichelly28@gmail.com](mailto:ferreiramichelly28@gmail.com)

**Diane Kelly da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [dianekelly191@hotmail.com](mailto:dianekelly191@hotmail.com)

**Luana Emanuelle Soares Monção** Discente FAVAG. e-mail: [ludemsoares@gmail.com](mailto:ludemsoares@gmail.com)

**Bárbara Nogueira Borges** Discente FAVAG. E-mail: [barbaranogueira.m@hotmail.com](mailto:barbaranogueira.m@hotmail.com)

**Luiz Miguel Andrade Pereira** Discente FAVAG. E-mail: [migueluiz730@gmail.com](mailto:migueluiz730@gmail.com)

**Ailton Gabriel Gonçalves Batista** Discente FAVAG. E-mail: [ailtongabriel55@yahoo.com](mailto:ailtongabriel55@yahoo.com)

### Introdução

No cenário atual é tácito o problema da inadimplência relacionada ao imposto predial territorial urbano-IPTU, que a Associação Mineira de Municípios afirma ser "uma das fontes de receita municipal que mais dar-se retorno se for corretamente instituído e cobrado", e a Taxa de Coleta de Lixo. Para Eneas (2016), esse fator vem se intensificando devido à ineficiência por parte dos municípios em seu potencial de cobrar impostos levando-os assim, a dependerem mais de recursos provenientes de outros meios do governo.

De acordo com o Código Nacional Tributário-CNT em seu artigo 3º o tributo é designado como prestação compulsória, ou seja, é obrigatório a todo cidadão que se enquadre em lei que o estipule. E a não arrecadação desses recursos deixa os cofres públicos sem dinheiro para realizarem suas atividades de prestações de serviços à população. Segundo as informações disponibilizadas pela prefeitura de Janaúba/MG, no exercício de 2018 foram arrecadados R\$1.596.365,50, tendo uma inadimplência por parte da população de 69,23%.

Os tributos são criados por lei e cobrados dos cidadãos quando praticam atos que geram a obrigação devida com fisco. Muitas pessoas não contribuem seja por falta de conhecimento ou por não acharem importante a contribuição destes. Mas diante do contexto acima é fundamental conhecer os fatores que levam a inadimplência para a administração pública, para que esta possa buscar novos métodos de reverter essa situação. Diante disso foi realizada uma análise dos fatores que levam a inadimplência do município de Janaúba referente ao IPTU e Taxa de Coleta de Lixo, para desse modo descobrir os motivos que geram o impasse para o município tentar reverter a situação.

### Metodologia

A abordagem utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa. Quanto aos meios, o presente estudo se caracteriza como bibliográfico. Para GIL (2002), a pesquisa é dada como "o procedimento racional sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos" e ainda acrescenta que ela é originada por insuficiência de respostas em um determinado tema.

A pesquisa foi realizada com moradores da cidade de Janaúba/MG. Foi enviada uma mensagem de abordagem e um link gerado pelo Google Forms pelas redes sociais WhatsApp e Messenger, disponível durante o período de 2 (dois) a 5 (cinco) de novembro de 2018.

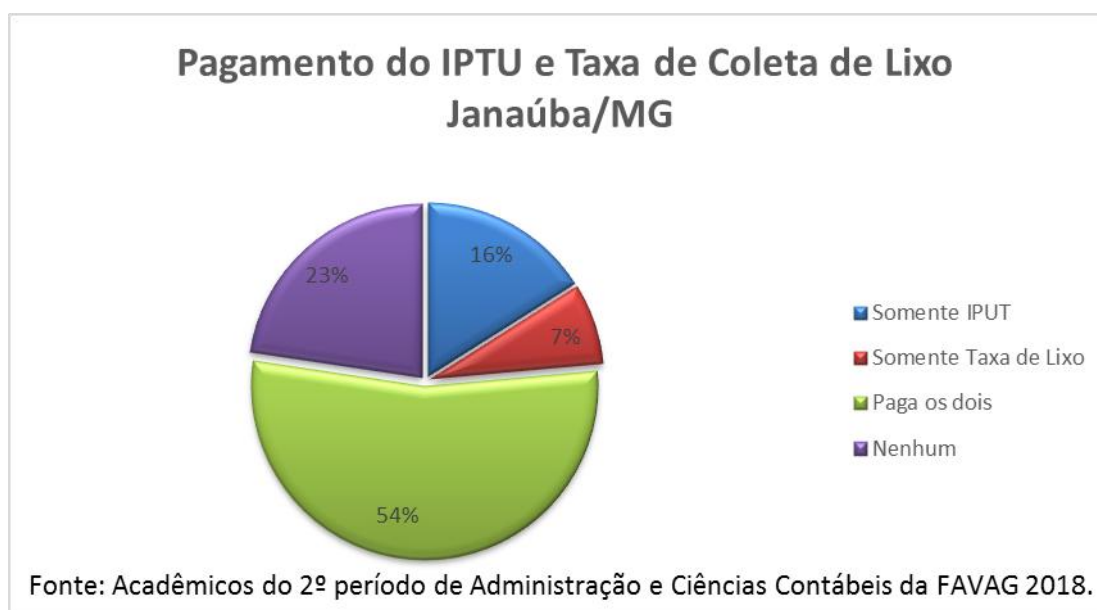
O Google Forms leva os dados adquiridos a uma aba e ao fechamento da enquete, gerando um gráfico para cada pergunta. Entretanto foi usado o programa Microsoft Excel para

uma tabulação mais detalhada e a criação de gráficos diferentes do modelo de setores que o aplicativo supracitado oferecia.

## Resultados e discussão

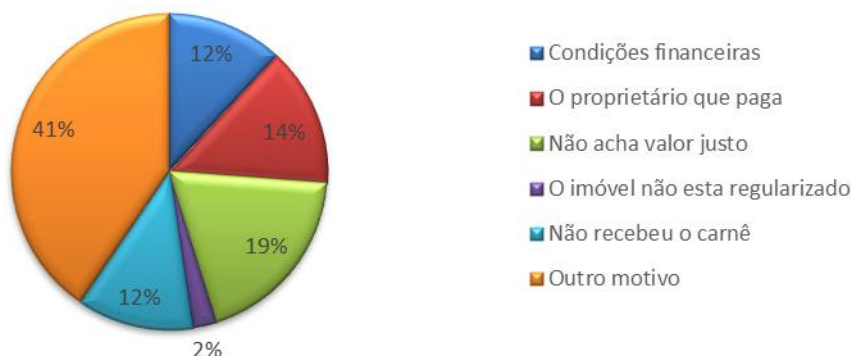
O estudo obteve alcance em vários bairros da cidade de Janaúba/MG como: Centro, Cerâmica, Cohab, Dente Grande, Esplanada, Gameleira, Isaías Pereira, Jardim Imperial, Joaquim Bispo, Nova Esperança, Novo Paraíso, Padre Eustáquio, Planalto, Planalto II, Ribeirão Ouro, Rio Novo, Santa Cruz, Santo Antônio, São Lucas, Saudade e Veredas. Houve um total de 106 questionários respondidos por completo.

A pesquisa foi realizada mediante o intuito de verificar qual a porcentagem de pessoas da cidade de Janaúba/MG arca com suas responsabilidades referentes ao pagamento do IPTU e Taxa de Coleta de Lixo, como também o motivo que as levam a ser inadimplentes. Desse modo, a primeira pergunta busca verificar se os entrevistados pagam ou não pagam os devidos tributos.



A segunda pergunta tem como foco descobrir os motivos que levam os moradores a não pagarem IPTU e taxa de coleta de lixo.

## Motivo pelo qual não pagam o IPTU e Taxa de Coleta de Lixo em Janaúba/MG



Fonte: Acadêmicos do 2º período de Administração e Ciências Contábeis da FAVAG 2018.

Como a maioria dos entrevistados (41%) respondeu a opção “Outro motivo” passa-se a crer que o motivo que eles realmente têm não está dentre as opções ou não querem expor seu motivo. Em contra partida, ficando em segundo lugar, tem-se que não pagam por achar a o valor abusivo e não coerente com sua atual situação.

Investigando-se os motivos de inadimplência, acredita-se que a prefeitura pode vir a sanar os impasses que impedem os moradores a contribuir com os impostos, podendo assim o problema ser consideravelmente revertido.

A terceira pergunta envolve sobre o conhecimento do que é IPTU. Foi identificado que há uma parte da população que não tem conhecimento do significado do IPTU e como que esse imposto é investido, acarretando em indignação da parte dos moradores de Janaúba em pagarem algo que superficialmente não lhes proporcionam nenhum benefício, visto que, em uma cidade média o IPTU é a principal fonte de recursos para esse tipo de serviços, dessa forma, o futuro da arrecadação é definido de acordo com as propriedades e os planos políticos de cada prefeitura.

### Considerações Finais

A presente pesquisa com o intuito de analisar a arrecadação tributária referente ao IPTU e Taxa de Coleta de Lixo na cidade de Janaúba/MG aponta que, parte significativa da população não pagam suas obrigações supracitadas, seja por não acharem o valor justo ou por outros motivos, contudo a pesquisa evidenciou que poucos moradores de Janaúba-MG tem consciência do que é estes tributos, não tendo conhecimento de qual a sua função, o que interfere na taxa de inadimplência. Desse modo o estado se vê incapacitado de revestir os municípios com o valor adequado, ocasionando uma debilitação na cidade.

### Referencias

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Os municípios e a arrecadação das receitas próprias.** Disponível em: < <https://portalamm.org.br/tributario-os-municipios-e-arrecadacao-das-receitas-proprias/>> Acesso em: 21 mai. 2019.

Brasil. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

Brasil. **Código tributário nacional.** –2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

ENEAS, Rodrigo. **Economistas divulgam estudo sobre o potencial de arrecadação do IPTU pelos municípios.** Disponível em: < <http://www.fnp.org.br/noticias/item/1288-economistas-divulgam-estudo-sobre-o-potencial-de-arrecadacao-do-iptu-pelos-municipios>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

## LETRAMENTO ACADÊMICO NA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG

**Samara Pereira Baleeiro Rocha (Orientadora)** – Mestra em Letras/ Estudos Literários. Docente FAVAG. E-mail: samarapbr@outlook.com.

**Luana Emanuelle Soares Monção** – Discente FAVAG. E-mail: luemsoares@gmail.com

### Introdução

A presente pesquisa consiste na análise da influência do letramento acadêmico na Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG, pois a adaptação dos alunos ao ensino superior auxilia na compreensão e desenvoltura apropriadas ao meio, e saber em que nível tais alunos se encontram auxiliará os planos de ação da Faculdade para a integração destes.

Para ser considerada alfabetizada, a pessoa deve ter o domínio da língua, sabendo ler e escrever; entretanto, este conhecimento somente não possibilita que a pessoa possa usá-lo socialmente (FIAD, 2015).

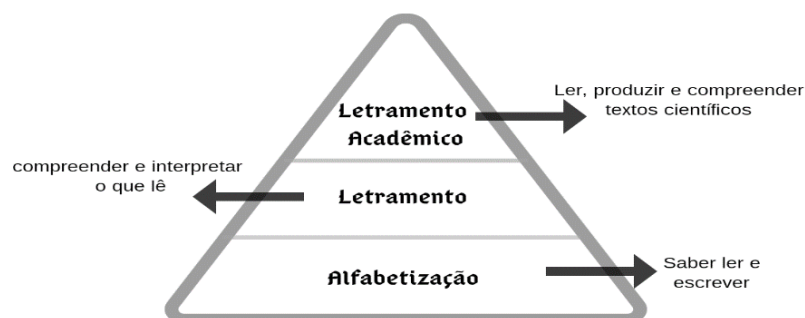
Ademais, somando a interpretação e a apreensão a essa familiaridade com a leitura e a escrita, o indivíduo começa a compreender aquilo que produz e vê, podendo debater e refletir sobre o assunto, criando assim uma opinião crítica, o que é chamado de letramento. Este também depende do contexto social em que a pessoa está inserida, podendo ser variável com de acordo com os diferentes modos de falar e escrever de cada região (FIAD, 2015).

Todavia, quando o indivíduo entra no universo acadêmico, ele se depara com um grau diferente de escrita e fala, o chamado letramento acadêmico, que busca que os alunos compreendam e produzam textos científicos (RAMOS, 2009).

Segundo Fiad (2015), no âmbito acadêmico, o aluno é visto como deficitário dos conhecimentos esperados, e cabe ao professor introduzi-los até que estejam nivelados e possam prosseguir. Ramos (2009) complementa dizendo que, além do professor introduzir o nivelamento do aluno, ele também deve deixar claras suas exigências e preferências.

De acordo com Ramos (2009, p. 241), "é preciso que a escrita não seja vista como mais do que um instrumento de avaliação, e sim como um instrumento de aprendizado", e completa dizendo que o aprendizado é ativo, e escrevendo é a única forma de conseguir manipular ideias com eficiência.

**Figura 1: Da alfabetização ao Letramento.**



Fonte: Figura elaborada pelas autoras.

Visto isso, o presente trabalho visa averiguar a influência do letramento acadêmico na FAVAG, apresentando sua relevância e observando a autoanálise que os alunos e professores têm sobre o nivelamento, comparando os resultados obtidos com a base teórica.

## Metodologia

Este artigo foi produzido por meio da pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2002), é a maneira de se familiarizar com o problema, tornando-o mais conhecido para poder redigir hipóteses a seu respeito. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois foram consultados artigos e livros sobre o tema proposto.

Além disso, a pesquisa foi executada por meio de entrevistas, que é um método flexível, entretanto norteado por indagações padrão para cada classe (GIL, 2002). Neste caso, foi feita uma entrevista para os docentes e outra para os discentes, sendo entrevistados 5 (cinco) e 4 (quatro) pessoas, respectivamente.

Para isso, foi usada da pesquisa qualitativa, pois a proposta é estudar acontecimentos com profundidade, buscando interpretações sem relações numéricas, feitas analiticamente avaliando as informações adquiridas a fim de solucionar a causa de tais comportamentos e/ou ações (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

## Resultados e discussão

A partir da pesquisa foi observado que, independentemente da área em que o discente se encontra, a sua bagagem linguística influencia em sua desenvoltura no meio acadêmico. Segundo um dos professores entrevistados, “o domínio da linguagem formal, da Língua Portuguesa, é extremamente importante para que o aluno possa socializar, para que ele possa se situar no mundo em constantes mudanças”.

Para os acadêmicos, o grande impasse que levou ao conhecimento limitado da Língua Portuguesa foram as aulas que cobravam que eles decorassem a gramática, e não focavam muito se sabiam usar as regras, somente se sabiam as regras de cor. Visto isso, eles usaram 3 (três) critérios comuns que caracterizam uma boa aula, sendo eles: **objetividade**, os conteúdos que são expostos com clareza são mais facilmente compreendidos, fator que já encaminha o segundo ponto, que é o **uso de uma linguagem mais simplificada**, pois existem certas disciplinas em que é aconselhável que se adapte o aluno ao vocabulário técnico ou especializado gradualmente; por fim, eles relataram que as aulas que permitem **participações** são compreendidas com maior facilidade.

Em contrapartida, os professores notam que essa ausência de conhecimentos prévios da língua culta dificulta o aprendizado em suas disciplinas. Também relatam que o aluno chega à faculdade sem o conhecimento da ortografia e, principalmente, não consegue manter a coerência em toda a extensão textual, não conseguindo assim se expressar. Mesmo a maioria não tendo o conhecimento sobre o que é o letramento acadêmico, os docentes concordam que é função do professor fomentar a leitura e a escrita, e complementaram suas respostas apontando que isto é feito por eles a partir da criação do Projeto de Leitura, do ato de ofertar pontos extras para ler algo ou fazer um resumo, e a criação do Projeto Integrador (medidas didáticas adotadas pela FAVAG como fomento ao letramento acadêmico).

Uma docente apontou que essa bagagem fraca se dá por dois fatores: o primeiro é o modo como a geração y (até os 25 anos) cresceu, na era da informação, o que os torna mais



distraídos, pois não conseguem prestar atenção em apenas uma coisa por um período maior de tempo. Ademais, a educação pública defasada também é um fator de peso para as más condições do letramento acadêmico.

## Considerações Finais

Diante do supracitado, nota-se que apenas um professor sabia o significado de letramento acadêmico, entretanto, todos salientaram que possuem um papel de influência sobre o incentivo à leitura e escrita de seus alunos.

O conhecimento que o “neo” acadêmico traz para a faculdade define quais dificuldades ele terá, pois, em geral, o conhecimento que ele traz da língua chega insuficiente aos meios acadêmicos e acaba por prejudicar o aluno, atrasando o conteúdo, ou mesmo tendo como resultado notas baixas.

Esses alunos também enumeraram três pontos que caracterizam uma boa aula, que se relacionam à Metodologia Ativa que a FAVAG está implantando. Logo, a Instituição está no caminho correto para amenizar cada vez mais essa discrepância do nivelamento linguístico e fomentar o letramento acadêmico.

Nesse sentido, as aulas de Português nos períodos iniciais tornam-se essenciais, pois auxiliam no nivelamento dos discentes em relação ao conteúdo defasado, bem como na introdução do letramento acadêmico. Além disso, o incentivo dos demais professores à leitura e à escrita de textos acadêmicos é essencial, pois viabiliza a familiaridade a estes gêneros textuais que começam a fazer parte do cotidiano universitário.

Portanto, a prática do letramento deve ser contínua, para o desempenho de uma leitura mais crítica e de uma escrita mais consistente. O letramento acadêmico é um passo a mais nesse processo, constituindo a inserção de novas práticas linguísticas, expandindo, por consequência, este repertório que é tão importante para a compreensão e a atuação no mundo.

## Referências

- FIAD, Raquel Salek. Algumas considerações sobre os letramentos acadêmicos no contexto brasileiro. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 6, pág. 23-34, jan. / jun. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/18424/13732>>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ° ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ONTELLLES, Mauro José et al. **Metodologia da pesquisa científica**: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Disponível em: <[https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- RAMOS, Flávia Brocchetto; ESPEIORIN, Vânia Marta. Letramento acadêmico: leitura e escrita na universidade: entrevista com David Russell. **Conjectura**. v. 14, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/31/29>>. Acesso em: 20 abr. 2019.



## MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL NA VISÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG

**Welliton Roque Santos (Orientador):** Docente FAVAG. e-mail: wellitonroque.consultoria@gmail.com

**Bruno Alves Aguiar (Orientando):** Discente FAVAG. e-mail: Brunoaguiar.alho@gmail.com

**Deovanio da Silva Moreira (Orientando):** Discente FAVAG. e-mail: Deosilva1987@hotmail.com

**Liliane Lopes Cardoso (Orientanda):** Discente FAVAG. e-mail: lilianymodas@hotmail.com

### Introdução

O marketing de serviços no mercado educacional é uma importante estratégia das entidades de ensino que visam empreender relacionamentos duradouros com seus clientes. O marketing educacional permite que as instituições de ensino se tornem competitivas diante de um cenário que está sempre em crescimento. Assim, as instituições de ensino que mantêm um marketing de serviços competente conseguem se destacar perante a concorrência. O corpo docente é muito importante na agregação de valor para a instituição na busca de novos alunos. Por isso é importante enfatizar a visão do corpo docente em relação ao marketing de serviços no âmbito educacional.

Por meio do marketing, as instituições de ensino precisam divulgar a sua marca a fim de torná-las conhecidas, criando uma relação positiva com seu público-alvo. É preciso divulgar o que se tem de melhor em ensino, mostrando para o cliente os seus diferenciais e o motivo pelo qual a instituição é referência no âmbito de prestação de serviços na educação.

O objetivo deste trabalho é apresentar a visão do professor em relação ao marketing de serviços no mercado educacional, enfatizando a importância desse segmento para as instituições que visam valorizar a sua marca e atrair novos clientes.

### Metodologia

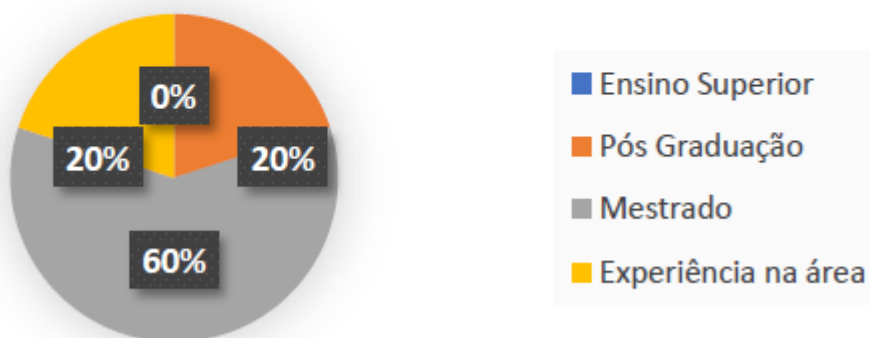
Os métodos utilizados neste trabalho foram as abordagens qualitativa, quantitativa e bibliográfica. Para a realização da pesquisa, além dos estudos bibliográficos, foi feito um questionário direcionado aos professores da Faculdade Vale do Gorutuba - Favag, que nos permitiu compreender os fenômenos por meio da coleta de informações sobre a atuação desta em relação ao corpo de docentes.

### Resultados e discussão

Os resultados estão apresentados nos gráficos a seguir.

O gráfico demonstra que 60% dos professores entrevistados responderam que para a contratação na devida instituição de ensino é necessário possuir, no mínimo, mestrado, 20% disseram que é necessário apenas experiência na área a ser trabalhada e os outros 20% responderam que para ser contratado necessita de qualificação na área com, pelo menos pós-graduação.

**Gráfico 1 - Critérios exigidos pela instituição para contratação.**

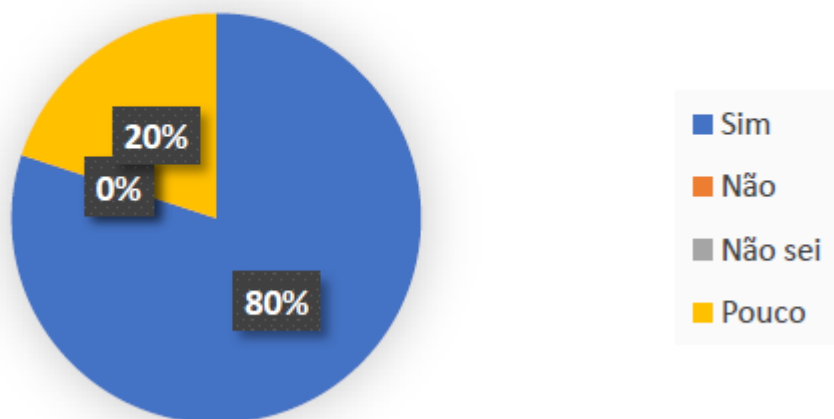


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Junho/2019.

O gráfico mostra que apenas 20% dos professores entrevistados responderam que a presente instituição incentiva pouco o maior grau de qualificação destes, e a grande maioria, com um total de 80%, responderam que há sim o incentivo por parte da faculdade, que possui bolsa de qualificação.

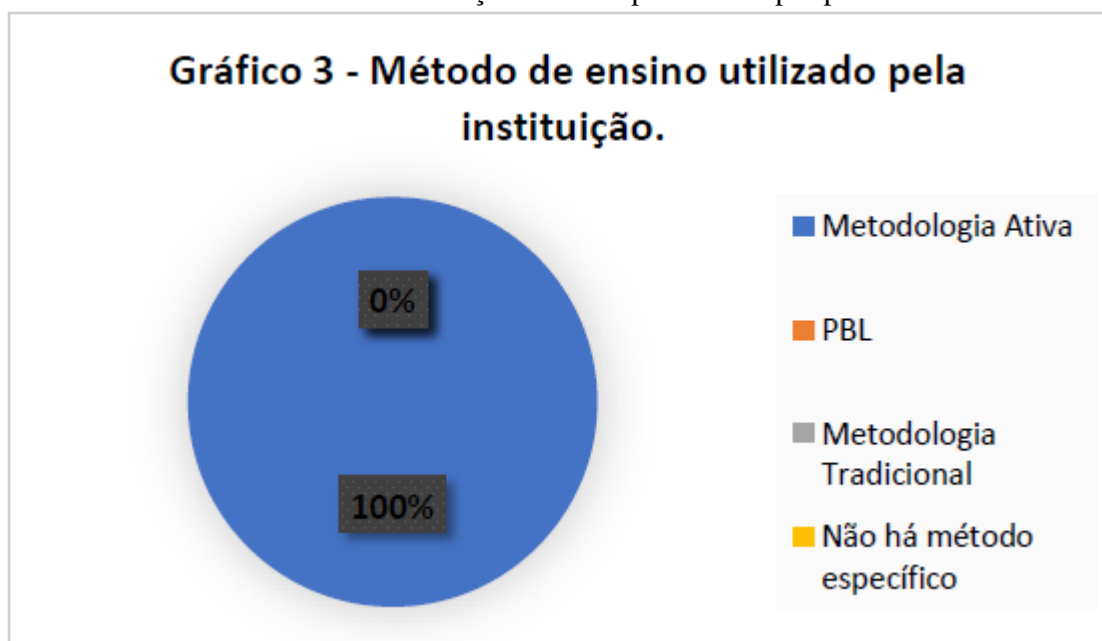
O gráfico mostra que apenas 20% dos professores entrevistados responderam que a presente instituição incentiva pouco o maior grau de qualificação destes, e a grande maioria, com um total de 80%, responderam que há sim o incentivo por parte da faculdade, que possui bolsa de qualificação.

**Gráfico 2 - Incentivo a qualificação profissional.**



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Junho/2019.

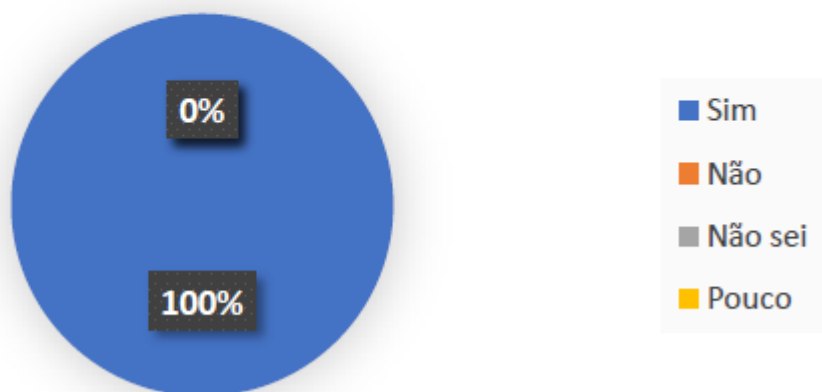
Observa-se nos dados mostrados no gráfico que 100% dos docentes entrevistados responderam que a instituição utiliza a metodologia ativa como método de ensino, permitindo o aluno ser o condutor de seu conhecimento e obtenção melhor aprendizado por parte deles.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Junho/2019

Observa-se nos dados mostrados no gráfico que 100% dos docentes entrevistados responderam que a instituição incentiva a utilização da teoria na prática, sendo que todos os cursos têm carga horária para as práticas de ensino, além de possuir vários escritórios modelo, para o desenvolvimento das atividades.

**Gráfico 4 - Incentivo a utilização da teoria na prática.**



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Junho/2019

Além das estratégias de marketing, é importante ressaltar que a instituição tenha um corpo docente capacitado afim de oferecer um serviço de melhor qualidade, pois são os professores que atuam diretamente com os alunos, público-alvo das instituições de ensino.

Sendo assim, a qualificação dos professores e sua atuação em sala de aula são consideradas fatores decisivos para escolha e permanência dos alunos na instituição de ensino. Dessa forma, é necessário que haja investimentos na qualificação e na capacitação do corpo docente, sendo importante que eles estejam preparados para desempenharem bem as suas funções.

Portando, os professores devem se posicionar de forma acessível ao aluno, mostrando-se aberto às dúvidas, ao diálogo e participativo em sala de aula, atuando como um facilitador do processo de aprendizagem. De acordo com os resultados apresentados, percebe-se que há dados em comum diante das respostas dos professores entrevistados. Isso sugere que a dada instituição se preocupa se estar atenta às normas e exigências adequadas para se enquadrar num marketing de serviços verdadeiro, ganhando credibilidade do público alvo, os alunos.

## Conclusão

Os estudos e resultados previstos mostram que os professores da Faculdade Vale do Gorutuba - Favag percebem inúmeros benefícios que o marketing educacional traz para os professores, pois proporciona uma metodologia ativa, facilitação didática para lecionar, melhor comunicação com o aluno entre outros benefícios. Assim, percebemos que a capacitação dos docentes é essencial para o segmento do mercado educacional, seja para o seu marketing pessoal, seja para o marketing educacional da instituição de ensino superior, pois ambos tendem a se beneficiar.

## Referência

IV SIMPÓSIO DE PESQUISA  
E INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
da **FAVAG**

12 e 13 de Junho de 2019

# FACULDADE VALE DO GORUTUBA

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA

Recredenciada pela Portaria do MEC nº 50 de 22/01/2013 - D.O.U. de 23/01/2013

SION, Dayane Elizabety, *et al.* Marketing educacional. In. **Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano**, 3º, 2011, Lins. Anais...Lins: Unisalesiano, 2011. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0017.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2019.

## MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL SOB ÓTICA DO CORPO DISCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG

**Welliton Roque Santos:** Docente FAVAG. e-mail: wellitonroque.consultoria@gmail.com

**Flávia Oliveira Santos:** Discente FAVAG. e-mail: flaviasantos1370@gmail.com

**Elizângela Mendes Conceição Brito:** Discente FAVAG. e-mail: elizangelamendes2733@gmail.com

**Kamilla Borges :** Discente FAVAG. e-mail: kamillaborges672@yahoo.com.br

**Naiane Silva Bispo (Orientanda):** Discente FAVAG. e-mail: naianesilvabispo16@gmail.com

### Introdução

Diante de um mercado cada vez mais competitivo as instituições investem cada vez mais em atrair alunos, fazendo uso das técnicas e recursos que o marketing de serviços dispõe. Entretanto, atender necessidades e desejos não são o suficiente. Faz-se preciso um diferencial que cada empresa deve possuir na prestação de seus serviços. É essencial o empenho das instituições para deixar claro o modelo de aluno a se formar, cujo esteja preparado para superar desafios que condizem com o enfrentamento da vida e do mercado de trabalho.

"A escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, a fim de que os alunos que passem por ela ganhem condições de exercícios da liberdade prática e intelectual"(USANEO, 2001, p. 53). Deste modo, as instituições além de proporcionar um ensino qualificado, que é a sua função, terá um caráter de "venda", a escola necessita desses dois fatores, é o Marketing que condiz a auxiliar na administração dessa conjunção.

De acordo com Kotler (1994), "Uma instituição educacional deve pesar as necessidades e preferências dos alunos, e ao mesmo tempo, preservar a reputação acadêmica e outras metas e compromissos institucionais da organização". Portanto o marketing educacional cumpre papéis que auxiliam as instituições, como na identificação correta das necessidades e exigências dos alunos, proporcionado aos mesmos um ambiente educacional diversificado das concorrentes.

O estudo possui o objetivo de estudar compreender e analisar o marketing de serviços aplicado pela Faculdade Vale do Gorutuba - Favag, sua eficiência e sobretudo a percepção do corpo discente sobre o Marketing Educacional proposto pela faculdade.

### Metodologia

Para execução desse projeto de pesquisa foram utilizadas duas abordagens de caráter quantitativo e qualitativo. Foram realizadas pesquisas de campo exploratória. Para realização das pesquisas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma amostra de alunos, com o objetivo de compreender a eficiência do marketing de serviços da instituição de ensino.

De modo qualitativo, conduziu-se um diálogo entre uma pequena amostra de alunos (20 acadêmicos) onde foi possível ouvi-los de forma mais aberta. Por fim, realizou-se a análise dos dados e resultados obtidos pelos próprios autores do projeto de pesquisa levando em consideração a veracidade dos dados.

### Resultados e discussões



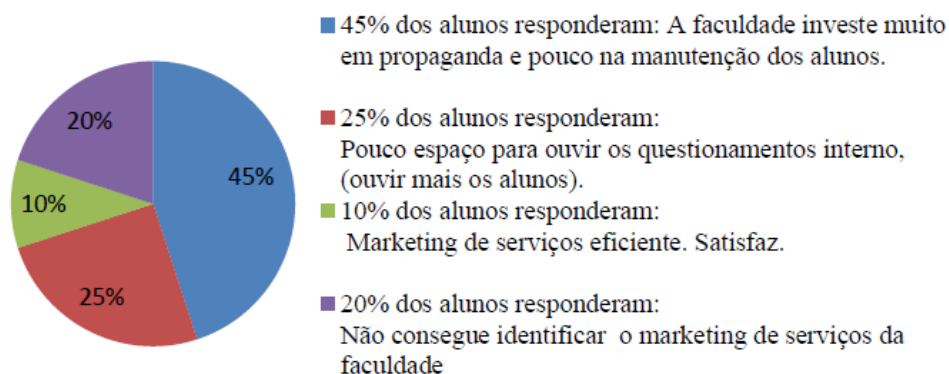
O mercado educacional é amplo e engloba um conjunto de atividades e atributos que são específicos da área, características peculiares que compõe as instituições e seus componentes. Todavia, as instituições estão cada vez mais focadas em atrair alunos e manter uma relação duradoura e de êxito no ensino, em função disso apostam nas técnicas e recursos que o marketing de serviços propõe. A conquista e retenção de alunos consistem na aplicação de esforços, utilização de pesquisas, planejamento, monitoramento e estratégias de marketing eficientes.

Por meio dos estudos realizados na Faculdade Vale do Gorutuba-Favag observa-se que o marketing é frequente na instituição e que seus recursos facilitam a instituição na promoção de seus cursos e conteúdos além de auxiliar diretamente na infraestrutura da mesma.

No entanto, é notório que a respectiva faculdade faz uso excessivo de propaganda e não utilizam de modo igual e/ou suficiente os outros recursos disponíveis. Existe uma preocupação muito grande em atrair alunos, mas as estratégias para mantê-los são mínimas.

Mediante conversa aberta com uma amostra de 20 alunos, foi passado para eles a importância do marketing de serviços numa instituição de ensino quando aplicado de forma coesa. Ao ouvir a opinião deles sobre como avaliam o marketing de serviços da Faculdade Vale do Gorutuba-Favag, observamos que grande parte dos acadêmicos apontam déficit no marketing educacional da faculdade, sobretudo no uso excessivo de propaganda, com a preocupação principal em conquistar novos alunos e atenção reduzida em fatores importantes que influenciam diretamente na permanência dos alunos já existentes. É notório ainda que existe um questionamento grande em relação a necessidade que os alunos têm de serem ouvidos, no entanto a instituição não se mostra fortemente preocupada em abrir espaços para questionamentos do corpo discente.

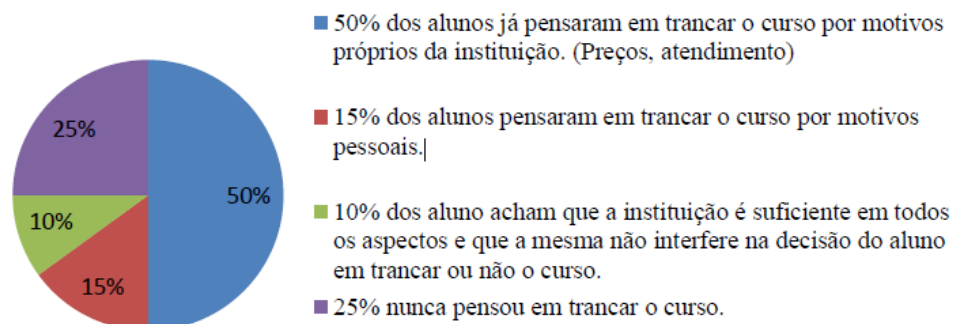
**Gráfico 1 - Os Discentes avaliam o Marketing de Serviços da FAVAG.**



**Fonte:** Pesquisa realizada pelos autores – junho 2019.

No gráfico 2, é possível observar que um número significativo de alunos, (50%) já cogitaram a possibilidade de desistirem do curso por motivos de insatisfação. Contudo, verifica-se que a aplicação de estratégias mais eficientes poderia solucionar ou minimizar o problema, uma vez que as questões de insatisfação dos alunos por meio de critérios como preços e atendimento não seriam agravantes se recursos de marketing de serviços intervirem nesse contexto.

## Gráfico 2 - Impacto do Marketing de serviços na visão dos Discentes.



É notório ainda que a faculdade conte com um número relevante de desistentes, geralmente no início ou no meio do curso. Esses resultados apresentados representam uma condição realística e atual sob ótica do corpo discente da instituição.

## Considerações finais

Após resultados dos estudos e pesquisas realizados e mediante informações apresentadas nos gráficos, conclui-se que a respectiva faculdade apresenta um número significativo de discentes insatisfeitos com determinados aspectos da instituição, e essa insatisfação interfere direta ou indiretamente na decisão de permanência ou não dos mesmos na universidade, visto que, metade dos entrevistados afirmam já ter cogitado a possibilidade de evasão.

Contudo é possível observar que estratégias de marketing mais eficientes amenizaria esse agravante se aplicadas com êxito. Considera-se imprescindível que a instituição destine maior atenção na manutenção de seus ingressos, que não foque somente na captura de alunos, mas também na permanência dos mesmos.

## Referências

Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0017.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2019.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901989000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901989000300004). Acesso em: 1º jun. 2019.

Disponível em: <https://planetay.com.br/6-necessidades-para-o-novo-marketing-educacional>. Acesso em: 1º jun. 2019.

Disponível em: <http://www.cnaconsultores.com.br/artigos/gestaoscolar/item/490onsolida%C3%A7%C3%A3o-do-mercado-educacional>. Acesso em: 1º jun. 2019.

# ARQUITETURA

## **HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR: a influência dos elementos no processo de recuperação dos pacientes**

**Lucas Cavalcante (Orientador).** Docente FAVAG. E-mail: lucascavalcanteassis@gmail.com

**Ester Romena dos Santos Costa** Discente FAVAG. E-mail: esterrome1211@gmail.com

### **Introdução**

O projeto arquitetônico na tipologia de estabelecimento de assistência à saúde assume papel fundamental se tratando da saúde humana, pois este tem como princípios garantir conforto ambiental para os enfermos, de maneira a se apresentar como recurso na recuperação dos pacientes.

O conceito de humanização é baseado no pensamento em que o “ato de realizar atividades de caráter humano, isso é condizente com a dignidade e direitos da pessoa. O ser humano possui dignidade ontológica e esta é inalienável e indestrutível.” (MEZZOMO ,2012)

Segundo Garcia (et al, 2016), humanização consiste no princípio de atender aos doentes em toda sua necessidade englobando auxílio em suas enfermidades em diversas faces: fisicamente, psicologicamente e emocionalmente. Abordando, assim, questões sobre solidariedade, dignidade, ética, compaixão, sensibilidade e afeto.

Humanização hospitalar tem como foco principal o ser humano, aproximando estes aos espaços físicos. Tem como preceitos a qualificação do ambiente através de elementos projetuais que visam promover os estímulos sensoriais que auxiliando no bem-estar do ser humano. (CIACO, 2010)

A relevância deste tema tem a ver com as estratégias e conceitos provindos do termo humanização tem mostrado grande avanço no auxílio durante o tratamento nos edifícios hospitalares, pois a beleza dos ambientes influencia positivamente no psicológico do paciente, diminuindo o estresse e reduzindo o índice de depressão.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada foi de cunho descritivo através de pesquisas bibliográficas para efetivar o conhecimento relacionado ao tema humanização, consistindo na revisão da literatura existente materializada em teses, artigos, revistas, legislações que abrangem as informações de maneira a auxiliar na compreensão da tipologia escolhida em vista da sua complexidade características, com base em autores que são referências nesta categoria.

### **Resultados e discussão**

ciência de psiconeuroimunologia estuda como compor ambientes que auxiliam num processo mais rápido de cura, promovendo o bem-estar e evitando doenças. Essa matéria também observa os estímulos sensoriais e como os elementos de composição dos espaços atua nestes sentidos, além de analisar as questões pertinentes a saúde e estresse. (HOREVICZ; CUNHO, 2007).

Segundo Horevicz e Cunho (2007), uma parte importante para o tratamento é a influência de seis fatores no ser humano. Estes fatores são compostos pela cor, luz, som, textura, aroma, forma e textura.

O estudo de Cor é de extrema importância para o ser humano, não está apenas como título decorativo. Os estudos de cromoterapia mostram como as cores influência nas emoções, na mente, no equilíbrio do corpo humano. Esta área determina os significados para as cores que auxilia a reverter problemas de saúde, através do alívio sintomático que a cor absorvida proporciona ao corpo humano. (KOTH, 2013)

A cor vermelha, a título de exemplo, estimula o sistema nervoso simpático que gera no cérebro aumento das atividades que envia sangue para os músculos que causa aceleração nos batimentos cardíacos. No caso da cor azul, estimula o sistema nervoso parassimpático, que causa o efeito tranquilizador para o corpo humano. (VASCONCELOS, 2004)

Evidenciando que o processo de humanização, para a grande eficácia é o conhecimento do ser humano, como já evidenciado acima, é suas particularidades. A título de exemplo são os pacientes de Alzheimer, que segundo pesquisas os ambientes planejados com fins de tratamento são possíveis criar para estes pacientes um nível de independência. Um aspecto que é possível gerar impactos nestes, é o uso de cores que precisa ser amenizada para causar o efeito de calmante. (VASCONCELOS, 2007)

A luz é um fator de extrema importância durante a recuperação, ela estimula o controle endócrino, o nível de estresse, o relógio biológico, além de possibilitar dinâmica no decorrer do dia. Como existe umas diversas lâmpadas, e possível disponibilizar uma gama de efeitos a serem estimulados visualmente, criando ambientes com clima própria que permite a reflexão e destaque nos objetos. (HOREVICZ; CUNHO, 2007)

As formas dos ambientes afetam no tratamento dos pacientes de forma que auxilia ou inibe o seu desenvolvimento. O desenho arquitetônico gera satisfação aos usuários dos estabelecimentos de assistência à saúde, como mostra os estudos, que as plantas radiais com os leitos disposto ao redor dos postos de enfermaria causa efeito de segurança reduzindo o estresse dos pacientes. (VASCONCELOS, 2007)

O som e ruídos gera nos pacientes a sensação de frustração e irritação, agravando o mau humor, nos idosos o alto nível sonoro traz o efeito de desorientação, nos casos dos bebês a exposição ao barulho ocasiona lentidão, persistindo a infantilidade do comportamento, aumentando a dificuldade na fala. Para solucionar a escolha dos materiais e as posições das janelas influência na sonorização. (HOREVICZ; CUNHO, 2007)

Segundo Horevicz; Cunho (2007) “o cheiro é o mais evocativo dos sentidos” pois tem uma conexão com o lado emocional e com o cérebro que gera os estímulos de libertar as memórias. Os cheiros agradáveis auxiliam na redução do estresse e ajuda na percepção de sentir a dor diminuir, já os aromas desagradáveis causa aumento nos batimentos cardíacos.

A pele é uma das maiores influenciadoras dos sentidos, devido a sensações de conforto da qualidade do ar e temperatura é sentida pela pele. Nos tratamentos é possível o uso de diversos tecidos e acabamentos que proporciona conforto aos pacientes. Uma opção é o uso de elementos externos, como vegetação que são elementos ricos em texturas que estimulam o corpo do ser humano positivamente. (VASCONCELOS, 2007)

## Considerações Finais

A humanização hospitalar é visa se atentar ao bem-estar e conforto dos pacientes, tratando, dessa forma, os ambientes de estabelecimentos de assistência à saúde. Não só aos enfermos, mas a todos os profissionais que possuem contato direto ou indireto que disponibilizam o tratamento de forma qualificada.

Entender a importância dos espaços hospitalares na recuperação e terapia dos utentes, é o primeiro passo para a implantação dessa temática na concepção projetual dos arquitetos na tipologia de edifícios destinados aos serviços de saúde.

Através desse estudo foi possível evidenciar a importância dos elementos que influenciam os pacientes que estão em recuperação, e como cada uma das partes analisadas aqui auxilia no processo de cura, resultando em redução de pacientes no período de estadia nos ambientes hospitalares, acarretando em economia para a gestão hospitalar.

## Referências

CIACO, Ricardo. **A Arquitetura no Processo de Humanização dos Ambientes Hospitalares**. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

GARCIA, Ivana et al. **Humanização na hotelaria hospitalar: Um diferencial no cuidado com o paciente**. 2016

MEZZOMO, Augusto. **Fundamentos da Humanização hospitalar: uma visão hoslística**. 2012.

HOREVICZ, Elisabete; CUNHO, Ivanóe. **A humanização de ambientes hospitalares**.2007.

KOTH, Deyse. **A influência da iluminação e das cores no ambiente hospitalar: a saúde vista com outros olhos**.2013.4

VASCONCELOS, Renata. **Humanização de ambientes hospitalares: Características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior**.2004.



## ANALISE DO CONFORTO ACÚSTICO NO MONTES CLAROS SHOPPING CENTER: um estudo de caso

**Lucas Cavalcante Assis** Docente FAVAG. E-mail: lucascavalcanteassis@gmail.com

**Fabiene Débora Oliveira Santos** Discente FAVAG. E-mail:deboraf812@icloud.com

### Introdução

A releitura dos shoppings (ou centro de compras, em sua tradução) no contexto brasileiro, tomou os centros urbanos como forma de oportunidades ao uso de espaços privados abertos ao público. O fluxo de visitantes em shoppings é diverso e, de acordo com presidente da Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers), as empresas atuam para o fortalecimento e desenvolvimento do setor e para a defesa dos interesses dos shoppings centers. De acordo com Humai (2019) para o sítio eletrônico *Reuters* "os shoppings se tornaram ponto de destino das famílias, como centros de convivência e conveniência, além de destino de compras". As pessoas geralmente escolhem o uso dos centros de compra visando o conforto que esse tipo de empreendimento oferece e, por consequência do número de usuários nesses estabelecimentos, a movimentação gera incômodos acústicos provocados pelos diálogos ao longo dos corredores, praças de alimentação e praças de recreação - o que acaba causando certo desconforto de ruídos no espaço para quem o frequenta.

As soluções acústicas tidas nas Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR) para a arquitetura, mostram caminhos adequados para se propor, através do pensamento projetual, soluções ao melhoramento da experiência do usuário no ambiente construído de tipologias comerciais como estas. É possível apontar que as pessoas que frequentam shoppings estão em busca de um local agradável em sua experiência como consumidor, mas, em contraponto, a falta de um projeto acústico que congregue soluções para os ruídos que estes locais produzem, pode incorrer em incômodos que levem ao usuário optar pela evasão de locais como estes, dependendo da intensidade de barulhos.

De acordo com Russo (1999), a exposição a ruídos ambientais tornou-se objeto de pesquisa em vários países, inclusive no Brasil, visto que a elevação dos seus níveis sonoros vem sendo considerável nos últimos anos, levando muitas vezes a perdas auditivas irreversíveis. Sendo assim, o controle do nível do ruído na área da acústica arquitetônica em edificações no Brasil e no mundo, tem por objetivo eliminar ou reduzir a presença de sons indesejados que possam causar incômodos.

No Montes Claros Shopping Center, que está localizado na cidade de Montes Claros (MG) - a maior cidade do norte de Minas, é possível identificar, principalmente na praça de alimentação e praça de recreação, o alto índice de pessoas reunidas nesses pontos. Um ambiente com alto nível de ruído torna limitada não só o nível de compreensão da fala complicando a comunicação, mas provocando também o desconforto aos usuários, além de poder comprometer a saúde dos funcionários que ficam expostos constantemente a níveis elevados de ruído por períodos prolongados.

Observa-se que empreendedores, ao desenvolverem essa tipologia de projeto, idealizam estéticas arquitetônicas ousadas e atraentes na concepção de iluminação e cores, no entanto, pode-se identificar a falta de atenção ao tratamento das proposições a respeito da acústico e minimização dos ruídos nesses ambientes. Partindo desse ponto, o presente trabalho visa

analisar falhas projetuais na acústica do Shopping Center de Montes Claros, dando foco nas praças de convivência, para que se possa observar a reverberação do som no espaço. Assim, se discorre sobre os materiais utilizados a fim de verificar o que possibilita uma acústica inadequada para os frequentadores de tais espaços, propõe-se uma busca pela análise iconográfica e por pesquisas bibliográficas com propósito de identificar recomendações acerca da melhoria das condições de lazer nos espaços de shoppings.

## Metodologia

Para obter dados necessários ao estudo da acústica na arquitetura, sobre o que pode provocar os ruídos nos ambientes e normas foi feita pesquisas bibliográficas acerca do assunto. Os artigos científicos de fundamental importância foram estudados para que pudessem acrescentar o embasamento necessário para se fazer o desenvolvimento do trabalho à luz da ciência.

Com caráter descritivo, o artigo propôs as observações e análises de pontos do Montes Claros Shopping Center em busca de apontar dados que mostrassem o que é prejudicial ao desenvolvimento acústico do edifício.

Acrescentando à pesquisa de campo a fim de coletar informações para identificar fatores que comprovassem as observações, foi feita a coleta de dados em visita à praça de alimentação do Shopping que será analisado ao longo deste estudo, para constatar a acústica com um aplicativo IOS Decibel X por aparelho telefônico, constatando o Db (decibel) do local, sendo realmente a longo período um incômodo para as pessoas.

## Resultados e discussão

A definição de ruído é fenômeno físico que indica uma mistura de sons cujas frequências não seguem nenhuma lei precisa.

Contudo dependendo do tempo Db pode causar sérias consequências. Estudos apontam que o ruído fora de controle é um dos agentes mais nocivos à saúde humana, causando perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo e até mesmo impotência sexual.

**Tabela 1** : de valores de referência para ruído e seus efeitos na saúde:

Ambiente	Efeito crítico de saúde	Níveis de som dB(A)	Tempo de exposição (horas)
Áreas de convivência ao ar livre	Irritação	50 - 55	16
Habitacões – recinto fechado	Inteligibilidade de fala	35	16
Quartos	Perturbação do sono	30	8
Salas de aula escolares	Perturbação da comunidade	35	Durante o período de aula
Industrial, comercial e áreas de tráfego	Debilitação auditiva	70	24
Música – fones de ouvido	Debilitação auditiva	85	1
Festas e eventos	Debilitação auditiva	100	4

Fonte : Dissertação: Análise de conforto acústico em shopping center//repositorio.ufsc.br

## ACÚSTICA DO SHOPPING CENTER DE MONTES CLAROS: um estudo de caso.

Para desenvolver a análise dos ruídos do edifício do Montes Claros Shopping Center, realizou-se uma pesquisa de campo para captar dados da medição da acústica do local. Foram feitas coletas dessas informações em um domingo, no qual se pode perceber uma maior circulação de visitantes, com o aplicativo IOS Decibel x.

Decibel X é um aplicativo medidor de som altamente confiável e pré-calibrado que suporta altas frequências, com filtros de potências : ITU-R, 468, A, B, C,Z.

A coleta de dados feita no domingo (que tem maior fluxo de pessoas nas praças de alimentação) pelo aplicativo Decibel X, o aparelho celular foi colocado próximo ao meio da praça de alimentação para uma medida mais sensata.

Figura 1: O Decibel constatado no shopping ultrapassa o limite para um conforto auditivo, podendo gerar danos com um tempo de exposição no local.



Fonte: Acervo Pessoal

## RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SHOPPING CENTERS

Na elaboração dos projetos de arquitetura de shopping centers, algumas recomendações podem ser alinhavadas:

- Realizar um estudo de necessidades do empreendedor e elaborar o organograma e fluxograma que atenda as partes comerciais, econômicas e todos os conceitos de conforto ambiental.
- Preocupar-se com as especificações dos materiais de revestimentos de cada ambiente, de forma a proporcionar o tempo de reverberação correto para cada ambiente.

### Considerações finais

Este trabalho possibilitou entender a acústica ruim do Shopping Center de Montes Claros. Com isso, pôde-se perceber a necessidade de projetos arquitetônicos desenvolvidos visando o conforto acústico.

Para se atingir uma compreensão dessa realidade, definiram-se três objetivos específicos. O primeiro analisar os principais materiais que prejudicam acústica ambiental do shopping, com o intuito de mostrar a importância dos materiais na construção. O Segundo, levantamento de dados dos ruídos e o Decibel, com o uso de um aplicativo do IOS que permitiu medir os ruídos do local. O que constatou que os ruídos estão acima do que é aceito pela NBR 10.152. Após o levantamento de dados o terceiro objetivo visa desenvolver recomendações para futuras reformas no Shopping.

A conclusão final é que ao desenvolver um projeto arquitetônico de um local que visa receber um público grande e que pode haver aglomeração, deve-se ter uma maior preocupação em desenvolver um projeto acústico que evite problemas futuros aos usuários do local.

Referências:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10.151:2000. **Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade –** Procedimento. ABNT, Rio de Janeiro: 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10.152:1987. **Acústica – Avaliação do ruído ambiente em recintos de edificação visando o conforto dos usuários –** Procedimento. ABNT, Rio de Janeiro: 1987.
- HUMAI, Glaucio. **Fluxo de visitantes em shopping Centers do Brasil**, 2019. Link: <https://br.reuters.com/article/idBRKCN1PH1WI-OBRBS> - acessado em: 31/05/2019.
- KUSAKAWA, Marisa. **Análise do conforto acústico em shopping center: um estudo de caso.** <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84230/196577.pdf?sequence=1&isAllowed=y> – data de acesso em: 25/05/2019.
- RUSSO, I. C. P. **Acústica e Psicoacústica aplicadas à Fonoaudiologia**. 2ª. ed. ver. ampl. São Paulo: Lovise, 1999.

## **TRANSFORMAÇÃO DE VAZIOS URBANOS EM ESPAÇOS PROVEDORES DE CONVÍVIO SOCIAL E RESGATE DA MEMÓRIA DOS MORADORES DA CIDADE DE JANAÚBA (MG)**

**Lucas Cavalcante (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: lucascavalcanteassis@gmail.com

**Jane Kelly de Souza Silva** Discente FAVAG. e-mail: jane-kelly123@hotmail.com

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as possibilidades de implantação de um Parque Urbano na cidade de Janaúba (MG), através de ideias relacionadas a saúde, bem-estar, entretenimento, esporte, sociabilidade e valorização das memórias. O intuito é estudar a inserção de espaços qualificados destinados ao convívio público social.

O surgimento dos parques urbanos se deu devido a necessidade do ser humano em ter um espaço para descontração. De acordo com Kliass (1993), os parques urbanos são denominados espaços livres com uma extensão maior que uma quadra típica. Essa área é subdividida em espaços destinados dedicados a sociabilidade da massa urbana, com suas funções voltadas não somente a contemplação, mas ao lazer e interação social. Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000) afirmam que parques urbanos são espaços livres públicos com função onde predomina a recreação, em geral apresentando componentes aliados a paisagem nativa e natural.

Embora a importância dos parques seja de cunho estético para as cidades, devido ao crescimento das cidades, alavancado pela Revolução Industrial, e decorrente do êxodo rural, as necessidades de espaços munidos de ar fresco foram surgindo. Com a diminuição das áreas verdes a insalubridade e a falta de higienização aumentaram devido ao número de habitantes nas cidades, Silva (2003). Com isso, os espaços em meio ao contato com a natureza passaram a ser os locais mais escolhidos pelas pessoas, como um refúgio do dinamismo contemporâneo, da poluição do ar e sonora que as cidades apresentavam, oferecendo-lhes conforto e tranquilidade e qualidade de vida, Bovo (2008).

Os autores Szeremeta e Zannin (2013) citam que parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Uma vez que proporcionam contato com a natureza, esses espaços quando adequados e atrativos, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer. Tais atividades trazem benefícios psicológicos, sociais e físicos a saúde dos usuários, a redução do sedentarismo é um forte indicio desses benefícios.

Os parques urbanos tiveram origem no final século XVIII, como resposta a demanda das precárias condições de insalubridade e higienização em que a população vivia decorrente da Revolução Industrial. Surge então, a necessidade de criar locais destinados ao lazer. Em consequência do êxodo rural, as cidades industriais se encontravam desorganizadas e sujas. As habitações eram impróprias para as famílias, uma vez que os lotes eram cada vez mais reduzidos e ocupados pelas indústrias. Graças a esse movimento, surgem filosofias que abarcam a necessidade de melhorar esses espaços com vistas a garantir uma relação da natureza com a sociedade. Silva (2003) reforça a ideia de uma cidade poluída e de maus costumes. Diante dessa realidade, o campo passa a ser um local desejado, por possuir ar fresco e tranquilidade. Esse movimento leva a uma valorização do campo e das áreas verdes no espaço urbano.

Os autores Peluso, e Blay, S. (2004) citam que estudos recentes revelam a avaliação da população geral, identifica-se descrições sintomatológicas da depressão e suas causas atribuídas. Tais estudos afirmam que o público reconhece a depressão como problema emocional ou de saúde mental. As principais causas atribuídas são de natureza psicossocial, principalmente eventos estressantes na vida da pessoa, como a rotina, sobrecarga de trabalho, stress. Dificilmente as causas da depressão são de natureza biológica ou espiritual.

Diante disso, o trabalho segue uma linha de pesquisa que busca entender as necessidades da sociedade quanto a espaços verdes, de maneira que venha a contribuir para o bem-estar das pessoas que utilizam desses espaços, usufruindo de todas os benefícios apresentados. A pesquisa leva em conta toda trajetória dos parques, desde a origem, função e como são vistos nos dias atuais.

## **Metodologia**

Essa Pesquisa se classifica como exploratória e descritiva pois, na fase de conceitos foi feito levantamento documental com base nos dados disponibilizados pela prefeitura de Janaúba (MG), pesquisa bibliográfica com os autores de referência, e observações realizadas em campo pela autora onde foi pontuado os serviços que o bairro dispõe e sua potencialidade foram essenciais para a escolha do terreno. Outro material que contribuiu fortemente foram os levantamentos de estudos de casos que apresentou diversas soluções e pontos chaves para serem abordados nesse presente trabalho.

## **Resultados e discussão**

Os resultados são obtidos com base nas citações dos autores que contribuirão para a compreensão da ideia de parque urbano como ferramenta primordial para a cidade, as etapas já realizadas foram:

- Levantamento bibliográfico
- Análise de estudos de casos em âmbito mundial, nacional e regional
- Estudo do terreno e seus condicionantes físicos e subjetivos
- Levantamento de espécies vegetais nativas no terreno

## **Considerações Finais**

Portanto a premissa da pesquisa é, buscar entender as necessidades da população quanto aos parques urbanos. Os estudos preliminares foram primordiais para o decorrer dessa pesquisa, onde podemos observar que a integração social com o meio natural é possível, e de suma importância. Podendo alinhar diversas atividades no mesmo espaço, que modo a atender a população. Avaliando a importância dos parques urbanos, como área de distração e saúde física e mental.

A análise do local mostrou a real situação do terreno perante a cidade de Janaúba, e revelou o potencial que a área possui, devido a sua relação com o entorno, as vias de circulação e os acessos.

Esta pesquisa estimula o pensamento das pessoas quanto ao parque não somente como espaço destinado ao lazer, mas como feramente de saúde e contato com a natureza. Ferramenta essencial para a organização e estruturação urbana.



## Referências

- KLIASS, Rosa Grena. **Os parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- BOVO, Marcos C. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá** – PR. 2009. 324 folhas. Graduação em Geografia, produção do espaço geográfico. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente. São Paulo.
- SILVA, LUCIENE DE J. M. DA. **Parques Urbanos: A Natureza na Cidade -uma análise da percepção dos atores urbanos**. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política
- PELUSO, E; BLAY, S. **Percepção da depressão pela população da cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, Brasil,2004.
- SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. **A importância dos Parques Urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades**. Curitiba: R. Ra' e Ga de Curitiba 2013.

## CEMITÉRIO VERTICAL CONTEMPORÂNEO

**Lucas Cavalcante (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: lucascavalcanteassis@gmail.com

**Karolynne Caires Soares Cangussu** Discente FAVAG. e-mail: jane-kelly123@hotmail.com

### Introdução

De acordo a necessidade da demanda de espaços no cemitério da cidade de Janaúba, foi o que me elevou a pensar na possibilidade de sanar estes problemas já decorrentes em cemitérios já superlotados. Então, para a execução do trabalho foi feito um estudo científico, desde o entendimento do homem primata até os dias de hoje perante a morte e os tipos de sepultamentos. Com pesquisas em tipos de culturas e religiões, estudo de campo na cidade de Janaúba foi necessário para compreender as necessidades de acessibilidade, acúmulos de lixos sólidos, segurança, vários tipos de contaminação com a má conservação os túmulos e dentre mais detalhes de pesquisa, desde um dia de sepultamento ao dia chuvoso ao outro com o sol escaldante e outros dias somente de visitação e pouquíssimas manutenções que os cemitérios ainda dispõem.

O assunto não é muito confortável, mas necessário, então buscar estudos sob o mesmo é fundamental. Entender desde os primórdios até os tempos de hoje, as crenças culturais e problemas ambientais que atenda o caso sepultamento. Ao estudar a história do homem nota se a necessidade de pensar num tipo de sepultamento que atenda o meio ambiente, em crenças e culturas regionais, propondo um projeto e que atenda às necessidades estéticas e climáticas da região.

### Metodologias

Foram feitas buscas de referência em vários tipos de estudos como Teses sob comunicação e mudança de atitude, o olhar sob os cemitérios, os cemitérios em construção. Pesquisas em dissertações, avaliação do potencial de poluição no solo e nas águas subterrâneas decorrentes da atividade cemiterial, monografias sob religião, cultura e impacto ambiental, Cemitério parque em Bauru, Cemitério e crematório, Cemitério vertical sustentável. Artigos diversos nas áreas de impactos ambientais causados por cemitérios, Como a morte é vista em diferentes religiões e doutrinas, estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros, estudo sobre a configuração do espaço cemiterial com relação entre a arquitetura contemporânea, os rituais fúnebres nas diferentes religiões e culturas. Reflexões e descobertas em cemitério urbano, alimentando o luto, as medidas e as transformações de velório em Minas Gerais. A imagem da cidade por Kevin Lynch e arquitetura Da Cidade Por Aldo Rossi, foram os livros que contribuíram para entendimento globalizado do urbanismo perante as pessoas e as demandas de cada necessidade ao seu tempo e seu lugar. (LYNCH, 1973).

### Resultados e discussão

## Atual cemitério campo da paz (Janaúba MG)

Como mostra na Figura 01 esta é a fachada do cemitério campo da paz que fica situado a BR 122 que dá acesso à cidade Jaíba, foi inaugurado no ano 1990 com administração do prefeito Aldimar Rodrigues, tem uma área de 48.160m<sup>2</sup>, e hoje já está em estado de emergência devido à ocupação total do terreno evidenciado na Figura 02. Encontra-se lotado, aqui é atendidas famílias com jazidos ou sepultamentos em covas funcionais, que vão sendo reutilizadas de três em três anos para outros sepultamentos. Somente a primeira rua interna é pavimentada, o restante de vias estão com muito mato e lixo sólidos. Ele possui ruas laterais espaçadas porém sem pavimentação, e entre os túmulos não tem um a logística. Possui uma varanda de eucalipto e telhas cerâmicas para missas e velório, tem 02 banheiros aos fundos dessa varanda, iluminação precária, poucos túmulos sem manutenção.



**Figura 20:** Fachada e entrada do cemitério

**Fonte:** pesquisa de campo (2018)



**Figura 21:** Estado de superlotação

**Fonte:** pesquisa de campo (2018)

## Considerações finais

Fazendo um apanhado final deste trabalho, vejo quanto foi difícil essas pesquisas e o quanto foi importante aprofundar nestes conhecimentos, para ter outra visão de uma arquitetura cemiterial que não só atenda às necessidades de locação, espaços e proteção com o meio ambiente, mais o respeito às crenças e costumes. Mesmo sendo um tema que cause espanto foi uma quebra de paradigmas que foi quebrado. Permanecer no cemitério tradicional, que não consegue atender as diversas demandas e dentre elas a falta de dignidade de um local praticamente abandonado pelas autoridades. Ou inovar sem deixar suas crenças e nem religiões de lado, que permita a arquitetura buscar uma maneira de que estas pessoas neste momento tão difícil sintam paz e acolhimento na nova proposta de cemitério verticalizado. Ao referencial teórico, foi feita as buscas profundas, desde quando os primórdios se preocuparam em sepultar os seus. Nos tipos de cemitérios e seus riscos ambientais. A ligação profunda da fé perante a morte, as diversas religiões pelo mundo. A dor de quem fica o processo do luto. Dentre tantas pesquisas, entendemos que a arquitetura de cemitério tem que pensado pela fé e regionalidade do local que ela será inserida. Com experiências vista no referencial projetual, entendemos que cada edificação tem sua identidade própria pela própria identidade do local. Usando elementos que retratam o clima da região local, seco e frio. Outros totalmente voltados para suas crenças e costumes, mas que buscaram meios arquitetônicos para não afastar suas crenças. Alguns casos tiveram que se adaptar ao terreno íngreme e por sua vez foi concebido o projeto de verticalização cemiterial. No caso de Santos foi uma inovação que se estendeu até o ganho dos records, como mais alto cemitério. Que hoje atende uma demanda que não para de crescer. No estudo de caso local, é gritante a decadência e falta de respeito com aquele local. Com grandes acúmulos de lixo sólido e falta de manutenções, hoje eles trabalham com os cemitérios lotados tem o uso de túmulos de famílias que já tem seus terrenos e de covas de remanejamentos, que são reutilizadas de 03 em 03 anos. Então por fim um levantamento do terreno escolhido, com seus pontos fortes e fracos. Deparamos com muita arborização onde menos precisamos que é o leste, mas que em contra partida ajuda no bloqueio sonoro da BR122. Na fachada temos a via arterial, mas nos beneficiamos de duas ruas laterais de vias locais que ajudará nos fluxos internos do projeto. A proposta é de uma arquitetura singular que atenda o contexto ambiental e social de cemitério vertical no norte de Minas.

## Referências

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 1973.

## OS INCÔMODOS ACÚSTICOS EM APARTAMENTOS: uma revisão bibliográfica

**Lucas Guimarães Cavalcante de Assis** Docente FAVAG, e-mail: lucascavalcanteassis@gmail.com

**Tatiane Martins Reis Cunha** Discente FAVAG, e-mail: tati\_reismg@hotmail.com

### 1 Introdução

Os ruídos, provocam grande incômodo no interior de apartamentos quando em suas estruturas não se apresenta com uma acústica suficiente. Na maioria das vezes, os ruídos são gerados no exterior do espaço construído; para que ocorra a isolamento é necessário reforçar a estrutura da fachada, janelas, portas, paredes, pisos, tetos, frestas e/ou fendas.

O trabalho tem como objetivo apontar soluções de conforto para moradores que pretendem ter uma habitação adequada ao seus momentos de privacidade e descanso. Dessa maneira, aponta-se meios de solucionar, na maioria das vezes, os transtornos causados por edificações não planejadas acusticamente ou edificações em andamento que possam estar evitando esses futuros incômodos. Com isso, o estudo anuncia contribuições para melhoria na qualidade de vida e saúde, proporcionando à experiência do habitar livre de transtornos, como o estresse aos ruídos que ocorrem no dia a dia.

### 2 Metodologia

A metodologia foi por meio de uma revisão bibliográfica, pesquisas de resultados e artigos referentes a ruídos sonoros externos e internos, sobre materiais de qualidade para a isolamento dos elementos do ambiente adequando as normas da ABNT NBR15575 (2013) e por meio de estudos de autores como AKKERMAN, D.; PIERRARD, J.F, SILVA, entre outros, assim identificar materiais para uma acústica que esteja dentro dos parâmetros da norma.

### 3 Resultados e discussão

#### 3.1 RUÍDOS SONOROS INTERNOS

##### 3.1.1 (PROBLEMA RUÍDOS DE IMPACTO TRANSMITIDOS PELAS LAJES)

□ **SOLUÇÃO A:** – SUBSTITUIR O PISO NO APARTAMENTO QUE EMITE OS RUÍDOS

Troca do piso do apartamento gerador de ruídos por uma solução flexível (carpete, lã de vidro, por exemplo) ou flutuante (madeira, laminado, vinílico, etc.). Propiciar condições mínimas de desempenho acústico no interior da edificação, com relação a fontes padronizadas de ruídos de impacto.



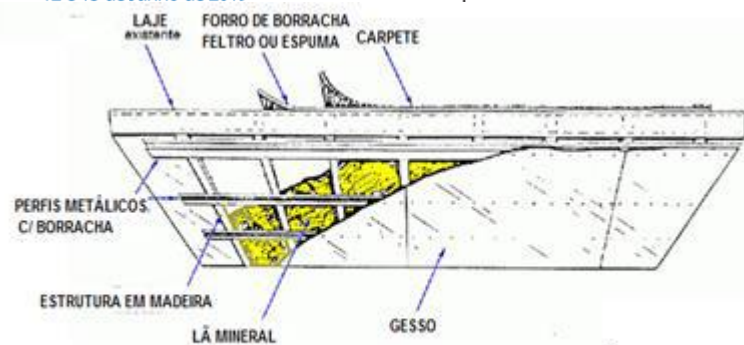


Figura 2: Materiais Isolantes

<http://www.speeddry.com.br/porta-acustica-apartamento>

Exemplo site: Figura 1: Ruídos impacto. Disponível em: <https://www.espacosmart.com.br/optima-piso/>

## □ SOLUÇÃO B – ISOLAR O APARTAMENTO QUE SOFRE COM OS RUÍDOS

Dificuldades em entrar em acordo com o vizinho. O método mais eficaz para isso é seguindo o conceito “caixa dentro de caixa”, (placas de gesso recheadas com materiais isolantes no forro e nas paredes).



Figura 2: Materiais Isolantes

<http://www.speeddry.com.br/porta-acustica-apartamento>

Exemplo :Figura 2: Materiais Isolantes. Exemplo no Anexo: <http://www.speeddry.com.br/porta-acustica-apartamento>

## □ SOLUÇÃO C-ISOLAR TUBULAÇÕES

Com o uso de abraçadeiras com anel de neoprene ou outro material resiliente. Além disso, as tubulações podem ser cobertas por materiais isolantes (**lãs minerais**, por exemplo).

## RUÍDOS SONOROS EXTERNOS

### □ SOLUÇÃO A- RUÍDOS DA CASA DE MÁQUINAS E DE ELEVADORES

Instalação de absorvedores acústicos: Envolver a casa de máquinas (elevador e bombas) com uma combinação de materiais isolantes e absorvedores acústicos (espumas e placas). Isolação acústica de vedações externas. Segundo norma(2013), Propiciar condições mínimas de desempenho acústico da edificação, com relação a fontes normalizadas de ruídos externos aéreos.





Figura 4: Máquinas de elevadores Fonte:

<http://crel.com.br/solucoes/adequacao-de-normas/>

Figura 4 em anexo: Máquinas de elevadores. **Fonte:** <http://crel.com.br/solucoes/adequacao-de-normas/>

## RUÍDOS AÉREOS

### □ SOLUÇÃO B – COLOCAÇÃO DE JANELAS ACÚSTICAS

Com vidros mais espessos (duplos ou triplos) e caixilhos mais robustos e estanques, essas janelas podem diminuir bastante a entrada de ruído externo. Pode variar de 30 a 40dB.



Figura 5: Janela acústica

[https://www.solucoesindustriais.com.br/empresa/instalacoes\\_e Equipamento Industrial/thermo-acustica](https://www.solucoesindustriais.com.br/empresa/instalacoes_e Equipamento Industrial/thermo-acustica)

Exemplo no anexo: Figura 5: Janela acústica.

[https://www.solucoesindustriais.com.br/empresa/instalacoes\\_e Equipamento Industrial/thermo-acustica](https://www.solucoesindustriais.com.br/empresa/instalacoes_e Equipamento Industrial/thermo-acustica)

### □ SOLUÇÃO C – COLOCAÇÃO DE FORROS ACÚSTICOS

Quando o emissor do ruído aéreo é um vizinho do andar de cima, é possível atenuar o problema com a instalação de um forro acústico estruturado com perfis de drywall. Chegam a isolar de 64 dB a 66 dB. A Norma de Desempenho NBR 15.575 estabelece um nível mínimo de 45 dB de isolamento.



Tipo de construção	Sem isolamento	Isolação com lã mineral
Chapa de gesso (12,5 mm) Cavidade entre as chapas (48 mm) Chapa de gesso (12,5 mm) Espessura total da parede = 73 mm	33 dB	43 dB

Figura 6. Forro acústico de drywall

Fonte: <http://www.abraliso.org.br/acustica.html>

Exemplo no Anexo: Figura 6. Forro acústico de drywall

Fonte: <http://www.abraliso.org.br/acustica.html>

## □ SOLUÇÃO D: ISOLAR OS AMBIENTES BARULHENTOS

Salões e academias podem, por exemplo, dispor de forros acústicos (de fibra mineral, lã de vidro ou espuma) que ajudam a absorver as ondas sonoras, segundo pesquisas.



Figura 7: Lã de vidro

<http://www.acusterm.com.br/produto/la-de-vidro>

REDUÇÃO SONORA(dB)	% de melhoria perceptível
02	28
03	30
04	36
05	45
06	50
07	55
08	60
09	65
10	68
11	71
12	74
13	75

Fonte: <http://www.abraliso.org.br/acustica.html>

Tabela - percentual de melhorias perceptíveis em função da redução de ruído.

Exemplo no Anexo: Figura 7: Lã de vidro

Tabela 7.1 Tabela - percentual de melhorias perceptíveis em função da redução de ruído.

## 4. Considerações finais

Mediante aos estudos realizados os resultados acústico, caracteriza em uma qualidade de vida melhor e distante de problemas de saúde e conforto, causados por diversos fatores relacionados a acústica do ambiente. Contudo priorizar de materiais adequados e fazer toda um análise de uma obra, das suas necessidades e prioridades ao morador deste ambiente, o estudo permite acrescentar conhecimentos e torná-los como meios de soluções nas construções após ocupação e evitando problemas futuros.

## 5. Referências

AKKERMAN, D.; PIERRARD, J.F. **Manual ProAcústica sobre a Norma de Desempenho LabEEE**. Disponível

em:<[www.labeee.ufsc.br/sites/default/files/.../proacustica\\_manualnorma\\_nov\\_2013](http://www.labeee.ufsc.br/sites/default/files/.../proacustica_manualnorma_nov_2013)> Acesso em:06/06/2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15.575 – Edificações Habitacionais – Desempenho, 2013.

ABRALISCO ACÚSTICA. Disponível em:<<http://www.abraliso.org.br/acustica.html>> Acesso em:11/06/2019.

## AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM ÁREAS DE LAZER ECOLÓGICO NA CIDADE DE JANAÚBA E NOVA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA ESSAS ÁREAS

**Maria Isabela Silva Mendes.** Discente FAVAG. E-mail: [mariaisabella.silva.25@gmail.com](mailto:mariaisabella.silva.25@gmail.com)

**Luciana Cardoso Nogueira Londe (Orientadora).** Docente FAVAG. E-mail: [luciananogueiralonde@gmail.com](mailto:luciananogueiralonde@gmail.com)

### Introdução

A temática sobre o ecoturismo, nos últimos 30 anos, vem ganhando espaço de discussão e se torna foco na elaboração de princípios e estratégias de governo, empresas, organizações não governamentais instituições educacionais, financeiras e dos principais organismos mundiais. Seu conceito reflete a preocupação de uma consciência mundial decorrente da crise econômica, social e ambiental. Com a discussão sobre esse assunto surgiu o chamado turismo sustentável, visando uma nova ordem ética na prática do turismo. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo sustentável prioriza alternativas estratégicas diferenciadas perante o turismo convencional, visando à eficiência econômica, conservação ambiental e inclusão social. O conceito do ecoturismo implica, entre outras questões, orientar a realização da atividade turística com base nas ideias difundidas nos pressupostos da sustentabilidade. Isso implica na definição e exploração de produtos turísticos e suas especificidades, buscando competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações (BETHONICO, 2009).

A conscientização quanto ao uso racional do meio ambiente é um dos grandes desafios do mundo atual. A educação ambiental tem uma grande importância de sensibilizar a comunidade para preservar os locais turísticos de forma racional para não prejudicar os históricos naturais e culturais, promovendo o turismo sustentável na região. Portanto, a sensibilização da população do município de Janaúba é crucial para a preservação do meio ambiente que ele disponibiliza.

O processo de aprendizagem sobre a Educação Ambiental não deve ser restringido apenas à transmissão de conhecimentos, como à herança cultural de um povo ou a simples preocupação com a formulação integral do educando, inserido em seu contexto social. Deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, reflexivo, criativo e político, com intuito de transmitir conhecimentos a partir da discussão dos problemas comunitários e de sua realidade individual e social em sua comunidade (DRUMOND et al., 2005)

A região de Janaúba além de sofrer com a crise hídrica está a mercê de sua população que não tem a sensibilidade de conservação das áreas naturais que esses municípios disponibilizam, dessa forma, esse trabalho tem o objetivo de objetiva-se verificar os impactos ambientais em algumas áreas de lazer ecológico na cidade de Janaúba sugerindo-se um novo modelo de planejamento ambiental para a conservação dessas áreas.

### Metodologia

O trabalho realizado foi de campo com descrição dos impactos ambientais nas áreas de lazer ecológico do município de Janaúba.

Foram analisadas 8 áreas de lazer, são elas: Associação do Bico da Pedra (ABIP), Balneário Bico da Pedra, Barragem, Caiçara Praia Clube, Fundo do Caiçara, Prainha do Getúlio, Rio Zica e Rio Gorutuba (Copo Sujo).

Foram analisados os seguintes tipos de impactos ambientais: descarte irregular de resíduos; exploração de recursos naturais; urbanização mal planejada; atividade mineradora; erosão da área urbana; agropecuária e erosão; desmatamento; poluição por agrotóxicos; destruição do ecossistema de peixes; condições sanitárias entre outras. Após avaliação dos principais tipos de impactos nessas áreas de lazer ambiental, foram propostas medidas mitigadoras para minimizar e/ou cessar essas condições de impacto ambiental.

## Resultados e Discussão

Na visita realizada ao Fundo do Caiçara foi constatado que o nível de degradação desse local é bastante elevado, fica nítido o descaso da população em relação ao ambiente usufruído.

Já no Caiçara Praia Clube é evidente a conservação do local, que além de ser privado, conta com um conjunto de associados que mantém financeiramente a área de lazer, apresentando um ambiente bem cuidado e preservado.

O Abip se encontra preservado, é uma área privada e que se mantém com o custeio de sócios que cuidam do local para uso próprio. A mata ciliar (vegetação que se encontra nas margens dos cursos d'água) do Rio Gorutuba ainda é existente nessa área, mas ainda necessita de alguns cuidados.

Após analisar o estado da barragem, ficou constatado que a mesma se encontra em um nível médio de preservação, tem a mata ciliar ainda existente em alguns pontos do local. Também foi observada a pouca quantidade de vegetação nativa na área, que se trata de uma área que abastece a agricultura (irrigação) e fornece água potável via COPASA para a população, devendo assim ser uma área com maior nível de preservação.

O Rio Gorutuba (Copo Sujo) é utilizado constantemente pela população de Janaúba para realizar serviços como; lavar roupas, carros e animais, sujando a água com produtos químicos. Outro grande problema também é o despejo de lixo no local, o volume desses detritos jogados nas águas tornou-se cada vez maior, superando a capacidade de purificação do rio, que é limitada. Com isso, é nítido que o nível de degradação é alta.

No Balneário (Bico da Pedra) foi analisado que mesmo contando com várias edificações ao redor, a área não tem um nível de degradação muito elevado, o assoreamento não foi evidente e a mata ciliar está preservada em sua maior parte, assim como grande parte da vegetação nativa existente. A qualidade da água ainda é boa, porém vários moradores e visitantes poluem o local jogando lixo na represa.

O Rio Zica encontra-se totalmente abandonado, não é mais frequentado por turistas., porém, devido a isso, o local está muito bem preservado. A mata ciliar se encontra preservada e ainda existe grande número de vegetação no local.

Na Prainha de Getúlio a função de lazer também não acontece mais. A degradação no local é nítida e o impacto antrópico, nesta localidade, é evidente. O local foi muito explorado comercialmente para retirada de areia, o que acabou provocando um assoreamento não natural no rio.

A prevenção é sempre a melhor atitude a se tomar. Investimento e implementação da educação ambiental desde os primórdios da vida humana e em todo o seu desenvolvimento

é a melhor forma de evitar que essas áreas de lazer se degradem por consequência de atitudes humanas, além disso, deve-se cobrar mais investimento do poder público para projetos de recuperação, manutenção e preservação dessas áreas, visando não somente o lazer da população, mas também todas as variantes de qualidade de vida que essas áreas proporcionam.

## Considerações finais

Com essa análise feita em cada área citada acima, foi constatado que as áreas de maior preservação são as de propriedade privada, que tem pessoas dedicadas a cuidar da limpeza e de todos os outros fatores que a área necessite, evitando acúmulo de lixo levado pelas pessoas, e evita também que alguém cometa algum tipo de dano ao local. Já nas áreas públicas que são as mais degradadas, fica nítido que o descaso é muito grande, principalmente relacionado aos cuidados com a preservação ou com a recuperação das áreas, que necessitam de uma medida imediata antes que a situação piore.

Portanto, é indiscutível o fato de que Janaúba necessita de medidas rápidas e eficazes para a resolução de tantos problemas encontrados, tais medidas já citadas acima, que de forma simples trabalharia tanto na prevenção quanto no reparo dos danos causados pelo ser humano ao meio natural.

## Referências

- ANTONINI, Y. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. 2. ed. Belo Horizonte: **Fundação Biodiversitas**, 2005. 222p.
- BETHONICO, M.B.M. Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros-MG: espaço território e atores **Tese (Doutorado)**. 2009. 290p. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.
- DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A. B. M.; SEBAIO, F. A.;



## ANÁLISE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO - estudo de caso em edifício de ensino

**Pedro César Almeida (orientador)** Docente FAVAG. e-mail: pedro.arqufv@gmail.com

**Gabriela Mendes Machado Soares** Docente FAVAG. e-mail: gabriella\_machado2013@hotmail.com

### Introdução

O setor da construção civil é responsável por aproximadamente 40% do consumo final de energia e por 27% das emissões totais de Gases de Efeito Estufa (GEE) no mundo (SHEN *et al.*, 2016). No Brasil, as edificações representam 42% do consumo de energia elétrica. Grande parte deste consumo se deve, predominantemente, ao condicionamento dos ambientes, iluminação artificial e aquecimento de água, que demandam energia durante todo o ciclo de vida da edificação (BEN, 2014). Tal estimativa de crescimento de demanda de energia para um futuro próximo representa um desafio em relação à geração de energia em termos de quantidade, qualidade, distribuição, sobretudo em relação ao impacto ambiental agregado, que normalmente é medido pelo índice de emissão de carbono (SHEN *et al.*, 2016).

Nesse contexto, têm surgido iniciativas relativas ao desenvolvimento sustentável no setor da construção civil, nas quais se destacam as seguintes diretrizes principais: dispositivos de geração de energia a partir de fontes renováveis instalados nos edifícios; dedução do consumo total de energia da edificação, sem que haja prejuízos quanto à realização de atividades previstas para a edificação; efficientização dos sistemas elétricos e de equipamento eletrônicos que consomem energia no edifício; adoção de estratégias bioclimáticas nas edificações.

Nesse sentido, um grande marco no cenário brasileiro foi a criação do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Eficiência Energética em Edificações (PBE-Edifica), estabelecido no ano de 2009, através da criação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de serviços e públicos (RTQ-C). Em 2010, houve a ampliação do programa com a publicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R).

No RTQ-C (INMETRO, 2013), a Pontuação Final (PT) de cada edificação é calculada a partir de uma avaliação de três parâmetros principais, sendo eles o EqNumEnv - Número representativo da eficiência da envoltória; EqNumS - Número representativo da eficiência de um edifício condicionado artificialmente; e o EqNumDPI - Número representativo da eficiência do sistema de iluminação. Segundo dados levantados pelo PROCEL, aproximadamente 70% do consumo de energia elétrica nos prédios de uso institucional correspondem aos sistemas de iluminação e climatização dessas edificações. Por esse motivo, as primeiras medidas de eficiência energética adotadas em edificações, normalmente, na efficientização de sistemas elétricos, como o sistema de iluminação.

Desse modo, esse trabalho objetivou a análise da eficiência energética quanto ao sistema de iluminação de uma edificação de ensino na cidade de Nova Porteirinha - MG, conforme o manual RTQ-C/Procel Edifica.

### Metodologia

Esse trabalho teve como principal estratégia de pesquisa o desenvolvimento de um estudo de caso, com intuito de buscar analisar a aplicar os critérios de eficiência energética relacionados ao sistema de iluminação em uma edificação de uso educacional.

O objeto de estudo definido consiste no pavilhão 1 de ensino da Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG), localizada na cidade de Nova Porteirinha-MG. A edificação analisada tem como finalidade principal o uso educacional de ensino superior e possuem funcionamento, sobretudo, no período noturno. Essas características fazem com que a demanda de iluminação artificial seja alta e, assim, haja grande necessidade de análise das condições de conforto e de eficiência energética, justificando a escolha do edifício.

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa ocorreu a partir das seguintes etapas:

- a) caracterização do objeto de estudo;
- b) levantamento de dados sobre o sistema de iluminação e consumo de energia;
- c) avaliação do nível de eficiência do sistema de iluminação segundo o RTQ-C;

## Resultados e discussão

Primeiramente foi realizado o levantamento arquitetônico da edificação, juntamente com a identificação das principais características dos ambientes. Com base nesse levantamento, os ambientes da edificação foram classificados conforme as finalidades das atividades realizadas, sendo elas: escolar, administrativa, de circulação, comercial e de serviço.

Com base nos critérios estabelecidos pelo RTQ-C, os ambientes foram analisados quanto ao cumprimento dos pré-requisitos específicos do sistema de iluminação: (i) divisão dos circuitos; (ii) contribuição da luz natural e; (iii) desligamento automático do sistema de iluminação.

Desses pré-requisitos, foi constatado que a edificação não atende somente ao “ii”, que torna obrigatório um controle de desligamento independente de uma fileira de luminárias que seja paralela às aberturas que permitem a entrada de iluminação natural. Como a edificação não atente a esse pré-requisito, o nível de eficiência energética referente ao sistema de iluminação poderia atingir, no máximo, a nota “C”.

No entanto, o critério do regulamento que prevê o cumprimento desse pré-requisito para que a edificação alcance o nível “A” é passível de questionamento, uma vez que a edificação possui principal uso durante o período noturno, quando não há como aproveitar a iluminação natural. Ou seja, o consumo de energia das edificações que apresentam uso predominante durante a noite praticamente não sofre alteração com o cumprimento ou não desse pré-requisito.

Feito essa ressalva, também foi constatado que os outros pré-requisitos (“i” e “iii”) foram atendidos devido ao fato da edificação não possuir ambientes com área superior à 250m<sup>2</sup>. Isto é, a edificação não possui divisão de circuitos e desligamento automático do sistema de iluminação, o que poderia trazer grande benefício com relação à eficiência energética. Porém, esses pré-requisitos são obrigatórios somente para o caso de grandes ambientes que são inexistentes no objeto de estudo.

Atividade	Área (m <sup>2</sup> )	Nível A (10,7W/m <sup>2</sup> )	Nível B (12,3W/m <sup>2</sup> )	Nível C (13,9W/m <sup>2</sup> )	Nível D (15,5W/m <sup>2</sup> )	Potência Real (W)
Escolar	1890,1	20224,1	23248,2	26272,4	29296,6	16310,0
Administrativo	608,8	6514,4	7488,5	8462,6	9436,7	4165,0
Circulação	1768,4	18921,8	21751,2	24580,6	27410,0	5310,0

Comercial	166,6	1782,5	2049,1	2315,6	2582,1	1095,0
Serviço	85,3	912,8	1049,3	1185,8	1322,3	370,0
<b>TOTAL</b>	<b>4519,2</b>	<b>48355,5</b>	<b>55586,3</b>	<b>62817,0</b>	<b>70047,8</b>	<b>27250,0</b>

**Quadro 1 – Potência real do sistema de iluminação da edificação**

A partir desses resultados foi possível constatar que os ambientes alcançaram nível “A” de eficiência do sistema de iluminação para todas as atividades. A Densidade de Potencial Total da edificação também apresentou o nível máximo de eficiência energética, resultando no valor de 6W/m<sup>2</sup>, abaixo do valor estipulado para o nível “A” de 10,7W/m<sup>2</sup>, referente à escolas e universidades (os ambientes de uso escolar correspondem à 51% da área total do edifício).

Portanto, concluiu-se que caso a edificação atendesse aos pré-requisitos referentes ao nível “A” de eficiência do sistema de iluminação, o resultado final seria o nível máximo de eficiência. No entanto, a diferença elevada entre o valor do DPI final da edificação e o limite definido pelo regulamento para o nível “A” de eficiência provocou questionamentos quanto aos motivos do consumo energético ser tão baixo. Tais questionamentos foram reforçados pela verificação que os tipos de lâmpadas identificados no levantamento *in loco* não correspondem aos modelos mais eficientes encontrados no mercado.

Nesse contexto, foi possível perceber que a análise de eficiência energética realizada precisaria de um estudo paralelo com objetivo de averiguar se o sistema de iluminação do edifício está em conformidade com a NBR 5413 (1992) - Iluminância de interiores. Ou seja, constatar se o baixo nível de consumo energético está relacionado ao não atendimento das médias mínimas de iluminância em interiores.

## Considerações Finais

A partir do estudo de caso realizado foi possível identificar que o sistema de iluminação possui nível “C” de eficiência energética, apesar de apresentar Densidade de Potência Total referente ao nível “A” estipulado pelo RTQ-C. Isto é, a nota alcançada não foi a máxima devido ao não atendimento de um dos pré-requisitos referente ao aproveitamento de iluminação natural pela edificação. Esse resultado proporcionou alguns questionamentos

quanto aos critérios estabelecidos pelo regulamento, uma vez que a edificação analisada possui uso, predominantemente, durante o período noturno, o que inviabiliza o aproveitamento da iluminação natural. Além disso, o valor da Densidade de Potência Total calculada pode indicar que o baixo consumo de energia se deve ao não atendimento os valores estipulados pela NBR 5413 (1992) - Iluminância de interiores. Desse modo, se fez necessário estabelecer uma pesquisa paralela com intuito de averiguar esses valores para, assim, avaliar a eficiência do sistema de iluminação de forma consistente.

## Referências

- BEN (2014), Balanço Energético Nacional de 2014. Ministério das Minas e Energia; Disponível em: <[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)>, Acesso em: Fevereiro 2019.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. Plano Nacional de Eficiência Energética. Brasília. 2011. 134 p.
- SHEN, L.; *et al.* *Research on the development of main policy instruments for improving building energy-efficiency.* *Jornal of Cleaner Production*, n. 112, p.1789-1803, 05/2016.
- INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos, RTQ-C. Eletrobrás, Inmetro, 2013. 5p.

# CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um estudo em empresas de Janaúba-MG**

**Arley Figueiredo Portugal (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: [arleysolos@yahoo.com.br](mailto:arleysolos@yahoo.com.br)

**Daniilo Tiago Antunes Medeiros** Discente FAVAG. e-mail: [ddaniiloantunes@gmail.com](mailto:ddaniiloantunes@gmail.com)

### **Introdução**

Aconteceu em Estocolmo (1972), a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que contou com a participação de 113 países e 250 organizações não governamentais e de vários órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), marcando a consagração da interdependência da comunidade para a solução dos problemas ambientais. Para o autor, essa foi a mais importante Conferência sobre o tema, e dividiu o ambientalíssimo em “antes” e “depois” de Estocolmo.

O século XXI impulsionou, no setor das organizações sociais brasileiras, o investimento em projetos sociais direcionados a ações, depois vieram discussões abordando o papel social das organizações, no que se refere às questões ambientais. De acordo com Maimon (1994), a década de 80 marca uma mudança na maneira como as empresas passaram a ver a questão ambiental associada ao seu processo produtivo.

Melo Neto e Froes (1999, p.80) entendem que a responsabilidade socioambiental das empresas pode ser percebida por meio de sua participação mais ativa em ações comunitárias da região onde estão situadas, além da preocupação em minorar possíveis problemas ambientais que sejam decorrentes do seu processo produtivo.

Esta nova maneira de gerir tem como instrumento principal a adoção da responsabilidade socioambiental, ou seja, integrar as estratégias comerciais, posturas éticas, sensíveis às necessidades dos grupos que, de alguma forma, são afetadas pelas atividades desenvolvidas pela empresa, buscando ao lado do lucro, o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Hoje os gestores querem se adequar e ter uma empresa responsável, atraindo o interesse dos acionistas, consumidores, fornecedores e profissionais, onde também obtenham valorização e as diferenciam em relação aos seus concorrentes.

Desenvolvimento sustentável é aquele que “busca atender as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. (Comissão Brundtland, 1987, Ethos).

Este estudo teve como objetivo descrever o entendimento sobre responsabilidade socioambiental, com o foco nas empresas do município de Janaúba - MG. Através desta pesquisa iremos ter menção do conhecimento dessas empresas, tendo em vista que se trata de obrigatoriedade por partes dos demais.

### **Metodologia**

A pesquisa desenvolvida tem natureza aplicada, onde buscamos o conhecimento das empresas de Janaúba; a abordagem do problema é qualitativa, na medida em que busca refletir a ótica dos gestores da empresa sobre o conhecimento da responsabilidade socioambiental;



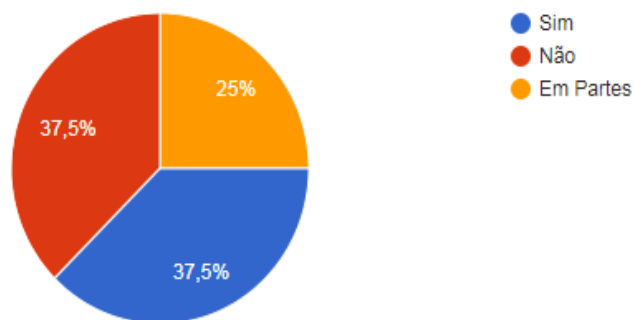
Para Gressler (2004) abordagem qualitativa é utilizada quando se busca descrever a complexidade de um determinado problema, não envolvendo a manipulação de dados e variáveis. Quanto ao seu objetivo é descritiva; e o procedimento técnico utilizado se enquadra como pesquisa de campo (GIL, 2008). Os dados foram coletados por meio de um instrumento de pesquisa (questionário) respondido por diretores e gerentes, contendo 12 (doze) perguntas e foram 16 questionários respondidos.

## Resultados e discussão

O resultado evidência uma grande diferença dos tipos de empresas. Com 82% das sociedade empresária limitada (LTDA), onde a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. O restante ficou entre Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli) 6%, Empresa de Pequeno Porte (EPP) 6% e Microempresa (ME) 6%.

Foi feita uma pergunta aos gestores sobre o que visa o conceito de sustentabilidade, onde é fundamental na política de segurança do meio ambiente e da saúde, nas empresas. De forma corretamente 60% responderam a alternativa 'D' onde dizia que visa Conciliar produção e crescimento econômico com preservação dos recursos naturais. As alternativas ficaram divididas em 20% entedia que visava demonstrar a total incompatibilidade entre crescimento econômico geração de emprego, renda e preservação ambiental, 6,7% Buscar permanentemente o aumento de produtividade e do crescimento econômica gerando emprego e renda, 6,7% Conciliar produção e crescimento econômico com preservação dos recursos naturais, 6,7% Manter os lucros da empresa melhorando as condições de trabalho dos funcionários. Uma empresa onde aplicamos o questionário optou não responder a essa pergunta.

Planejamento estratégico é uma competência da administração que auxilia gestores a pensar no longo prazo de uma organização. Alguns itens e passos cruciais para o plano estratégico são: missão, visão, objetivos, metas, criação de planos de ação e seu posterior acompanhamento. E uma das perguntas feita foi se os princípios do Desenvolvimento Sustentável, considerados os aspectos social e ambiental, estão incorporados ao planejamento estratégico? Teve 50% das respostas Sim, 43,8 Em Partes e 6,2% Não, identificando apenas uma empresa não utilizar esse método no aspecto sustentável.



**Fonte:** pesquisa elaborada pelo autor, maio 2019.

Com a grande importância da responsabilidade socioambiental, foi questionado a eles se teriam a responsabilidade socioambiental como parte da cultura da empresa? Foram dadas três alternativas de respostas, Sim, Não e Em Partes. Num total de 16 respostas, na primeira pergunta 75% responderam que Sim, e 25% em Partes, entendendo assim que todas as empresas tem uma visão da importância deste conceito.

Questionado se conseguem identificar formas de sua empresa utilizar a sustentabilidade dos seus produtos e serviços para obter uma vantagem sobre a concorrência.

O gráfico 1 mostra que 37,5% Sim, utilizam a sustentabilidade dos seus produtos para ter vantagens, mostrando assim que acreditam no diferencial da responsabilidade socioambiental. 25% das opções foram marcados em partes, e 37,5% marcaram em Não. Percebe-se que a uma divisão nas respostas dos entrevistados, e que muitas empresas ainda não entendi que pode se existir vantagens.

## Considerações Finais

Uma empresa socialmente responsável busca seu desenvolvimento econômico, associada ao desenvolvimento socioambiental, configurando-se a sustentabilidade, e, pois ladeado pela criação de uma nova referência do valor humano no que se refere ao relacionamento com seus acionistas, público interno, clientes, comunidade, fornecedores, concorrentes e governo.

Ressalta-se ainda, que a adoção dos novos conceitos empresariais faz refletir-se na nova visão onde os consumidores atentam para as certificações dos produtos ou serviços e passa a utilizar-se, em escala, dos seus fundamentos como critério na decisão de compra. Vale dizer, a busca da qualidade deixa de ser meramente retórica e passar a ser comprovada. E que o empresariado pode e deve participar juntamente com o Estado na formação da conscientização do consumidor para optarem por aquisição de produtos desenvolvidos sustentavelmente.

Percebeu-se, pois, que empresas que adotam práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, apresentam uma estrutura organizada. As empresas encontram, instrumento para permanecer no mercado competitivo e globalizado que se apresenta nos dias atuais, garantindo sua lucratividade que é a base de sua existência.

## Referências

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnica de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

MAIMON, D. Passaporte Verde Gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987, disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br), acessado em 06/06/2019.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Gestão de responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

## A POLÍTICA FISCAL E A ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2019

**Fabio Cantuária (orientador)** Docente FAVAG, e-mail: [cfabio694@gmail.com](mailto:cfabio694@gmail.com)

**Ailton Gabriel G. Batista** discente FAVAG, e-mail: [ailtongabriel55@yahoo.com](mailto:ailtongabriel55@yahoo.com)

**Daniel Santos Almeida** discente FAVAG, e-mail: [alemonesin321@gmail.com](mailto:alemonesin321@gmail.com)

**David Patrick R. Souza** discente FAVAG, e-mail: [davidpatrickhd@gmail.com](mailto:davidpatrickhd@gmail.com)

**Henrique Borloni Rosa** discente FAVAG, e-mail: [henriqueborloni18@gmail.com](mailto:henriqueborloni18@gmail.com)

**Luiz Miguel A. Pereira** discente FAVAG, e-mail: [miguelluiz730@gmail.com](mailto:miguelluiz730@gmail.com)

### Introdução

Segundo Vasconcellos e Garcia (2014, p.112) a política fiscal se trata de todos os recursos que o governo dispõe para arrecadar tributos e controlar os seus gastos. O governo utiliza o aumento dos impostos e a diminuição dos gastos públicos para inibir o consumo da coletividade, procurando combater a inflação. Para proporcionar maior crescimento e emprego o governo diminui tributos e eleva os gastos com investimentos públicos. Para melhorar a distribuição de renda o governo utiliza de recursos que permitem beneficiar grupos menos favorecidos na sociedade.

De acordo com Brant (2019) a arrecadação tributária de janeiro até março foi de R\$ 385,341 Bilhões, um aumento de 1,09% ante os R\$ 366,4 bilhões do primeiro trimestre de 2018. O aumento da arrecadação estaria ligado ao crescimento da atividade econômica, mas essa ainda apresenta um nível de crescimento baixo.

A meta de deficit para o governo neste ano é de 139 bilhões. Para que isso ocorra o estado aposta em propostas como a reforma da previdência para diminuir os gastos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais recursos da política fiscal o governo tem feito uso em frente a situação econômica atual. Este trabalho procura analisar quais medidas ou propostas o estado adotará para estabilizar a economia e proporcionar crescimento econômico.

### Referencial teórico

Segundo Friedman (1948), o modo de alcançar a estabilidade econômica, atribuiu lugar de destaque à política fiscal. A proposta envolveu a definição das regras de atuação de quatro elementos básicos: i) o sistema monetário e bancário; ii) os gastos governamentais em bens e serviços; iii) as transferências públicas e iv) a estrutura tributária. O controle sobre o poder do sistema privado de influenciar a quantidade de moeda ocorreria por meio da fixação de compulsório de 100% sobre os depósitos e de restrições ao uso das operações de open Market, de redesconto e de alterações de reservas bancárias, de tal modo que a função de alterar o montante de moeda caberia inteiramente ao Banco Central e de daria unicamente com base na existência de déficits ou superávits do setor público.

De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (14), em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, que a Previdência Social virou um "buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil". Guedes disse ainda que a economia do país está no "fundo do poço", mas deverá sair dessa situação com a aprovação das reformas, como a Previdência e a tributária.

Ele lembrou que as contas do governo vêm apresentando resultados primários, ou seja, com despesas maiores do que receitas (sem contar os juros da dívida pública) desde 2014, e que a estimativa da área econômica é de que o resultado continue no vermelho até o fim do governo Bolsonaro.

De acordo com o ministro, o principal responsável pelos resultados negativos das contas públicas é a Previdência Social, que tem apresentado rombos bilionários nos últimos anos.

"O buraco da Previdência virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil", afirmou Guedes.

## Metodologia

A pesquisa em relação a política fiscal e a análise de crescimento da arrecadação federal em 2019 foi elaborada com a metodologia pesquisa bibliográfica, que tem o objetivo de reunir as informações de dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema proposto. O tema da presente pesquisa foi exposto pelo professor Ms. Fabio Cantuária dia 24 (vinte e quatro) de maio aos alunos do 3º(terceiro) período de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Gorutuba-FAVAG.

No que se diz respeito a parte escrita do presente trabalho foi utilizado de muitos artifícios para concretizá-la como a pesquisa bibliográfica, Como Gil (1995, p.27) "pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim". A política fiscal foi instituída pelo governo com o objetivo de ajustar seus níveis de gastos, assim monitorando e influenciando a economia de um país.

A política fiscal é articulada através da arrecadação de impostos, aplicando os recursos legais na forma mais racional possível. Isso interfere em alguns setores como no setor tributário, modificando algumas despesas dos setores privados.

Essa é uma forma de política que o governo utiliza para controlar a taxa de inflação, pois o seu objetivo é atingir a demanda.

## Resultados e esperados

Os investidores que desejam ter um bom resultado em suas aplicações financeiras são obrigados a ter o conhecimento dos conceitos acerca do cenário macroeconômico, pois a política fiscal é de extrema relevância para seus investimentos e para o país. A política fiscal expansionista é aplicada quando o governo busca dar estímulo para que a economia se fortaleça, focando em reduzir tributos e aumentar gastos. Essa mesma é mais controversa para países que encontram com as finanças públicas saudáveis, países que arrecadam mais do que gastam, que estão em condição de superávit. Geralmente quando o país se encontra nessa situação e sinal de que ele tem uma maior facilidade em elevar os gastos e reduzir os tributos, fazendo com que não gere agravamento de endividamento para o governo.

## Considerações finais

Nesse ano de 2019, como o novo governo, a esperança de que tudo irá mudar, ficar mais difícil a cada tempo que passa, pois o rombo nos cofres públicos e má administração dos governos anteriores, deixaram o Brasil na situação que se encontra hoje, encerrando anualmente com um déficit superior a mais de 150 bilhões. Além de pega o governo de tal

maneira que se encontra hoje, vemos que parte da população se encontra contra ao governo, o que é um desafio para ele, um exemplo foi quando o governo usou uma manobra de cotar gastos, retirando 30% da educação, e a população foi as ruas, gerando uma revolta por conta de parte das pessoas, além do mais muitos são contra a reforma da previdência.

Mesmo com tantos desafios que o governo passa, vem fazendo um bom papel, tentando cortar a maior quantidade de gastos possíveis e tentando arrecadar, mantendo sempre a inflação controlada.

## Referências bibliográficas

REIS, Tiago. **Política fiscal expansionista: Aprenda como funciona essa política.** Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-fiscal-expansionista/> Acesso em: 28 de maio de 2019.

SANTIAGO, Emerson. **Política fiscal.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/politica-fiscal/> Acesso em: 28 de maio de 2019.

ALVARENGA, Darlan. **Desemprego cresce em 14 das 27 unidades da federação no 1º trimestre.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/desemprego-cresce-em-14-das-27-unidades-da-federacao-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml/> Acesso em: 29 de maio de 2019.

BLOG INFLATIN.EU. **Inflação no Brasil em 2018.** Disponível em: <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-2018.aspx/> Acesso em: 29 de maio de 2019.

BLOG TOP INVEST. **Política fiscal – equilíbrio no orçamento público.** Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/politica-fiscal/> Acesso em: 30 de maio de 2019.

MARTELLO, Alexandro. **Previdencia virou um ‘buraco negro fiscal’ e economia está no ‘fundo do poço’.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/14/previdencia-virou-um-buraco-negro-fiscal-que-ameaca-engolir-o-brasil-diz-paulo-guedes.ghtml/> Acesso em: 30 de maio de 2019.

FRANCISCO LUIS C. LOPREATO, Milton Friedman e a efetividade da política fiscal, Instituto de economia UNICAMP, agosto de 2012. (<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3199&tp=a>).

## A CONTABILIDADE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)**-Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

**Ana Kelly R. Pereira**- Discente FAVAG, e-mail: anakellycontabeis@gmail.com

**Márcia Geórgia D. Barbosa** - Discente FAVAG, e-mail: marciageorgiacontabeis@gmail.com.br

### Introdução

Com o passar dos anos, houve mudanças significativas nas empresas devido os avanços tecnológicos. Essa evolução vem transformando a forma como os contadores e as empresas prestam seus serviços e operam a gestão empresarial.

A evolução da contabilidade também contribuiu com este fator, pois, os contadores e escritórios contábeis devido a grande demanda de serviços, precisam investir em infraestrutura e tecnologia para se adaptarem aos devidos avanços.

Em meio as necessidades organizacionais, a necessidade de informação ganha destaque, pois, gestores necessitam de informações cada vez mais precisas e confiáveis e as novas tecnologias têm contribuído bastante com este fator, pois, atualmente é possível encontrar softwares desenvolvidos exclusivamente para escritórios contábeis, tornando uma ótima ferramenta para os contadores alcançarem melhores resultados no dia a dia de trabalho. Segundo (SÁ 2003, p. 1) “O contador precisa ser visto como um gerador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e prognosticar os eventos futuros pode ser compreendido como fator essencial ao sucesso empresarial”.

De acordo com (OLIVEIRA 2003, P. 17) as empresas perceberam que a contabilidade ligada a informatização se torna uma grande ferramenta gerando uma vantagem competitiva, além de melhorar cada vez mais todo o processo”. Desse modo, pode-se afirmar que a tecnologia aliada à contabilidade, cumpre papel importante na geração e fornecimento de informações para uma organização.

Portanto os escritórios contábeis e as empresas precisam investir em infraestrutura e softwares avançados, para um melhor diagnóstico de uma organização, trazendo assim uma estabilidade para as empresas com resultados satisfatórios aos sócios, traçando metas para melhoria daquela organização, dessa forma as novas tecnologias ajudaram os gestores juntamente com os contadores a trazer em tempo hábil melhores resultados.

O presente artigo visa apresentar por meio de uma pesquisa bibliográfica os impactos positivos causados pelos avanços tecnológicos na contabilidade dentro das organizações.

### Metodologia

A presente pesquisa tem caráter bibliográfico, onde se utiliza livros e artigos sobre o tema, para abordar a Contabilidade e os avanços tecnológicos na gestão empresarial. Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros.

### Resultado e discussão



Segundo Oliveira (2003, p. 12) a contabilidade passou por três procedimentos em sua evolução, são eles:

- Procedimento manuscrito;
- Procedimento mecanizado;
- Procedimento informatizado.

Abaixo as etapas de transformação da evolução da contabilidade tendo como base a literatura pesquisada.

### **Procedimento manuscrito**

De acordo com OLIVEIRA e MALINOWSKI (2016, p. 6) “ A escrituração era feita manualmente, preenchendo-se os principais livros, como diário, razão, caixa, controle de duplicatas a receber, controle de contas a pagar, entradas e saídas de mercadorias”.

### **Procedimento mecanizado**

A escrituração era feita de forma mecânica, com uso de máquinas de datilografia e processadoras automáticas, para o preenchimento de fichas. Os profissionais que trabalhavam com as máquinas mecânicas eram conhecidos por mecanógrafos e os equipamentos que utilizavam eram muito difundidos antes do surgimento dos micros. OLIVEIRA et al. (2016, p.6)

### **Procedimento informatizado**

OLIVEIRA e MALINOWSKI (2016, p. 6) esclarece que essa evolução da tecnologia da informação ocorrida nos últimos anos na contabilidade, está reconhecendo cada vez mais o trabalho dos profissionais da área contábil, que deixam de ser apenas um “guarda livro” e passam a ser um orientador de informações”. A fim de se manterem atualizados na profissão os contadores estão buscando cada vez mais inovações. E uma das formas de alcançar isso é utilizando-se da tecnologia da informação.

Os avanços tecnológicos influenciaram o perfil das relações empresariais e no perfil do profissional contábil, ou seja, o papel desse profissional está modificando ao longo da evolução da sociedade. De acordo com Oliveira e Malinoswki (2016, P. 6) “Percebe-se que a contabilidade se transforma na mesma velocidade da necessidade do homem, em que pese, o homem vive a revolução do conhecimento e da informatização”. Devido esses avanços Cruz et.al.(2008, p.11), enfatiza que “As funções realizadas pelo contador como escrituração, análise e controle dos dados contábeis, foram afetadas profundamente em suas metodologias”.

As novas tecnologias têm mudado a maneira como muitos negócios funcionam, trazendo algumas vantagens dos sistemas de informação aos gestores e contadores, onde é possível encontrar serviços e softwares desenvolvidos para se aperfeiçoar o trabalho, aumentar a produtividade diminuir o fluxo dos papéis e otimizar suas tarefas, assim tendo mais eficácia no atendimento ao cliente.

Atualmente as empresas necessitam de informações cada vez mais imediatas para que os gestores possam tomar decisões mais certas e para isso devem ser amparados por indicadores confiáveis, tendo como suporte software para auxiliar nas tomadas de decisões.

Segundo Martins et al. (2012), a globalização e as transformações tecnológicas que vem ocorrendo pelo mundo inteiro, transformações visíveis em todas as áreas, inclusive na contabilidade, obrigando aos profissionais e as empresas a modificarem seus conceitos de operação e comportamento, causando principalmente uma redução de gastos considerável, otimização de fluxos de serviços e etc.

No cenário atual, a tecnologia tem ajudado bastante os escritórios contábeis porque oferece agilidade nos trabalhos, desse modo tem sido um grande diferencial para que se destaquem no mercado de trabalho.

## Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo principal demonstrar os efeitos dos avanços tecnológicos na contabilidade e apresentar algumas características que ocorreram devido a acelerada evolução da tecnologia e pela variedade de inovações disponibilizadas ao longo do tempo.

O artigo apresentado visa explicar o quão importante tem sido a evolução tecnológica, para que contadores e empresários invistam em sistemas e infraestruturas mais avançados para seus escritórios e organizações. Vale ressaltar que este artigo possui limitações, mas proporciona informações úteis para iniciantes que queiram abrir seu negócio tendo como aliada a informatização.

## Referências

CRUZ, Naiana Vasconcelos Silva; PEIXOTO, Renata. O Impacto da Tecnologia da Informação no Profissional Contábil. Disponível em: <<http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/218.doc>>. Acesso em: 29 maio 2019.

MARTINS, P. L.; MELO, B. M.; QUEIROZ, D. L.; SILVA e SOUZA, M.; BORGES, R. de O. Tecnologia e sistemas de informação e suas influencias na gestão e contabilidade. IX SEGeT 2012. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade; Ed. Saraiva; São Paulo; 2003.

OLIVEIRA, D.; MALINOWSKI, C. A importância da tecnologia da informação na contabilidade gerencial. Revista de Administração, v.14, n.25, 2016.

OLIVEIRA, Edson. Contabilidade Informatizada; 3. ed.; Ed. Atlas; São Paulo; 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. História Geral e das Doutrinas da Contabilidade; 2. ed.; Ed. Atlas; Paulo; 1997

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## **PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: análise e aplicação dos princípios no dia a dia da empresa x**

--

**Jônatas Percídio S. Alves** - Docente FAVAG, e-mail: [prof.jonatas.percidio@gmail.com](mailto:prof.jonatas.percidio@gmail.com)

**Daniilo Tiago Antunes Medeiros** Discente FAVAG. e-mail: [ddaniloantunes@gmail.com](mailto:ddaniloantunes@gmail.com)

**André Vieira Nascimento** Discente FAVAG. e-mail: [andrevieira437@gmail.com](mailto:andrevieira437@gmail.com)

**Denison de Oliveira Antunes** Discente FAVAG. e-mail: [denison1097@gmail.com](mailto:denison1097@gmail.com)

### **Introdução**

A importância dos princípios da contabilidade é incontestável. ‘Esses princípios servem como base para orientação, em especial na função de registrar todos os fatos que afetam o patrimônio de uma entidade, por isso constitui a principal teoria que sustenta e fundamenta a Contabilidade’. (CHAGAS, 2010)

(CHAGAS, 2010) estabelece que “os Princípios Fundamentais de Contabilidade são normas a serem atentadas pelos profissionais da contabilidade durante o exercício da sua profissão”. Eles são a base da contabilidade em todos os sentidos, empresas de grande e pequeno porte com auditorias independentes ou não, sempre serão auditadas através deles, os princípios, e por esse motivo sua aplicação é obrigatória para todas as empresas devendo ser feita corretamente. A não aplicação dos princípios fere diretamente os ditames do Conselho de Contabilidade, por isso é de obrigação dos contadores educar e orientar todos os seus clientes, podendo ele sofrer sérias penalidades caso haja de forma imparcial ou imprudente.

Princípios Fundamentais da Contabilidade, que são – Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, (Revogado pela Resolução CFC 1.282/2010) da Competência e da Prudência, que foram criados para que a Contabilidade pudesse certificar os patrimônios das entidades, dar condições à sua continuidade e fornecer informações sobre a sua situação como um todo.

Com uma revisão de todos os princípios, essa pesquisa tem o objetivo de analisar a empresa, em todos os seus setores, buscando entender os princípios estudados na disciplina Teoria da Contabilidade, visando investigar se os mesmos são utilizados ou não na prática, saber o porquê não é utilizado, e por quais motivos os gestores não os aplicam, demonstrando assim as vantagens e desvantagens de sua aplicação.

A empresa em estudo desenvolve suas atividades de cerimonial e marketing, foi escolhida por ser uma das maiores do ramo em Montes claros e região, como seu foco principal a empresa atua com casamentos, formaturas e aniversários. A empresa possui funcionários treinados e capacitados prontos para atender seus clientes, proporcionando satisfação nos serviços prestados.

### **Metodologia**

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa descritiva que procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas. Por meio dessa pesquisa pretende-se “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 100). No presente estudo buscou analisar os métodos de gerenciamento contábil na empresa X, evidenciando se há o devido uso e a importância adequada aos princípios da contabilidade entre outros.

Quanto aos meios, esta pesquisa se classifica como de campo, documental e bibliográfica. De campo, por ser utilizado um questionário, que foi aplicado ao gestor da empresa, com o intuito de adquirir todas as informações buscadas. Documental por se basear em leis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). E bibliográfica porque será realizada uma investigação através de livros, revistas e sites eletrônicos sobre a criação, características, e utilização dos princípios da contabilidade.

## Resultados e discussão

Para coleta das informações foi realizado a entrevista com os gestores da empresa. Na entrevista foi questionado sobre os seus conhecimentos dos princípios contábeis, utilização no dia a dia, como controlavam a vida financeira da empresa, como funcionava a retirada do dinheiro em caixa, se registravam as variações patrimoniais, exemplo, as provisões para férias e 13º salários que são feitas mensalmente mesmo sendo despesas futuras. Os gestores informaram que os princípios não eram de grande importância e por isso não eram aplicados.

Com uma conversa aprofundada e após analisar tudo que foi relatado por eles foi possível identificar que alguns dos princípios básicos da contabilidade não eram respeitados, mas não era por falta de conhecimento por parte dos gestores, mas pelo fato da falta de visão sobre os benefícios que os princípios poderiam lhes trazer.

No primeiro momento foi apresentado a respeito do princípio da entidade que era um dos principais problemas identificados na empresa e explicando o porquê de não misturar o capital dos sócios com o da empresa, pois foi constatado que devido a este descontrole de capital entre pessoa física e jurídica os sócios não conseguiam ter dados reais sobre suas despesas/receitas tendo assim relatórios não confiáveis para tomada de decisão, ao analisar este fato mais a fundo foi identificado que este problema era ainda maior, devido ao descontrole financeiro os sócios estavam retirando muito mais do que deviam, prejudicando a continuidade da empresa, segundo o princípio da continuidade a empresa deve sempre buscar manter perpetuamente, com o total descontrole financeiro a continuidade da empresa pode estar comprometida.

O princípio da continuidade pressupõe que a empresa continuará em atividade e todos os fatores para isso devem ser levados em consideração no caso deste princípio evitaria a retirada de recursos em excesso por parte dos administradores. Outro problema identificado é que a gestão da empresa é feita em regime de caixa, só registra os fatos quando são executados, ferindo assim o princípio da competência que é incluir as receitas e despesas no período em que ocorrem, o problema se agrava pelo fato de que os eventos executados pela empresa são de alto custo, o ato de não registrar a despesas, no momento do seu fator gerador, acaba deixando um passivo a descoberto muito grande dando uma falsa impressão de receita a empresa.

No decorrer da entrevista foi possível identificar que os microempresários, são carentes de conhecimentos mínimos e técnicos administrativos, principalmente no que diz respeito a controle das finanças pessoais e da empresa, fazendo uma verdadeira confusão patrimonial, desrespeitando princípio da entidade.

Por fim, não houve contato com o contador do empreendimento para se obter dados de registros contábeis. A empresa demonstrou que não emitiu por completo as NF de

faturamento por falta de instrução e planejamento, e desta forma estas demonstrações ficaram divergentes da realidade.

## Considerações Finais

Após análise, foi constatado que o empreendimento, apesar de esforços administrativos para registros dos dados da empresa em planilhas EXCEL, não consegue mensurar a realidade de suas operações no que tange a receitas x custos x resultados, exatamente pela falta de técnicas e atendimento aos princípios contábeis.

Também não é possível que seja exigido desta empresa, que se proponha a estabelecer uma contabilidade interna pelo seu porte e poderia afetar o seu fluxo de caixa, mas sim aprimorar os seus controles administrativos, como forma de exportar dados e informações melhores ao escritório contábil, realizando uma contabilidade adequada ao empreendimento.

Neste sentido, foram propostas as seguintes providências:

- A. Contas bancárias – específicas PJ e PF: foi determinada a separação imediata das operações e pagamentos do empreendimento PJ separadamente dos sócios PF, estabelecendo, data e valores fixos do PRÓ-LABORE do sócio administrador dentro da capacidade financeira da empresa. Obedecendo ao princípio de entidade.
- B. Estabelecer fundo de reservas – dos valores recebidos mensalmente a título de antecipações das atividades de “formaturas”, para cobrir os custos de realização dos eventos, com uma margem de segurança em caso de quebras de contrato.
- C. A partir do exercício financeiro 2019, optar pelo regime de CAIXA para fins de tributação, evitando o pagamento antecipado de impostos, na emissão NF por serviços a serem realizados e não recebidos.
- D. Elaboração de contratos no departamento de pessoal, em especial em atendimento a legislação de trabalhistas atinentes a serviços terceirizados e prestadores de serviços autônomos para reduzir os impactos dos riscos dos passivos trabalhistas.
- E. Aquisição e implantação de programas internos administrativos capazes de ofertar melhores controles e relatórios das atividades, em especial, o controle financeiro e o fluxo de caixa.

Esses métodos foram desenvolvidos para que essa e outras empresas possam entender e se adequar a todos os princípios, trazendo qualidade, competitividade e uma vida financeira estável.

## Referencias

CHAGAS, Fabiane Costa das. **Os princípios fundamentais de contabilidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAr2sAG/os-os-principios-fundamentais-contabilidade>> Acesso em: 29 mai. 2018.

**Os Princípios Fundamentais De Contabilidade**. Disponível em: [www.portaldecontabilidade.com.br](http://www.portaldecontabilidade.com.br). Acesso em 22/05/2018.

**Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**/ Conselho Federal de Contabilidade. – 3. ed. -- Brasília : CFC, 2008. Resolução nº. 750/93. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>. Acesso em 19/05/2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987



## A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ORGANIZAÇÕES

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

**Andrêssa Fernanda Pereira Silva** – Discente FAVAG, e-mail: andressafernanda881@gmail.com

**Hellen Daiana Borges dos Santos** – Discente FAVAG, e-mail: hellendayane\_15@hotmail.com

**Layla Gonçalves de Souza** – Discente FAVAG, e-mail: laylasouza84@gmail.com

### Introdução

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e das taxações do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que tem na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio. (FRANCO E MARRA, 2001).

Com as recentes alterações do cenário empresarial, surgiu-se a necessidade das empresas ampliarem suas instalações, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando a redução de custos e tornando mais competitivos seus produtos e serviços no mercado.

Portanto os profissionais de todas as áreas precisam agregar no seu cotidiano práticas de inovação com o objetivo de aperfeiçoar os processos, estabelecer estratégias eficientes, visando o desenvolvimento sustentável da organização. Para que as atividades de inovação sejam freqüentes e que tragam resultados satisfatórios para a organização, é preciso aplicar uma auditoria com a finalidade de verificar a situação atual da empresa e propor práticas corretivas e preventivas.

O presente estudo objetivou demonstrar a importância do profissional auditor dentro das organizações destacando o procedimento para realização de uma auditoria. O profissional auditor é fundamental nas análises de demonstrações contábeis verificando se estão de acordo com os princípios contábeis, legislação, normas e regulamentos pertinentes a matéria contábil e se as demonstrações refletem adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio.

### Metodologia

A presente pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que utiliza livros sobre o tema para construir uma estrutura teórica do procedimento da realização da auditoria. “A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica”. (Lakatos 1992, p.44)

### Resultados e Discursão



“Conceitua de maneira geral e simplificada, auditoria, seja de qual tipo for, interna ou externa, como conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a autoria se propõe” (Lins, 2017).

Franco (2001) preceitua que por normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil em todos os países, com o objetivo de regulação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções.

Segundo a NBC TI 01, a auditoria interna compreende exames, análises, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturado para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência, e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

A auditoria tem como estrutura de processos:



Figura 1: Etapas de auditoria

Fonte: Auditoria Contábil, 2. Ed. 2017. Pag. 293.

### **Planejamento**

Megginson et. Al. (1998) registra como planejamento da auditoria “o processo de estabelecer objetivos ou metas, determinando a melhor maneira de atingi-las. O planejamento estabelece o alicerce para as subsequentes funções de organizar, liderar e controlar, por isso é considerado função fundamental do administrador”.

### **Avaliação de Risco**

A emissão de um relatório de auditoria livre de riscos, é uma tarefa muito difícil de realizar. Sendo assim, A NBC TA 200 (R1), discorre sobre o risco de auditoria como a possibilidade do auditor expressar uma opinião tecnicamente inadequada sobre as demonstrações contábeis com distorções relevantes, esse risco é chamado de distorção relevante ou significativo.

### **Execução**

A execução consiste em exames e investigações, para alcançar segurança no trabalho. Esse procedimento visa coletar evidências sobre a existência e propriedade dos bens, ocorrência das transações, abrangência das informações, avaliação dos ativos e passivos e suas realizações entre outras verificações relevantes, que possibilite o auditor obter um diagnóstico razoável das condições financeiras, orçamentário, econômica, e patrimonial da entidade. (Melo e Santos, 2018).

### **Opiniões**

De acordo com (Lins, 2018) após passar por todas as etapas da auditoria, como mostra a Figura 1, e coletar todas as evidências ao longo do seu trabalho, o auditor deve emitir um relatório expressando sua opinião de forma clara, concisa e objetiva sobre as demonstrações

contábeis, em todos os seus aspectos relevantes que representa adequadamente ou não, a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade.

## Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo principal explicar a importância dos procedimentos corretos de auditoria e sua estrutura organizacional essencial para se obter sucesso na realização dos trabalhos.

Percebe-se que por meio dessas etapas pode ser realizar um processo de auditoria eficaz que gere resultados satisfatórios para a empresa a ser analisada. Cabe ressaltar que o estudo possui suas limitações, mas proporciona informações relevantes para os profissionais que iniciam as atividades de auditoria e precisam de um direcionamento.

## Referências

FRANCO, I. **Auditoria contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico** /4 ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria**: Uma auditoria prática com ênfase na auditoria externa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO & SANTOS. **Auditoria Contábil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

## CONTROLE INTERNO: uma ferramenta para gestão empresarial

**Jônatas Percídio Silva Alves** – Docente FAVAG, e-mail: [prof.jonatas.percidio@gmail.com](mailto:prof.jonatas.percidio@gmail.com)

**Bárbara Nogueira Borges** Discente FAVAG. e-mail: [barbaranogueira.m@hotmail.com](mailto:barbaranogueira.m@hotmail.com)

**Diane Kelly da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [dianekelly191@hotmail.com](mailto:dianekelly191@hotmail.com)

### Introdução

Na gestão de uma empresa é imprescindível o monitoramento de suas atividades, e o Controle Interno (CI) apresenta-se como uma ferramenta ideal para gestão empresarial. Um sistema de controle interno de qualidade pode se tornar um diferencial competitivo de uma organização, promovendo uma melhor fidedignidade e integridade dos princípios contábeis (Soares & Pavão, 2018).

O Controle Interno é uma atividade exercida no âmbito da administração privada e pública. Na gestão privada não existe uma obrigatoriedade estabelecida em relação a métodos e práticas que devem ser seguidas; na gestão pública, desde a Constituição Federal de 1988, é possível identificar dispositivos legais no âmbito Federal, Estadual e Municipal que apresentam obrigatoriedades e limitações aos sistemas de controle interno.

Em um cenário globalizado e altamente competitivo, as empresas devem manter o controle de todas as atividades que envolvem a organização. A falta de controle e processos definidos podem ocasionar grandes transtornos, tanto para os funcionários como para os clientes. Para assegurar um bom andamento da empresa é necessário o uso contínuo do controle interno, objetivando minimizar erros, fraudes, prevenir e identificar pontos melhorias ou ameaças.

O controle interno dentro de uma empresa forma um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas que têm como objetivo principal proteger o patrimônio da empresa, produzir informações confiáveis e precisas, com foco em auxiliar a administração da empresa.

O presente estudo tem como desígnio central analisar os controles internos, sua conceituação, limites e princípios, por meios de levantamentos bibliográficos. O trabalho se justifica pertinente diante de um cenário de crise econômica de proporções nacionais, empresas apresentando dificuldades para se manterem competitivas e superar os desafios do dia a dia, sendo necessário mudanças e adaptação neste ambiente competitivo. Assim o conhecimento teórico sobre controle interno poderá contribuir diretamente nas empresas, possibilitando aprimoramento da gestão dos negócios, proporcionando sustentabilidade e continuidade.

### Metodologia

O trabalho foi desenvolvido com pilar na metodologia de pesquisa bibliográfica, afim de, explicar e conceituar o tema a partir de dados sólidos de documentos, artigos e livros, buscando maior clareza de pesquisa. Para Gil (2008, p.147) documentos podem ser “qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno”.

Não somente, a pesquisa conta com abordagem caracterizada como qualitativa, levando em consideração traços subjetivos e suas particularidades.

## Resultados e discussão

A pesquisa mostra que diversos autores têm conceituação análogas sobre o Controle Interno.

Dessa forma, para COSO (2013), controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

Controle Interno pode ser conceituado como um conjunto de procedimentos e normas adotadas numa entidade que visa salvaguardar seus bens, no intuito de promover a eficiência e eficácia, bem como maximizar seus resultados. (SILVA et al., 2018).

Almeida (2012) destaca que o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Neste sentido, controle interno também embasa as estratégias da empresa, de certo modo, que políticas, normas sejam respeitadas, dando eficiência operacional, maior veracidade em suas demonstrações contábeis, mitigando erros e as fraudes. Assim as decisões gerenciais serão executadas com informações apuradas, reduzindo o erro e direcionando a consecução para atender os objetivos empresariais (PINHEIRO et al., 2018).

O planejamento e controle interno adotados por uma empresa favorecem o desenvolvimento e auxiliam no alinhamento dos objetivos organizacionais estabelecidos, além de auxiliar na gestão adequada dos recursos que serão utilizados (WANZUIT, 1983).

É notório que, o controle interno, enquanto processo integrado e estruturado para prevenir riscos, como também fornecer razoável segurança às organizações públicas ou privadas, é o que garante o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis para salvaguardar bens, patrimônio e prevenir o mau uso de recursos (SILVA et al., 2018).

Em suma, os controles internos administrativos podem ser entendidos como o planejamento de entidade, o que seria uma ferramenta ideal para empresa, assim como as técnicas e práticas traçadas com a finalidade de alcançar maior eficiência administrativa das operações, voltadas para a política de negócios da empresa e, indiretamente, com os registros financeiros. Os controles internos contábeis compreendem o planejamento da entidade, assim como as técnicas e práticas traçadas com a finalidade de salvaguarda do patrimônio da propriedade dos registros contábeis. (ATTIE, 2011).

Destarte, mediante cada autor supracitado, mostrando suas conceituações, dessa forma possibilita a observação e à igualdade de informações estabelecidas por estudiosos da área, facilitando o entendimento dos praticantes que fazem parte do controle interno da empresa.

Há não sapiência fidedigno de conhecimento sobre Controles Internos ou com interpretações erradas, se transformaria em uma ameaça, pela falta de planejamento podendo ocasionar o fechamento da empresa.

## Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo expor a problemática sobre os conhecimentos teóricos do Controle Interno (CI), de forma que para a gestão de uma empresa é indispensável o monitoramento de suas atividades, e o Controle Interno apresenta-se como uma ferramenta

ideal para gestão empresarial. Não somente, ajuda na competitividade quando tem maior proximidade na obtenção dos objetivos estabelecidos pela organização.

## Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**, 8ª ed., Atlas, São Paulo, 2012.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6ª ed., Atlas, São Paulo, 2011.

COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF TREADWAY COMMISSION (Org.). **Controle interno – estrutura integrada. Sumário executivo**. Tradução de Price Waterhouse Coopers Brasil. COSO, 2013. Disponível em: <<http://www.iiabrazil.org.br/new/2013/downs/coso/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

PINHEIRO, Raul Gomes, CARVALHO, Laodiceia Miriam, PINTO, Cátia Regina dos Santos e FERREIRA, Jefferson. **Compliance: controle interno nas pequenas e médias empresas – adoções e restrições como ferramenta de gestão**. Revista Redeca, v 5, nº 1, p.72 - 86, 2018.

SILVA, Girlando Gomes da, CRUZ, Vera Lúcia, SANTOS, Ramon Rodrigues dos e LEONE, Rodrigo José Guerra. **Contratos de gestão com organizações sociais: o papel dos sistemas de controle interno como ferramenta de acompanhamento e fiscalização**. Revista Científica Hermes, nº 21, p. 274-294, 2018.

SIQUEIRA, Sueli. **O trabalho e a pesquisa científica na construção do conhecimento**. Governador Valadares/MG, UNIVALE, 2002.

SOARES, Francisco Valmir Dias Júnior e PAVÃO, Luana Carvalho Araújo. **Controles internos: conhecimento teórico e prático dos contadores de Mossoró – RN**. Revista Raunp, V. 10, nº 3, p. 05-20, 2018.

WANZUIT, Diane Regina Ditz . **Proposta de uma sistemática de apoio a implementação do orçamento matricial – O caso de uma indústria de alimentos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) – Escola de Engenharia, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

## O AVANÇO DA TECNOLOGIA NA ÁREA CONTÁBIL: salvamento em nuvem

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: [prof.jonatas.percidio@gmail.com](mailto:prof.jonatas.percidio@gmail.com)

**Bruna Tainá Silva Santos** Discente FAVAG. e-mail: [brunatss81@gmail.com](mailto:brunatss81@gmail.com)

**Danilo Tiago Antunes Medeiros** Discente FAVAG. e-mail: [ddaniloantunes@gmail.com](mailto:ddaniloantunes@gmail.com)

**Eric Felipe Mendes de Limas** Discente FAVAG. e-mail: [eric@auconcontabilidade.com.br](mailto:eric@auconcontabilidade.com.br)

### Introdução

A cada dia que passa o avanço tecnológico na área contábil está maior, assim como todas as áreas estão se atualizando para se manterem competitivas no mercado. As contabilidades estão buscando soluções para transformar o seu processo arcaico e demorado de organização de processos e documentos em um processo seguro e ágil, evitando assim riscos de perda de dados e informações relevantes e importantes de seus clientes.

Diante dos desafios encontrados, as empresas contábeis vêm buscando alternativas para transformar o seu processo mais rápido e eficiente. Diante disso, uma das alternativas encontradas é a guardar e gestão de arquivos em nuvens. Este procedimento funciona a partir de vários computadores que enviam seus dados para um servidor global via internet. Estes computadores estão o tempo inteiro ligados, recebendo e enviando informações. Basicamente quando é adicionado ou retirado uma informação do sistema em nuvem é a mesma coisa de criar e deletar um arquivo em sua própria máquina (Muniz, 2018).

A computação em nuvem é a expressão usada para descrever sistemas que permitem que usuários, desenvolvedores e empresas usem a Internet para acessar programas e dados armazenados em centrais de processamento de dados (Alves, et. at 2014).

Para facilitar os trabalhos dos empresários contadores, é necessário o acompanhamento das atividades da empresa, em tempo real e assim aplicar o conhecimento para impulsionar o sucesso da empresa, que é o objetivo da profissão (Doná, 2018).

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar mediante uma pesquisa em uma organização contábil, que implantou o armazenamento em nuvens, e apresentar os benefícios deste processo.

### Metodologia

Segundo Ander-Egg (1978, p. 28) pesquisa consiste em um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Neste estudo a pesquisa teve caráter descritivo e qualitativo. Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. O enfoque qualitativo caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995). Após a fase de escolha do objetivo da pesquisa, foi escolhido o procedimento técnico para efetivamente conduzir a pesquisa, e foi escolhido o estudo de caso, onde foi feita uma visita ao escritório contábil localizado na cidade de Janaúba - MG e através de uma entrevista obteve-se os dados para análises e discussão dos resultados.



## Resultados e Discussão

No presente estudo foi analisado o salvamento em nuvem privada, o DropBox. Segundo Taurion (2009), a característica que diferencia as nuvens privadas é o fato da restrição de acesso, pois a mesma se encontra atrás do firewall da empresa, sendo uma forma de aderir à tecnologia, beneficiando-se das suas vantagens, porém mantendo o controle do nível de serviço e aderência às regras de segurança da instituição. E Taurion (2009), diz que nuvens privadas também podem ser chamadas de nuvens empresariais, correspondendo ao uso do conceito de servidores localizados internamente nas empresas gerenciadas pelas mesmas.

O sistema DropBox contém muita segurança, o sistema fracionar os arquivos e distribuir em vários servidores espalhados pelo mundo, são constantemente vigiados e os dados são criptografados. A empresa DropBox presa que todo o serviço oferecido em sua rede deve atender aos princípios que garantam a disponibilidade, integridade e confidencialidade de dados. Mantendo assim os dados dos clientes salvo nas nuvens com segurança para o contador. Tendo em vista que os arquivos salvos em servidores locais não correm um risco de os dados serem hackeados e/ou ocorram falhas no servidor gerando perdas, danos em documentos físicos ou por alguma força maior.

Ao questionar o proprietário do escritório contábil como ele obteve o conhecimento do sistema de armazenamento em nuvens, o motivo da decisão de executar essa mudança e quais as vantagens percebidas depois do sistema instalado; ele relatou que conheceu o sistema através do técnico de informática que presta suporte na contabilidade, que também utiliza o sistema DropBox de armazenagem em nuvens. Para implantação do sistema o proprietário adquiriu um scanner, onde é utilizado para scanear todos os documentos, antes os documentos eram arquivados em caixas. Após implantação obteve um melhor aproveitamento do espaço e maior facilidade para pesquisar dos documentos, tendo em vista que automaticamente os documentos são direcionados para as nuvens ficando disponível a todos do escritório. Com a utilização desse processo, diminuiu significativamente a quantidade de papéis na contabilidade proporcionando uma redução de gastos.

Outro fator pós-implantação desse sistema na contabilidade analisada, foi a rapidez nos processos, consequência do alívio da memória do servidor central, com isso gerou uma economia na manutenção da máquina, pois os arquivos ficaram em servidores externos, gerando assim menos defeitos e menos profissionais para a manutenção, conseqüentemente menos riscos de perda das informações. Com a nuvem os arquivos foram todos salvo em servidores espalhados nas redes, trazendo assim mais mobilidade aos usuários, pois podem ser acessados de qualquer lugar, com a sincronização em tempo real deixando os documentos sempre atualizados.

Salvando os arquivos nas nuvens, faz com que eles sejam compartilhados com mais facilidade. É possível compartilhar com algum outro colaborador ou um cliente apenas disponibilizando o link, que fará com que ele tenha autorização para acessar os arquivos. Proporcionando assim mais mobilidade para o cliente, não sendo necessário ir à contabilidade buscar arquivos físicos, podendo acessar do seu próprio computador ou celular.

## Considerações Finais

Para algumas organizações contábeis, o salvamento em nuvem pode ser uma coisa de outro mundo, a falta de conhecimento da tecnologia, ou a insegurança de deixar os seus arquivos na rede, pois os arquivos salvos na nuvem ficam armazenados em diversos servidores ao redor do mundo. Alguns contadores ainda estão presos nos métodos antigos da contabilidade, deixando de evoluir na área. No mundo conectado, em que os clientes podem requisitar informações e ajuda do contador, até mesmo fora do horário de expediente, é fundamental que o profissional consiga acessar os dados sempre que desejar, mesmo que não esteja no escritório.

Vale ressaltar que as organizações contábeis não devem se limitar em métodos arcaicos de receber papéis em mãos e lançar em planilhas de Excel. Devem sempre buscar evoluir juntamente com a tecnologia para não ficarem desatualizados. A pesquisa foi realizada em uma contabilidade que busca a evolução constantemente, e realiza novos estudos para se adequar no mercado contábil.

## Referências

ALVES, Deriks Marques. et al. **Computação em Nuvem**: um estudo sobre seus conceitos, tecnologia e aplicação. 2013. Disponível em:  
[http://revistapensar.com.br/tecnologia/pasta\\_upload/artigos/a57.pdf](http://revistapensar.com.br/tecnologia/pasta_upload/artigos/a57.pdf): Acessado em 23/05/2019.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

DONÁ, Rebeca. **Nova Plataforma de Contabilidade em nuvem**. disponível em:  
<https://www.andersonhernandes.com.br/nova-plataforma-de-contabilidade-em-nuvem/>:  
Acessado em 22/05/2019.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

MUNIZ, silvane. **Contabilidade na nuvem**: tudo o que você precisa saber. 2018  
<https://myrp.com.br/contabilidade-na-nuvem-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>: Acesso em 21/05/2019.

TAURION, C. **Computação em Nuvem**: Transformando o mundo da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

## **COMPLIANCE: um estudo de caso nos cursos de administração e ciências contábeis**

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: [prof.jonatas.percidio@gmail.com](mailto:prof.jonatas.percidio@gmail.com)

**Carlos Júnior Batista Miranda** – Discente FAVAG, e-mail: carlosjbmiranda@hotmail.com

**Cássio da Silva Mendes** – Discente FAVAG, e-mail: cassiosilvam@hotmail.com

**Danilo Tiago Antunes Medeiros** Discente FAVAG, e-mail: ddaniloantunes@gmail.com

**Tamires Emiliane Soares de Almeida** Discente FAVAG, e-mail: soaresate1996@gmail.com

### **Introdução**

Num mundo em constante transformação, mudanças de modelos de negócios, ambiente diversos, surge a necessidade de conduta ética, integra e de compromisso nas entidades.

Especialistas debateram a respeito do cenário atual, sobre Compliance e legislação e lei de anticorrupção no Brasil, no 3º Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação promovido pela Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), trataram das questões atuais, os avanços conquistados, e as dificuldades e barreiras na efetivação do Compliance nas organizações.

Compliance significa agir de acordo ou estar conforme a algo. “Estar em Compliance” traduz, em suma, o dever de achar-se em conformidade e de fazer cumprir leis, regulamentos e diretrizes, em geral, “com o objetivo de mitigar o risco atrelado à reputação e o risco legal/ regulatório” (COIMBRA; MANZI, 2010, p. 2).

Ocorre quando o comportamento real de alguém está em conformidade com o comportamento esperado, prescrito, e não Compliance ocorre quando o comportamento real se aparta de forma significativa do comportamento esperado (Young, 1979).

Fator importante e decorrente de possíveis envolvimento em casos de corrupção e demais descumprimento das normas, é o risco de danos à imagem da organização, o que nos dá uma dimensão da importância da aplicação de um programa de Compliance, além do caráter legal, os deveres de relacionam-se com a observância de princípios éticos ligados à honestidade e transparência. Hoyos Guevara e Amorin (2013) entendem que Compliance está bastante ligado à ética, dado que todo ato de não conformidade está relacionado a um comportamento pessoal, suportado pelos valores individuais.

Manzi (2008) afirma que o programa Compliance teve origem nas instituições financeiras, com a criação do Banco Central Americano, em 1913, que objetivou a formação de um sistema financeiro mais flexível, seguro e estável.

Os termos de ética profissional estão se tornando um ponto forte na carreira dos profissionais. As normas de ética fazem com que os profissionais sigam padrões convencionais estabelecidos pelas atividades que exercem, esses padrões variam de acordo com os códigos de cada profissão. Ser ético é cumprir os princípios estabelecidos pela sua profissão, respeitando os seus valores como profissionais. Alguns elementos de ética profissional são universais, são adquiridos mais em relação às propriedades do caráter: Honestidade, Responsabilidade, Competência, Humildade, Amabilidade, estes são elementos chaves para que um profissional exerça facilmente seu código de ética dentro de sua profissão. Os códigos são elaborados pelos conselhos que representam e fiscalizam as profissões.

O presente artigo traz por objetivo apresentar uma visão de análise, responsabilidade, atitude e conhecimento dos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis nas empresas no que diz respeito ao Compliance, tema crescente contra a corrupção.

## Metodologia

No presente estudo foi desenvolvido, com foco na análise sobre as atitudes dos acadêmicos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Gorutuba, situada na cidade de Nova Porteirinha – Minas Gerais. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa. A amostra foi constituída por 32 acadêmicos da instituição, compostos por: 12 Administração, 20 Ciências Contábeis contemplando 1, 3, 5 e 7 períodos. A seleção da amostra foi realizada de forma aleatória.

Para a coleta das informações foi criado um questionário eletrônico, Google formulários com 14 perguntas de múltiplas escolhas específicas sobre Compliance, com 04 alternativas sendo inaceitável, poucas vezes aceitável, muitas vezes aceitável e aceitável.

## Resultados e discussão

Diante dos resultados obtidos referente ao conhecimento dos acadêmicos sobre tema abordado, destacamos as questões com maiores relevâncias, e o grau de envolvimento com o tema que é de suma importância para as organizações. Ao serem questionados sobre o conhecimento do tema Compliance, estando em um ambiente de aprendizagem, obteve-se um percentual 57,8% dos acadêmicos relataram não conhecer o tema apresentado, 42,2% demonstraram conhecer o assunto. O resultado evidencia como os acadêmicos estão em real desatualização sobre o assunto, ou não conhecem o significado da palavra Compliance, sendo que o mesmo já foi abordado diversas vezes na instituição.

Ao serem questionados se em uma situação onde uma empresa pagou R\$350.000,00 como “consultoria” a um funcionário público de um país estrangeiro. Em troca, o funcionário público prometeu ajuda para a obtenção de um contrato que renderia um lucro de R\$10 bilhões, 33,3% responderam como inaceitável, o que de fato seria o correto, 31,1% responderam aceitável, o que nos causou perplexidade, pois acadêmicos tendo ensino de gestão, administração, ética, normas e leis, veem no caso como pratica lícita, sendo funcionário público ele não poderia da consultoria, e nem prometer ajuda ou algo parecido, estaria cometendo ato de corrupção passiva, conforme art. 317 do Código Penal. 17,8% responderam que poucas vezes aceitável e 17,8% muitas vezes aceitável, e que também se enquadraria no art. 317 do Código Penal.

Foi questionado aos acadêmicos, um construtor de rodovias não está de acordo com a situações de concorrência acirrada nas licitações. Assim, ele se alia com construtores maiores para viabilizar licitações que fornecem/permitam um lucro justo.

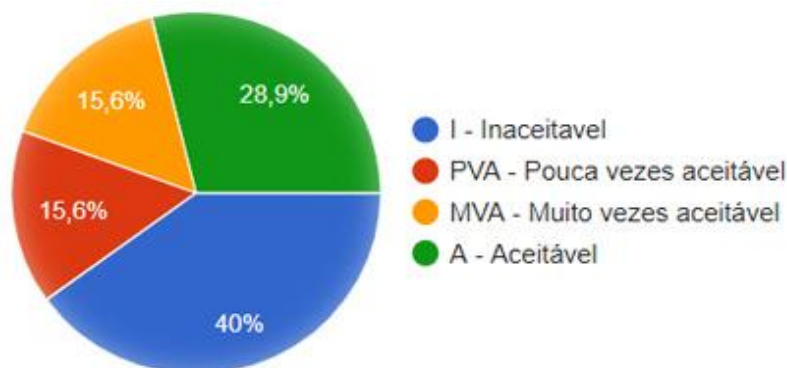


Gráfico 1: A conduta do construtor

**Fonte:** pesquisa elaborada pelos autores, maio 2019.

O Gráfico 1 destaca que 42,5% acreditam que a conduta do construtor é inaceitável, 32,5% considera que a conduta do construtor é aceitável, 12,5% poucas vezes aceitável e 12,5% muitas vezes aceitável. Percebe-se que a uma divisão nas respostas dos entrevistados, na aceitação ou não aceitação da conduta do construtor, mesmo que o resultado final apresentasse um lucro justo.

## Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo apresentar a importância do Compliance, assunto crescente no mercado cada vez mais há procurar de profissionais que conheçam, utilizam e saibam desenvolver o tema. Foi possível visualizar a visão dos acadêmicos participantes da pesquisa e apresentar um resultado, apesar do não conhecimento e entendimento integral do termo Compliance, a percepção é que parte dos acadêmicos não têm conhecimento do assunto abordado, ou não conhecem a palavra Compliance.

Diante dos resultados é possível definir ações para aprimorar o ensino e a prática do Compliance, fortalecendo assim os conhecimentos dos acadêmicos, pois serão futuros profissionais conhecedores de regras, normas, leis que contribuirão para o dia a dia no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que este artigo possui suas limitações, mas pode ser utilizado para orientação de pesquisadores iniciantes e aqueles que necessitam de mais informações para melhor aplicar em sua pesquisa científica o tema Compliance.

## Referências

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Orgs.). Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010

MANZI, Vanessa Alessi. Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas. São Paulo: Saint Paul; 2008

SANTOS, R. A. dos S., De Hoyos GUEVARA, A. J., & AMORIN, M.C.S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. Revista de Administração, v. 48(1), pp. 53-66, 2013.

TERRA, D. M., & BIANCHI, E. M. P. G. Compliance nas micro e pequenas empresas: percepções de seus administradores. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas | v.7 | n.3 | p. 31-66 | Set/Dez. 2018.

YOUNG, O. R. (1979). Compliance and Public Authority. Baltimore: Johns Hopkins. Univ. Press.



## TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO: um estudo de caso na empresa x

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

**Danilo Tiago Antunes Medeiros** Discente FAVAG, e-mail: ddaniloantunes@gmail.com

**Hellen Daiana Borges dos Santos** Discente FAVAG, e-mail: hellendayane\_15@hotmail.com

### Introdução

A administração tem como tarefa interpretar os objetivos propostos pela empresa e transformá-los em ação empresarial através do planejamento, organização, direção e controle, a fim de atingir tais objetivos em todas as áreas e níveis da empresa. (PORTUGAL, 2017).

As teorias administrativas surgiram como uma linha para cruzar as relações de trabalho, de modo a analisar o comportamento do homem, os fatores que interferem nesse comportamento e os resultados desse trabalho.

Para facilitar o estudo, as teorias são agrupadas em Escolas e essas, como definido por Maximiano (2006), são as mesmas linhas de pensamentos ou conjunto de autores que utilizam o mesmo enfoque.

A teoria geral da administração começou com a ênfase nas tarefas, com a administração científica de Taylor. A seguir, a preocupação básica passou para a ênfase na estrutura com a teoria clássica de Fayol e com a teoria burocrática de Max Weber, seguindo-se mais tarde a teoria estruturalista. A reação humanística surgiu com a ênfase nas pessoas, por meio da teoria comportamental e pela teoria do desenvolvimento organizacional. A ênfase no ambiente surgiu com a Teoria dos Sistemas, sendo completada pela teoria da contingência. Esta, posteriormente, desenvolveu a ênfase na tecnologia. Cada uma dessas cinco variáveis - tarefas, estrutura, pessoas, ambiente e tecnologia - provocou a seu tempo uma diferente teoria administrativa, marcando um gradativo passo no desenvolvimento da TGA. Cada teoria administrativa surgiu como uma resposta aos problemas empresariais mais relevantes de sua época e procurou privilegiar ou enfatizar uma dessas cinco variáveis, omitindo ou relegando a um plano secundário todas as demais.

Segundo Garcia e Bronzo (2000), as teorias são propostas de acordo com os contextos históricos em que estão inseridas, enfatizando os problemas mais importantes enfrentados na época em que foram fundamentadas. Segundo Chiavenato (2003), houve um crescimento desordenado e caótico das empresas. Os recursos eram mal aproveitados e desorganizados, portanto, havia a necessidade de aumento da eficiência e de substituição do empirismo por métodos científicos.

Por meio de uma breve revisão teórica do campo, o presente trabalho, tem como objetivo analisar cada teoria dentro da empresa, e em qual ela mais se encaixa. Na empresa X foram analisados seus processos, sistemas de gestão, fazendo um comparativo com as teorias da administração, abordagem do tema torna-se relevante devido à importância do mesmo para o entendimento das organizações e para construção do pensamento administrativo atual, exigente de profissionais ecléticos, flexíveis e adaptáveis.

### Metodologia

A pesquisa é de caráter exploratório, pois “tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p.41). A metodologia utilizada para o levantamento de dados foi a de pesquisa qualitativa, que é utilizada quando se busca descrever a complexidade de um determinado problema, não envolvendo a manipulação de dados e variáveis (GRESSLER, 2004).

Vale ressaltar, que a abordagem qualitativa oferece três possibilidades diferentes de realização de um estudo; sendo a mais apropriada para tal trabalho o estudo de caso. Este consiste em uma pesquisa cujo objeto é analisado profundamente, sendo uma forma de desenvolvimento de pesquisa empírica que investiga fenômenos dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas. Esse tipo de pesquisa permite responder a questões “como” e “porque” (GIL, 1999). Teve por instrumento um roteiro de entrevistas e observações do dia a dia para obter todos os resultados. A empresa que esta localizada na cidade de Janaúba – MG, e trabalha na comercialização de madeira.

## Resultados e discussão

Foram feitas observações e entrevistas na empresa buscando as respostas propostas no objetivo da pesquisa. Para melhor análise o questionário foi separado por teorias em suas respectivas escolas e assim identificar se a empresa em estudo utilizava em seu dia a dia.

Com o intuito de garantir o melhor custo/benefício aos sistemas produtivos, Taylor na administração científica, propõe a racionalização do trabalho por meio do estudo dos tempos e movimentos. Na empresa X, como foi analisada, ela não possui o sistema de produção por objetivo, seus colaboradores não recebem remuneração por metas alcançadas, mesmo que fosse feito tudo no menor tempo possível. Desta forma ela também não selecionar os operários de acordo com as suas aptidões, não os preparam para produzirem mais, de acordo com o método planejado para que atinjam a meta estabelecida, e é somente treinada para que não cometa erros, pois, os colaboradores precisam ter a atenção redobrada por causa do grande risco do serviço.

Na Teoria clássica obteve uma posição em que a POC3, sigla que significa Prever, Organizar, Comandar, Controlar e Coordenar, não foi diagnosticada em todos seus elementos, pois não se fez um planejamento de metas e objetivos para o decorrer do ano, fazendo que a empresa não gerencie o aumento de produção. Cada colaborador tem funções diversas, levando a falta de divisão de trabalho e nível de hierarquia. Todos os funcionários tem horário de almoço relevante, assim diminuir a fadiga, fazendo que a produtividade continue crescendo a teoria clássica tem como foco de cima para baixo, gerente para funcionários.

Outra teoria bastante importante é a teoria das relações humanas, a empresa X funciona somente com dois colaboradores na parte de produção e preparo do produto, sobrecarregando os demais, pois todo o serviço se coloca sobre eles, vendo que para ter o resultado esperado pela empresa precisa ter agilidade e rapidez na entrega, para honrar com seus compromissos. Com isso o risco de acontecer acidentes é maior, pois o excesso de trabalho aumenta a fadiga, gerando assim uma má eficiência dessa empresa.

Abordando a Teoria Neoclássica e associando ela a um núcleo básico, planejamento, organização, direção e controle. A falta desse ciclo na empresa pode prejudicar a lucratividade

e competência da empresa. Um princípio fundamental para que a empresa alcance os objetivos futuros.

Enquanto a Teoria Clássica se concentrava na organização formal e a Teoria das Relações Humanas somente na organização informal, os estruturalistas apostaram no relacionamento entre ambas as organizações: a formal e a informal com abordagem múltipla. Na empresa X percebe-se conflitos e dilemas na organização. A falta de mudança e inovação do sistema operacional prejudica o crescimento e expansão da empresa. Visto na teoria estruturalista que precisa-se que haja harmonia de interesses entre patrões e colaboradores. Além da necessidade de um ambiente dinâmico homogêneo.

## Considerações Finais

Com todas as análises e resultados obtidos com essa pesquisa, podemos identificar o quanto uma empresa precisa que seus gestores tomem conhecimento da administração e todas as suas teorias, podendo elas buscar solucionar problemas do dia a dia, e se beneficiar de estudos onde já foram testados e provados.

Conclui-se que a empresa analisada não se mostrou exatamente positiva em vários aspectos. Recomendamos a construção de um novo modelo de estrutura organizacional adequado para essa empresa, não existe uma estrutura ideal, mas é necessário identificar uma estrutura que melhor se adapte ao porte e o tipo de negócio da empresa. Por meio da estrutura organizacional ela poderá ter um maior controle da sua equipe, podendo planejar melhor de acordo com as necessidades da empresa. Precisa-se de uma mudança e inovação dos sistemas operacionais para que haja um crescimento e a expansão da empresa.

Para a empresa X o diagnóstico através das teorias da administração demonstrou a sua real situação possibilitando assim uma visão geral das principais práticas gerenciais da empresa e o pontos fortes e pontos fracos que precisam ser melhorados para continuidade no mercado.

## Referências

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GARCIA, Fernando Coutinho; BRONZO, Marcelo. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. 2000. Disponível em: <<http://www.abrad.org.br/eneo/2000/dwn/eneo2000-02.pdf>>.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Significados da administração. In: MAXIMIANO, Antonio C. A. Teoria geral da administração. São Paulo: Atlas, 2006.

PORTUGAL, Amaury. Introdução à administração, Editora Aiamis, 1ª Edição, 2017, disponível em [http://md.intaead.com.br/geral/administracao/introducao\\_a\\_administracao/mobile/index.html#p=1](http://md.intaead.com.br/geral/administracao/introducao_a_administracao/mobile/index.html#p=1), consulta em 24/05/2019.

## ÉTICA PROFISSIONAL: Transparência e os desafios

**Jônatas Percídio S. Alves (Orientador)** – Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

**Hellen Daiana Borges dos Santos** – Discente FAVAG, e-mail: hellendayane\_15@hotmail.com

**Layla Gonçalves de Souza** – Discente FAVAG, e-mail: laylasouza84@gmail.com

### Introdução

O Brasil vive um momento de intensa busca de transparência, que reflete, de forma não claramente expressa, as crescentes exigências éticas da sociedade. Embora possam causar espanto, as constantes revelações de falcatruas e procedimentos ilegais na esfera pública e privada, são demonstrativos de que aumenta a consciência da necessidade de mudar padrões de comportamento inadequados, que se tornaram habituais nas últimas décadas.

Segundo (VÁZQUEZ, 2007) define a ética como a ciência da moral, isto é, de uma esfera de comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresenta esse caráter.

A revolução tecnológica obriga as empresas a serem cada vez mais inteligentes. E, como diz o consultor norte-americano Gifford Pinchot III, "organizações inteligentes exigem objetivos que valham a pena e essa tendência aponta para um sistema mais colaborativo, menos egoísta independente, as organizações não podem alcançar a inteligência sem uma cultura ética sólida, porque a inteligência não é estável sem a ética"

O presente estudo teve o intuito de abordar sobre a ética profissional que formam a consciência do profissional e representam imperativos de sua conduta.

### Metodologia

O atual trabalho foi realizado seguindo os critérios de pesquisa básica, tipo bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é fundamental no trabalho científico que influenciará todas as etapas da pesquisa, na proporção do embasamento teórico que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. O objetivo exploratório do trabalho foi alcançado com sucesso através de pesquisa bibliográfica. Segundo (LIMA, MIOTO, 2017) "a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objetivo de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório".

### Resultados e Discursão

Segundo Stukart (2003), a ética é uma palavra que vem do grego ETHOS, que significa estudo de caráter, juízo do ser humano e reflete sobre a situação vivida, para ele, "A ética não analisa o que o homem faz, como a psicologia e a sociologia, mas o que ele deveria fazer. É um juízo de valores, como virtude, justiça, felicidade, e não um julgamento da realidade".

A ética da globalização da economia triunfa, tornando cada vez mais difícil a humanização das condições materiais, necessárias à construção de um novo homem solidário,

íntegro ou apenas obediente a uma nova ordem mais justa. [...] Os homens estão aí, na maioria das vezes, bastante disponíveis às manipulações perversas que evidentemente achincalham a cidadania. (Aricó, 2001).

De acordo (SÁ, 2015) “Os benefícios que os profissionais propiciam, cumprindo as responsabilidades de seus trabalhos, passam a dar-lhes notoriedade, ampliando o grau de satisfação em relação a ele e quase criando uma obrigação de retribuição moral por partes dos beneficiados. Esta a razão pela qual, com sucesso, muitos deles chegam a cargos eletivos, com relativa facilidade”.

O exercício de uma profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento, o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além de atualização constante e aperfeiçoamento. Aceitar o encargo sem ter capacidade para exercê-lo é uma prática condenável, em razão dos danos que pode causar. Quem aceita prestar serviço sem ter a competência necessária ou sem estar atento para que esta se consubstancie comete infração aos princípios da ética, em razão do prejuízo defluente. (SÁ, 2015).

Conforme Moreira (2002), “O Código de Ética, quando adotado, implantado de forma correta e regularmente obedecido, pode constituir uma prova legal da determinação da administração da empresa, de seguir os preceitos nele refletidos”.

Segundo Matos, “Ser ético, hoje, não é mais uma opção. Para pessoas e organizações, é questão de sobrevivência”. Com a velocidade em que ocorrem as transformações, há necessidades de valores intangíveis para que haja um alinhamento na tomada de decisões com mais rapidez. Hoje não se pode avaliar uma empresa com os padrões tangíveis de ontem, pois bens intangíveis, como marca, imagem, prestígio e confiabilidade, decidem a preferência e garantem a continuidade.

## Considerações Finais

O objetivo do presente artigo, ao reavaliar as principais orientações teóricas do campo de pesquisa em relação à ética, destacou os conceitos e suas aplicações dentro da organização, ressaltando de forma sucinta as importantes abordagens sobre a ética e a ação humana em seu cotidiano.

Portanto, definir e adotar uma postura ética no trabalho é certamente um caminho para conhecer e cultivar hábitos positivos. O atendimento desse princípio de qualidade concede transparência nos resultados proporcionando assim confiabilidade.

Conclui-se que a ética profissional implantada em qualquer que seja a área é capaz de competir com sucesso, trazer satisfação pessoal, conquistar e projetar um futuro promissor, pois a ética é essencial para o resultado satisfatório.

## Referências

HUMBERG, MARIO ERNESTO. Ética na política e na empresa. São Paulo: Cla, 2002.

MATOS, Francisco Gomes de. Ética Empresarial e Responsabilidade Social. Disponível em: <[http://www.administradores.com.br/producao\\_academica/etica\\_e\\_responsabilidade\\_social\\_1/578/](http://www.administradores.com.br/producao_academica/etica_e_responsabilidade_social_1/578/)>. Acessado em: 01/06/2019.

MOREIRA, Joaquim Manhães – A ética empresarial no Brasil – São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2002.



SÁ, A. L. de. *Ética Profissional*, 9ª edição - revista e ampliada, São Paulo: Atlas, 2015.

STUKART, Herbert Lowe – *Ética e Corrupção – Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial* São Paulo: Editora Nobel – 2003.

VÁZQUEZ, ADOLFO S. *Ética*. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tomaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, n. esp., p.37-45, 2007.

ARICÓ, Carlos Roberto. *Reflexões sobre a loucura*. São Paulo: Ícone, 1986.

## PRÁTICA CONTÁBIL: contando com a ética

**Rosilene Gonçalves C. Rodrigues** Docente FAVAG e-mail: [rosilene1\\_costa@yahoo.com.br](mailto:rosilene1_costa@yahoo.com.br)

**Jonas Fernandes Alves Carvalho** Discente FAVAG e-mail: [Jonasdrogaria@hotmail.com](mailto:Jonasdrogaria@hotmail.com)

**Nayara Rosa Ferreira** Discente FAVAG e-mail: [nayrosa19@hotmail.com](mailto:nayrosa19@hotmail.com)

### Introdução

Este estudo tem por objetivo investigar e debater as exigências que impactam o cotidiano do profissional contabilista no campo do regimento da profissão, no que tange a ética profissional, suas evoluções e suas sanções.

A ética é o estabelecimento de regras claras já indicadas pela moral com a definição clara das ações aprovadas ou desaprovadas pela sociedade.

Para Lopes Sá (1996, p. 137) no exercício da profissão existe a premissa em que, “implica o dever do conhecimento e o dever do conhecimento implica o dever da execução adequada”, e estende-se por toda a vida profissional.

Procura-se sistematizar por meio de pesquisa bibliográfica e consulta de dados documentais à Câmara de Ética e Disciplina, Fiscalização, Registro e Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG, em seus últimos anos atuação (2013-2018).

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 803, de 1996 aprovou o Código de Ética profissional, vigente até 31 de maio de 2019, a partir 1º de junho de 2019 entrou em vigor o novo Código de Ética Profissional do Contador, aprovado pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no dia 7 de fevereiro de 2019.

De acordo com o presidente do CFC, Zulmir Breda, “houve profunda atualização do Código para adequá-lo à realidade recente da profissão, que tem passado por período de intensa evolução em decorrência das inovações tecnológicas” (CFC, 2019).

Este projeto propõe-se apresentar as responsabilidades profissionais e éticas do Contador no exercício da profissão e elencar as principais mudanças do novo código, infrações e enquadramentos ocorridos no período de 2013 a 2018, julgados pela Câmara de Ética e Disciplina- CRC- MG.

### Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, será utilizada abordagem qualitativa de caráter exploratória, com o intuito de responder às indagações consideradas relevantes do objeto em questão.

Os instrumentos de coleta dos dados serão técnicas de investigação bibliográfica e documental, com consulta a livros, artigos e produções científicas e documentos relacionados ao objeto.

Segundo o autor, Gil (2008, p. 50) a técnica de “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livro e artigos científicos”, conferindo assim maior credibilidade e qualidade à investigação.

Para Lakatos e Marconi (2003, p.74) “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Será efetuada a coleta de dados das infrações e enquadramentos ocorridos no período de 2013 a 2018 junto à Câmara de Ética e Disciplina- CRC- MG, preservando a identidade dos profissionais envolvidos nos processos.

## Resultados e discussões

As constantes mudanças na sociedade atual, no cenário tecnológico, social, com crescimento constante, faz com que as profissões precisem tomar decisões para melhor se organizarem. O profissional de contabilidade neste cenário tem novo código de ética, para melhor regimento e zelo pela sua conduta no tocante ao patrimônio das entidades.

Os dados apresentados abaixo foram obtidos através de levantamento documental do CRC/MG a cerca das infrações recorrentes cometidas por contadores no exercício da profissão, por falta de observância nos princípios éticos, apuradas pelo CRC /MG no período de 2010 a 2014.

### Quadro 1 – Tipos de Infrações

TIPOS DE INFRAÇÕES	
01	Retenção de Documentos
02	Adulteração ou manipulação fraudulenta na escrita ou documentos
03	Inexecução dos serviços p/ os quais foi contratado
04	Incapacidade Técnica
05	Deixar de apresentar prova de contratação de serviços Profissionais
06	Deixar de elaborar escrituração contábil
07	Por inexecução serviços periciais
08	Firmar declaração comprobatória de percepção de rendimentos sem base legal
09	Exercício das atividades contábeis com registro irregular

Fonte: Guimarães; Castro e Sousa (2016)

A partir dos dados apresentados, percebe-se que se trata de infrações que atingem os princípios básicos da contabilidade e destoam com as bases do código de ética contábil vigente.

Diante do cenário exposto das principais inobservâncias da ética e cometimentos de infrações pelos profissionais contábeis, Stoco (2004, p.135) pontua sobre as diferenças entre imprudência, negligência e imperícia,

A imprudência se caracteriza pela falta de cautela, em que o indivíduo age precipitadamente, de forma a causar dano a alguém; a negligência é caracterizada pelo descaso, pela falta de atenção e pela indolência, ou seja, pelo deixar de fazer aquilo que estava sob sua responsabilidade; a imperícia se caracteriza pela demonstração de inabilidade por parte de qualquer profissional no exercício da sua profissão. Enfim, ela se configura a partir do momento em que se registra a violação de um dever previamente estabelecido por força contratual, cuja violação é passível de causar danos a terceiros.

A ética contábil é um assunto extremamente importante pelo fato do profissional contábil lidar com informações relevantes que afetam a vida social, financeira e econômica das pessoas e das empresas, para isso o profissional deve transmitir total confiança ao gerir essas informações, com o total domínio das técnicas contábeis em conjunto com uma conduta ética irrepreensível.

Os conteúdos que forma incluídos na NBC PG 01, estão dispostas dentre outras alterações, os acréscimos no item Deveres, vedações e permissibilidades, foram inseridos, no item 4 – Deveres do contador, as letras:

- d. informar a quem de direito, obrigatoriamente, fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho, respeitado o disposto na alínea (c) deste item;
- e. aplicar as salvaguardas previstas pela profissão, pela legislação, por regulamento ou por organização empregadora toda vez que identificar ou for alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, observando o seguinte:
  - i. tomar medidas razoáveis para evitar ou minimizar conflito de interesses; e
  - ii. quando não puder eliminar ou minimizar a nível aceitável o conflito de interesses, adotar medidas de modo a não perder a independência profissional;
- r. informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros. (CFC, 2019)

O novo código de ética está alinhado aos padrões internacionais, com a inserção de novos itens visando “orientar a atuação da classe com base nesses conceitos edificados historicamente pela profissão, mas também terá o papel de conduzir as ações dos contadores conforme a realidade do século XXI” (CFC, 2019).

## Considerações finais

O presente estudo apresenta dados parciais sobre o estudo da ética na execução dos serviços contábeis, bem como as principais infrações recorrentes no exercício da profissão e mudanças ocorridas com a reformulação do Código de Ética vigente desde 1º de junho de 2019. Os itens inseridos visam atender às novas demandas do mercado e atualidade da profissão contábil com intuito de reduzir as infrações recorrentes na vida do profissional contábil.

A ética, em qualquer campo de atuação profissional é a base para o respeito e a confiabilidade dos serviços prestados, no âmbito da Contabilidade é tão importante quanto o pleno domínio das técnicas de escrituração contábil.

Devido à importância desse tema, fomos impelidos a provocar uma reflexão sobre o mesmo, trazendo as principais infrações recorrentes no exercício da profissão contábil com os apontamentos dos motivos, os mesmos serão comparados com os novos dados das infrações ocorridas até 2018 onde espera-se que haja uma redução dos números e nas formas de infrações cometidas.

## Referências

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC/MG. Comunicado CFC.

Disponível em: < <https://cfc.org.br/noticias/codigo-de-etica-profissional-do-contador-e-atualizado-saiba-o-que-mudou/>>. Acesso em 02/06/2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em:

<http://www.institutonacional.com.br/downloads/C%C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20do%20Profissional%20Contador.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GUIMARÃES, Cristina Kellen; CASTRO, Marcio Junior; SOUSA, Cleber Batista. As principais infrações cometidas pelos contabilistas aplicadas pelo CRC/MG. UNIBH, 2016. Disponível em: [https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2015/10/cristina-kellen-teixeira-guimarc3a2es\\_tcc-as-principais-infrac3a7c3b2es-cometidas-pelos-contabilistas-aplicadas-pelo-crc-mg-no-periodo-de-2010-a-2014\\_90280.pdf](https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2015/10/cristina-kellen-teixeira-guimarc3a2es_tcc-as-principais-infrac3a7c3b2es-cometidas-pelos-contabilistas-aplicadas-pelo-crc-mg-no-periodo-de-2010-a-2014_90280.pdf). Acesso em 01 de junho de 2019.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.182

LOPES DE SÁ, Antônio. Ética Profissional. 2a ed. Ao Paulo: Atlas, 1996, A Ética Necessária. Minas Gerais: Una, 2000

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

## UM ESTUDO QUANTO À UTILIZAÇÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO GORUTUBA (MG)

**Rosilene Gonçalves Costa (Orientadora)** Docente FAVAG. e-mail:rosilene1\_costa@yahoo.com.br

**Nayara Rosa Ferreira** Discente FAVAG. e-mail:nayrosa19@hotmail.com

### Introdução

Diante da importância da agricultura para a economia brasileira, é imprescindível obter informações do ramo, a fim de que se maximizem os resultados desse setor. Segundo MENDONÇA (2005) essa atividade abrange a extração vegetal, a produção agrícola, as atividades zootécnicas e a comercialização e transportes desses produtos. Essas atividades representam 40% das exportações segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018).

Em se tratando do agricultor familiar, a Lei nº 11.326 de julho de 2006 o define como sendo aquele que exerce suas atividades no meio rural e respeita os seguintes requisitos: não tenha mais de quatro módulos fiscais, tenha predominância da mão de obra familiar, possuir percentual mínimo da renda familiar com origem nas atividades da propriedade e, a família deve dirigir o negócio (BRASIL, 2006).

Embora a contribuição desses agricultores seja grande, muitos deles são excluídos tanto de atuais políticas governamentais desenhadas para este setor, quanto do suporte na organização e alavancagem de sua produção, e ainda assim convivem amistosamente na sociedade, inseridos em um ambiente cada vez mais competitivo, típico do sistema capitalista, concorrendo em nível desleal com os grandes empreendedores do agronegócio, na busca de sua própria sobrevivência e de seus familiares.

As dificuldades não se limitam a esse ponto. Com o difícil acesso à escola, muitos desses produtores, apesar de conhecerem a atividade produzida, desconhecem como utilizar das informações financeiras e contábeis para uma melhor gestão administrativa do negócio.

Assim, o presente estudo objetivou a coleta e análise de informações no que diz respeito ao conhecimento e utilização da contabilidade pelos pequenos agricultores na região do Vale do Gorutuba no norte de Minas Gerais na gestão do seu empreendimento.

### Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada uma abordagem de natureza quali-quantitativa. No tocante ao objeto de estudo, empregou-se a técnica da amostragem não probabilística, caracterizada como intencional, na qual um grupo específico é escolhido para compor a amostra conforme critérios previamente definidos. Esta pesquisa também se classifica como bibliográfica, pois foram coletados dados em livros e artigos buscando conhecer, explicar e analisar sobre o respectivo assunto (MARTINS, THEÓFILO, 2009).

Para a pesquisa de campo, foi elaborado um questionário contendo 10 perguntas, aplicado a 49 agricultores, a fim de analisar a utilização da contabilidade em seu empreendimento. A coleta de dados ocorreu nas feiras livres e propriedades rurais dos



agricultores enquadrados como pequeno e médio produtor rural, localizados na delimitação do Vale do Gorutuba-MG.

O *Checklist* foi composto por 10 questões norteadoras, conforme descritas no Quadro abaixo:

Quadro 1 – Questões norteadoras da pesquisa de campo

1- O produtor utiliza da contabilidade?
2- Se você utiliza a contabilidade na atividade rural, essa utilização é realizada também para o gerenciamento do negócio e tomada de decisões?
3- Você tem conhecimento de quanto gasta em sua produção mensal?
4- A contabilidade gerencial possui ferramentas que auxiliam na tomada de decisão, como exemplo os relatórios contábeis. Você utiliza essas ferramentas no seu empreendimento?
5- Alguma vez o contador já te apresentou os relatórios contábeis de sua empresa?
6- Quando teve acesso aos relatórios, as informações contidas foram compreendidas?
7- Identifique o principal motivo para que você não utilizasse os demais serviços da contabilidade. A) Falta de Confiança nos profissionais. B) Falta de profissionais disponíveis C) Preço dos serviços. D) Outros Motivos.
8- Você acredita que a contabilidade possua algum benefício para seu empreendimento?
9- Você acha interessante saber se sua atividade agrícola (produção) está gerando lucro ou prejuízo?
10- Qual seria em sua opinião, o maior benefício da contabilidade nas suas atividades? A) Controle do Patrimônio. B) Controle de receitas, despesas e custos. C) Elaboração dos documentos fiscais. D) Não possui benefícios

Fonte: Elaborado pelos autores.

## Resultado e discussão

Após a análise dos dados verificou-se que, apenas 53,1% dos produtores utilizam da contabilidade, os demais não têm utilização nem mesmo para lidar com suas obrigações com o fisco. Dentre os agricultores que utilizam da informação contábil em seus negócios, os que a utilizaram para gerenciar seus negócios foram apenas 44,9 %.

Dos produtores avaliados, pouco mais da metade 55% têm controle dos gastos que permeiam seus negócios, apenas 31% utilizam das ferramentas contábeis e 33% dos mesmos já viram seus contadores apresentar seus relatórios contábeis. Assim, verificou-se que os mesmos têm muitas dificuldades para avaliar se sua produção está gerando lucro ou prejuízo.

Em relação aos que receberam informações contábeis, quando questionados sobre o entendimento dessas, dos 33% que tiveram acesso aos relatórios repassados pelos respectivos

contadores, apenas 42,4% entenderam a informação que estava sendo apresentado, o que é uma estatística preocupante, pois se considerarmos o total dos respondentes temos, apenas, 14% que compreenderam a informação apresentada pelo profissional.

No quesito do principal motivo de não utilizar as informações contábeis, a principal resposta dos produtores, foi que os preços dos serviços eram inacessíveis. Quanto aos benefícios da contabilidade para seus empreendimentos, apenas 4 dos 49 responderam não acreditar que essa informação traria benefícios, 45 dos agricultores afirmaram que a contabilidade é uma ferramenta que pode trazer informações benéficas a eles.

A pergunta com maior porcentagem em uma resposta foi a de número 9, onde foi indagado se seria importante saber se a atividade gerava lucros ou prejuízos, 98% dos agricultores disseram que sim, indicando que os mesmos sabem que é importante, mas não utilizam por outros motivos não apontados.

A última indagação, quanto à contribuição da contabilidade para a atividade agrícola, 78% apontaram que seria com intuito de prestar informação ao fisco, seguido de 14% que indicaram o seu uso para o controle das receitas, despesas e custos de suas atividades.

A partir da coleta e análise dos dados da pesquisa, foi notório o fato que aproximadamente metade dos agricultores entrevistados na área delimitada da pesquisa não utiliza ou desconhecem a importância de aplicar as ferramentas contábeis na gestão de seus negócios.

## Considerações finais

A partir dos resultados, verificamos que aproximadamente poucos produtores Agricultura Familiar inseridos na região do Vale do Gorutuba-MG utilizam das informações contábeis como ferramenta para o controle do patrimônio e gestão dos resultados de suas atividades.

Sobre o entendimento dos mesmos, de que a contabilidade é uma ferramenta importante, foi notório que a grande maioria assim considera, embora entendam que essa importância gira em torno de simplesmente prestar informações ao fisco e não em gerenciar seu patrimônio e seu empreendimento. Assim tem-se um grande paradigma pela frente, em conscientizar esses agricultores de que, a contabilidade moderna não apenas fornece informações ao governo, mas é capaz de ajudá-los na tomada de decisões através de dados constantes nas demonstrações do controle de seus patrimônios, promovendo possibilidades reais de se executar uma gestão eficiente, tornando-os mais competitivos.

Aos profissionais da área contábil, torna-se necessário traduzir os relatórios contábeis na linguagem do cliente, com o objetivo de tornar a informação contábil útil e eficiente para um público que possui pouca familiaridade com o assunto. Afinal, a contabilidade deve gerar informações que possa ser facilmente interpretada, fornecendo subsídios na tomada de decisões, caso contrário, o público estudado, ou seja, os produtores da Agricultura Familiar, não poderão se beneficiar de tais ferramentas tão relevantes à gestão do seu negócio, causando-lhes prejuízos futuros.

## Referências

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (2006). **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em 30/10/2018.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (2018). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/Novembro2018.docx/view>> Acesso em 04 de janeiro de 2019.

MENDONÇA, **Contabilidade Agronegócio**: atividade alavanca exportações do Brasil.2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

# DIREITO

## SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE CAÇAREMA

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente da FAVAG.  
Email: [anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**Alexandre Soares.** Discente Favag. e-mail: [ana.karolsantos1@hotmail.com](mailto:ana.karolsantos1@hotmail.com)

**Amanda Santos da Silva** Discente Favag.

**Danúbia Micaella** Discente Favag.

**Débora Borém** Discente Favag.

**Gercyara Rafa Silva** Discente Favag.

**Hiago Gabriel Almeida Lopes** Discente Favag.

**Welbert Cantuária, José Adão** Discente Favag.

### Introdução

O direito a propriedade garantido pela Constituição Federal, passa a ser visto como regulação de interesses do homem que vive em sociedade, que deve ter um espaço capaz de propiciar seu desenvolvimento digno (função social). Contudo, o direito à propriedade é um direito natural e inerente de um indivíduo. O objeto do direito de propriedade como é normalmente entendido hoje em dia, consiste em propriedade já possuída, de propriedade adquirida ou a ser adquirida por uma pessoa através de meios lícitos.

O presente artigo tem por finalidade analisar e discorrer sobre a situação fundiária do distrito de Caçarema, localizado no município de Capitão Enéas no Estado de Minas Gerais. O referido pertence à Microrregião Montes Claros e à Mesorregião Norte de Minas. O trabalho será pautado, em estudo descritivo e qualitativo, tendo em vista análise dos dados coletados a partir da pesquisa de campo realizada.

A temática proposta, terá como ponto de partida um o objetivo geral, regularização fundiária, e trabalhará construindo estrutura lógica entre dados, leis do ordenamento jurídico pátrio e doutrinas, já para chegar à conclusão será utilizado o método dedutivo de abordagem.

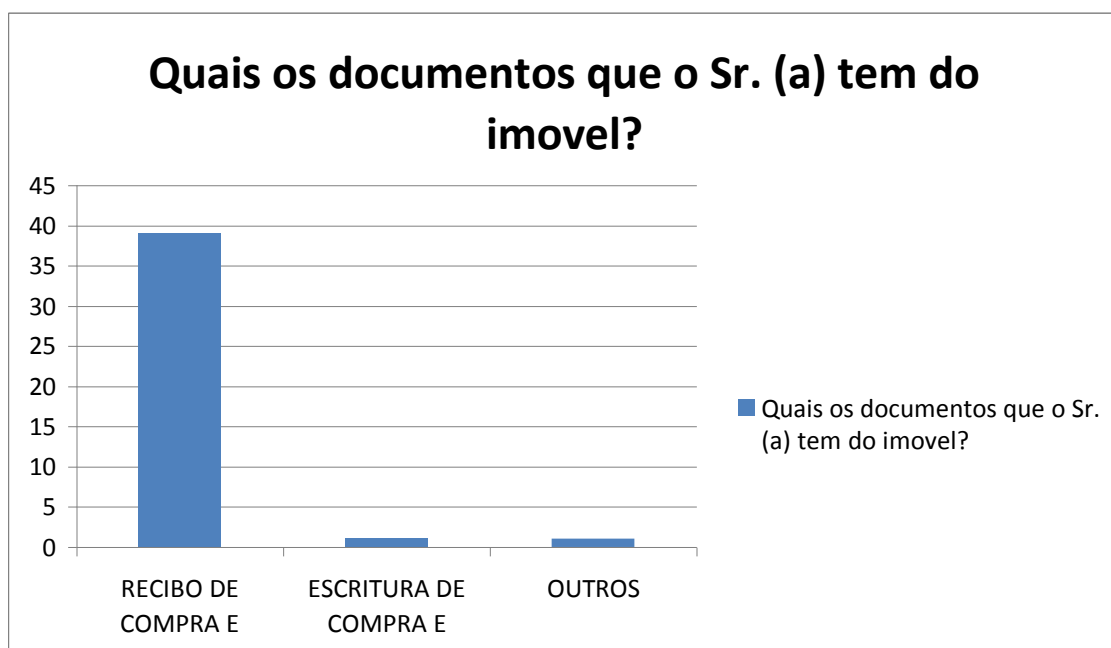
### Análise e discussão dos dados coletados

No dia 20 de outubro de 2018 foi realizada uma pesquisa de campo em Caçarema com a proposta e finalidade de verificar a situação da regularização fundiária do distrito, e por consequente verificar se os moradores possuem o conhecimento acerca do tema. A pesquisa foi realizada em áreas mais urbanizadas do distrito. Foram entrevistadas um total de 40 pessoas de forma aleatória, todos habitantes de Caçarema.

Ao analisar os resultados obtidos, é possível inferir que mais de 50% não possui a escritura dos seus imóveis, sendo substituída pelo simples contrato particular de compra e venda, e mesmo não possuindo documentação adequada, qual seja matrícula, escritura pública, os entrevistados se consideram proprietários dos imóveis em que residem.

Por fim, parte do distrito se encontra de forma irregular e não atende os regulamentos legais elencados no artigo 1228 do Código Civil, ou seja, são possuidores e não proprietários.

Conforme informações do Cartório de Registro de Imóveis, em Francisco Sá, não existem registros dos Imóveis.



Diante da situação exposta, no decorrer do presente trabalho, seria oportuno que a população se fizesse valer da Usucapião extrajudicial. A usucapião extrajudicial é uma inovação legislativa, disposta no artigo 216-A da Lei de Registros Públicos, criada com o escopo de livrar o Poder Judiciário de excessos e tornar mais célere o reconhecimento da propriedade, que como já foi exposto é um direito garantido e protegido pela Constituição Federal da República.

A Lei de Registros Públicos em seu art. 216-A dispõe que:

Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com...

Dessa forma a Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, em parceria com o Cartório de Registro de Imóveis, poderá promover conscientização da população a cerca das irregularidades fundiárias existentes na Comunidade, e propor via alternativa de regularização dos imóveis, deixando claro para eles dos benefícios que tal ação poderá proporcionar para evitar problemas as futuras gerações.

Portanto os moradores da comunidade descrita poderão legalizar a situação fundiária da referida localidade.

## Considerações finais



A medida jurídica que foi abordada no desenvolvimento do presente artigo, como a solução dos problemas dominiais, em que os ocupantes da Localidade de Caçarema, não

possuem qualquer tipo de título que lhe dê segurança jurídica sobre sua ocupação e são de grande importância.

Cabem aos órgãos públicos, subordinados a lei, como a prefeitura da cidade de Capitão Enéas, Cartório de Registro de Imóveis, população a ser beneficiada, uma colocação ativa, com o intuito de concretizar o direito de propriedade plena.

Podemos encontrar dificuldades, contudo, se trabalharmos com objetivo de ter o distrito de Caçarema com seus imóveis regularizados e, alcançando uma melhor qualidade de vida, teremos um resultado bastante satisfatório.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)  
Acessado dia 12/05/2019

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça. Provimento n.º 065, 2017.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3394>>. Acesso dia 15 de maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm). Acesso em: 15 de maio 2018.

**Código Civil.** Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acessado dia 12/05/2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Saraiva 2006.

GOMES, Daniela Vasconcellos. **A noção de propriedade no direito civil contemporâneo.** Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.18, jun. 2007.

Disponível em: [http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/Edicao018/Daniela\\_Gomes.htm](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/Edicao018/Daniela_Gomes.htm)  
Acesso em 16 de maio 2019

## CONCUBINATO E SEU EFEITOS CIVIS

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente da FAVAG.  
Email: [anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**Ana Karoline dos Santos.** Discente Favag. e-mail: [ana.karolsantos1@hotmail.com](mailto:ana.karolsantos1@hotmail.com)

### Introdução

O trabalho tem por objetivo analisar os direitos em decorrência da relação de concubinato, uma vez que esse não tem regulamento legal, ficando a par dos Tribunais decidiram cada caso concreto, levando-os para uma seara obrigacional e não familiar.

O concubinato, conforme reza o art. 1.727 do Código Civil, o tema deste trabalho, é quando pelo menos uma das partes possui algum impedimento absoluto, descrito no rol do art. 1521 CC/02, sendo necessário, portanto uma avaliação concreta de caso a caso, para que possa determinar direitos e deveres decorrente dessa relação.

### Metodologia

Este artigo utiliza como base, pesquisa exploratório explicativa, dialética, com a pretensão de possibilitar maior entendimento do assunto abordado, bem como, objetivo de torná-lo mais compreensível e identificar os elementos que contribuem e os definem. As bases utilizadas para a coleta de dados foram de pesquisa bibliográfica, baseadas em materiais já elaborados como: livros e jurisprudência.

### Resultados e Discussão

Foram analisadas jurisprudências, decisões reiteradas dos Tribunais, bem como posicionamentos doutrinários acerca do tema abordado, a fim de compreendermos as obrigações oriundas, da dissolução da relação de concubinato, o que vem ocasionando pedidos reiterados de prováveis direito junto ao judiciário.

O assunto em tela não é positivado, amparado pelo ordenamento jurídico, pelo contrário o art. 1727, prescreve que as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de se casar, constituem concubinato.

Desse modo o Tribunal do Estado de Minas Gerais decidiu que em numa relação conexa, em que uma das partes matinha relacionamento concomitante e que em uma dessa era impedido de se casar com a companheira, não pode ser caracterizado como união estável, uma vez que para que para configuração dessa exige o implemento dos requisitos da convivência, ausência de formalismo, unicidade de vínculo, estabilidade, continuidade, publicidade, e do objetivo de constituir de família.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA - PLEITO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS-MORTEM - AÇÕES CONEXAS - FALECIDO QUE MANTEVE POR 4 ANOS DOIS RELACIONAMENTOS CONCOMITANTES - IMPEDIMENTO DE RECONHECIMENTO - AUSÊNCIA DE UNICIDADE DO VÍNCULO, ASSIM COMO ESTABILIDADE - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE - MANUTENÇÃO.

O concubinato não é um fenômeno recente. A história registra que, o Brasil em seu processo de colonização, teve implantado a cultura cristão-católica, adotando a moral Cristã como base, também para a vida conjugal.<sup>4</sup>

Vale destacar, o caráter monogâmico da relação familiar adotado em nosso sistema jurídico. E diante disso, a proteção ao concubinato, implicaria uma quebra de tal regra estatal. Desse modo, os tribunais têm tomado decisões estabelecendo vedação quanto à relação de concubinato, o que por sua vez tem sido contestada por doutrinadores.

De acordo Cristiano Chaves de Farias e Rodolfo Pamplona, é chegado o momento de refletir sobre o concubinato com mais afeto afastando o preconceito, sob a luz do direito de família.<sup>5</sup>

Maria Berenice, por sua vez, defende a tese de se que há boa-fé de um dos companheiros a relação, ou seja um não tem conhecimento de outro relacionamento do parceiro, seria válido considerar a união estável das partes.<sup>6</sup>

É válido destacar que o princípio de dignidade da pessoa humana é a base da ordem jurídica democrática, visando à proteção do ser humano, dele pode-se extrair regras que regulem sua aplicação, mas jamais regras que visam restringir.<sup>7</sup>

Com vistas à legislação, regra que os tribunais têm adotado a vedação, a favor dos concubinários, quanto à doação, sendo essa passível de anulação; estipulação de seguro de vida em favor do concubino; beneficiar em testamento e previdência o concubino, sob pena de nulidade; possibilidade de receber alimento; conversão da relação de concubinato em matrimônio. Dessa feita o estado de Pernambuco entendeu, não ser passível a concubina da pensão por morte.<sup>8</sup>

Depois de reiteradas decisões sobre os possíveis direitos, o STF editou a Súmula nº 380, que dispõe: “Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos é cabível a sua dissolução judicial com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum”. Dessa maneira a Súmula supracitada visa proteger as relações de união estável, de forma que essa venha ser amparada e declarada pelos tribunais.

## Considerações Finais

<sup>4</sup> GONÇALVES, Vinícius de Almeida. O concubinato na visão do atual ordenamento jurídico brasileiro e uma análise da possibilidade jurídica de alimentos. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 28 jan 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52317&seo=1>. Acesso em: 18 maio 2019.

<sup>5</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil Brasileiro; famílias. Salvador: Jus Podivm, v. 6, 2016.

<sup>6</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 6. ed. ver., atual e ampla. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010.

<sup>7</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro; direito de família. São Paulo: Saraiva Educação, v. 5, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil Brasileiro; famílias. Salvador: Jus Podivm, v. 6, 2016.

<sup>8</sup> DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL, E PREVIDENCIÁRIO. DIVISÃO DE PENSÃO POR MORTE ENTRE VIUVA E COMPANHEIRA. COMPROVAÇÃO DE COABITAÇÃO EM REGIME MARITAL E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 226, § 3º, DA CF, 1.723, DO CÓDIGO CIVIL E 27, § 2º, DA LC Nº 28/00. REEXAME NECESSÁRIO NÃO PROVIDO. PREJUDICADO O RECURSO VOLUNTÁRIO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

Conforme o desenvolvimento do tema, vale registrar que os efeitos civis decorrentes da dissolução da relação de concubinato são tratados como meramente obrigacionais, sendo adotado pelo direito brasileiro este instituto como uma relação de fato e não familiar, decorrendo dela apenas direitos patrimoniais.

Diante do exposto, vê-se que o entendimento dos Tribunais ainda têm sido bastante conservador em suas decisões quanto às relações de concubinato, com intuito de conservar a regra estatal de monogamia, bem como desestimular tal prática, regulando, portanto, essa relação na seara do Direito das Obrigações.

## Referências

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 6. ed. ver., atual e ampla. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro; direito de família**. São Paulo: Saraiva Educação, v. 5, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil Brasileiro; famílias**. Salvador: Jus Podivm, v. 6, 2016.

BRASIL. **Código de Processo Civil** (2015). Lei nº 13.105/2015

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula nº 380**. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Disponível em: Acesso em: 27 abril 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula nº 447**. É válida a disposição testamentária em favor de filho adulterino do testador com sua concubina. Disponível em: Acesso em: 02 de maio de 2019.

TJ/PE – AP/RN: 00050750420028170001, Relator: JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, Data da Publicação: 17/12/2015

STJ - REsp: 674176 PE 2004/0099857-2, Relator: Ministro NILSON NAVES, Data de Julgamento: 17/03/2009, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 31/08/2009

TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.123540-9/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/04/2019, publicação da súmula em 08/05/2019

## ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS REFLEXOS

**Ana Paula Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente Favag. e-mail: [anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**André Felipe Machado Costa.** Discente Favag. e-mail: [euandrec@hotmail.com](mailto:euandrec@hotmail.com)

**Andreza Neris de Souza.** Discente Favag. e-mail: [andreza.nds@hotmail.com](mailto:andreza.nds@hotmail.com)

**Daniele Oliveira Silva.** Discente Favag. e-mail: [danieleoliveirasv@gmail.com](mailto:danieleoliveirasv@gmail.com)

**Gabriel Henrique Silveira Dias.** Discente Favag. e-mail: [gab.h@hotmail.com](mailto:gab.h@hotmail.com)

**Kamila Gomes da Silva.** Discente Favag. e-mail: [kamilagomes28@hotmail.com](mailto:kamilagomes28@hotmail.com)

### Introdução

O trabalho tem por objetivo analisar a veiculação da Lei 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental), tendo em vista que, a prática do ilícito civil é recorrente e irresponsável pelos genitores

A Alienação parental está relacionada nos casos de separação conjugal em que os genitores, motivados por mágoas decorrentes de seus relacionamentos, atacam a afetividade da criança pelo outro(a) genitor(a). Ocorre quando os pais ou responsáveis de uma criança ou adolescente a influenciam psicologicamente causando transtornos no seu comportamento. Visando a proteção dos alienados e a preservação psicológica dos mesmos, bem como, o bom convívio familiar, o ordenamento jurídico brasileiro prevê medidas de combate ao problema, que precisam ganhar popularidade.

### Metodologia

A pesquisa realizada é dialética, apresenta dados exploratórios com coleta de dados quantitativos e qualitativos, baseada no método empírico através de pesquisas sociais, bibliográficas em doutrinas, artigos científicos, jurisprudências, dispositivos legais e quaisquer outros materiais que tenham destaque para o tema. Foram analisados dados dos anos de 2016 e 2017.

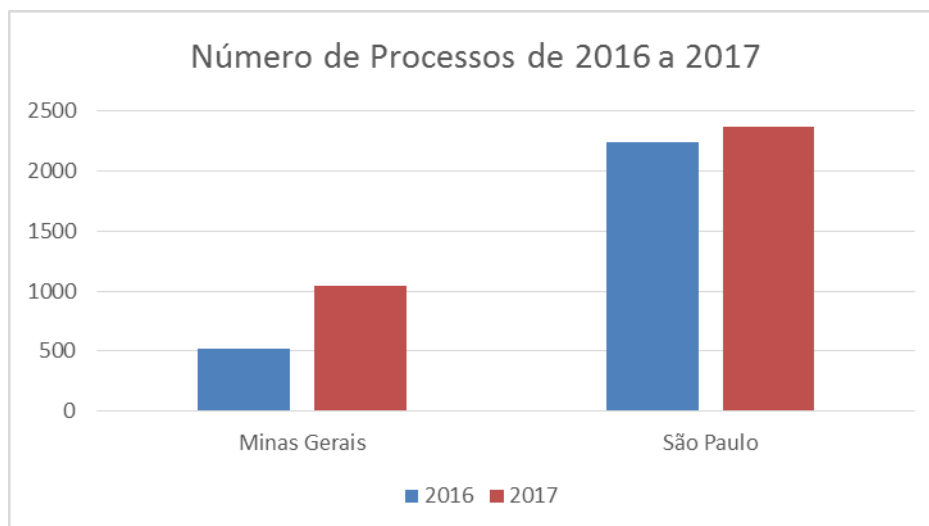
### Resultados e Discussão

A Lei 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental) traz expressamente o conceito da alienação parental, em seu art. 2º, sendo a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

As consequências dessa atitude são drásticas, causando comportamentos antissociais, violentos ou criminosos, o que pode resultar também em depressão e suicídio. Numa fase mais madura, a vítima da alienação, revela um remorso por suas condutas desprezíveis – que foram influenciadas pelo alienador com o intuito de atingir o outro genitor ou parente.

Os números de processos por alienação parental aumentaram, o que pode significar que as informações sobre o assunto são crescentes. De 2016 a 2017 os processos saltaram de 2.241 para 2.365, o que significa um aumento de 5,5% consoante dados do tribunal de São Paulo. Em Minas Gerais, as ações, referente a alienação parental teve um

aumento de 85% em 2017, em 2016 foram o total de 516 ações, e um ano depois, foram para 1.046 ações, de acordo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



O que as vítimas, tanto alienados e genitores alvos da alienação precisam tomar conhecimento, são dos direitos assegurados a elas.

Consoante, Dias “Havendo indícios de sua prática, prevê a lei a instauração de procedimento autônomo ou incidental, com tramitação prioritária, adotando o juiz as medidas necessárias a preservação da integridade psicológica do filho (5.º). Não só dos pais ou parentes que se sintam vítima da alienação parental, pode intentar a ação. O Ministério Público dispõe de legitimidade para a demanda” (DIAS, 2013).

A forma mais eficaz para a disseminação dessa informação é a veiculação e divulgação desses direitos garantidos em leis através de programas de assistência familiar, em que o poder público tem legitimidade para tanto.

## Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que a alienação parental é um assunto delicado e de extrema importância que deve ser tratado de forma sensível no ordenamento jurídico. A depreciação da imagem de um dos genitores por parte do outro, pode acarretar transtornos psicológicos na criança, interferindo nas relações sociais e no desenvolvimento desta.

Além disso, os dados demonstram um número crescente de processos nos estados de Minas Gerais e São Paulo, podendo concluir que o número de crianças que sofrem com a alienação parental tem aumentado.

Portanto, faz-se necessário, maior atenção do governo para coibir tal situação, como medidas socioeducativas para conscientizar os pais, e maior rigor contra os agentes que a praticam.

## Referências

BRASIL. (s.d.). LEI 12.318/2010. *ALIENAÇÃO PARENTAL*.



<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/86643-alienacao-parental-aco-es-crescem-85-na-justica-mineira-em-2017>

DIAS, M. B. (2013). *Manual de Direito das Famílias* (9ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.

G1. (15 de Maio de 2019). Fonte: G1: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/aumento-do-numero-de-processos-por-alienacao-parental-mostra-que-familias-estao-mais-informadas-diz-oab.ghtml>

MADALENO, R. (2018). *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense.

## BARRIGA DE ALUGUEL: o Corpo como Capital

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa** (orientadora) Docente FAVAG ([anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com));

**Angélica do Carmo Granada** Discente FAVAG ([mariaangelicac2017@outlook.com](mailto:mariaangelicac2017@outlook.com));

**Débora Cristina Alves Santos** Discente FAVAG ([alvesdebora41@gmail.com](mailto:alvesdebora41@gmail.com));

**Karlla Mayara de Oliveira** Discente FAVAG ([oliveirakarlla16@outlook.com](mailto:oliveirakarlla16@outlook.com));

**Lucca Menezes Oliveira** Discente FAVAG ([luccamenezes123@hotmail.com](mailto:luccamenezes123@hotmail.com));

**Maria Fernanda Lopes** Discente FAVAG ([mfernanda.lopes@yahoo.com](mailto:mfernanda.lopes@yahoo.com));

**Samara Vitória Martins Medeiros** Discente FAVAG ([saamaramartins14@gmail.com](mailto:saamaramartins14@gmail.com)).

### Introdução

O presente trabalho foi realizado uma pesquisa exploratória e qualitativa retratando os efeitos através de estudos e percepções, procurando mostrar uma análise da legalidade do negócio jurídico remunerado da gestação por substituição sob a ótica dos princípios constitucionais, em desfavor da intervenção estatal no Brasil em decorrência da ausência de amparo jurídico a favor de sua aplicação/prática e também a possibilidade de existir um acordo oneroso e formal, entre as partes.

A Gestação por Substituição, também denominada Barriga de Aluguel consiste na prática em que é solicitada uma terceira pessoa para que possa assegurar a gestação, cedendo seu útero para que seja gerado o filho de outrem impossibilitada de gerar em seu próprio ventre. Esta prática no Brasil atribui várias convergências, pois a legislação brasileira prevê que não é possível a cessão temporária de órgão humano, o que se aplica também ao útero.

### Desenvolvimento

Pode-se afirmar que o direito à vida é um dos mais significativos princípios existentes no ordenamento jurídico. No entanto, a questão se torna controversa quando se indaga se a mulher poderia negociar sua capacidade de gerar uma vida para outro casal, surgindo a denominada barriga de aluguel, mãe de substituição ou útero de substituição. Além deste, há também impasses a respeito dos direitos da personalidade, haja vista ter-se previsão, no Código Civil vigente, sobre eventual disposição do corpo.

O tema tratado revela a colisão de direitos fundamentais, quais sejam, o princípio da autonomia da vontade privada (art. 1º, IV) e da [livre iniciativa](#) (art. 170, caput) de um lado, e o da dignidade da pessoa humana e o da máxima efetividade dos direitos fundamentais (art. 1º, inc. III), e do direito à vida (art. 5º caput) de outro, que inevitavelmente nos conduz a rever nossos critérios éticos fixados na lei e consagrado no conceito de sociedade fraterna (preâmbulo da constituição, art. 3º, inc. I).

Diante dessa colisão de princípios constitucionais, deverá utilizar dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para realizar a ponderação dos interesses envolvidos. Nesse sentido, o intérprete deve atribuir a uma norma constitucional a maior eficácia possível em observância ao princípio da máxima efetividade.

No que concerne ao direito a disposição do próprio corpo não está expresso na Constituição Federal, mas deriva de uma interpretação sistemática das demais garantias

formalmente postas no referido texto. A dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade do direito à liberdade, aliadas à possibilidade de disposição corporal, elencadas, respectivamente, nos arts. 1º, III, 5º, caput e 199, §4º, todos da Constituição, servem de fundamento para que se sustente a existência de um direito individual ao próprio corpo e a um direito a sua disposição. O tema é polêmico e envolve diversas discussões como a possibilidade de alguém se prestar à execução de ensaios farmacológicos, bem como em diversas outras situações a exemplo do direito ao aborto, à ortotanásia, ao suicídio, à heterocolocação em perigo consentida, dentre outros.

Com isso, a ideia de dignidade persegue, antes de tudo, permitir que o sujeito, mediante o uso da razão, escolha os caminhos de sua vida, desde que não afronte o contrato social que ampara a sociedade, em outras palavras, desde que o exercício do seu direito não infrinja direito de terceiros.

De igual maneira, não se consegue vislumbrar quais são os valores coletivos ou supraindividuais que estão sendo desrespeitados diante do exercício da autonomia, ainda que a vontade individual seja a lesão de sua própria integridade física. Há sim, afronta à dignidade humana, quando, sem qualquer autorização do titular do bem jurídico, procede-se uma intervenção lesiva. Isso por que, o bem jurídico encontra-se em perigo, mediante o cerceamento de seu direito de escolha. É a conduta que retira do indivíduo a gerência de sua vida, logo, retira a autonomia, coisifica o sujeito, negando sua dignidade.

Conciliando o princípio da autonomia da vontade com a legislação civil a respeito do corpo, percebe-se que o Código Civil limitou-se a regulamentar somente os atos de disposição do corpo humano. Em outras palavras, como observa Anderson Schreiber, “a codificação veio cuidar tão somente da relação entre a proteção ao corpo e a vontade do seu titular, procurando determinar em quais circunstâncias pode uma pessoa ‘dispor’ no todo ou em parte, do seu próprio corpo.”

Em alguns países há clínicas que mediam o contrato de barriga de aluguel gerando assim empregos onde mulheres ganham o dinheiro de forma digna e contribuindo com o sustento familiar. É válido salientar que todos tem o direito de escolher a sua profissão, pois a lei garante a sua livre escolha. Sendo assim não há o que se falar em discriminação e desrespeito a dignidade da pessoa humana, uma vez que ele leva seu sustento para casa de forma digna. Segundo José Roberto Barroso, é fundamental que o indivíduo seja livre para acatar o que é mais prudente a ele.

A autonomia é o elemento ético da dignidade, ligado à razão e ao exercício da vontade na conformidade de determinadas normas. A dignidade como autonomia envolve, em primeiro lugar, a capacidade de autodeterminação, o direito do indivíduo de decidir os rumos da própria vida e de desenvolver livremente sua personalidade. Significa o poder de fazer valorações morais e escolhas existenciais sem imposições externas indevidas. (BARROSO,2010,p.24)

Em estudo a disciplina denominada a bioética é visto princípios que estão intimamente ligados e defendem a ideia de que as pessoas tem o direito de decidir sobre questões relacionadas a sua vida e ao seu corpo que são o da beneficência, o da não-maleficência, o princípio da justiça e o da autonomia. O princípio da beneficência, significa algo bom, o ato de fazer o bem que no caso em questão aplica-se a atitude da mãe gestacional em ceder o seu útero para que seja gerada uma criança desejada por outros pais. O princípio da não- maleficência como o próprio nome já diz, consiste em não fazer mal, ou seja, não provocar danos ou prejudicar a saúde do corpo.

## Considerações Finais

Ante ao exposto, conclui-se que o contrato de gestação por substituição preenche os requisitos básicos para existir e ser válido à vontade de contratar. Além do mais, o Estado, de acordo com o princípio da autonomia da vontade, não cabe a ele decidir o que é melhor para a mulher e nem opinar em sua escolha, sendo a mesma responsável pelo o seu próprio corpo. No entanto, deve-se observar que ao transformar o contrato oneroso contribuí diretamente com a renda familiar da mulher diminuindo assim o índice de pobreza do país e também com o índice de desemprego entre as mulheres, principalmente.

Por fim, a determinação para que não seja aceita a finalidade econômica na “Barriga de Aluguel” é vaga, pois a resolução do Conselho de Medicina, abrange somente os profissionais que são sujeitados a ele, haja vista que trata-se de uma norma ética. E que ao ceder o útero para que ocorra a gestação, a mãe gestacional não estará incorrendo na prática de comercialização de tecidos e órgãos prevista na Constituição Federal, uma vez que há essa vedação para que seja preservada a integridade do corpo humano, e no caso da barriga de aluguel, ocorrerá um empréstimo do útero, o que não trará prejuízo a integridade do corpo da mãe hospedeira.

## Referências

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: Natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação.** Dezembro de 2010.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO nº 2.121**, de 16 de julho de 2015. Publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. Disponível em <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121\\_2015.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf)>. Acesso em 22 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), consultado em 06 de junho de 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias.** v.6. 9.ed. rev. e. Salvador: JusPodivm,2016.

## UMA NOVA VISÃO DE PARENTESCO: a multiparentalidade

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente da FAVAG. Email:

[anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com) ;

**Aniele de Souza Santos.** Discente da FAVAG. Email: [anielesouza10@hotmail.com](mailto:anielesouza10@hotmail.com);

**Ingrid Thaís Durães Pereira.** Discente da FAVAG. Email: [in.thays@hotmail.com](mailto:in.thays@hotmail.com) ;

**Juliana M. G de Moraes.** Discente da FAVAG. Email: [julianamicaele5@gmail.com](mailto:julianamicaele5@gmail.com);

**Lorena káren R. Costa.** Discente da FAVAG. Email: [lorenacosta279@yahoo.com.br](mailto:lorenacosta279@yahoo.com.br) ;

**Vitor B. da Silveira.** Discente da FAVAG. Email: [vitorbatista450@yahoo.com](mailto:vitorbatista450@yahoo.com);

### Introdução

Conforme a sociedade evolui surge uma necessidade de um novo conceito de família para o direito brasileiro, ou seja, a ideia de que a família é baseada apenas por vínculos genéticos, biológicos e decorrentes do casamento civil, tornou-se obsoleto. Atualmente, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil- CRFB/88, as diversas formas de constituição familiar foram reconhecidas, assim como as variadas formas de parentalidade, que vem ganhando um amplo espaço dentro da nossa federação. Felizmente, o nosso estado de Direito está preocupado com a afetividade e o desenvolvimento individual dos membros de cada entidade familiar.

É nesse sentido, que foi decido pelo STF em 2016, através de um recurso extraordinário 898.060 que ocasionou a Repercussão Geral 622, que teve a aprovação pela maioria absoluta na corte, sobre a paternidade socioafetiva, aquela que decorre do vínculo criado entre uma criança e um adulto que a cria como se filho fosse, cominada com a filiação biológica, aquela que advém do liame consanguíneo. Sendo assim, o instituto de multiparentalidade passou a ter um reconhecimento significativo dentro da sociedade e no mundo jurídico.

### Metodologia

A pesquisa tem por objetivo abordar o desenvolvimento do que seria “parentesco”, na sociedade. O método utilizado será a revisão bibliográfica, com ênfase em doutrinas, artigos científicos e jurisprudência.

A natureza será de caráter explicativa e descritiva, com objetivo de analisar todo o contexto histórico até chegar no patamar atual.

Partindo da jurisprudência que trouxe reflexos para a sociedade, onde um dos casos concretos deu engajamento para o reconhecimento da multiparentalidade, o método de abordagem será o dialético.

### Resultado e Discussão

O Código Civil de 2002<sup>9</sup> em seu artigo 1.593, trouxe expressamente as duas formas de parentesco, o natural que é o advindo de origem consanguínea, e o parentesco socioafetivo

---

<sup>9</sup> BRASIL. Código Civil, **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

que decorre de uma relação de afeto. Com isso, o termo multiparentalidade veio com intuito de juntar esses dois institutos, tornando-se uma alternativa viável para solução de conflitos em determinados casos concretos.

Nas palavras do doutrinador Paulo Lôbo, a multiparentalidade, seria:

De um lado existe a verdade biológica, comprovável por meio de exame laboratorial, que permite afirmar, com certeza praticamente absoluta, a existência de um liame genético entre duas pessoas. De outro lado há uma verdade que não mais pode ser desprezada: a filiação socioafetiva, que decorre da estabilidade dos laços familiares construídos ao longo da história de cada indivíduo e que constitui o fundamento essencial da atribuição da paternidade ou maternidade. A junção e aplicação dos conceitos conjuntamente caracterizam-se o que chamamos de multiparentalidade.<sup>10</sup>

Pode-se dizer que essa nova forma de filiação visa exclusivamente proporcionar o melhor interesse da criança. Todavia, pai é aquele que educa, cria e principalmente o ama. Para tanto, faz-se necessário a comprovação dos elementos essenciais para a caracterização da multiparentalidade. Vale ressaltar que se houver a mínima possibilidade do genitor (afetivo ou biológico) estar usando o filho para obter vantagem econômica ou patrimonial, em relação ao outro pai, o instituto de multiparentalidade não será válido, e o juiz decidirá em reconhecer o parentesco para aquele que melhor atender as necessidades da criança/adolescente.

Nesse mesmo sentido, o filho terá parentesco em linha reta e colateral, tanto com a família do pai/mãe afetivos como do pai/mãe biológicos, sendo válidos todos os direitos e deveres decorrentes do direito de família. Como por exemplo, a obrigação de alimentar, conforme dito do artigo 1.696 do CC/02, a guarda de filho menor, direito de visitas, incluído também, os impedimentos matrimoniais e sucessórios. Direitos sucessórios estes, que possibilita duas heranças (pais biológicos e pais socioafetivos), concorrentemente com os demais irmãos, por mais que sejam unilaterais.

Contudo, o simples fato da confirmação do vínculo consanguíneo não é o suficiente para caracterizar a multiparentalidade, se o pai ou a mãe biológica de alguma forma não for considerada pessoa apta, psicologicamente, socialmente e moralmente, para exercer o papel de pai ou mãe, o Juiz decidira por permitir o sobrenome somente dos pais socioafetivos, ou vice versa. Portanto, convém ressaltar que o termo multiparentalidade seria uma exceção a regra, que estaria ligado à inclusão no registro de nascimento do filho, de ambos os pais, tanto o biológico como o socioafetivo.

## Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma nova visão no que diz respeito à parentalidade, buscou mostrar que além da biologia o carinho e afeto também decorrem da convivência socioafetiva.

---

<sup>10</sup> LÔBO, Paulo. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária.** Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: IBDFAM/Síntese, ano V, n. 19, ago-set. 2003. P, 153.



A multiparentalidade se tornou uma forma alternativa de parentesco dentro do nosso sistema jurídico, tendo como premissa a observância de cada caso concreto, sem a possibilidade de generalizações.

Salienta-se que, o principal objetivo é o bem estar do filho envolvido, evitando qualquer possibilidade de má fé, tanto em relação aos filhos como no que concerne aos pais.

## REFERÊNCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito Civil: famílias**. 9º ed. Salvador: juspodivim, 2017.

LAKATOS, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÔBO, Paulo. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária**. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: IBDFAM/Síntese, ano V, n. 19, ago.-set. 2003. p. 153.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SILVA, Bruna Mara Brites da. **Multiparentalidade**. Jus Brasil. 2017. Disponível em <<https://drabritez.jusbrasil.com.br/artigos/423836650/multiparentalidade>> Acessado em: 12 de maio, 2019.

TARTUCE, Flavio. **Direito civil: direito de família**. 14º ed. Rio de Janeiro: forense, 2019.

## **PATERNIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: multiparentalidade**

**Ana Paula Gabriel Getulio Dornelles da Rosa.** Docente FAVAG. Email: [anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**Elton Manoel Menezes.** Discente FAVAG. Email: [eltonmanoel97@gmail.com](mailto:eltonmanoel97@gmail.com) **Íngride Gonçalves Veloso.** Discente FAVAG. Email: [ingrideveloso17@gmail.com](mailto:ingrideveloso17@gmail.com)

**Luana Mendes Vasconcelos.** Discente FAVAG. Email: [mendesluana1398@gmail.com](mailto:mendesluana1398@gmail.com)

**Marcelo Ferreira Dias.** Discente FAVAG. Email: [Marcelonorikudou@gmail.com](mailto:Marcelonorikudou@gmail.com)

**Marcos Henrique Silveira Farias.** Discente FAVAG. Email: [marcoshsilveira13@gmail.com](mailto:marcoshsilveira13@gmail.com)

**Nilva Alves de Sá.** Discente FAVAG. Email: [nilva.alvesdesa123@gmail.com](mailto:nilva.alvesdesa123@gmail.com)

### **Introdução**

Muitas crianças, hoje, são criadas por pais afetivos, que são aqueles que criam, dão amor, carinho, educam e ensinam. Isto é um fato que tem ganhado muita repercussão no mundo, principalmente, na esfera jurídica já que como diz o ditado popular “pai não é quem faz, e sim, o que cria”.

Paternidade biológica deriva da relação sanguínea e natural existente, assim considerados pais e filhos, que mantém um vínculo presente em sua origem genética, já a paternidade socioafetiva o vínculo não advém de laço de sangue, mas da existência da afetividade entre o homem e a criança.

Diante disso, decidiu o Supremo Tribunal Federal em seu precedente 622, de forma pacificando o conceito de multiparentalidade.

### **Metodologia**

Este assunto se trata de uma breve análise, já que tem sido um assunto de grande interesse dos genitores. É um assunto de grande aprendizado e que busca ensinar as diretrizes e demais fatores que abordam a paternidade e a afinidade paterna. Dessa forma, compreendemos como deve ser feito. O presente trabalho é de método dedutivo, revisão bibliográfica, doutrinas, artigos e jurisprudências possibilita um breve resumo da multiparentalidade, com o objetivo de torna-lo mais compreensível, abordando somente os assuntos mais relevantes.

### **Resultados e Discussões**

Este tema vem chamando bastante atenção diante da sociedade, visto que muitas vezes o pai biológico de uma criança não é pai nem para registrar o filho. Em alguns casos o pai só aparece para realizar o registro de nascimento, vindo à criança a crescer apenas com o nome do pai, não tendo o convívio com o mesmo. Já em outros casos, o pai socioafetivo geralmente registra uma criança, filho de outra pessoa, quando tem um vínculo de afeto com esta como se pai fosse, vínculo que decorre naturalmente.

O liame socioafetivo tem os mesmos efeitos do vínculo sanguíneo, o parentesco é sanguíneo e civil, sendo assim o pai socioafetivo tem direito de guarda, de visitas, dever de

sustento ou obrigação alimentar, educação. Decorrem, ainda, deste instituto, os direitos hereditários.

A filiação socioafetiva não fundamenta-se na gênese da criança, mas tão somente em ato de vontade, moldada, cotidianamente, no tratamento, no respeito, que surge do afeto e do [carinho](#) estabelecido entre a criança e o pai. É uma filiação que se origina de um respeito mútuo, de um tratamento recíproco entre pai e filho, aquela que decorre da convivência cotidiana. É a ligação que se estabelece em virtude do reconhecimento social e afetivo de uma relação entre um homem e uma criança como se fossem pai e filho. Nessa espécie de paternidade não há vínculo de sangue ou de adoção.

De acordo com Maria Berenice Dias em seu Manual de Direito de Famílias:

“A Constância da relação entre pais e filhos caracteriza uma paternidade que existe não pelo simples fato biológico ou por força de presunção legal, mas em decorrência de uma convivência afetiva. Constituído o vínculo da parentalidade, mesmo quando desligado da verdade biológica, prestigia-se a situação que preserva o elo da **efetividade**. Pai afetivo é aquele que ocupa, na vida do filho, o lugar do pai, desempenha a função de pai. É uma espécie de **adoção de fato**. É aquele que ao dar abrigo, carinho, educação, amor ao filho, expõe o foro mínimo da filiação, apresentando-se em todos os momentos, inclusive naqueles em que se toma a lição de casa e ou verifica o boletim escolar. Enfim, é o pai das emoções, dos sentimentos e é o filho do olhar embevecido que reflete aqueles sentimentos que sobre esse projetam.” (DIAS, p.679, 2016).

Ainda que a relação socioafetiva seja, em uma maior pluralidade de casos, a partir de um relacionamento amoroso cultivado pela mãe, ou pai, nem sempre a parentalidade socioafetiva será exercida por um padrasto ou madrasta. Essa relação de filiação socioafetivo, pode derivar-se de um avô, tio, um padrinho, pode ser pessoa que desempenhou efetivamente a função de pai ou mãe, com vínculo reconhecido pela sociedade, assim poderá registrar a criança. Essa paternidade pode ser exercida independentemente da relação que a criança possui com o pai biológico. Pode ocorrer do pai biológico ser presente, mas não ter a função de pai, possibilitando o reconhecimento do vínculo socioafetivo.

Ressalte-se que, ainda que haja o reconhecimento do pai biológico, poderá constar do registro da criança o pai socioafetivo e, mesmo existindo um vínculo socioafetivo, o pai biológico não estará excluído de suas responsabilidades relativas a sua prole.

Existem, também, alguns requisitos para o reconhecimento da paternidade socioafetiva, sendo que é necessário que não exista qualquer vício de consentimento no registro do filho alheio como próprio, isto é, o pai socioafetivo não pode ter sido enganado, devendo ter a plena consciência de que está registrando filho que não é seu.

A multiparentalidade é dispositivo norteador dos direitos de família, sendo imprescindível para a defesa de direitos dos quais são titulares os familiares de natureza não biológica, afinal, no que compete a sociedade contemporânea e as formas de família, os moldes arcaicos do século passado já não compreendem os direitos e liberdades que são assegurados nos dias de hoje.

## Considerações Finais

Diante do assunto relatado, conclui-se que o direito da multiparentalidade é de grande relevância para a paternidade e para o filho que, embora possua pai registral, recebe amor e carinho de um pai afetivo.

Ademais, foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em seu precedente 622, que a paternidade socioafetiva é relevante tanto para a paternidade biológica ou afetiva, as duas é de suma importância. No confronto entre a paternidade biológica e a afetiva, deverá prevalecer aquela que melhor acolha o princípio da dignidade da pessoa humana.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. **Constituição da republica federativa do Brasil de 1988**. Brasilia, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- BRASIL. **Código Civil de 2002**. Brasilia, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)
- BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente-ECA**. Brasilia, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito de famílias**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
- MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- FARIAS, Cristiano Chaves de. & ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- SILVA, Regina Beatriz Tavares. **Paternidade socioafetiva X Paternidade biológica**. 15 de setembro de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/paternidade-socioafetiva-x-paternidade-biologica/>

## A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA EM JANAÚBA FRENTE O (DES)CONHECIMENTO DA NORMA

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente da FAVAG. E-mail:  
[anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**Barbara Lourenço Lima.** Discente da FAVAG. E-mail: barbara2050@outlook.com.

**Larissa Karine da Cruz Aguiar.** Discente da FAVAG. E-mail: Larissakarine@outlook.com.

**Wesley Winicius Santana Teixeira.** Discente da FAVAG. E-mail:  
[wesleywiniciussantanateixeira@gmail.com](mailto:wesleywiniciussantanateixeira@gmail.com)

**Wellington Santana Teixeira.** Discente da FAVAG. E-mail: santana1350@gmail.com.

### Introdução

De acordo com o nosso ordenamento jurídico vigente, só é proprietário, o dono do imóvel devidamente registrado em cartório, assim sendo, devemos saber que aquele que reside em um imóvel como se dono fosse sem atender as características legais para propriedade é apenas um possuidor veremos assim, se a população tem conhecimento da forma legal para adquirir a propriedade do imóvel e se esse conhecimento pode diminuir os litígios judiciais e por fim, traremos uma proposta de intervenção para devida regularização desses imóveis.

Essa pesquisa é de suma importância, pois é um tema intrínseco a toda população, pois além do direito fundamental a propriedade, temos um embate com questões políticas e administrativas.

### Metodologia

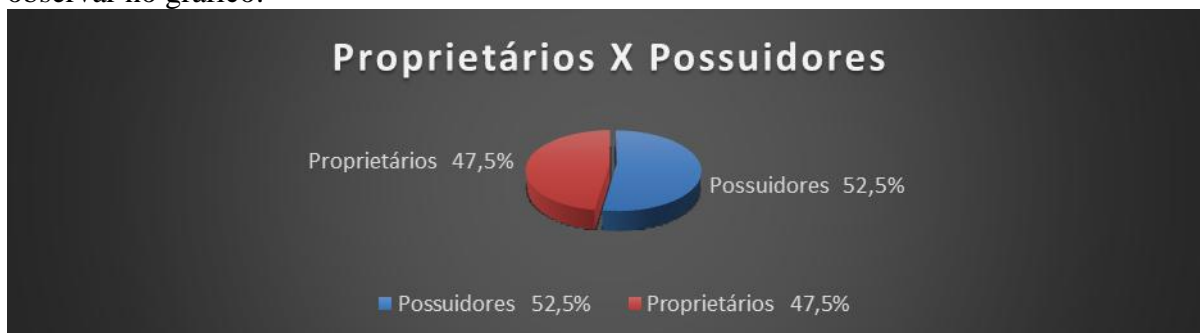
Para a obtenção dos resultados, foi realizado pesquisa empírica, *in loco*, quantitativa no qual visou quantificar os dados e informações em estudo para elaboração de gráfico e qualitativa, com caráter exploratório consubstanciado na interpretação dos autores através da bibliografia.

### Resultados e Discussões

Foi observado, que a grande maioria não são proprietários, são possuidores que se entendem como proprietário, no qual o percentual da pesquisa revelou em números que chegam a 52,5% de possuidores, que tem posse mansa e pacífica, em grande maioria são herdeiros que não tem conhecimento da necessidade de efetuar o inventário e partilha para registro do imóvel e assim se tornarem proprietários, conforme dispõe o artigo 1.228 da lei 10.406/02 (código civil), “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”, dessa forma, de acordo com Stolze e Pamplona Filho<sup>11</sup> (2018), ocorre a propriedade plena, com o preenchimento dos requisitos e nos limites da sua função social. Por outro lado, a pesquisa

<sup>11</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil, 2ª ed., volume único São Paulo: Saraiva, 2018. P.1045

revelou que 47,5% tem de fato a propriedade do imóvel que residem. Conforme podemos observar no gráfico:



Primeiramente, devemos saber que temos a lei 13.465/17 que institui a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), legitimando assim a União, Estados, DF e Municípios (dentre outros), promover os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro, sendo ainda, aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda.

De acordo com Pedro Lenza (2018) trata-se de direito fundamental, dessa forma deve ser enfrentado pelo Estado através de políticas públicas, conforme artigo 182 da nossa carta magna<sup>12</sup>, que traz a política de desenvolvimento urbano como um dever do Poder Público municipal em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei e com observância do bem estar e função social.

A grande relevância do direito à propriedade para HARADA (2005) nos instiga a definir propriedade estudando seus caracteres e elementos constitutivos, tomando por base o civilista WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO.<sup>13</sup>

O direito de propriedade é sem dúvida alguma o mais importante de todos os direitos subjetivos materiais. Há unanimidade dos civilistas no sentido de que o direito de propriedade, como direito real, por excelência, constitui o cerne do direito das coisas, representando a propriedade, a espinha dorsal do direito privado. Realmente, dentro do sistema permanente de apropriação de riquezas em que vivemos, inevitáveis os conflitos de interesses entre as pessoas, envolvendo disputas sobre bens, reclamando sua disciplinação pelo ordenamento jurídico.

Há dois pontos de grande relevância, o aspecto da sua função econômica, propiciado pelo poder de dispor de seu imóvel e o de evitar conflitos, isso pela característica de publicidade garantida ao ato registral do imóvel, o que permite opor contra todos, erga omnes, de acordo com Stolze e Gagliano (2018) o registro do imóvel será oponível contra terceiros, além de gerar presunção de veracidade, sendo o registro um ato constitutivo do direito de propriedade.

## Considerações finais

<sup>12</sup> BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 maio. 2019. Art. 180.

<sup>13</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das coisas. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



Percebe-se que, o Estado não se omitiu quanto a regularização fundiária, tanto que temos o Reurb assim, o maior problema enfrentado é a própria falta de conhecimento sobre a forma legal para adquirir a propriedade e a própria inobservância sobre os problemas que essa falta de registro pode resultar. Sendo assim, pode ser criado, mediante auxílio da prefeitura e dos cartórios, campanha de conscientização sobre a situação fundiária na cidade de janaúba, através ainda, da participação dos representantes dos bairros, mediante palestras e afins, assim pode ser dirimido o problema quanto a conscientização da importância do ato registral.

Dessa forma, teríamos ainda a diminuição de litígios, pois o imóvel é registrado no nome do dono, assim, somente ele pode dispor desse bem, caso ocorra diferente teremos a chamada venda a “*non domino*” que é nula de pleno direito. Teríamos ainda maior desenvolvimento local, visto que grande parte da população passariam a pagar impostos e emolumentos, melhorando o orçamento do município e ainda os proprietários poderiam usar, gozar, reaver e principalmente dispor de seu imóvel da forma que assim desejar, com isso, estaríamos cumprindo com a função social da propriedade e o Estado estaria cumprindo com uma importante questão de política pública.

## Referencias

- BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 maio. 2019;
- BRASIL. Lei n. 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017. Institui Sobre A Regularização Fundiária Rural E Urbana. Brasília, DF, 11 jul. 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em 01 de Jul. 2019;
- BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm) Acesso em: 08 maio. 2019.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito das Coisas, 26 ed., v. 4 São Paulo: Saraiva, 2011;
- GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil, 2ª ed., volume único São Paulo: Saraiva, 2018;
- LAKATOS, Eva .Maria.; MARCONI, Marina Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 5ª. ed. São Paulo: Atlas. 2003;
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil 5 ed. São Paulo: GEN, 2015.

## REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.** Docente da FAVAG. E-mail: [anapaulagetulio@hotmail.com](mailto:anapaulagetulio@hotmail.com)

**Pedro Henrique Menezes** Discente FAVAG. e-mail: pedromenezes25@outlook.com

**Deniza Ferreira Costa** Discente FAVAG. E-mail: denizacosta@outlook.com

### Introdução

O presente resumo sobre regularização fundiária no município de Janaúba Minas Gerais, com uma pesquisa selecionada em locais estratégicos de campo, a pesquisa demonstrou que a cidade possui um índice relativamente razoável de habitações devidamente regularizadas cerca de 50%. A metodologia utilizada para a produção do trabalho original foi à pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, documental, baseada na legislação brasileira e internacional, livros de doutrina jurídica nacionais, artigos científicos, notícias em sítios especializados, bem como livros de outras áreas do conhecimento em razão da complexidade do tema proposto.

Foi desenvolvido uma pesquisa na cidade de Janaúba-MG em pontos estratégicos, com a divisão de grupos de acadêmicos nos referidos locais, consoante os arquivos do Município de Janaúba/MG. No referido arquivo, analisou a Lei Municipal 2.247-2017 que trata do tema fazendo uma correlação com as Leis Federais que tratam da matéria.

O objetivo principal do presente trabalho consiste em pesquisar a situação da regularização fundiária em Janaúba, com vistas identificar a necessidade ou não de incentivo de políticas públicas, consoante o Instituto estudado.

Por conseguinte, o presente ensaio pretende analisar os aspectos principais do atual modelo da regularização fundiária urbana, seus fins, assim como estabelecer observações feitas a esta inovação legislativa. Em verdade, tal inovação tem conexão direta com um problema antigo da sociedade brasileira: o déficit habitacional. Neste sentido, a nova regularização fundiária se apresenta como elemento mitigador do entrave da questão fundiária ao mesmo tempo em que se propõe, também, a ser impulsionador econômico do país, pois quanto mais pessoas com regularização, maiores serão as aquisições de bens, visto que moradia fixa é um requisito mínimo. Logo, pelo dispõe a Lei local a regularização fundiária se concretiza pela ação do poder público mediante ações que estimulam a valorização e garantias dos direitos reais, sobretudo elencados na Constituição Federal 1988.

A intenção principal é o reconhecimento das áreas informais existentes pela REURB, que após são juridicamente/administrativamente reconhecidas e passam a englobar o pólo de investimentos sociais. De acordo com o art. 13 da Lei nº 13.465/2017, são duas as possibilidades para a REURB: a de interesse social (REURB-S) e a de interesse específico (REURB-E). A REURB-S é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal. A REURB-E se aplica no restante dos núcleos urbanos informais que não se enquadram como REURB-S, portanto, a isenção dos valores não se aplica nessa modalidade.

A Lei nº 13.465/2017 lista diferentes recursos (institutos legais) os quais podem ser utilizados para a REURB, como concessão de direito real de uso, usucapião, a compra e

venda, a doação, a desapropriação por interesse social, entre outros. Porém, neste ponto, é fundamental ressaltar A nova dupla de instrumentos localizados no projeto de lei: a legitimação fundiária e a legitimação de posse.

Tanto os municípios quanto o Distrito Federal (DF) são competentes para expedir aprovação da REURB. Após a expedição da CRF, a Certidão de Regularização Fundiária, que obrigatoriamente conterá o projeto de regularização fundiária que foi aprovado, conterá também a identificação e a declaração de cada indivíduo ocupante de habitação da área destinada, assim como seus direitos reais. Depois disso, o beneficiário levará o documento gerado ao Cartório de Registro de imóveis da comarca.

O projeto de regularização fundiária deverá conter no mínimo, a quantidade de habitações que deverão ser regularizadas, os métodos de distribuição presentes ou projetados e os modelos previstos para ajustamento da infraestrutura necessária, por meio de traçados, memoriais descritivos e cronograma físico de obras e atividades a serem realizadas, apenas desse modo terá os melhores resultados, ajudando assim a população carente e desinformada, aumentando não só o retorno para o fisco, mas para a economia em geral, além do mais importante, prover ao cidadão a tão sonhada casa própria.

## **Metodologia**

O método de procedimento é o modo pelo qual se analisa e busca a resolução de determinado problema que contribuirá para elaboração de um texto monográfico.

O método consiste em uma serie de regras com a finalidade de resolver determinado problema ou explicar um fato por meio de hipóteses ou teorias que devem ser testadas experimentalmente e podem ser comprovadas ou refutadas. Se a hipótese for aprovada nos testes, será considerada uma justificativa adequada dos fatos e aceita ou adotada para fins práticos.

Procura transformar enunciados complexos, universais, em particulares. A conclusão sempre resultará em uma ou varias premissas, fundamentando-se no raciocínio dedutivo... A dedução como forma de raciocínio lógico tem como ponto de partida um princípio tido como verdadeiro a priori. O seu objetivo é a tese ou conclusão, que é aquilo que se pretende provar. Por isso, podemos concluir que o método é o caminho a ser trilhado pelo estudioso,

desde o início de sua pesquisa, com a formulação e definição de um problema, até a comprovação da hipótese ou resposta. Pode ser identificado como um conjunto de etapas que serão ultrapassadas de forma sistematizada na busca pelo resultado.

## Conclusões

Os dados apresentados na pesquisa demonstram que 25 entrevistados possuem o devido título, e 15 entrevistados possuem apenas recibo de compra e venda, ou seja, apenas o título necessário para dar entrada com o pedido de registro de escritura, e 10 entrevistados moram de aluguel e não tem condições de dar a resposta para pesquisa, conclui-se que 50% dos entrevistados possuem os requisitos de propriedade, dessa forma 30% dos entrevistados são meros possuidores da habitação em que residem. Logo, da pesquisa feita percebe-se que a Cidade de Janauba/MG apesar das características de cidade de porte pequeno apresenta um perfil razoável quanto à regularização fundiária. Não obstante isso se resta registrado pela pesquisa aqui concluída que o incentivo às políticas públicas de regularização fundiária é de suma importância, levando em conta, sobretudo, a participação as instituições e órgãos envolvidos. Lado outro a segurança jurídica advinda de um imóvel regulamentado é compensatória, mas, a população prefere o recibo de compra e venda, pelo custo e facilidade que o mesmo traz, visto que a escritura tem um valor acima do orçamento da maioria da população, assim, entendem que pode ficar para depois, mais não pensam no risco que isso pode trazer.

## Referências

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)> Acesso em: 17 de mai. de 2019.

**BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)> Acesso em: 17 de mai. de 2019.

BRASIL.LEI Nº 11.977/2009. **Minha casa minha vida**, Brasília,DF, JUL 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm)>. Acesso em: 29 mai. 2019

BRASIL.LEI Nº 11.952/2009.**Lei de regularização fundiária** , Brasília,DF, JUN 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm)>. Acesso em: 29 mai. 2019

## A FALTA DE ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA NAS VIAS PÚBLICAS DE NOVA PORTEIRINHA

**Carlos Eduardo Serapião Aguiar.** Docente FAVAG. Email: [carlooseduardosadv@yahoo.com.br](mailto:carlooseduardosadv@yahoo.com.br)

**André Felipe Machado Costa.** Discente FAVAG. Email: [euandrec@hotmail.com](mailto:euandrec@hotmail.com)

**Elton Manoel Menezes.** Discente FAVAG. Email: [eltonmanoel97@gmail.com](mailto:eltonmanoel97@gmail.com)

**Luana Mendes Vasconcelos.** Discente FAVAG. Email: [mendesluana1398@gmail.com](mailto:mendesluana1398@gmail.com)

**Mahatma Soares de Oliveira.** Discente FAVAG. Email: [mahatma\\_mah@hotmail.com](mailto:mahatma_mah@hotmail.com)

**Maria Gabriele dos Santos.** Discente FAVAG. Email: [miqueiasgabriela@yahoo.com](mailto:miqueiasgabriela@yahoo.com)

**Nilva Alves de Sá.** Discente FAVAG. Email: [nilva.alvesdesa123@gmail.com](mailto:nilva.alvesdesa123@gmail.com)

### Introdução

O tema da acessibilidade está diretamente ligado ao fornecimento de condições às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços públicos ou coletivos. O direito à acessibilidade vem sendo promovido através dos órgãos públicos, ocasionando assim, diversas mudanças nas condições de acesso a esses espaços. Com a construção de rampas, adaptação dos equipamentos, do mobiliário, do transporte coletivo e dos sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo aos portadores de deficiência uma maior aproximação aos serviços prestados à coletividade.

É bom frisar que o enfoque da nossa pesquisa, será em relação à acessibilidade na questão da mobilidade urbana, no que tange às pontes de nova Porteirinha que ligam há cidade de Janaúba, onde a população usufrui dos serviços da cidade vizinha ou prestar serviços na mesma. O ponto de partida da nossa pesquisa é com relação às condições que as pontes se encontram e se oferecem aquilo que está prevista na lei de acessibilidade. Onde a mesma estabelece em sua disposição as normas e os critérios básicos para promover à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

### Metodologia

A pesquisa realizada é descritiva. É a descrição de um assunto que já é conhecido e a contribuição é proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente.

Maria Margarida de Andrade (2010) explica que nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

O tipo de abordagem que a pesquisa engloba é o dialético, método que busca compreender a realidade pelo estudo da ação recíproca, da contradição de fenômeno e da mudança que ocorre na sociedade.

De acordo com Lakatos (2010), estes métodos constituem etapas mais concretas da investigação. O Método de procedimento da presente pesquisa dedutivo. Através do método de coletas de dados, bem como registros fotográficos dos objetos de estudo.

As técnicas adotadas foram à documentação indireta, abrangendo pesquisa bibliográfica em livros e legislação correlatos ao tema presentes no ordenamento jurídico brasileiro. O universo

é os direitos humanos e a amostra é a falta de acessibilidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida nas pontes de Nova Porteirinha.

## Resultados e Discussão

A escassez de acessibilidade presente no município contraria o disposto constitucional do art. 244, já que as condições da cidade, analisando, sobretudo, as pontes, se encontram em desconformidade com a já mencionada Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência. A informação da população é imprescindível para que a promoção de cobranças e provocação ao Poder Público, ente que detém a responsabilidade pelo bem-estar social. Nesse sentido, a atenção deve ser voltada, especialmente, para aquelas pessoas que mais encontram dificuldade de acesso e locomoção nesses espaços, para que sejam identificadas detalhadamente e, posteriormente sanadas, as deficiências presentes. A administração pública de Nova Porteirinha, em obediência a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015), ao adaptar as pontes estão contribuindo com a garantia de que todos possam transitar livremente, além da efetivação da aplicação da norma em um espaço público e muito utilizado.

Viabilizando tais mudanças, é fundamental ações como a análise de quais são os elementos que constituem barreiras na acessibilidade das pontes, tendo em vista que são os principais meios de entrada e saída dos moradores e visitantes do município; além de Implementação de rampas adequadas em todas as entradas e saídas das pontes, bem como, o rompimento dos desníveis de altitude das calçadas próximas a entrada da ponte e que permitem o acesso a elas, visto a periculosidade que o trânsito de automóveis oferece para aqueles que são obrigadas a transitarem pelo mesmo espaço por falta de opção.

## Conclusão

Levando em conta o que foi exposto, o projeto aponta que a precariedade das condições básicas na acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nos mostra que a necessidade de acessibilidade é muita das vezes, se produz a exclusão social, limitando o acesso e prejudicando a autonomia da pessoa portadora de deficiência, é necessária a realização de análises das Pontes da cidade de Nova Porteirinha, adequando-as para que a acessibilidade seja possível às pessoas que necessitam, para transitarem livremente sem obstáculos que às impossibilitem de terem o devido acesso, ou que sejam feitas reformas nas pontes, adequando-as.

## Referências

- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência. Lei nº13.146/2015  
BRASIL. Constituição Federal 1988.  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: informação e documentação: referências: elaboração. 3ª Ed. -Rio de Janeiro ABNT NBR 9050. (2015).



BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. (2011b). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo n.º 186, de 09 de julho de 2008: decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009(4ª. ed., rev. e atual.). Brasília: SDH/ SNPD

ZURBANO, Padre Jesús. A atitude da Igreja diante da pessoa portadora de deficiência. P. 189-214. In BENENZON, O. Rolando (organizador). As pessoas portadoras de deficiência e nós. Tradução Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Paulinas, 2001.

## **O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: uma análise no Período Gestacional**

**Carlos Eduardo ( Orientador )** Docente Favag - carloseduardoadv@yahoo.com.br  
**Débora Lorrane Dias Santana** - Discente Favag - deborasantana.direito@gmail.com

### **Introdução**

Os estudos acerca do aprisionamento de mulheres têm tido pouca visibilidade, ao se tratar da condição carcerária de gestantes, vê-se que estudos embasados nessa temática é escassa na cidade de Janaúba-MG. No entanto, a pesquisa busca sanar esse impasse e analisar a incidência de grávidas no sistema prisional de Janaúba-MG, tal como suas condições básicas, se vem sendo efetiva no município.

A priori, é imprescindível situar que aos olhos da sociedade, do Estado e do Judiciário, as mulheres gestantes se passa por invisíveis. Poucas são as temáticas que discutem a maternidade no cárcere e assemelha aos direitos resguardados. É mister reconhecimento mais profundo desse impasse, para poder tentar compreender a problemática a ser tratada. O Brasil ocupa o ranking de 3º lugar que mais abriga mulheres, numa média de 42.355 apenadas. Desse número cerca de 622 são grávidas ou lactantes, o número é consideravelmente menor bem como é sua notoriedade.

A cultura do encarceramento recai para mulheres pobres e vulneráveis, fator esse que retrata o atual cenário em prisões femininas de todo o país, bem como no município de Janaúba. A pesquisa feita no Presídio de Janaúba buscou identificar essas lacunas discutidas acima, se é presente e como é realizado os procedimentos entre presas, com enfoque principal em gestantes, essa parcela minoritária, esquecida, e desvalorizada.

### **Metodologia:**

Na realização da pesquisa utilizaram-se o procedimento metodológico bibliográfico, mediante utilização do acervo artigos científicos. Foi aplicado a pesquisa de estudo de caso por meio de dados colhidos no local, e entrevista com a direção do presídio para obter maiores informações e características que irá orientar o estudo para melhor compreensão do tema exposto. Quanto ao objetivo, foi aplicado o método exploratório-descritiva e de natureza teórica-aplicada. Conforme a análise e quantificação estatística a abordagem utilizada é a Quali-quantitativa que irá complementar interagindo dinamicamente a realidade.

### **Resultados e Discussões :**

Foi feita um estudo de caso no sistema prisional do Município de Janaúba-Mg, os dados coletados foi por meio de uma entrevista desenvolvida pela acadêmica Débora à direção do presídio. Não foi permitido entrevistar detentos, detentas bem como visitar as celas, com a justificativa de ser perigoso e que deveria ser feito com o acompanhamento do diretor de segurança, no qual estava ausente. Ao entrar no sistema penitenciário foi feita as medidas de segurança, tais como o recolhimento de celular, documentos e vistoria formal. O sistema prisional de Janaúba, é administrado pela subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI),

fica localizado no Bairro Rio Novo. O presídio possui apenas 15 celas, que abrigam homens e mulheres da região.

A primeira pergunta dirigida ao entrevistado, buscou compreender se havia mulheres presas no presídio e a quantidade, logo respondeu que há 1 mês não abrigava mulheres já condenadas, somente provisoriamente por motivos de superlotação. As mulheres presas com a sentença determinada é enviada para a penitenciária de Montes Claros. Até o dia da entrevista 26/05/2019 abrigava 3 mulheres que aguardava o julgamento. Posteriormente, perguntou-se sobre a passagem de gestantes no presídio, e informaram que também encaminha as mulheres grávidas, pois não há estrutura para acolher gestantes tão pouco suas necessidades. Dessa forma, o presídio foge das leis de execução penal que assegura as detentas direitos em sua infraestrutura para manter grávidas.

É por isto que o art. 83, § 2º, da LEP dispõe que os estabelecimentos penais destinados às mulheres serão dotados de berçário, no qual as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentando-os, no mínimo, até os 06 (seis) meses de idade. Com o mesmo fim, está a previsão de que as penitenciárias femininas sejam dotadas de seção para gestante e parturiente, além de creche para abrigar crianças maiores de 06 (seis) meses e menores de 07 (sete) anos (art. 89 da LEP). (LIMA, 2015, p,6)

A lei de execução penal assegura algumas características para os sistemas prisionais femininos, para que possa ser dotado de condições adequadas à gestante. Porém, verifica-se que o sistema prisional de Janaúba não detém destes direitos. De 2018 até a presente data da pesquisa passaram pelo presídio 28 mulheres e destas 3 estavam grávidas, que em seguida fora encaminhada para a penitenciária Estevão Pinto, segundo informações da direção é referência aos cuidados da gestante. Desta forma, o remanejamento de grávidas não condiz com o termo proposto pelo CNJ: Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social, considerando suas responsabilidades como fonte de cuidado, assim como sua preferência pessoal e a disponibilidade de programas e serviços apropriados. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, p.20)

Ainda que direcionar gestantes presas para outro sistema prisional com o objetivo de fornecer seus direitos seja um fator positivo, urge a necessidade de criar uma ala para essa parcela minoritária de gestantes no município de Janaúba. Ademais, o Estado estará concretizando nada mais do que está em lei.

Diante a pesquisa feita no âmbito carcerário, é nítido que carece de reflexões para a dignidade da mulher gestante, analogamente ao feto, é necessário valorizar uma vida que não tem culpa dos erros cometidos por seus genitores. Destarte, foi possível constatar segundo a direção, que as gestantes tiveram acompanhamento médico, porém tinha que ir escoltada até o centro médico. No entanto, é nítido que na falta de policiais para o acompanhamento da gestante a consulta é cancelada e não sabemos se haveria o retorno, só confirma a necessidade de ala feminina para gestantes. A pesquisa também possibilitou confirmar que as mulheres e as gestantes enquanto provisoriamente aguardam ser julgadas não tiveram tratamento diferenciado, às celas utilizadas para as gestantes é a mesma utilizada para outras mulheres e idêntica a celas masculina em um ambiente insalubre, e extremamente instável.

## **Considerações Finais:**

A pesquisa não confirmou a premissa de abrigo de mulheres e gestantes, somente provisório, motivo que levou a pesquisa a outra análise. Com efeito, possibilitou identificar a necessidade de garantias para o direito à mulher gestante.

A penitenciária de Janaúba é inapropriada para receber grávidas, seus direitos fundamentais não são efetivos no município, e urge a criação de uma ala equipada para atender suas necessidades ao contrário de transferir para outra penitenciária contribuindo ao distanciando de filhos e da família.

Ao passo que não se efetiva os direitos para a mulher gestante no presídio do município conclui-se a desvalorização e pouca notoriedade para esta parcela minoritária.

## Referências:

- CAMPBELL PENNA, Ana Christina. O direito fundamental das mulheres encarceradas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA**. Belo Horizonte, 2017. 180 p. Disponível em:[http://domhelder.edu.br/posgraduacao/editor/assets/arquivos\\_dissertacoesdefendidas/1031d49712c42968e05e7dd617fa896d.pdf](http://domhelder.edu.br/posgraduacao/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/1031d49712c42968e05e7dd617fa896d.pdf). Acesso em: 19 mai. 2019.
- VELOSO, Cynara Silde *et al*. GT. Nº 3 DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA CIDADANIA NO CÁRCERE: HUMANIZANDO A VIDA CARCERÁRIA NO VALE DO GORUTUBA. **IV Congresso em desenvolvimento social mobilidades e desenvolvimentos**. Janaúba. 16 p. Disponível em:[http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT03/05\\_GT\\_03.pdf](http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT03/05_GT_03.pdf). Acesso em: 30 mai. 2019.
- CNJ. regras de bangkok: REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARAMULHERES INFRATORAS. **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Brasília, 2016. 80 p. Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

## INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

**Andra Ferreira de Souza Caldeira** disc. [andriacaldeira2@hotmail.com](mailto:andriacaldeira2@hotmail.com)<sup>14</sup>

**Diana Pereira Silva** dic. [dianasilvamtv@hotmail.com](mailto:dianasilvamtv@hotmail.com)

**Ester Cardoso Guimarães** disc. [estercg19@hotmail.com](mailto:estercg19@hotmail.com)

**Fernanda Queiroz de Souza** disc. [nandaa0603@gmail.com](mailto:nandaa0603@gmail.com)

**Talita Indaiá Batista Santos** disc. [talitaindaia100@yahoo.com.br](mailto:talitaindaia100@yahoo.com.br)

**Fabio Cantuária Ribeiro** (Orientador). Discente da FAVAG

### Introdução

Atualmente no mundo corporativo, perpetua-se uma preocupação constante ao que se diz respeito à observação e a obtenção de um saudável clima organizacional, capaz de proporcionar um agradável ambiente de trabalho, e conseqüentemente melhorar a produtividade. Este artigo tem como objetivo principal, analisar a inserção da pessoa com deficiência (PcD)<sup>15</sup> no mercado de trabalho, ressaltando que ela se tornou obrigatória as organizações, onde encontra-se regulamentada pela LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, lei de contratação de Deficientes nas Empresas, e estas, cumprindo com o dever da inclusão social através do trabalho, possibilita as pessoas dar um sentido à sua vida, onde podem ser produtivas e, portanto, úteis à sociedade e aos coautores das transformações sociais. Ressalta-se, que as empresas devem proporcionar um ambiente adequado, e por muito, facilitar o desenvolvimento da função a ser desenvolvida pela PcD.

### Metodologia

A metodologia escolhida na execução do presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativo-exploratória, de natureza documental e de campo, aliada a pesquisa descritiva. Como instrumento de pesquisa, foi utilizado a pesquisa de campo, com entrevista à pessoas com deficiências nas empresas, a amostra, ocorreu por acessibilidade. Buscou-se entender os motivos que os levam a não estarem inseridos no mercado, obtendo por diversas vezes como resposta, a falta de oportunidade ou por muitas vezes a acessibilidade, e até mesmo aos que estão inseridos, ressalva-se sempre as insatisfações, seja pela qualidade do ambiente de trabalho, ou até mesmo por preconceito com colegas de trabalho.

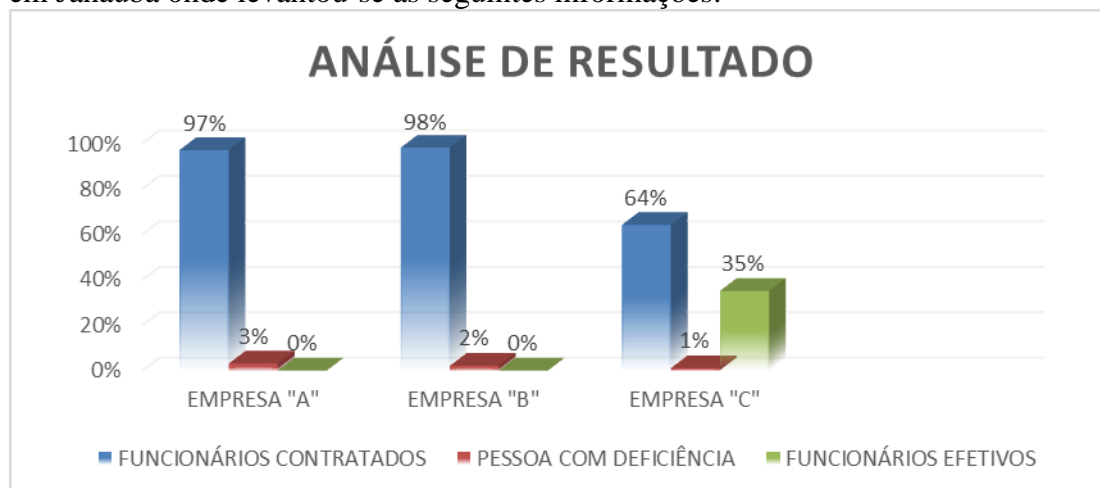
### Resultados e discussão

---

<sup>14</sup> Acadêmicos do 5º período de Direito Matutino da Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG, localizada na cidade de Nova Porteirinha – Mg.

<sup>15</sup> BRASIL, Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm). Acesso em: 28 de maio de 2019.

A apresentação dos resultados é quantitativa por evidenciar de forma objetiva a constatar o número de funcionários obtidos na empresa. Buscou-se informações de três grandes empresas em Janaúba onde levantou-se as seguintes informações:



**Fonte:** Elaborado pelas acadêmicas Andria Caldeira, Diana Silva, Ester Guimarães, Fernanda Queiroz e Talita Indaiá do 5º período do curso de Direito, maio 2019.

Analisando os resultados obtidos, chega-se à conclusão que as empresas pesquisadas não atendem aos requisitos exigidos pela Lei de cotas 8.213/91.

A Empresa "A" atende os requisitos da Lei de cotas, ratificando assim a importância de contratação da pessoa com deficiência e propiciando inclusão social. A empresa "B", justifica que não atende aos requisitos, por não encontrar na região pessoas que se qualifiquem para a atividade realizada na empresa, dificultando a contratação de pessoas com deficiência. Procurada pela equipe de trabalho, a empresa "C" não deu justificativa por não atender aos requisitos mínimos de contratação.

## Conclusão

O presente trabalho buscou conhecer os desafios e superações no ambiente de trabalho da pessoa com deficiência, buscou conhecer sobre os direitos da PCD para sua inserção no mercado de trabalho. A pesquisa realizada, foi de extrema importância, uma vez que foi possível explicar sobre as legislações, sobre a Lei de Cotas e perceber que ainda se pode ver que, a sociedade ainda nos seus dias atuais traça um preconceito com a população com deficiência, desrespeitando seus direitos básicos como ser humano. Assim a pesquisa trouxe um novo olhar na perspectiva da luta que se tem a pessoa com deficiência de estar inserida no mercado de trabalho, para que estas esteja inseridas, elas passaram por vários desafios, diria até mesmo, a superação das barreiras ao enfrenta as grandes empresas capitalistas e a falta de respeito da sociedade civil organizada.

## Referências

ASSIS, Olney Queiroz. Pessoa Portadora de Deficiência: Direitos e Garantias. 2. Ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.



BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 13 de nov. 2019.

BRASIL, Lei nº 13.146 de julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 07 de maio de 2019

BRASIL, Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm)>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

CHATT, Cidinei Bogo. A proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência e os aspectos jurídicos para sua efetivação. *Cidinei Bogo Chatt. Clubjus*, Brasília-DF: 02 set. 2010. Disponível em: <<http://conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37629>>. Acesso em : 28 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência. 2. ed. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

## A INCLUSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DEFICIÊNCIA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO BRASIL

**Francielle da Conceição Drumond Figueiredo** (Orientadora) Docente FAVAG. E-mail: frandrumond@yahoo.com.br

**Ana Cristina Chaves**, Discente FAVAG. E-mail: ana.chaves1998@outlook.com

**Bruna Daniele Silva Brito**, Discente FAVAG. E-mail: brunadaniele1509@hotmail.com

**Jéssica Oliveira Santos**, Discente FAVAG. E-mail: jéssica@gmail.com

**Monalisa dos Santos Viana Dias**, Discente FAVAG. E-mail: monalisasantosvianadias@hotmail.com

**Natan Soares Pereira**, Discente FAVAG. E-mail: soares\_natan@hotmail.com

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo avaliar, problematizar e propor soluções para a inclusão dos servidores públicos com deficiência em seu ambiente de trabalho. Sobre o ambiente de trabalho nos restringimos a avaliar apenas os órgãos públicos, sem levar em consideração trabalhos realizados em áreas externas. A avaliação dessa inclusão teve como principal pauta a falta de acessibilidade que esses funcionários encontram em seu dia-a-dia no trabalho. Buscamos ainda fazer uma análise histórica e jurídica, através de pesquisas bibliográficas, sobre a realidade dos servidores públicos deficientes no Brasil. Por fim, realizamos uma pesquisa de campo em um órgão público para constatar os na prática o estudo realizado.

### Metodologia

Partindo de pressuposto de caráter observacional, empírico e métodos mais adequados para a análise do caso concreto, a realização da produção deste artigo foi utilizado o levantamento bibliográfico sobre o tema combinado com o estudo de campo, realizado em um órgão público específico.

### Resultados e discussão

A acessibilidade se mostra de suma importância, pois é através dela que é permitido ao indivíduo todo e qualquer tipo de exercício com o mínimo de restrições. As vagas reservadas para os deficientes não se mostram suficientes para igualar essas pessoas desfavorecidas com os demais servidores públicos.

Esses incapazes são obrigados a exercer suas funções em um ambiente de trabalho que não é suficiente para suprir as suas necessidades, uma vez que os investimentos públicos nesse setor são mínimos. A tabela abaixo aponta as principais ações orçamentárias relacionadas ao tema.

Fonte: Câmara dos deputados (Banco de Dados de Acompanhamento de Execução Orçamentária e Restos a Pagar da União).

Programa	Ação Orçamentária	2009		2010		2011	
		Consignado	Empenhado	Consignado	Empenhado	Consignado	Empenhado
1078 – Nacional de Acessibilidade	2A38 – Estudos e Pesquisas em Acessibilidade	300.000	300.000	1.100.055	1.100.055	900.000	774.480
	6263 – Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade	700.000	700.000	950.000	949.999	1.950.000	1.549.998
1086 – Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	6246 – Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	2.849.901	2.849.901	6.720.696	1.199.880	5.551.104	2.755.104
	8804 – Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	500.000	500.000	350.000	200.000	500.000	500.000
	8809 – Apoio a Estudos Relativos à Pessoa com Deficiência	200.000	200.000	1.100.000	1.096.800	550.000	543.882
<b>TOTAL</b>		<b>4.549.901</b>	<b>4.549.901</b>	<b>10.220.751</b>	<b>4.546.734</b>	<b>9.451.104</b>	<b>6.123.464</b>

Os dados da tabela apontam os valores ínfimos que são destinados ao amparo dos servidores públicos que apresentam deficiências. Esses valores se tornam menores ainda quando comparados ao gasto anual da união com os demais servidores públicos, que ultrapassa cerca de 700 bilhões de reais anuais, segundo dados do IPEA. O gasto anual com os servidores aumentou cerca de 60% nas últimas duas décadas, representando mais de 10% do PIB nacional, enquanto os investimentos em acessibilidade vêm sofrendo variações drásticas, apresentando uma queda considerável no início da última década, chegando a apresentar déficits de 40% se comparado com o ano de 2010.

O principal empecilho é a falta de estrutura nos próprios imóveis onde os serviços são prestados, visto que os edifícios não são adaptados para atenderem esse tipo de demanda. Algumas dessas adaptações são indispensáveis para o servidor portador de deficiência, como padronizações na adaptação de escadas e rampas, pisos táteis para cegos, sinalização podotátil para elevadores, orientações sobre o uso dos pisos e mapas táteis, softwares de leitura de tela adequados para deficientes visuais, entre outros.

As orientações para adaptações dos imóveis de órgãos públicos são dadas pelo Ministério do Planejamento, visando à facilitação da locomoção e o bem-estar do deficiente no ambiente de trabalho. Apesar disso existe um projeto de acessibilidade e inclusão que está em fase de desenvolvimento pela área de Recurso Humanos da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), com a previsão de criação de uma cartilha com o objetivo de servir de orientação e qualificação para que os servidores possam atender o público externo.

## Condисerações finais

Através da análise histórica feita e do estudo de campo realizado, concluímos que a inclusão de servidores públicos deficientes no seu ambiente de trabalho ainda está muito distante do que lhes é devido. As diretrizes feitas pelo Ministério do Planejamento, no que diz respeito às adaptações que devem ser feitas nos imóveis, cumprem apenas o mínimo do que foi estabelecido. Os servidores portadores de deficiência motora encontram dificuldades recorrentes de se locomoverem pelos edifícios, o que compromete diretamente a prestação de seus serviços. No estudo de campo realizado no Fórum da Comarca de Gorutuba, percebemos que administração municipal se limita apenas a construir rampas para esses deficientes motores, o que não chega nem perto de suprir todas as necessidades dos mesmos.

O que deve ser feito para que essas políticas anti-inclusivas não tenham espaço é levar em consideração todos os direitos já adquiridos pelos servidores portadores de deficiência, que já passaram por um longo processo histórico para adquirirem suas garantias e serem incluídos socialmente. Não adianta apenas o direito adquirido ser protegido pelo art. 5º da nossa Constituição, ele também deve ser cumprido com eficiência, o que não foi constatado em nossa pesquisa de campo e estudo bibliográfico. Parte da formação de um país com justiça e equidade é também zelar pelos direitos e bem-estar de todos os seus servidores, por isso é importante reconhecer e dar amparo às necessidades enfrentadas pelos servidores públicos que possuem qualquer tipo de deficiência.

## Referências

GUGEL, Maria Aparecida. **A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA REALÇÃO COM A HISTÓRIA DA HUMANIDADE.** Disponível em: <[www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada.** Traduzida por: João Ferreira de Almeida. Ed. Ver. Atual. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil. 1969. Cap. 9, vers. 1-41.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9508, de 24 de setembro de 2018.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/629361250/decreto-9508-18>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

GADIM, Brasil. **Falando sobre deficiência:** guia para imprensa. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/d8efe7\\_6dda6ff76d684819abbc7c1f10d1b70e.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/d8efe7_6dda6ff76d684819abbc7c1f10d1b70e.pdf). Acesso em: 13 de maio de 2019.

**CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2001. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/default/files/publicacoes/convencaopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/index.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

## O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Francielle Da Conceição D. Figueiredo (Orientadora).** Docente da FAVAG.

[frandrumond@yahoo.com.br](mailto:frandrumond@yahoo.com.br)

**André Felipe Machado.** Discente da Favag. [euandrec@hotmail.com](mailto:euandrec@hotmail.com)

**Bruna Soares Ribeiro.** Discente da Favag. e-mail: [bsribeiro@hotmail.com](mailto:bsribeiro@hotmail.com)

### Introdução

O direito ao esquecimento é um tema de inegável importância no cenário atual, tendo em vista o evidente avanço tecnológico e a necessidade de acesso a informações proporcionado pela internet. Contudo, as leis brasileiras não demonstram que acompanham tal desenvolvimento e são insuficientes em relação ao assunto.

Também chamado de “direito de ser deixado em paz” pelos norte-americanos, o direito ao esquecimento é um direito personalíssimo que decorre do direito a privacidade e a dignidade da pessoa humana, de uma maneira mais ampla. O direito em questão, que já é bastante estudado na Europa e EUA, visa eliminar informações que não são importantes, portanto, irrelevantes, pois com o tempo deixam de ser de interesse público, de forma que não deixe com que o indivíduo, alvo das informações, sofra algum tipo de transtorno ou sofrimento.

Entretanto, existem controvérsias em relação à aplicabilidade e reivindicação dessa garantia.

O presente trabalho tem por escopo demonstrar a necessidade de regulação do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, bem como analisar os princípios que estão em colisão em detrimento do tema.

### Metodologia

A pesquisa realizada é descritiva, qualitativa, baseada no método dedutivo através dos procedimentos de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, jurisprudências e quaisquer outros materiais que tenham destaque para o tema.

### Resultados e Discussão

A controvérsia quanto ao direito ao esquecimento envolve a colisão entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana atributos individuais da pessoa humana, como a intimidade, privacidade e honra.

A dignidade da pessoa humana é assegurada pela Constituição Federal em seu art. 1º, inc. III e é considerado como um metaprincípio, ou seja, norteia todo o ordenamento jurídico e de acordo com o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil “a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.”

O direito ao esquecimento tem íntima relação com o direito constitucional, já que é uma forma de garantir a dignidade da pessoa humana e tutela garantias fundamentais, como a



honra e a vida privada. Pode-se mencionar, também, como aliado do Direito ao esquecimento, o Código Civil de 2002 ao elencar garantias ao direito da personalidade em seu Capítulo II.

No Brasil, o direito ao esquecimento também é aplicado na esfera penal, quando se trata da reabilitação, sendo invocado para que acontecimentos passados não sejam rememorados socialmente, evitando assim, prejuízos e vexames.

Vale salientar que tal direito não tem como objetivo fazer sumir fatos passados da vida de alguém, visto que isso seria impossível, mas sim, tratar de como esses fatos serão futuramente usados.

O instituto surgiu com o marco civil da internet e avança, concomitantemente, com a evolução tecnológica, já que as informações e publicações em boletins, imprensa e sites, se tornam cada vez mais acessíveis. A garantia ao esquecimento não surge com o intuito de apagar esses dados íntimos, é uma discussão que vai além dessa vertente, a preocupação é como essas máquinas exploram essas informações, como a sociedade se manifesta diante delas e qual o tratamento que a vítima pode sofrer diante dessa situação. Então, a necessidade de se opor a toda essa conjunção de fatores que contribuem para o resgate de um passado que prejudique a reabilitação criminal justifica a existência do direito ao esquecimento.

Tal direito não se confunde com o direito à memória, este diz respeito a necessidade de memorização de determinados acontecimentos históricos, preservando esses fatos vivos como fontes de conhecimento ou meio de comemoração, enquanto aquele fala da memória como resgate do que venha a prejudicar um indivíduo. Um não impede o exercício do outro, a memória histórica, bem como, sua relevância para o esclarecimento de fatos e evolução, se distinguem da memória social, virtualmente despertada sobre a vida íntima.

O Referido instituto necessita de regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro, devendo ser concebido como direito fundamental, pois é repetitiva a conduta de trazer à tona o que soa como “maus antecedentes criminais”, isso interessa a seara penal, caso o ofendido venha a delinquir novamente, caso contrário nada tem a ver com a memória social. A partir das experiências da internet e considerando a importância do aspecto social, regulamentar esse direito significa dizer a efetividade de garantir a inviolabilidade da intimidade e da honra. Nesse sentido:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DENUNCIACÃO CALUNIOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FOLHA DE ANTECEDENTES. CANCELAMENTO DE REGISTRO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, por analogia aos termos do art. 748 do Código de Processo Penal, devem ser excluídos dos terminais dos Institutos de Identificação Criminal os dados relativos a inquéritos arquivados, a ações penais trancadas, a processos em que tenha ocorrido a reabilitação do condenado e a absolvições por sentença penal transitada em julgado ou, ainda, que tenha sido reconhecida a extinção da punibilidade do acusado decorrente da prescrição da pretensão punitiva do Estado. 2. Recurso provido para que sejam canceladas as anotações realizadas pelo Instituto de Identificação Ricardo Glumbenton-IIRGD relativas ao Processo-Crime 240/92, em que ocorreu o trancamento da Ação Penal nº 240/05. (RMS 24099/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2008, DJe 23/06/2008)

É importante esclarecer que o direito ao esquecimento não trata de censurar ou prejudicar a liberdade de expressão, assim como essas garantias elencadas nos artigos 5º, inc, IX, 216 e 220 da CFRB/88, o direito ao esquecimento também encontra respaldo no macro princípio da dignidade, além de estar consubstanciado no artigo 93 do Código Penal e no artigo 202 da lei 7.210/84. Portanto, tão importante como o livre exercício da comunicação e expressão, é respeitar a lei que tutela a preservação da vida do ofendido, sendo necessária a ponderação desses valores.

## Considerações Finais

Diante o exposto, é possível concluir a relevância da criação de uma legislação específica para regulamentar o direito ao esquecimento. Restou claro que a eliminação de informações individuais que podem causar transtornos as vítimas não atacam a liberdade de expressão, mas preservam a dignidade da pessoa humana, bem como a vida privada.

Os impactos que determinadas informações geram na vida das pessoas são irreparáveis, principalmente na internet que hoje, além de ser o instrumento mais recorrente de divulgação é também um meio quase impossível de reverter os prejuízos causados, tendo em vista a sua celeridade e sua capacidade de alcance cada vez mais ampla, o que resulta na permanência dessas informações por tempo infinito, fazendo com que os danos também se prolonguem.

São justamente essas situações que reafirmam a necessidade de o assunto tratado ter uma legislação própria, para que assim, as pessoas que tenham suas intimidades violadas, encontrem amparo em um dispositivo legal que regulem seus direitos nesse sentido.

## Referências

VI Jornada de Direito Civil ano 2013 promovida pelo Centro de Estudos do Judiciário do Conselho da Justiça Federal/ STJ, **Enunciado 531**.

CONSALTER, Zilda Mara. **Direito ao esquecimento: proteção da intimidade e ambiente virtual**. Curitiba: Juruá, 2017.

FARIAS, Edilsom pereira de. **Colisão de direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

MORAIS, Melina Ferracini de. **Direito ao esquecimento na internet: Das decisões judiciais no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2018.

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIAS DO STJ.  
<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270628%27> Acesso em: 26 de maio de 2019

REsp 1.660.168-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. Ac. Min. Marco Aurélio Bellizze, por maioria, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018

STF. **Boletim De Jurisprudência Internacional. Direito Ao Esquecimento**. 5ª ed. 2018.

## ACESSIBILIDADE NA AVENIDA MANOEL ATHAYDE (NO CENTRO URBANO JANAUBENSE)

**Francielle da Conceição Drumond Figueiredo (Orientadora)** Docente FAVAG. E-mail: [frandrumond@yahoo.com.br](mailto:frandrumond@yahoo.com.br)

**Gabriela Batista da Silva**, Discente FAVAG. E-mail: [gabizaobatista12@gmail.com](mailto:gabizaobatista12@gmail.com)

**Maria Heloisa Miranda de Souza**, Discente FAVAG. E-mail: [helloisasouza1997@gmail.com](mailto:helloisasouza1997@gmail.com)

**Stefany dos Santos Costa**, Discente FAVAG. E-mail: [stefanysantos796@gmail.com](mailto:stefanysantos796@gmail.com)

### Introdução

No enquadramento dos espaços urbanos, a acessibilidade se adere ao cotidiano de todos indivíduos, uma vez que, estes são, em algum momento do dia considerados como pedestres, logo interagem em todos os setores que constroem a sua rotina (lazer, saúde, trabalho) e, conseqüentemente fazendo uso das vias públicas. Dentro dessa visão, entende-se que, uma sociedade harmônica é composta por indivíduos estruturados que desencadeiam um segmento de auxílios mútuos, exemplificando, o cidadão se desloca até o seu local de ofício, dos rendimentos deste adquire produtos para subsistência na feira local, o feirante, por sua vez, compra adubos e fertilizantes no estabelecimento comercial, e essa cadeia de distribuição de rendas potencializa a economia.

Da mesma maneira, a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, desempenha como indivíduo, componente de uma sociedade em desenvolvimento, funções motrizes da economia, pois, apesar de suas limitações, são capazes de serem inseridos em todos os setores sociais. Logo, se a sua passagem até o local de trabalho ou a outros estabelecimentos comerciais se torna impossível devido às obstruções, ou se, os obstáculos são tantos que lograr êxito em chegar ao destino final é demasiadamente degradante, exercer a profissão ou adquirir mercadorias será tido como um fator impensável e os benefícios que viriam a decorrer desses rendimentos não são sucedidos, conseqüentemente, desfavorece o crescimento financeiro municipal.

Ademais, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida são tratadas como incapazes em razão dos preconceitos sociais e, em face dessas rotulações a cidadania desses indivíduos fica sobrepujada pelo pensamento discriminatório. Em contraposição, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto constitucionalmente, aborda a problemática de forma apreciar o potencial de cada sujeito, porém, viabiliza às condições adequadas para existência de qualidade.

No contexto urbano brasileiro, a realidade fática das cidades se distancia das considerações mencionadas sobre igualdade para todos os cidadãos, uma vez que, as cidades apresentam discrepâncias quanto a promoção da acessibilidade. A título de exemplo temos a avenida Manoel Athayde, localizada na cidade de Janaúba, que impossibilita às pessoas com deficiência o acesso autônomo e seguro nas vias e prédios públicos. Tal situação se demonstra quando, em decorrência do clima tropical que provoca temperaturas elevadas, os estabelecimentos comerciais mantêm toldos rebaixados, ocasionando acidentes devido às condições instáveis de locomoção.

Não obstante as disposições legais, há uma desarmonia entre o texto normativo e a prática cotidiana dessas pessoas, portanto, surge a necessidade de uma atuação do poder

público para concretizar as garantias que objetivam a proteção da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Dessa forma, o artigo cujo tema é a “Acessibilidade na Avenida Manoel Athayde, no Centro Urbano Janaubense” apresentará os conceitos que permeiam a problemática, além das graves inconsistências entre via em questão e a disposição legal da NBR 9050/2004 e a prática observada durante a pesquisa de campo.

## Metodologia

O presente trabalho visa elucidar, de maneira Indutiva a consonância entre as disposições legais e a realidade fática da via Manoel Athayde, a mesma foi delimitada como objeto de observação durante a pesquisa de campo, apresentando os resultados colhidos no processo investigativo. A pesquisa por sua vez pautou-se em demonstrar as dificuldades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de transitar por essa vida, partindo do pressuposto do caráter observacional, empírico, métodos mais adequados para a análise do caso concreto

Além disso, foi desenvolvido um levantamento bibliográfico para compreensão do tema abordado. Sendo que, o estudo detalhado dos critérios legais foi de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa que ocasionaram na delimitação do problema de pesquisa.

Associando o que foi pesquisado, todos dependem dessa via para locomoção, o estudo de caso com teor Qualitativo ampliou os procedimentos empregados na pesquisa para atender o objetivo do projeto, abordando o aspecto social e evidenciando as mazelas vivida por essas pessoas que precisam dessa via para se locomover.

## Realidade fática da Avenida Manoel Athayde

Conforme exposto alhures, o tema da acessibilidade é de suma importância no contexto da circulação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no cenário urbano, sendo que, conforme o Dicionário Aurélio, o conceito de acessibilidade diz respeito a facilidade, qualidade do que é acessível ou ainda a inserção social das pessoas com deficiência. A mobilidade urbana se materializa no contexto brasileiro como uma efetivação do direito de ir e vir positivado no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988. Sendo que, de acordo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas com deficiência representam o percentual 23,9 % na conjuntura da população do país.

Os preceitos técnicos previstos na NBR 9050, quando abordados no contexto da avenida Manoel Athayde evidencia o desrespeito a promoção da Acessibilidade no centro urbano janaubense, destarte, cumpre ressaltar os fatores que corroboram para a prerrogativa mencionada. Conforme as normas técnicas previstas no referido dispositivo legal, o espaço adequado para a construção de calçadas é de 1,20 m, além de ter a distribuição de rampas para auxiliar na circulação de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida e pisos regulares; a faixa livre deve ter a largura de 1,50m; a sinalização visual disposta apropriadamente; estacionamentos reservados segundo o percentual de 7%; Ausência de obstáculos mobiliários. A seguir, será demonstrado as irregularidades:

- O descumprimento quanto à ausência de obstáculos mobiliários na via pública
- A disposição de rampas para auxiliar na locomoção indevida



- Inexistência de Sinalização Visual



Fonte: Stefany dos Santos Costa. 2019

## Considerações finais

O conjunto normativo vigente regulador dos preceitos impostos às passagens coletivas, visa a promoção da Acessibilidade no centro urbano, logo, conforme demonstrado, a Avenida Manoel Athayde apresenta fatores de irregularidades em relação às disposições legais da NBR 9050, de acordo o exposto nas fotografias e na pesquisa de campo, a carência de sinalização, a ausência de símbolos internacionais, a disposição de rampas, os obstáculos mobiliários, promovem a amplificação do afastamento social dessa parcela da população, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, até mesmo no mercado de trabalho, afrontando o padrão de via acessível e o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Considerando ainda desenvolvimento do trabalho, quanto o aspecto da deficiência física, observa-se que, a disposição de pisos irregulares dificulta a passagem, ademais, causa a sensação de desconforto e desproteção. Nesse contexto, os indivíduos que perderam totalmente a função motora dos membros inferiores, os paraplégicos, não poderiam transitar pelas calçadas da via pública.

Por fim, entende-se que a superação das barreiras arquitetônicas, bem como a observância dos demais preceitos técnicos são fatores imprescindíveis para que haja o desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no contexto da cidade de Janaúba, para tal, deve se buscar o incentivo de cartilhas informativas de igualdade, destinadas à rede de educação que é a responsável pela transformação cultural, além da fiscalização minuciosa do cumprimento preciso da NBR 9050/2004 pelo município.

## Referência

IV SIMPÓSIO DE PESQUISA  
E INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
da **FAVAG**

12 e 13 de Junho de 2019

# FACULDADE VALE DO GORUTUBA

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA

Recredenciada pela Portaria do MEC nº 50 de 22/01/2013 - D.O.U. de 23/01/2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio De Janeiro. ABNT NBR 9050- Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro, 2004.



## REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: aspectos relevantes

**Jarbas Soares Rocha (orientador)** Docente FAVAG. E-mail: [jarbasochaverde@hotmail.com](mailto:jarbasochaverde@hotmail.com)

**Amanda Cristine da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [amandacristine66@hotmail.com](mailto:amandacristine66@hotmail.com)

**Bárbara Tielen Teixeira Dias** Discente FAVAG. E-mail: [barbaraport2011@gmail.com](mailto:barbaraport2011@gmail.com)

**Diôgo Murylo Santana Dantas** Discente FAVAG. E-mail: [dmuryllosantana@gmail.com](mailto:dmuryllosantana@gmail.com)

**Kelle Raiane Silva Bispo** Discente FAVAG. E-mail: [kelleraiane42@gmail.com](mailto:kelleraiane42@gmail.com)

**Mônica Oliveira dos Santos** Discente FAVAG. E-mail: [monicasantosjaiba@outlook.com](mailto:monicasantosjaiba@outlook.com)

### Introdução

O presente artigo se propõe a analisar o instituto da regularização fundiária, problema originário de um fato social que repercute no mundo do direito.

O estudo foi realizado no 2º semestre de 2018, mediante pesquisa de campo em que verificou a existência de bens imóveis em situações irregulares como a regularização da propriedade.

Sabendo que esse cenário é uma realidade social foram criadas iniciativas para estimular a regularização desses imóveis através da Lei nº 13.465/2017, de Regularização Fundiária com a proposta de provocar o poder público local para que adote uma postura pró-ativa, simplificando e desburocratizando o processo de regularização fundiária. E ainda a incluir a usucapião extraordinária previsto no Art. 216-A da Lei nº 6.015/73, com a emissão de título de legitimação de posse pelo ente federal que cumprido os requisitos legais poderia ser transformado em propriedade resolúvel.

### Metodologia

A pesquisa realizada visa as novas possibilidades de aquisição da propriedade imóvel por meio da Usucapião Extrajudicial prevista no NCPC/15.

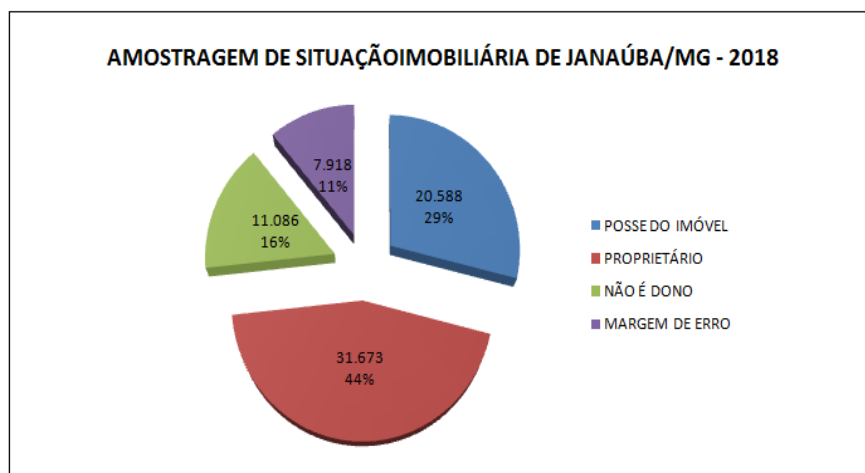
Para tanto será feita uma pesquisa exploratória de abordagem quanti-qualitativa executada através de pesquisa de campo associada a coleta de dados demonstrados a partir de representação gráfica para melhor visualização do problema e posteriormente utilização do método dedutivo.

O trabalho será desenvolvido num primeiro momento com uma abordagem geral dos temas envolvendo posse e propriedade. Em segundo plano proceder-se-á uma análise da lei da REUB e do instituto da Usucapião Extrajudicial e por fim, a realização de uma pesquisa empírica com utilização de questionários que determinará o conhecimento dos entrevistados acerca do tema.

### Resultados e discussão

A pesquisa foi realizada a praça Rômulo Sales de Azevedo localizada na cidade de Janaúba-MG, no dia 20 de Outubro de 2018 onde aglomera-se um número

significativo de pessoas as quais responderam o questionário em anexo. Foi averiguado, ainda, que dentre as 40 pessoas entrevistadas, 29% obtinham a posse e 44% a propriedade, conforme se pode observar no gráfico abaixo:



Após a análise do trabalho observou-se que menos da metade da população possui a titularidade do seu imóvel, esse resultado reproduz a falta de adequação da Lei nº 13.465/2017 à realidade social.

A Lei nº 13.465/2017 buscou facilitar a conversão de posse, em propriedade determinando que ela se dará de forma automática, desde que obedecidos os requisitos do Art. 183º, da Constituição Federal e os casos que não se enquadram no artigo mencionado da Constituição Federal o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente.

Dessa forma, basta que o possuidor do imóvel prepare a documentação de regularização fundiária urbana e procure a prefeitura de seu município, para receber desse órgão o título de legitimação de posse e em seguida leva-lo ao registro de imóvel competente para regular o registro do imóvel.

## Considerações Finais

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, o problema da regularização de imóveis pode ser resolvida com a proposta da Lei nº 13.465/2017, precisando os munícipes provocar o município para que adote uma postura pró-ativa, simplificando e desburocratizando o processo de regularização fundiária. E ainda, a usucapião extraordinária previsto no Art. 216 – A da Lei nº 6.015/73, com a emissão de título de legitimação de posse convertido direto em propriedade, sem necessidade de declaração judicial.

Dessa forma, conclui-se que, em tese a lei de regularização fundiária beneficia o possuidor do imóvel proporcionando a titularização que acarretará dentre os benefícios na possibilidade de contrair empréstimos bancário podendo dar o bem em garantia. Por

sua vez, o município ganha porque os negócios jurídicos serão registrados gerando impostos: IPTU e o ITBI.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 out. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil: direito das coisas. 33. ed. rev. e atual. de acordo com a nova Reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

Lakatos, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 7°. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Institui a Lei dos Registros Públicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre Regularização Fundiária rural e urbana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

TARTUCE, Flávio Direito civil, v. 4 : Direito das Coisas / Flávio Tartuce. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 8 e 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008 e 2012.

## **ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JANAÚBA: a Importância e os riscos envolvidos**

**Jarbas Soares Rocha.** Docente da FAVAG. Email: [jarbasrochaverde@hotmail.com](mailto:jarbasrochaverde@hotmail.com);  
**Ingrid Thaís Durães Pereira.** Discente da FAVAG. Email: [in.thays@hotmail.com](mailto:in.thays@hotmail.com) ;  
**Ingride Gonçalves Veloso.** Discente da FAVAG. Email: [ingrideveloso17@gmail.com](mailto:ingrideveloso17@gmail.com);  
**João Victor Henrique Silveira.** Discente da FAVAG. Email: [jvgalego@gmail.com](mailto:jvgalego@gmail.com) ;  
**Lorena káren R. Costa.** Discente da FAVAG. Email: [lorenacosta279@yahoo.com.br](mailto:lorenacosta279@yahoo.com.br);  
**Vitor B. da Silveira.** Discente da FAVAG. Email: [vitorbatista450@yahoo.com](mailto:vitorbatista450@yahoo.com);

### **Introdução**

Ao longo dos anos a inclusão de crianças com deficiência nas escolas municipais vem sendo um grande desafio no processo educacional, percebe-se que, grandes barreiras às impossibilitam de usufruir daquilo que lhes são de direito. Atualmente, esse é um dos temas mais desafiadores para a comunidade, pais de alunos e principalmente para os professores. Entretanto, com advento de varias leis que disciplinam sobre o processo de acessibilidade e inclusão no ensino, as escolas municipais têm trabalhado de forma mais ativa, porém não está sendo suficiente para atender as necessidades do público alvo.

### **Metodologia**

Caracteriza-se como revisão bibliográfica, pois procura explicar um problema à partir das referências teóricas publicadas em artigos, livros e sites. Denomina-se como explicativa e descritiva, pois analisa fatos, interpreta-os e identifica também suas causas. Grande ênfase em pesquisa de campo, pois a partir de dados coletados visualizam-se os resultados obtidos em relação acessibilidade nas escolas do município.

O Método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois partindo do geral conclui-se, a necessidade de uma adaptação concisa na rede de ensino municipal.

### **Resultado e Discussão**

Observando-se todo o contexto histórico das pessoas com deficiência, percebe-se que ao longo dos anos elas perderam a sua identidade, na medida que deixaram o seu nome em segundo plano atrás da deficiência que se compreende: o surdo, o cego, o down, o alejado. Assim ao longo dos anos foi restringida a possibilidade de frequentarem o ensino fundamental, visto que dispunha somente das possibilidades de conviverem com outras pessoas deficientes ou permanecerem em casa sem receber um mínimo de auxílio possível. Quando possibilitavam a essas crianças a possibilidade de frequentarem de fato as escolas comuns, as mesmas teriam que passar por um processo de integração, uma espécie de seleção, para saberem se estavam aptas o suficiente para comparecer a escola, ou seja, os alunos com necessidades especiais deviam se adequar ao formato da escola e não a escola ao mesmo.

Apesar de varias leis que vieram no decorrer dos anos disciplinando sobre o assunto, como a declaração de Salamanca, CRFB/88, lei 13146/15... Infelizmente o município de Janaúba-mg ainda não possui adaptações pontuais na rede de ensino, a grande maioria possui

rampas pequenas e adaptações ruins, principalmente nos banheiros. Por isso, torna-se muito mais complexo e preocupante quando se constata que a maioria dessas “adaptações” não estão conforme as normas técnicas de acessibilidade, deparando-se com rampas muito inclinadas, ou muito curtas e até mesmo com rachaduras, necessitando de outras pessoas para ajudarem os cadeirantes a subirem e descerem, pisos escorregadios, portas estreitas, e dentre outras circunstâncias.

Diante o exposto apresentado acima, segue imagens das escolas analisadas:



Escola 1- Escola Municipal Doutor Robison Crusoe



Escola 2- Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto

Com isso é de suma importância que o município faça a sua parte, para proporcionar um ambiente mais digno para o público alvo, evitando que os mesmos se sintam excluídos e inferiores aos demais. Ou seja, mesmo com muitas adaptações feitas, à acessibilidade nas escolas municipais, ainda tem muito a que ser debatida e melhorada.

## Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo observar se a rede de ensino municipal de Janaúba-Mg obedece às regras básicas de acessibilidade, porém chegou-se a conclusão que as escolas avaliadas não estão em sua totalidade acessíveis para crianças com deficiência. Através de pesquisas e observações, foi possível constatar a falta de estrutura adequada, além das dificuldades e os riscos que as crianças desenvolvem. O direito a acessibilidade não é apenas poder ir á escola, mas sim fazer parte dela, de forma que tenha estrutura e auxílio suficiente para receber os alunos.

Diante o exposto, o estudo objetiva-se conscientizar a sociedade, educadores e os pais a cobrarem comprometimento do município em relação à acessibilidade no ambiente escolar.

## Referências

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil de 1988**. Disponível em: Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 06 maio. 2019.

JANAÚBA. Lei orgânica municipal(1990), **Capítulo I, Seção III- DA EDUCAÇÃO**, Art.114º.Disponívelem:<<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro7463/documento%201.pdf>>. Acesso em 07 maio 2019.

PROJETOS, Sk. **Acessibilidade nas escolas: a importância e os riscos envolvidos**. Set 24, 2018. Disponível em < <https://www.skprojetos.com.br/acessibilidade-nas-escolas-importancia-e-riscos/>>. Acesso em 06 maio. 2019.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.



## **ARBITRAGEM: a utilização da arbitragem na solução de conflitos condominiais e a aceitação de cláusula arbitral por novo morador.**

**Marcos Paulo Oliveira de Jesus (Orientador).** Docente Favag. E-mail: [marcospaulolive@yahoo.com.br](mailto:marcospaulolive@yahoo.com.br)

**Ana Karoline dos Santos.** Discente Favag. E-mail: [ana.karolsantos1@hotmail.com](mailto:ana.karolsantos1@hotmail.com)

### **Introdução**

O condomínio edilício pode ser definido como o conjunto de prédios, sejam eles comerciais ou de moradia, de propriedade exclusiva, contendo áreas comuns, que fará ligação dos exclusivos, facilitando a transição, entrada e saída dos condôminos.

A vida em condomínio pode gerar uma série de conflitos e os condôminos podem, livremente e validamente, deliberar em assembleia que tais conflitos sejam resolvidos em procedimento arbitral ao invés de se recorrer ao Judiciário.

Uma vez aprovada em assembleia essa opção, todos os condôminos deverão valer-se da arbitragem para resolver os conflitos oriundos da relação condominial.

A possibilidade de utilização da arbitragem nos conflitos oriundos da convivência condominial é medida que favorece a pacificação social e a realização de justiça. Nesse aspecto, mostra-se relevante o estudo da temática e análise procedimento que autoriza a sua adoção.

### **Metodologia**

Este trabalho teve como objetivo analisar o procedimento arbitral como forma de solução de conflitos na relação condominial, bem como, verificar se a cláusula arbitral inserida na convenção de arbitragem aplica-se aos novos moradores que não participaram da assembleia que deliberaram pela escolha da arbitragem como forma de solução de conflitos.

Na presente pesquisa, foi analisada a legislação de regência, a posição da doutrina e da jurisprudência, em especial, o posicionado o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema.

### **Resultados e Discussão**

Tendo em vista a morosidade do Poder Judiciário e a sobrecarga de processos, é válida e recomendável que as partes busquem outros meios alternativos para solução dos conflitos, a fim de uma solução rápida, eficaz e barata.

Com a aprovação do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) foi conferida especial atenção aos meios alternativos de solução de conflitos, em especial, a mediação e a conciliação. O CPC/15, o art. 3º, também reconhece a arbitragem, como forma de jurisdição no direito brasileiro, sendo que esse instituto já estava normatizado na Lei nº 9.307/96.

O CPC/15, em seu art. 42, confirma esse instituto como forma solução de conflitos, dispondo que “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo órgão jurisdicional nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”.

Dessa maneira, podem as partes antes, durante e após o surgimento de lide, convencionarem cláusula de arbitragem a fim de dirimirem seus conflitos, fora da esfera judiciária. Vale destacar também que, mesmo no curso do processo judicial, as partes podem renunciar ao processo e optarem pelo método de arbitragem.

Não é diferente quando se trata de relações envolvendo condôminos, que podem também validamente optarem pela arbitragem para solução de conflitos oriundos da relação condominial. Vale destacar que para o cabimento da arbitragem entre o condomínio e os condôminos, é preciso haver na convenção de condomínio essa previsão. E para que a convenção de condomínio seja estabelecida é necessário, o quórum de dois terços da fração ideal de condôminos sejam para estabelecer, bem como para alterá-la, nos termos preconizados no art. 1.333 do Código Civil.

Assim, obedecendo-se o quórum para a propositura de sua convenção, que obriga que todos os conflitos surgidos nas relações dos condôminos sejam dirimidos pela via da arbitragem, os novos condôminos, que ingressarem após a deliberação, terão que se sujeitarem as regras estabelecidas na convenção, e quanto àqueles que não concordarem terão que obedecer às regras já pré-estabelecidas na convenção.

(...) podemos afirmar que a convenção é obrigatória para todos os condôminos e, demais disso, pode estipular livremente as cláusulas que, na instituição do condomínio, os interessados quiserem incluir. (JUNIOR. 2018)

Conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), diante da força coercitiva condominial com cláusula arbitral, qualquer condômino que ingressar no agrupamento condominial está obrigado a obedecer às normas ali constantes, de modo que eventuais conflitos condominiais deverão ser resolvidos por meio de arbitragem, excluindo-se a participação do Poder Judiciário.<sup>16</sup>

Destaca-se ainda, a relação do tema discutido, com o princípio da segurança jurídica. Tendo este por objetivo assegurar a estabilidade das relações já consolidadas, frente à inevitável evolução do Direito, tanto em nível legislativo quanto jurisprudencial.

## Considerações Finais

Diante da força coercitiva, da cláusula de arbitragem contida na convenção, qualquer condômino que integre, ou passe a ingressar, no agrupamento condominial está

---

<sup>16</sup>RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FALSIDADE CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA. ASSINATURA. FALSIDADE. ALEGAÇÃO. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. COMPETÊNCIA. JUÍZO ARBITRAL. KOMPETENZ-KOMPETENZ. 1. Cinge-se a controvérsia a definir se o juízo estatal é competente para processar e julgar a ação declaratória que deu origem ao presente recurso especial tendo em vista a existência de cláusula arbitral nos contratos objeto da demanda. 2. A previsão contratual de convenção de arbitragem enseja o reconhecimento da competência do Juízo arbitral para decidir com primazia sobre o Poder Judiciário as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória. 3. A consequência da existência do compromisso arbitral é a extinção do processo sem resolução de mérito, com base no art. 267, inciso VII, do Código de Processo Civil de 1973. 4. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1550260 RS 2014/0205056-2, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 12/12/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/03/2018)

obrigado a obedecer às normas ali constantes. Uma vez que esta não é tida como ofensa ao princípio da autonomia da vontade, pois o terceiro tem alternativa de querer aceitar ou não as condições.

Ademais, é necessário assegurar a estabilidade das relações, conforme o princípio da segurança jurídica, pois tal princípio é a base para a edição das súmulas vinculantes, buscando por fim a controvérsias entre os órgãos judiciários que acarretem grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Desta feita, para não acarretar insegurança jurídica nas relações condominiais, vale-se a força coercitiva quanto à cláusula arbitral

## Referências

- BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- BRASIL. LEI Nº 9.307/96. Lei de Arbitragem. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.
- BRASIL. LEI Nº 10.406/02. Código Civil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.
- BRASIL. STJ - REsp: 1550260 RS 2014/0205056-2, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 12/12/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/03/2018.
- BRASIL. STJ - REsp: 1736646 RJ 2013/0356043-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 05/06/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/06/2018)
- CAHALI, Francisco José. Arbitragem e o projeto do Código de Processo Civil. In: SILVA, José Anchieta da. O Novo Processo Civil. Belo Horizonte: Lex, 2012.
- DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.
- JUNIOR, Luiz Antonio Scavone. **Manual de Arbitragem**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Manual de arbitragem: mediação e conciliação**. São Paulo: Forense, 2018.
- SPENGLER, Fabiana Marion; NETO SPENGLER, Theobaldo. **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.)

## EVASÃO FISCAL: uma fuga da tributação

**Michelly Martins Ferreira (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [michellyferreira91@gmail.com](mailto:michellyferreira91@gmail.com)

**Kayque Pedro Rodrigues** Discente FAVAG. e-mail: [kayquepedroadvogado@gmail.com](mailto:kayquepedroadvogado@gmail.com)

### Introdução

Inicialmente, vale ressaltar a importância da temática, sendo que a fuga da tributação atualmente gera bilhões de prejuízos por ano nos cofres públicos brasileiros. A busca de uma solução para evitar essa fuga ardilosa é essencial para minimizar esse prejuízo, logo é evidente que é preciso entender a melhor forma de diminuir a carga tributária do contribuinte de maneira legal.

Não obstante, faz-se necessário esclarecer os métodos e ferramentas para o combate ao abuso no uso de normas tributárias, dando destaque às normas antielisivas existentes e se estas são eficazes no que tange ao combate à evasão fiscal. Para isso será estudado a aplicabilidade do parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.

Partindo de conceitos distintos já se percebe que existe uma forma lícita de pagar menos tributos se adequando a carga tributária sem a necessidade de cometer atos ilícitos para não cumprir com essa obrigação. Em se tratando de planejamento tributário, é de suma importância conhecer de maneira clara, para não ter posicionamentos errôneos acerca da legislação e fazer a devida interpretação e aplicação da mesma, já que a finalidade é minimizar ou evitar o ônus tributário.

De tal modo, é necessário reconhecer o direito do contribuinte de se auto organizar, tendo em vista que a resistência à tributação é instinto natural do homem, uma vez que ninguém é obrigado a pagar tributos mais onerosos ante a existência de outros mais favoráveis.

### Metodologia

Para desenvolvimento e conclusão deste trabalho, foi necessário uma pesquisa metodológica adequada obtendo o máximo de informações para a devida compreensão do tema, induzindo a respostas e soluções, ressaltando-se que não tem a pretensão de esgotar todo o tema. O tipo de pesquisa a ser abordada é a bibliográfica, dado o caráter teórico-argumentativo, fazendo o uso também da internet, jurisprudência, legislação e uma seleção de renomadas referências bibliográficas.

### Resultados e discussão

Existem roteiros básicos que distinguem as duas figuras no que se refere a sua ocorrência. De acordo entendimento majoritário, elisão fiscal está relacionada com a prática de atos lícitos, prévios à incidência tributária, de forma a caracterizar uma economia legal de tributos, seja evitando a ocorrência do fato gerador, seja retirando o agente contribuinte da imposição normativa ou minimizando o montante a ser pago.

Por outro lado, a evasão fiscal impõe a prática, simultânea ou após a incidência do tributo, de meios ilícitos (fraude, sonegação, simulação) para abster-se do ônus tributário.

Ambas as figuras, evasão e elisão, comungam da característica de serem técnicas de insubmissão ao comando da norma tributária. Paralelamente aos meios empregados e a cronologia do ato ou negócio em relação ao fato imponible ou gerador, o que se tem é uma subsunção ou não à hipótese definida pela norma tributária. Para fugir ao alcance da norma e do tributo que ela lhe impõe, o contribuinte pode escolher dentre dois caminhos alternativos: ou desvia-se do campo da tributação, fugindo ao alcance da norma tributária, ou, se sujeita a sua incidência, utilizando-se de meios ilícitos para impedir, reduzir ou retardar o recolhimento do imposto devido, pela caracterização do fato gerador ou pela redução da base de cálculo do tributo. Ainda que se possa discutir a licitude da primeira hipótese, sem sombra de dúvida é na segunda que ocorre a evasão fiscal ilícita ou fraudulenta.

Nesse contexto surge o planejamento tributário, artifício usado por boa parte dos contribuintes com a finalidade de aliviar de forma legal a carga tributária. É um meio no qual, antecipa os ônus que estão agregados em cada objeto de cumprimento das obrigações tributárias. De tal maneira, almeja-se traçar as consequências e possíveis resultados dos atos e fatos administrativos, assim reduzindo a carga tributária se valendo de uma prática lícita.

Pode-se afirmar que o planejamento tributário, baseado na economia fiscal e tomando esta como norte de suas ações bem sucedidas, torna-se o cuidado essencial para a elisão fiscal pressupondo que o indivíduo fique sujeito à legislação tributária vigente e use a mesma para estabelecer ações que possibilitarão a economia fiscal, alcançando os resultados almejados.

## Considerações Finais

Concluindo tudo que foi explanado, percebe-se que o tema comporta vários debates e soluções relativas. Partindo da análise da elisão fiscal, pôde-se analisar a importância dos princípios norteadores do sistema tributário, sendo que estes devem servir como base para qualquer ação do contribuinte que almeja encontrar uma maneira legal de diminuir seu ônus tributário.

Na mesma ótica, de maneira paralela está a evasão, figura que possui muita controvérsia, uma vez que se trata de artifício ardid em busca de driblar o fisco. A partir da distinção dos dois fenômenos, surge o planejamento tributário como solução para que, estando de acordo com a elisão atenda o direito do agente contribuinte em se adequar a uma carga tributária mais viável.

Em contrapartida, há que se falar do direito do Estado em limitar esse direito do contribuinte, tendo em vista serem os tributos a maior fonte arrecadadora do país, fato que faz com que necessário fosse, a criação de mecanismos que ajam de forma a impedir condutas que lesem o poder público.

## Referencias

- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 4ª Ed. Editora: Método, 2010.
- AMARAL, Gilberto Luiz do. *A Aplicação da Norma Geral Antielisão no Brasil*. In AMARAL, Gilberto Luiz do. (Coord.) **Planejamento tributário & A Norma Geral Antielisão**. Curitiba: Juruá, 2002
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria da Evasão e da Elisão em Matéria Tributária. Planejamento Fiscal – Teoria e Prática**. São Paulo: Dialética, 1998

ROQUE, Jorge. Consultor Jurídico. **Planejamento Tributário deve ser feito com Propósito Negocial.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-27/jorge-roque-planejamento-tributario-feito-proposito-negocial#author>>



## LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO E A EFETIVIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

**Reinaldo Silva Pimentel Santos.** (Orientador) Docente da FAVAG. E-mail: [reinaldosps@gmail.com](mailto:reinaldosps@gmail.com)

**Barbara Lourenço Lima.** Discente da FAVAG. E-mail: [barbara2050@outlook.com](mailto:barbara2050@outlook.com);

**Larissa Karine da Cruz Aguiar.** Discente da FAVAG. E-mail: [Larissakarine@outlook.com](mailto:Larissakarine@outlook.com);

**Maria Fernanda Lopes.** Discente da FAVAG. E-mail: [mfernanda.lopes@yahoo.com.br](mailto:mfernanda.lopes@yahoo.com.br);

**Wesley Winicius Santana Teixeira.** Discente da FAVAG. E-mail:

[wesleywiniciussantanateixeira@gmail.com](mailto:wesleywiniciussantanateixeira@gmail.com);

**Wellington Santana Teixeira.** Discente da FAVAG. E-mail: [santana1350@gmail.com](mailto:santana1350@gmail.com).

### Introdução

O interesse e a importância do presente estudo tem como base a defesa dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência e a sua efetivação na sociedade. Para isso abordou-se os principais pontos da lei 13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no qual foi associado com instituições de ensino superior pública e privada, a fim de delimitar a real efetividade da norma no meio social dessas instituições. Dessa forma, busca-se observar a eficácia e eficiência da referida norma para os cadeirantes, grupo específico protegido pela Lei Brasileira de Inclusão.

No presente trabalho foram analisadas questões atinentes à deficiência considerando perspectivas objetivas e subjetivas, envolvendo questões tanto sob a ótica do fornecedor dos serviços à pessoa com deficiência quanto os usuários dos citados serviços.

### Metodologia

Para desenvolvimento da presente pesquisa foi realizada uma pesquisa qualitativa-quantitativa, como coleta de dados através de preenchimento de formulário e relatório, método de abordagem dedutivo e método de procedimento monográfico. Fora realizada uma pesquisa empírica, com visita *in loco*, com análise de forma objetiva, além de pesquisa bibliográfica, para que fosse possível a obtenção de dados para alimentar a pesquisa. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa, quantitativa-qualitativa.

### Resultados e Discussões

Foi adotada a definição do artigo 2º da lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que traz em seu texto que o termo “deficiência”:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

A Lei da Acessibilidade busca estabelecer critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou que apresentam mobilidade reduzida, através da supressão de barreiras existentes em vias ou espaços públicos, na reforma e construção de edificações e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Pellegrini e Zardo (2010) citam que a acessibilidade é elemento integrante das ações de autogestão, ou seja, deve fazer parte dos processos organizacionais da instituição educacional, e por isso depende da análise de todas as dimensões institucionais, de um planejamento baseado nas características da comunidade local, do reconhecimento das necessidades educacionais específicas da demanda atendida.

Nesse sentido, considerando os conceitos de deficiência e acessibilidade a pesquisa apresentou como problema o questionamento se as instituições de ensino superior situadas em Janaúba e municípios adjacentes cumpriam a Lei Brasileira de Inclusão quanto a mobilidade dos cadeirantes. Dessa forma, buscou-se observar se as instituições de ensino superior Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES e Faculdade Vale do Gortuba - FAVAG atendiam satisfatoriamente a lei 13.146 regulamentada pela NBR 9050/2015.

Teve-se como objeto de análise para o presente estudo os cadeirantes. Para isso foi observada acessibilidade e mobilidade quanto às portas, banheiros, rampas e os estacionamentos, verificando-se o atendimento satisfatório para a locomoção dos indivíduos.

Inicialmente a pesquisa foi realizada no Campus da UNIMONTES em Janaúba. Especificamente quanto aos dados coletados, percebe-se que o estacionamento não possui vaga exclusiva para os cadeirantes e mesmo que assim o tivesse não atenderia satisfatoriamente, pois o mesmo enfrentaria dificuldades para conduzir a cadeira em virtude do piso adotado. Observou-se ainda inconformidades quanto às rampas para entrada nas salas de aula, secretaria, laboratórios e biblioteca. Nesse sentido, as rampas possuem inclinações indevidas que prejudicam a locomoção do cadeirante. Ademais, as inclinações são excessivas agudas possibilitando a ocorrência de acidentes.

Quanto às portas foi observado que essas atendem satisfatoriamente no que se referem à largura. Nesse sentido, todos os limites previstos pela NBR em seu item 4.3.2 foram observados. Destaca-se que o citado dispositivo trata da largura para a transposição de obstáculos isolados, sendo a largura mínima exigida para o deslocamento de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80m. Quando o obstáculo isolado tiver uma extensão acima de 0,40 m, a largura mínima deve ser de 0,90 m. As medidas das portas tanta para entrada às salas de aula (0,89 m), para entrada ao banheiro (0,81 m) e quanto acesso aos sanitários (1,03 m) ultrapassam ao mínimo exigido pela norma, atendo assim satisfatoriamente.

A segunda instituição analisada pelo presente estudo foi a Faculdade Vale do Gortuba - FAVAG, localizada em Nova Porteirinha, compreendendo uma instituição de ensino superior privado da região. Esta foi satisfatória quanto ao estacionamento, pois prevê uma vaga para as pessoas cadeirantes. Entretanto, percebe-se uma falha quanto ao deslocamento do cadeirante, pois a entrada de acesso possui um portão com uma barreira que dificulta a entrada para as dependências da faculdade.

Adentrado à recepção da faculdade, percebe-se que o balcão de atendimento não é proporcional, pois visivelmente é superior a um cadeirante, ultrapassando 1,11 m, não atendendo assim satisfatoriamente a respectiva NBR. O item 4.6.3 da norma prevê a altura entre 0,75 m a 0,85 m entre o piso e a sua superfície superior.

As portas não atenderam satisfatoriamente, o mínimo como foi citado anteriormente para o deslocamento de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80 m, as portas dessa instituição não alcançaram nem o mínimo previsto pela NBR, a porta do banheiro da biblioteca possui 0,78 m, a entrada da porta do estudo individual 0,78 m que dá acesso a *lan house* 0,76 m e para as salas de aula 0,78 m. As únicas portas que atenderam satisfatoriamente foram a do escritório modelo arquitetura com 0,82 m e a loja store com 0,82.

## Considerações Finais

Ao analisar os resultados da presente pesquisa é importante observar não apenas o cumprimento da imposição normativa, mas sim a qualidade desse cumprimento. Não foram colhidos dados aprofundados quanto a mobilidade dos cadeirantes. Mesmo assim, observou-se que mesmo os acessos mais básicos como estacionamento, biblioteca e pátio permanecem os entraves e dificuldades para a mobilidade e, conseqüentemente, para o cumprimento da norma. Foi possível observar tal situação tanto para a instituição de ensino superior privada quanto para a pública. Destaca-se que os entraves quanto a mobilidade na instituição pública é superior se comparados com a privada.

Do ponto de vista social, propõe-se não bastar a cobrança por melhorias nas instalações das instituições educacionais. Deve-se buscar mecanismos para tornar todo o avanço adquirido através da positividade normativa significativamente efetivo

Conclui-se que as instituições pesquisadas não estão obedecendo às condições de acessibilidade, persistindo entraves e barreiras que dificultam e impossibilitam a livre acessibilidade. Por fim, partindo da realidade analisada entre as duas instituições percebe-se que no setor privado maior dificuldade para cumprimento da normativa.

## Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015;

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 15 de Maio de 2019;

BRASIL, 2015. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 15 Maio 2019;

FERREIRA, H. S. **Educação Inclusiva: Uma ideia em construção**. UFES. 2010. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/04/EDUCACAOINCLUSIVAUMAIDEIAEMCONSTRUCAO/heloisasouza.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013> Acesso em: 14 Maio 2019;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 5.ed. São Paulo, 1946;

PELLEGRINI, C. M.; ZARDO, S. P., **Acessibilidade Escolar: O direito ao acesso e à participação dos alunos com deficiência. Inclusão:** Revista Especial/Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, v. 5, nº 2 (jul/dez), p. 64-69, 2010;

## **A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DA CIDADE DE PORTEIRINHA - MG: a qualificação dos profissionais da educação**

**Simone Lopes Machado (Orientadora)** Docente FAVAG. e-mail: simoneprofessora@uol.com.br

**Aline Maria Rodrigues** Discente FAVAG. e-mail:aline.maria.rodrigues@hotmail.com

**Cristina Jhulli Soares Xavier** Discente FAVAG. e-mail:cristinajhulli@gmail.com

**Elisângela Rodrigues dos Santos** Discente FAVAG. e-mail: elisangelarodrigues788@yahoo.com

### **Introdução**

A sociedade brasileira tem se conscientizado da necessidade de atender e apoiar as pessoas com deficiência. Tornou-se primordial, principalmente, nas instituições públicas educacionais, com a chamada Educação Inclusiva, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Lei n. 9.394) e reforçada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 (Lei n. 13.146), incluir todos os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Mas ainda há grandes desafios, sobretudo sobre a formação dos professores do Ensino Fundamental 1.

A Educação Inclusiva visa valorizar os diferentes potenciais de aprendizagem, reformular as práticas educacionais, considerando que a educação é o meio para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos indivíduos. Ocorre que a mera positivação de direitos não assegura sua efetivação.

A pesquisa desenvolvida possuiu cunho investigativo para responder se os professores do Ensino Fundamental 1 que trabalham com educação de crianças com deficiência tiveram formação na graduação quanto à Educação Inclusiva, partindo do pressuposto que essa formação assegura a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência nas escolas.

### **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida pelos métodos bibliográficos e descritivo, buscando informações publicadas em livros e artigos para detalhar a realidade da formação dos professores do Ensino Fundamental 1 que trabalham com Educação Especial/Inclusiva. No desenvolvimento, optou-se por usar o método de abordagem do tipo indutivo, buscando em uma escola elementos para análise e considerações sobre o tema. Para isso, usou-se o método de procedimento comparativo, a fim de estabelecer pontos de comparação entre as previsões do Estatuto e as Diretrizes dos Cursos de Pedagogia, com técnica de análise de editais e históricos dos professores que efetivamente trabalham com Educação Especial/Inclusiva.

### **Resultados e Discussão**

A Educação Inclusiva considera as diferenças dos alunos, de forma a oferecer meios e alternativas de atendimento, criando formas de reduzir os obstáculos. Porém, para uma efetiva Educação Inclusiva, exige-se preparo das instituições e formação adequada dos professores.

Por visita *in loco* numa escola estadual da rede regular de ensino da cidade de Porteirinha que oferece o Ensino Fundamental 1, dentre os alunos com laudos médicos, encontram-se matriculados 3 com as seguintes deficiências:

- Uma aluna do 1º ano com deficiência visual, que foi chamada de Maria;
- Um aluno do 3º ano com paralisia cerebral mista, que foi chamado de João; e
- Uma aluna do 5º ano com epilepsia e paralisia completa do lado direito, que foi chamada de Carol.

Constatou-se que, em atendimento ao Guia de Orientação da Educação Especial em Minas Gerais (2013), João e Carol possuem um profissional especializado para seu atendimento, conquanto Maria, por ser deficiente visual, não tem esse direito.

Da análise dos históricos escolares dos professores regentes de turma das turmas supracitadas, verificou-se que a professora de João, formada em Normal Superior, cursou uma disciplina denominada “Fundamentos e Metodologia da Educação Especial” com carga horária de 60 horas; a professora da aluna Carol, formada também em Normal Superior, participou de seminários com o tema “Educação Especial”, totalizando 100 horas; mas a professora de Maria, formada em Magistério de 1º grau, não cursou nenhuma disciplina relacionada ao trabalho com alunos com deficiência.

Quanto às exigências de formação e habilitação, deve ser observado que “o cumprimento do aparato legal não significa potencialmente garantir a manutenção e a qualidade do serviço anunciado” (RODRIGUES, 2006 citado por POKER; MARTINS; GIROTO, 2016, p. 27). Todavia, a ausência e a insuficiência de formação especializada sugerem falta ou baixa qualidade na educação ofertada a crianças com deficiência.

Ademais dos resultados da pesquisa de campo, mas tendo em vista que o edital de 2014 e a Resolução de designação de 2018 de Minas Gerais indicam a prioridade de contratação de quem cursou Pedagogia, é pertinente uma análise das regras sobre essa formação. A partir da LDBEN n. 9.394/96, normas e critérios foram criados para a promoção e inclusão das pessoas com deficiência na rede regular e pública de ensino. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) reforçou os direitos educacionais das pessoas com deficiência, assim como incumbiu ao poder público o dever, dentre outros, de assegurar um ensino inclusivo e adaptado e com formação profissional dos educadores. Consequentemente, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (2006), apenas prevê na formação “atividades complementares (...), de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais” (BRASIL, 2006, p. 4). Paradoxalmente ao que estabelecem a LDBEN/1996 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), a Educação Especial não integra obrigatoriamente o curso de Pedagogia e nem se exige estágio supervisionado nessa área.

## Considerações Finais

Os resultados da pesquisa demonstram que a formação dos professores do Ensino Fundamental 1 ainda não abarca os ideais de Educação Inclusiva previstos na legislação (LDBEN/1996 e Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015), sugerindo que, além da escola visitada, esse problema deve estar presente em outras instituições estaduais de ensino regular.

Uma vez que avaliar o cumprimento das leis pode constituir um primeiro passo para se tomar consciência e propor mudanças, a pesquisa indica a necessidade de maior oferta de cursos de formação em Educação Inclusiva e a inclusão de disciplinas obrigatórias dessa



formação nos cursos de Pedagogia, a fim de que seja efetivamente assegurado o direito à educação [de qualidade] das pessoas com deficiências, possibilitando, realmente, o desenvolvimento de suas potencialidades.

## Referências

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo Escolar 2018: notas estatísticas, Brasília: 2019. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_e\\_statisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_e_statisticas_censo_escolar_2018.pdf)>. Acesso em: 10.mai.2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10.mai.2019.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 10.mai.2019.

BORGES, Maria Célia; PEREIRA, Helena de Ornellas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernandez. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. In: **Revista Ibero-americana de Educação**. v. 59, n.3, p. 1-11, jul.2012. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/1376/2454>>. Acesso em: 10.mai.2019.

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. **O que revela o espaço escolar?** um livro para diretores de escola. São Paulo: Moderna, 2013. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833E8BA005013E9E000E650B9C>>. Acesso em: 10.mai.2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N. 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 10.mai.2019.

MINAS GERAIS. **Edital SEPLAG/SEE N. 05**, de 24 de novembro de 2014. Concurso público para provimento de cargos das carreiras de Especialista em Educação Básica e Professor de Educação Básica do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para atuar em Escolas Especiais da Rede Estadual de Ensino e/ou Escolas Estaduais que ofereçam Atendimento Educacional Especializado (AEE). Disponível em: <<https://fs.ibfc.org.br/arquivos/f74faf4642f27faa5e96d6d1f5d9cd7c.pdf>>. Acesso em: 10.mai.2019.

MINAS GERAIS. **Edital SEPLAG/SEE N. 04**, de 24 de novembro de 2014. Concurso público para provimento de cargos das carreiras de Assistente Técnico de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Professor de Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <<https://fs.ibfc.org.br/arquivos/02f27a035eb625de77f84ef62bb11742.pdf>>. Acesso em: 10.mai.2019.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. GIROTO, Claudia Regina Mosca org. **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf)>. Acesso em: 08.dez.2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**, 2013. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/7503848-Guia-de-orientacao-da-educacao-especial-na-rede-estadual-de-ensino-de-minas-gerais.html>>. Acesso em:10.mai.2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE N. 3.995**, de 24 de outubro de 2018. Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição, classificação e designação de candidatos para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Belo Horizonte: 2018. Disponível em:<<https://designacao-see-mg.com.br/wp-content/uploads/2018/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-SEE-N-3995-DE-24-DE-OUTUBRO-DE-2018.pdf>>. Acesso em:10.mai.2019.

## INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO À LUZ DA LEI DE COTAS

**Simone Lopes Machado** Docente FAVAG. e-mail: [simoneprofessora@uol.com.br](mailto:simoneprofessora@uol.com.br);

**Flavia Pereira Trancoso** Discente FAVAG. e-mail: [flatrancoso@gmail.com](mailto:flatrancoso@gmail.com)

**Gabriel Ladeia Santana** Discente FAVAG. e-mail: [gabrielpor7004@gmail.com](mailto:gabrielpor7004@gmail.com)

**Isabella Victória de Oliveira Conrado** Discente FAVAG. e-mail: [bellaconrado@hotmail.com](mailto:bellaconrado@hotmail.com)

**Pedro Walber Ramos Barbosa** Discente FAVAG. e-mail: [pedrowalber12@gmail.com](mailto:pedrowalber12@gmail.com)

**Luiza Eduarda Barbosa Alencar** Discente FAVAG. e-mail: [Luizaeduarda1711@gmail.com](mailto:Luizaeduarda1711@gmail.com)

### Introdução

A inclusão da pessoa com deficiência (PCD) no mercado de trabalho vem tendo uma compreensão ampliada ao longo da história. Denominados no passado como aleijados, enjeitados, cegos, surdos e mudos (SILVA, 1987, p. 67), eles se encontravam dentro de uma categoria da sociedade tida como “miseráveis”, talvez considerada a mais pobre entre os pobres.

A Lei n. 8.213 de 1991, em seu art. 93 (Lei de Cotas), com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88, prevê as cotas de PCD nas empresas partindo do pressuposto de que há discriminação no preenchimento de cargos.

Para Galindo (2014, p. 90), a medida abriu possibilidades para a categoria preservando seus direitos por meio de suas características diferenciadas, com ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil no ano de 2009.

Dados do IBGE (2016) apontam que a inserção de PCD no mercado de trabalho ocorre de forma lenta e impulsionada, na maioria das vezes, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e pela isenção fiscal.

Uma vez que a obrigação de contratar PCD existir há décadas, é preciso questionar se a lei está sendo suficiente para garantir a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, considerando a globalização, as tecnologias e escolarização das pessoas. Ademais disso, embora a lei seja restrita a empresas com mais de 100 empregados, dados do SEBRAE (2018/2019) apontam que as micro e pequenas empresas são as que mais contratam no Brasil.

### Metodologia

Uma vez que a pesquisa teve o objetivo levantar informações a partir de alguns casos da realidade e apresentar explicações sobre o tema, foi adequado ao desenvolvimento da proposta o método indutivo (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 68).

### Resultados e discussão

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) é integrada por princípios que, entre outras finalidades, apontam um norte para a efetiva igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ratificada pelo Brasil no ano de 2009), em seu preâmbulo, alínea “e”, reconhece:

[...] que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência... resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

De acordo com Sasaki (1997, p. 37), o mercado atual tem se atentado para a necessidade de serviços e produtos que possam incluir as pessoas com deficiência, seja enquanto clientes, seja enquanto trabalhadores e, nesse caso, criando marketing de empresa inclusiva para atrair mais clientes. De outro lado, não se trata apenas de incluir PCD, pois, a sociedade já se sensibiliza em relação aos limites alheios e à valorização das diferenças, existindo uma preocupação de incluir todas as pessoas a partir de serviços e produtos elaborados conforme um desenho universal.

Neste contexto, para aplicação do princípio da igualdade, refletido na igualdade de oportunidades, assegurada na CRFB/88 e na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, tem-se que a promoção do trabalho no setor privado é feita, por meio da Lei de Cotas.

Com a obrigação de contratar PCD, os processos seletivos passaram a ser mais assertivos na inclusão, analisando as competências técnicas e comportamentais dos candidatos com deficiência em relação ao preenchimento das vagas. A colocação profissional de acordo com as potencialidades da pessoa com deficiência assegura que o trabalho realizado seja eficiente, ou seja, não apenas cumprindo as cotas conforme estabelecido em lei, mas possibilitando uma disputa igualitária pelas vagas de maneira a agregar valores ao ambiente da empresa.

Partindo dessas premissas, foram visitadas 10 empresas de micro e pequeno porte, na cidade de Janaúba/MG, no segundo semestre de 2018, realizando-se entrevistas com perguntas específicas relacionadas à inclusão de PCD no mercado de trabalho, com base da Lei n. 8.213/91.

Dos dados obtidos, observou-se que das 10 empresas visitadas, apenas sobre 02 recai a obrigatoriedade prevista na Lei de Cotas, e em ambas era cumprida a contratação. Por conseguinte, verificou-se que não há a contratação de pessoas com deficiência, se não houver estímulo (obrigação) legal.

Levando-se em conta as pesquisas feitas pelo SEBRAE (2018/2019), as micro e pequenas empresas geram, no total, mais empregos que as de médio e grande porte, sendo que, “em janeiro de 2019, os pequenos negócios geraram 60,7 mil empregos formais celetistas, sustentando uma vez mais a geração de empregos na economia”.

É perceptível, assim, a necessidade de atualização da legislação para estar de acordo com o mercado de trabalho atual, abrangendo as micro e pequenas empresas, fazendo com que a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho se torne mais efetiva.

## **Considerações Finais**

Com a pesquisa realizada, verificou-se que o ordenamento jurídico brasileiro proporciona diversos direitos às PDC's, entre eles o direito ao trabalho. O trabalho da pessoa com deficiência deve ser incentivado e assegurado pelo Estado e pela sociedade, através da acessibilidade em todas as áreas e com oportunidades igualitárias.

O sistema de cotas obriga a contratação de PCD, e está em consonância com os direitos fundamentais e diplomas legais, porém não atinge as micro e pequenas empresas que,

segundo o SEBRAE (2018/2019) são as que mais contratam empregados., Sugere-se, então, uma revisão na Lei n. 8.213/91, estendendo a obrigação de contratar PCD a todas as empresas. Sugere-se também a implementação de políticas de incentivo à contratação por meio de bônus e premiação de empresas.

Com a ampliação da obrigação de contratar PCD e a implementação de cumprimento da legislação, é possível contribuir, de forma mais efetiva, para a superação de preconceitos e estereótipos, assegurando a dignidade das pessoas com deficiência.

## Referências

PORTAL BRASIL DO [MINISTÉRIO DO TRABALHO](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal). **Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>>. Acesso em: 29.abr.2019.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 25.abr.2019.

BRASIL. Decreto Presidencial n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 5.abr.2019.

GALINDO, George Rodrigo. **Direitos humanos dos vulneráveis**. Disponível em: <[https://www.upf.edu/dhes-alfa/materials/DDGV\\_PORT\\_Manual\\_v4.pdf](https://www.upf.edu/dhes-alfa/materials/DDGV_PORT_Manual_v4.pdf)>. Acesso em: 05.mai.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=438&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1)>. Acesso em: 05.mai.2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/fisca\\_trab/inclusao\\_pessoas\\_defi12\\_07.pdf](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf)>. Acesso em: 8.mai.2019.

VERDÉLIO, Andréia. **Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>>. Acesso em: 8.mai.2019

## OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA EFETIVAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Troy Steve Ribeiro(Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [troysr@ig.com.br](mailto:troysr@ig.com.br);

**Karoliny Alves** Discente FAVAG. e-mail: [karoliny.alves@bol.com.br](mailto:karoliny.alves@bol.com.br)

**Cláudia Souto** Discente FAVAG. e-mail: [roxcladia100@gmail.com](mailto:roxcladia100@gmail.com);

**Edilene Santos** Discente FAVAG. e-mail: [edilenesantos.filosofia@gmail.com](mailto:edilenesantos.filosofia@gmail.com);

**Renata Meira Martins** Discente FAVAG. e-mail: [renatameiramartins1007@gmail.com](mailto:renatameiramartins1007@gmail.com) .

### Introdução

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015, art. 27º). Esse direito é resguardado, também, pela Constituição Federal que reconhece e garante às pessoas com deficiência direito à educação.

Diante de nossa visão idílica do que pensamos ser a possibilidade das pessoas com deficiência frequentar os espaços comuns a todas as pessoas, especialmente o espaço escolar, tem-se a necessidade de conhecer esse contexto e analisar em que condições estão inseridas as escolas públicas de Janaúba quanto à efetivação desse direito, o que contribuirá para que o Poder Público possa acertar na tomada de decisão em favor das pessoas com deficiência.

Este artigo foi construído em virtude dos estudos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência n. 13.146/2015, e de atividades integrativas na Faculdade Vale do Gorutuba, no curso de Direito, em que o grupo de pesquisadoras se interessou pela questão da mobilidade acessível às pessoas com deficiência que estão em idade escolar, e que frequentam as escolas públicas municipais na cidade de Janaúba/MG. O objetivo geral foi investigar a estrutura física de duas escolas públicas municipais, quanto à acessibilidade de locomoção para deficientes físicos no município de Janaúba/MG. Assim, para atingir esse objetivo geral, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos: a) conhecer a estrutura física das escolas municipais de Janaúba/MG; b) analisar se as estruturas prediais atendem às normas estabelecidas na lei 13.415/2015 e na norma técnica brasileira ABNT NBR 9050; c) desvelar as contradições do que coloca a lei com realidade das escolas.

### Metodologia

Realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa. Segundo Minayo (2010), as pesquisas qualitativas e quantitativas, não se opõem, ao contrário se completam, pois a realidades abrangidas por elas se integram dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

A utilização do método qualitativo se justifica por responder a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal interpretar o fenômeno ou o processo



observado. Já o método quantitativo permite uma classificação do método científico que utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar informações para um determinado estudo. Ela é realizada para compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações que se possam mensurar sobre as experiências humanas (TRIVINOS, 1987).

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, por se tratar de um estudo descritivo o que visa a um leque maior de informações, foram utilizadas as combinações da pesquisa bibliográfica e de observação e, como instrumento de coleta de dados, roteiro de observação.

## Resultados e discussão

O presente estudo, desenvolvido com base nos parâmetros estabelecidos na legislação sobre o tema e na norma técnica brasileira ABNT NBR 9050/2014. Cujos dados observados foram coletados e apresentados segundo as informações que se seguem.

As duas escolas analisadas possuem alunos com deficiência física, a escola localizada na área central conta com dois alunos cadeirantes e a escola localizada na região periférica conta com apenas um aluno cadeirante. Apenas este tipo de deficiência física foi identificado nas escolas objeto do estudo.

As escolas pesquisadas possuem suas instalações físicas edificadas em prédios térreos e com rampas de acesso na entrada da escola, entretanto o acesso externo em ambas as escolas não atende à norma técnica ABNT NBR 9050, que exige calçada com faixa livre para pedestres e com largura mínima de 1,20m.

Uma barreira urbanística foi identificada na escola localizada na região periférica, e se refere à dificuldade de acesso presente na rua em que a escola está localizada, pois o asfalto encontra-se em péssimo estado de conservação apresentando irregularidades e buracos, e devido às chuvas a rua apresenta-se alagada, constituindo assim uma barreira de acesso já na entrada da escola.

No tocante à circulação interna, apesar de as duas escolas apresentarem rotas acessíveis ao refeitório, à cantina, ao pátio, bem como às localizações das salas de aula, o piso identificado nas rotas da escola central não apresentou as características determinadas pela legislação como, piso regular, estável e antiderrapante.

A tabela 1 apresenta as características analisadas quanto à existência de rampas e calçadas adaptáveis na área externa às escolas, bem como acerca da circulação interna.

Com base na tabela 1, que mostra as condições de acessibilidade em relação às salas de aula, observou-se que apenas a escola localizada na área periférica apresenta área de circulação ampla com dimensões adequadas para o deslocamento de cadeira de rodas em linha reta e para manobra. Quanto ao mobiliário utilizado na sala de aula foi possível constatar que nenhuma das escolas pesquisadas possui mesa de estudo, acessível à pessoa com deficiência, que deve apresentar tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75m e 0,85m do piso, como também lousa instalada a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso, conforme preconizado na norma técnica brasileira 9050 da ABNT.

Com relação às portas de acesso às salas de [aula](#), verificou-se que somente a escola localizada na região periférica possuía portas com largura adequada e maçaneta do tipo alavanca, que são itens imprescindíveis à acessibilidade no ambiente escolar.

**Tabela 1.** Condições de acesso em relação à área física e mobiliário das salas de aula

Salas de Aula	Existência	
	Escola Central	Escola Periférica
Salas com áreas amplas	Não	Sim
Lousas 0,90m do piso	Não	Não
Mesas entre 0,75 m e 0,85 m	Não	Não

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 2 corresponde às condições de acesso aos sanitários encontradas nas escolas pesquisadas, mostra que apenas a escola localizada na região periférica possui as condições de acessibilidade exigidas na legislação vigente, como rota acessível próxima à circulação principal, com a presença de lavatórios suspensos em altura acessível, o piso apresenta-se em bom estado de conservação, é antiderrapante e estável. Quanto às barras de apoio estavam presentes e localizadas na lateral e no fundo da bacia sanitária com altura acessível.

**Tabela 2.** Condições de acesso em relação aos sanitários

Sanitários	Existência	
	Escola Central	Escola Periférica
Possui banheiro adaptado	Não	Sim
Próximo à circulação principal	Não	Sim
Lavatórios suspensos de 0,78m a 0,080m	Não	Sim
Piso regular, firme, estável e antiderrapante	Não	Sim
Possui barras de apoio	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos demonstram que nenhuma das escolas estão adaptadas, ou seja, adequadas aos critérios avaliados na pesquisa, entretanto apresentam um ou mais itens adaptados/adequados aos deficientes físicos, dessa forma não atendem integralmente às normas legais estabelecidas, notadamente à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência.

## Considerações Finais

A falta de acessibilidade não é um caso isolado de uma escola, mas um problema geral que deve ser enfrentado com estratégias baseadas na articulação de todos os agentes envolvidos no processo educacional, principalmente com a ação do poder público, que deve atuar para dar efetivo cumprimento aos vários instrumentos legais presentes em nosso ordenamento jurídico, que visam à proteção e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência física, pois somente com a supressão de todas as barreiras, as pessoas terão seus direitos respeitados.

A legislação existe, o desafio da acessibilidade está posto à educação, os sujeitos precisam alcançar esse acesso e assim conquistar sua autonomia, superando as limitações que o atingem. Para isso, é necessário acabar com o preconceito existente na sociedade e elevar as mudanças de atitudes com relação à diferença, distribuindo mais amor e aceitação.

## Referencias

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dezembro 1996, p. 27833.

BRASIL. **Lei n.13.146/15, de 06 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928-T7591 **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** / Augusto Nivaldo Silva Trivinos.--São Paulo : Atlas, 1987.

# ENFERMAGEM

## A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS NO PLANEJAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA

**Ariela Mota Ferreira (orientadora)**- Docente FAVAG- [arielamota@hotmail.com](mailto:arielamota@hotmail.com)

**Isabela Monção Araújo**- Discente FAVAG- [isabelaimaenf@gmail.com](mailto:isabelaimaenf@gmail.com)

**Isabelle Crisóstomo Alves de Sá**- Discente FAVAG- [isabellecrisostomo02@gmail.com](mailto:isabellecrisostomo02@gmail.com)

**Ana Clara de Jesus Santos**- Discente FAVAG- [anaclarajesus@gmail.com](mailto:anaclarajesus@gmail.com)

### Introdução

A antropometria é um método utilizado para obter medidas como altura, peso e relação de circunferência de cintura e quadril. Os dados antropométricos são usados no planejamento de ações públicas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) que avaliam o estado nutricional e sua relação com possíveis patologias, tais como Diabetes Mellitus (DM), doenças cardiovasculares e Hipertensão Arterial (HA) em toda população (BRASIL, 2013).

Segundo Rosa *et al* (2017), a avaliação nutricional é de suma importância para a Atenção Primária de Saúde (APS), tendo em vista que este acompanhamento feito em crianças e adolescentes trás o diagnóstico precoce de possíveis distúrbios nutricionais, tais como obesidade e desnutrição.

Um estudo verificou que durante o procedimento de medidas antropométricas alguns profissionais tinham dificuldades em efetuar aferição do peso e da altura, registrar de maneira correta os dados na planilha e transferir as informações para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Foi necessário então que o Ministério da Saúde realizasse ações que capacitassem os indivíduos que atuam na APS (HUNGER, 2017). Em algumas situações as falhas acontecem devido a distração, fadiga ou falta de compreensão do assunto. Dessa forma, torna-se de extrema importância que os profissionais da saúde tenham o devido conhecimento acerca dos métodos utilizados, a fim de evitar falhas durante o atendimento (BRASIL,2013).

Portanto, em decorrência dos problemas levantados, o objetivo desse trabalho é reunir literatura para avaliar a realização do procedimento de coleta de dados antropométricos pelos profissionais.

### Metodologia

Para a elaboração dessa revisão de literatura foi consultada como recurso bibliográfico as bases de dados LILACS e Scielo. O descritore utilizado foi “antropometria”. Como forma de refinar os resultados, os artigos escolhidos foram os que tinham até cinco anos de publicação, estavam na língua portuguesa e que visavam avaliar o procedimento que os profissionais executavam.

### Resultados e Discussão

Na base LILACS foram utilizados os filtros para artigos de cinco anos atrás e idioma português. Foram localizados 245 artigos, dentre eles 242 foram excluídos por não abordar a avaliação do procedimento de antropometria realizada por profissionais da saúde. Assim, apenas 3 artigos foram escolhidos para a pesquisa.

Na base Scielo também utilizou-se os filtros de até cinco anos de publicação e idioma português. Foram encontrados 169 resultados, desses 167 não abordavam o tema de avaliação do procedimento de antropometria, então não foram utilizados. Os dois artigos encontrados que abordavam o tema já tinham sido encontrados na base LILACS.

Os três artigos encontrados nas bases LILACS e Scielo são Bagni e Barros (2015), Silva *et al.* (2017) e Hunger (2017). Esses artigos mostram que os erros na coleta de dados antropométricos podem ser por parte do antropometrista, do equipamento e do próprio paciente. Alguns estabelecimentos de saúde podem não ter equipamentos nem cômodos adequados, apresentando pisos irregulares, falta de espaço físico para a distribuição da aparelhagem, dentre outros fatores que contribuem para os falsos resultados. Todo o resultado provindo desse ambiente instável pode gerar gastos desnecessários com ações voltadas para a desnutrição ou obesidade, diagnosticadas erroneamente na população, mas também pode desamparar parte da população que realmente precisava de tal ação (BAGNI e BARROS, 2015).

A pesquisa realizada por Silva *et al.* (2017) mostrou que os agentes comunitários de saúde não conseguiam realizar com exatidão a medição da massa corporal nas crianças menores de sete anos. O estudo mostrou que esses erros surgiram devido ao tipo de balança escolhida e o local que foi instalada.

Na pesquisa realizada por Hunger (2017) nota-se grande despreparo da equipe responsável pela coleta de dados, onde os profissionais não seguiam o passo a passo das medições de comprimento/estatura e peso. Alguns erros mais frequentes são: a verificação da postura correta do indivíduo, a calibragem dos equipamentos e o descaso com os acessórios do paciente. Outro ponto importante é o desconhecimento e o despreparo dos profissionais quanto ao SISVAN, impossibilitando a visão sobre o estado nutricional e conseqüentemente dificultando programas voltados a prevenção e promoção da nutrição daquela população por parte do governo.

## Conclusão

A bibliografia consultada sugere dificuldade por parte dos profissionais em realizar o procedimento de antropometria, não sendo apenas erros na execução, mas também da falta de estrutura e de equipamentos adequados. Contudo, se faz necessário o monitoramento nas Unidades Básicas de Saúde, a disponibilização de uma estrutura física e aparelhagem de medição adequadas para um efetivo trabalho do profissional.

É necessário estabelecer a educação permanente periódica para os profissionais de saúde sobre os procedimentos de coleta de dados antropométricos e o uso do SISVAN, gerando assim resultados confiáveis para serem usados como fonte de informação nutricional de toda população.

## Referências Bibliográficas

BAGNI, U. V.; BARROS, D. C. **Erro em antropometria aplicada à avaliação nutricional nos serviços de saúde: causas, conseqüências e métodos de mensuração.** Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr. Ed. 40, vol. 2, 2015.

BRASIL. **Manual de antropometria- Pesquisa nacional de Saúde.** Instituto brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Rio de Janeiro, 2013.



HUNGER, Raquel *et al.* **Monitoramento da avaliação antropométrica no contexto do sistema de vigilância alimentar e nutricional na atenção primária a saúde.** Rev APS. Taubaté. v. 20.2. 194 - 202.2017. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/15691/0>. Acesso em: 18/05/2019.

SILVA, G. A. *et al.* **Procedimentos de medição da massa corporal infantil pelos agentes comunitários de saúde de Macaé, Rio de Janeiro, 2010-2011.** Epidemiol. Serv. Saúde [online].v.26, n. 3, 2017.

ROSA, V.S. *et al.* Acompanhamento nutricional por meio da avaliação antropométrica de crianças e adolescentes em uma unidade básica de saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde.** Vitoria. v.19.1.p 28-33. 2017.

## **BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS MESES DE VIDA PARA O BEBE E NUTRIZES: revisão integrativa**

**Edilene Santos Silva (Orientadora)** Docente FAVAG. E-mail: [edilenesantos.filosofia@hotmail.com](mailto:edilenesantos.filosofia@hotmail.com)

**Izadora Souza Mendes Siqueira** Discente FAVAG. [E-mailizadora.sm.s.iza@gmail.com](mailto:E-mailizadora.sm.s.iza@gmail.com)

### **Introdução**

A saúde materno-infantil é uma das metas para redução da mortalidade e morbidade infantil. O leite materno produzido pela glândula mamária é um alimento único, com características próprias, sendo insubstituível. Crianças não amamentadas possuem elevado risco de não suprirem suas necessidades nutricionais e, por consequência ocasionarem um aumento de 20% na mortalidade em neonatos (BRASIL, 2010).

Os benefícios do aleitamento materno são inúmeros para as crianças e mães, sendo relacionado a baixos índices de diarreia, infecções do trato respiratório, otite média, outras infecções e redução da mortalidade, quando comparadas a crianças não amamentadas. Para as mães, promovem a redução de estresse e mau humor, promoção da contração uterina, redução do risco de doenças como o câncer, artrite reumatoide e osteoporose (SOUZA, MELLO; AYRES, 2013).

A falta de conhecimento e equívocos em informações sobre o aleitamento materno, crenças e significados que a mulher atribui a amamentação, podem influenciar na duração e sucesso do aleitamento materno (MORAIS *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o objetivo deste projeto de pesquisa é identificar os benefícios do aleitamento materno para o bebê e para as nutrizes nos primeiros seis meses de vida.

### **Metodologia**

Este trabalho será realizado através de uma Revisão Integrativa, a qual é considerada método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese do estado do conhecimento sobre determinado assunto (MENDES *et al.*, 2008). A revisão integrativa cumpriu criteriosamente as seis etapas exigidas para a sua construção: sendo elas a elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (ANDRADE, 2010).

A questão norteadora deste trabalho será: Quais os benefícios do aleitamento materno nos primeiros meses de vida para o bebê e para as nutrizes? Para a seleção dos artigos que atendem a questão norteadora serão utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde-DeCS: “Aleitamento Materno” “Primeiro seis meses de vida” “Bebe e Nutrizes”. A pesquisa será conduzida na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os critérios de inclusão a serem empregados na busca e seleção dos estudos serão os que estiverem disponíveis *online* do texto completo na base de dados acima descrita; ano de publicação a partir de 2009; idioma português; além da temática pertinente aos Benefícios do aleitamento materno nos primeiros meses de vida para o bebe e nutrizes. Os dados

coletados, no período de julho a agosto de 2019, serão armazenados em um banco de dados com o instrumento de coleta de dados adaptado e validado por um estudo prévio. Tal instrumento contempla os seguintes itens: identificação (título do artigo, periódico, autores, idioma, ano de publicação), características metodológicas do estudo (tipo de publicação, amostra, tratamento de dados, intervenções realizadas, síntese dos resultados encontrados, análise, implicações e nível de evidência), objetivo ou questão investigadora e avaliação do rigor metodológico.

A coleta de dados ocorrerá no período de julho e agosto de 2019, para análise do conteúdo dos artigos o instrumento a ser utilizado serão utilizados como instrumento de coleta de dados, contemplando as seguintes informações: ano de publicação, abordagem metodológica e resultados com enfoque na depressão na adolescência.

Por se tratar de uma revisão integrativa, o estudo não precisará ser submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A análise dos dados obtidos será feita de forma descritiva, procedendo-se à utilização do instrumento de coleta de dados anteriormente mencionado, conforme proposto em literatura específica acerca de revisão integrativa de literatura. Para a caracterização dos estudos selecionados será utilizado um quadro apresentado nos resultados, que contemplarão os seguintes aspectos considerados pertinentes: título do artigo, ano de publicação e objetivo/delineamento.

## Resultados Esperados

O presente estudo trata-se de um projeto de pesquisa a ser apresentado na disciplina Pesquisa no cotidiano da Enfermagem, do curso de Enfermagem.

Espera-se que este estudo possa influenciar profissionais de saúde capacitados para aconselhar a mãe e os familiares, informando as vantagens de se iniciar e dar continuidade ao aleitamento até os seis primeiros meses de vida da criança, sendo complementados com outros alimentos até os dois anos de idade. Acredita-se que orientar a amamentação seja um grande desafio para o profissional de saúde, principalmente para o enfermeiro, uma vez que ele se depara com alta demanda, exigindo sensibilidade e habilidade no seu cuidado.

## Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção à saúde, Departamento de ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde da criança e aleitamento materno. **Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

MENDES, E. S.; COTTA, R. M. M.; MAGALHÃES, K. A.; SANT'ANA, L. F. R.; GOMES, A. P.; BATISTA, R. S. A influência da rede social da nutriz no aleitamento materno: o papel estratégico dos familiares e dos profissionais de saúde. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1. 2010.

MORAES, J. T.; OLIVEIRA, V. A. C.; ALVIN, E. A. B.. CABRAL, A. A.; DIAS, J. B. A percepção da nutriz frente aos fatores que levam ao desmame precoce em uma unidade básica de saúde de divinópolis/MG. **RevEnfermCent O Min**, v.4, n. 1, p. 971-982, 2011.

SOUZA, A.R. MELLO, T.A ; AYRES, O.R, Desmame precoce e suas causas: experiência na atenção básica de Campina Grande-PB. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 11, n. 2, p. 146-155, ago./dez 2013.

SOUZA, M. S; SILVA, T.R; CARVALHO, H.T. Aleitamento Materno e os Determinantes do Desmame Precoce **PortuguesesRev. EnfermUFPI**. 2010.

## **AS DIFICULDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ACESSO A SAÚDE PÚBLICA: um estudo de caso em uma UBS de Janaúba.**

**Fábio Cantuária Ribeiro – Orientador** – cfabio694@gmail.com

**Debora Janielli Maria de Jesus** – Acadêmica - debora.janielli2017@gmail.com

**Luciene Soares Madureira** – Acadêmica – lusoma310893@hotmail.com

**Rodrigo Santiago M. Nogueira** – Acadêmico rodrigossantiagonogueira@outlook.com

### **Introdução**

O tema foi abordado devido a importância da sua compreensão para as relações diárias. Muitas vezes ele é visto de maneira superficial e muito distante da realidade dos indivíduos, então esta pesquisa ajudará a entender melhor o que os deficientes vivem ao acessar a Unidade de Saúde da Família.

Observando a importância da assistência clínica na vida do deficiente, o questionamento é se a assistência está devidamente ofertada de forma efetiva, principalmente nas regiões mais carentes e de maior fragilidade.

O objetivo do presente trabalho é de promover acessibilidade às pessoas portadoras de alguma deficiência. Ressaltando aos profissionais da saúde o despreparo no atendimento ao deficiente auditivo. Observando a capacidade dos servidores ao receber o deficiente.

De modo específico, quanto a acessibilidade de pessoas com deficiência na busca por tratamentos de saúde na Unidade de Saúde Parreira Maria Neves. Promover e difundir a língua de sinais brasileira, estimulando os profissionais da saúde e acadêmicos da área a conhecê-la e aprendê-la. Identificar as diversas formas de acessibilidade que tornam possíveis melhoras as condições de vivência do deficiente.

### **Metodologia**

Foi utilizada como metodologia um estudo observacional, analítico e transversal da logística e do espaço físico. Nesse estudo incide em fatos objetivamente detectados e observáveis em sua realização ou desenvolvimento.

A partir da escolha do local de estudo, buscamos a autorização da Secretaria Municipal de Saúde para dar início a pesquisa de campo a fim de observar e analisar a estrutura de atendimento a comunidade prezando a ética na pesquisa. A coleta de dados se deu através de questionários enviados a funcionários e usuários acolhidos pela Unidade de Saúde da Família Parreira Maria Neves, deficientes ou seus acompanhantes.

### **Resultados e discussão**

Os dados do estudo demonstram a dificuldade de acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, desde o primeiro contato na recepção até o atendimento efetivo na Unidade de Saúde da Família Parreira Maria Neves. Usamos a participação de dez pessoas ligadas a unidade de saúde: enfermeiro, recepcionistas, pacientes, fonoaudiólogo.

Dentre os dados coletados podemos observar que, os entrevistados afirmaram receber com frequência pessoas com deficiência auditiva, para os quais sempre fornecem um atendimento prioritário e em seguida os encaminham à APAE para atendimento especializado. A maioria dos profissionais sabem a diferença entre Libras e Braille, entretanto, na unidade não há nenhum profissional interprete para estabelecer a comunicação adequada com os pacientes que possuem deficiência auditiva, embora não haja treinamento, os colaboradores tentam comunicação alternativa por meio da escrita.

Os funcionários não recebem cursos de capacitação para atender deficientes auditivos. Ainda não há nenhuma plataforma que permita a marcação de consultas via internet, o que poderia facilitar o acesso dessas pessoas, que possuem uma maior dificuldade para ir até a Unidade de Saúde e até mesmo para explicar o seu interesse em agendar uma consulta. Os agentes que integram a Unidade de Saúde buscam mapear todos os surdos da região para manter controle, a expectativa é que com a discursão da implementação do quarto setor nas unidades de saúde, seja um passo para capacitar todos os servidores da Unidade.

Em relação a parte física da Unidade, o símbolo internacional da surdez não está exposto nas paredes. As portas dos consultórios não apresentam placas de fácil visualização. Além disso, não há sinalização nas saídas de emergência do local.

Apesar das dificuldades que a Unidade tem para atender pessoas com deficiência auditiva, todos os funcionários demonstraram ter paciência e atenção para conversar com esses indivíduos e entender a situação de cada um, sempre procurando solucionar os casos o mais rápido possível.

## Conclusões

A Unidade de Saúde da Família tem uma função importantíssima, de ser a primeira linha de atendimento à população. A estrutura predial, embora seja nova, não proporciona conforto aos usuários com de tal deficiência. Trata-se de um tema moderno e que tem sido amplamente difundido. Dessa forma a perspectiva é de que nos próximos anos a estrutura para cuidar dessas pessoas melhore gradualmente.

A contratação de um interprete que consiga se comunicar de forma precisa com os pacientes, a identificação dos consultórios e a introdução do deficiente auditivo nos materiais de triagem poderiam facilitar muito para um atendimento eficaz. Ainda falta uma maior conscientização da população acerca do tema, a divulgação da linguagem e maiores investimentos na área da saúde afim de fornecer subsidio aos servidores da Unidade para que executem sua função como a sociedade e a legislação espera de um tratamento voltado para as pessoas com deficiência auditiva.

## Referências

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus reflexos na ordem jurídica interna no brasil.** In: Ferraz, Carolina Valença *et al.* *Manual dos direitos da pessoa com defici- ciência.* São Paulo: saraiva, 2012. P. 52-60.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15/05/2019.



BRASIL. **LEI 10.436, de 24 de Abril de 2002**, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais**, disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) . acesso em 15 de Maio de 2019.

BRASIL. **LEI 10.098**, de 19 de Dezembro de 2000 , que dispõe sobre a **acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em 15 de Maio de 2019.

DICHER, marilu. Trevisam, elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b> acesso em 05 de dezembro de 2018.

FEIJÓ, alexsandro rahbani aragão. **A acessibilidade como instrumento da sustentabilidade nas cidades inclusivas**. *Revista brasileira de direito municipal – rbdm* belo horizonte, ano 14, n. 50, out./dez. 2013. Disponível em: <[http://www.bidforum.com.br/bid/pdi0006.aspx? Pdicntd=99726](http://www.bidforum.com.br/bid/pdi0006.aspx?Pdicntd=99726)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LEITE, Flávia Piva Almeida. **O município acessível à pessoa portadora de deficiência: o direito à eliminação de barreiras arquitetônicas**. São Paulo: rcs, 2007.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São paulo : Ltr, 2005.

ONU. Declaração universal dos direitos humanos, 1948, disponível em [https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf) . Acesso em 15 de maio de 2019

## **ENFERMAGEM EM CASA NO CUIDADO AOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS, HIPERTENSÃO E CHAGAS: Relato de experiência**

**Carla Daniele Pereira Gonçalves;** Discente FAVAG.

**Elisvânia Costa Rocha;** Discente FAVAG

**Joyce Tatiane Medeiros da Silva;** Discente FAVAG

**Selma Rodrigues Soares;** Discente FAVAG

**Wanderson Alves da Silva;** Discente FAVAG

**Ingredy Caroline de Jesus Santos (Orientador).** E-mail: [ingredycarolline@gmail.com](mailto:ingredycarolline@gmail.com)

### **Introdução**

Na atualidade as doenças crônicas não transmissíveis são consideradas uma epidemia, representando um sério problema de saúde pública, tanto em países desenvolvidos quanto no que estão em desenvolvimento. Dentre elas, incluem-se a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus e Chagas (FILHA; NOGUEIRA; MEDINA, 2014).

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um estado clínico multifatorial e se caracteriza por níveis altos e sustentados de Pressão Arterial (PA). Frequentemente, está relacionada com alterações metabólicas, na função e estrutura dos órgãos-alvo, com aumento consequente do risco de eventos cardiovasculares fatais e não fatais (SESTILE *et al.*, 2014). A HAS apresenta peculiaridades que influenciam na compreensão e na relação da pessoa com o adoecimento. Dessa forma, a doença muda a relação da pessoa consigo mesma e com tudo a sua volta, o que reflete na reconstrução de sua identidade. A doença provoca transformações significativas na vida das pessoas pela possibilidade de agravo em longo prazo (FAVA *et al.*, 2013).

Quanto ao termo Diabetes Mellitus (DM), este abrange um grupo de doenças metabólicas de inúmeras etiologias, identificado por hiperglicemia crônica, com alterações no metabolismo de carboidratos, gorduras e proteínas, tornando-se defeitos na secreção e/ou ação da insulina (RODRIGUES; MOTTA, 2012). De acordo com Torres *et al.* (2009) o DM é um sério e crescente problema de saúde pública mundial, independente do grau de crescimento do país, em termos de número de pessoas afetadas, incapacitações, mortalidade prematura, como dos custos envolvidos no controle e tratamento da doença e prevenção de suas complicações.

Considerando a Doença de Chagas, esta constitui-se como uma endemia prevalentemente rural, devido as condições inadequadas das moradias habitadas que servem para os vetores da doença como alojamento (DIAS, 2011).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem na aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) nos cuidados a pacientes portadores de HAS, DM e Chagas.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado no contexto da disciplina Estágio Curricular Supervisionado na Estratégia Saúde da Família (ESF), ministrada no décimo período do curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Vale do

Gorutuba – FAVAG. O presente estudo foi realizado por meio do projeto intitulado “Enfermagem em Casa”. O projeto “Enfermagem em Casa” faz parte de ações do estágio curricular do curso. Este, objetiva oferecer saúde no domicílio através do atendimento de enfermagem no âmbito da assistência e acompanhamento domiciliar, principalmente vinculado a educação continuada ao paciente da Unidade Básica de Saúde; promover qualificação aos familiares e/ou cuidadores que prestam atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), minimizar ou evitar agravamento do quadro clínico do cliente; proporcionar participação do acadêmico no processo de construção do saber, como contribuição para melhoria profissional e multiplicação do conhecimento.

O estudo foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no município de Janaúba. A escolha dos usuários se deu por se tratar de um casal de idosos, sendo um hipertenso e chagásico, e outro, diabético e hipertenso que necessitam de orientações e cuidados por morarem sozinhos. A coleta de dados ocorreu nos meses de agosto a novembro de 2018. O estudo baseou-se na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: Planejamento de Visita Domiciliar e Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva – CIPESC, utilizado como recurso o programa *Microsoft Office Word 2007*. As visitas domiciliares para a coleta dos dados foram realizadas semanalmente. Durante as visitas foram colhidos informações da anamnese/exame físico, sinais vitais e realizado a intervenção

## Resultados e Discussão

A partir da presente investigação baseada nos passos da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) pode-se considerar todos os aspectos biopsicossociais que permeiam a vida do casal estudado. De acordo com Oliveira *et al.* (2015), a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é definida como uma função privativa do enfermeiro, que, por meio de técnica e método de trabalho científico, faz o reconhecimento dos casos de saúde, promovendo a prescrição e implementação das intervenções de Assistência de Enfermagem que consigam colaborar para a prevenção, promoção, reabilitação e recuperação em saúde dos clientes, família e comunidade. As etapas que compõe a SAE são as seguintes: Histórico, Diagnósticos, Planejamento da Assistência, Implementação e Avaliação da Assistência de Enfermagem.

## Histórico de Enfermagem

Considerando o Histórico de Enfermagem (HE), o levantamento das questões quanto aos dados de identificação, QP (Queixa principal), HMA (História da Moléstia Atual), HP (História Progressiva), HF (História Familiar), HSE (História Socioeconômica), HM (História Medicamentosa) e exame físico permitiram aos acadêmicos investigarem a situação de saúde dos clientes.

## Diagnósticos de Enfermagem

De acordo com Tannure e Pinheiro (2010), os diagnósticos de enfermagem baseiam-se tanto nos problemas reais (voltados para o presente) quanto nos problemas potenciais (voltados para o futuro), que podem ser sintomas de disfunções fisiológicas, comportamentais, psicossociais ou espirituais. Os acadêmicos identificaram e listaram os

diagnósticos em ordem de prioridade com base no grau de ameaça ao nível de bem estar dos clientes.

## **Planejamento da Assistência de Enfermagem**

O planejamento da assistência de enfermagem consiste em um plano de ações para se alcançarem resultados em relação a um diagnóstico de enfermagem. Desse modo, possibilita que os profissionais enfermeiros mantenham uma comunicação a partir dos estabelecimentos de resultados esperados para cada necessidade (diagnósticos de enfermagem) levantado durante a anamnese e exame físico do paciente (TANNURE; PINHEIRO, 2010). O plano de cuidados elaborado propôs uma dieta saudável, com ingestão diminuída de sal e açúcar, rica em frutas, legumes e verduras, redução de gordura e consumo de cereais integrais e leguminosas (feijões, ervilha, lentilha, grão de bico), assim como a prática de atividade física.

## **Implementação da Assistência de Enfermagem**

Nessa fase é indispensável que profissional enfermeiro e os demais componentes da equipe de enfermagem possuam competências técnicas e psicomotoras específicas, a fim de que, durante o contato com os clientes, consigam criar uma relação de confiança (TANNURE; PINHEIRO, 2010). Foram compradas vasilhas plásticas e identificadas conforme o horário estabelecido para cada medicação. Na vasilha identificada com a figura de um sol foram colocadas aquelas medicações cuja prescrição se referia ao período da manhã. Para os medicamentos a serem tomados à noite utilizou-se a figura da lua. Para incentivar a alimentação saudável e ter maior vínculo com o paciente foi realizado um lanche da tarde na própria residência, com suco natural, biscoito integral e frutas.

## **Avaliação da Assistência de Enfermagem**

Para Tannure e Pinheiro (2010), a avaliação da assistência de enfermagem baseia-se na atitude de observar os resultados do cliente aos cuidados estabelecidos e executados, por meio de registro em prontuário ou nos locais indicados, da investigação direta do resultado do cliente ao tratamento indicado, assim como a narrativa do cliente. Foi agendada consulta médica para acompanhamento, avaliação do casal de idosos, solicitação de exames laboratoriais e eletrocardiograma. Através da intervenção pode-se observar adaptação quanto às mudanças propostas com boa aceitação e receptividade, além de controlar os níveis pressóricos e glicêmicos dos clientes.

Diversos são as questões consideradas na assistência de enfermagem a pessoa com HA e ou DM. Em razão disso, a elaboração de ferramentas que colaborem para organizar e sistematizar este processo facilitará e ajudará a qualidade do mesmo. O processo de enfermagem, nesse caso, a consulta de enfermagem é um dos fundamentos da sistematização da assistência de enfermagem (SAE). Porém, mesmo obrigatório, sua utilização é ainda iniciante, principalmente na Atenção Básica e nos serviços ambulatoriais. O enfermeiro durante a consulta de enfermagem deve executar atividades educativas que possam ajudar aumentar a adesão ao tratamento, visto que esta ação garante o controle da HA e do DM (GARCIA; EGRY, 2010).

## Conclusão

Conclui-se que, por meio da intervenção realizada, os clientes conseguiram controlar os níveis pressóricos e glicêmicos, melhorando o bem estar físico e mental. O trabalho do Enfermeiro juntos aos portadores de doenças crônicas é fundamental, principalmente no que se refere a adesão ao tratamento, que muitas vezes demanda mudanças no estilo de vida em médio ou longo prazo. Assim sendo, a manutenção do vínculo entre profissional e usuário do serviço de saúde é de suma importância.

## Referências

- DIAS, J. C. P. Os primórdios do controle da doença de Chagas (em homenagem a Emmanuel Dias, pioneiro do controle, no centenário de seu nascimento). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** [online], v. 44, sup. 2, p. 12-18, 2011.
- FAVA, S. M. C. L. *et al.* Experiência da doença e do tratamento para a pessoa com hipertensão arterial sistêmica: um estudo etnográfico. **Rev. Latino-Am Enfermagem**, v.21, n.5, [07 telas]. 2013.
- FILHA, F. S.S.C.; NOGUEIRA, L.T.; MEDINA, M. G. Avaliação do controle de hipertensão e diabetes na atenção básica: perspectiva de profissionais e usuários. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 30, n. especial, p.265-278, Out. 2014.
- GARCIA, T.R.; EGRY, E.Y. **Integralidade da atenção no SUS e sistematização da assistência de enfermagem**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GRITTEM, L; MEIER, M.J; ZAGONEL, I.P.S. Pesquisa-ação: uma alternativa metodológica para pesquisa em enfermagem. **Rev. Texto Contexto Enferm**, v. 17, n.4, p.765-770, 2008.
- OLIVEIRA, R. S. *et al.* Reflexões sobre as bases científicas e fundamentação legal para aplicação da sistematização do cuidado de enfermagem. **Rev. UNIABEU Belford Roxo**, v.8, n.20, set-dez. 2015.
- RODRIGUES, M.; MOTTA, M. Mecanismos e fatores associados aos sintomas gastrointestinais em pacientes com diabetes melito. **J. Pediatr.** (Rio J.) [online], v.88, n.1, p.17-24, 2012.
- SESTILE, C.C. *et al.* Hipertensão em escolares do Umuarama – PR. **Rev. Bras. Hipertens.**, v. 21, n.2, p.63-67.2014.
- TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- TORRES, H. *et al.* Avaliação estratégica de educação em grupo e individual no programa educativo em diabetes. **Rev. Saúde Pública** [online], v.43, n.2, p.291-8, 2009.

## DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: revisão integrativa

**Ellora Dana de Sousa Pereira** . Discente da FAVAG.E-mail: ellozinhadaninha@gmail.com

**Ingredy Caroline de Jesus Santos**. Enfermeira. FAVAG. E-mail: ingredycarolline@gmail.com

### Introdução

Os episódios depressivos podem ser classificados em leve, moderado e grave. As pessoas que se encontram em um episódio depressivo apresentam sintomas como humor deprimido, perda de interesse e prazer, assim como energia reduzida o que leva a um cansaço (fatigabilidade) aumentado, inclusive após esforços leves, e atividade diminuída (OMS, 1993).

Outros sintomas comuns apontados pelo Código Internacional de Doenças (CID-10) são:

- (a) Concentração e atenção;
- (b) Humor negativo ou rebaixado;
- (c) Redução da energia, disposição e atividade;
- (d) Fadiga intensa;
- (e) Redução na capacidade de concentração;
- (f) Ideias ou atos autolesivos e suicídio;
- (g) Visões desoladas e pessimistas do futuro;
- (h) Apetite diminuído. (OMS, 1993, p. 117).

O mundo virtualizado tem promovido de maneira direta ou indireta entre outros males o aumento da depressão na adolescência, sendo um dos fatores a sensação de isolamento entre estes, levando muitos a provocar o fim da própria vida. Longe de debater todas as determinações ou efeitos destas mudanças que tecnificam a vida em sociedade é preciso apontar para os contextos em que elas ocorrem, uma vez que o suicídio está entre as principais causas das mortes entre jovens, de 12 a 29 anos (CLAUDINO; CORDEIRO, ARRIAGA, 2006).

De acordo com Wanderbroocke e Dias (2019), a vivência atual nas escolas está repleta de pressões que são apreendidas de diferentes formas e que podem contribuir para o desgaste mental de alunos, professores e demais colaboradores.

Nesse sentido, o objetivo deste projeto de pesquisa é descrever o conhecimento científico disponível acerca da depressão na adolescência no âmbito escolar.

### Metodologia

O presente estudo será realizado através de uma Revisão Integrativa. A presente revisão integrativa cumpriu criteriosamente as seis etapas exigidas para a sua construção: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).



A questão norteadora deste trabalho será: como detectar a depressão em adolescentes em período escolar? Para a seleção dos artigos que atendem a questão norteadora serão utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde-DeCS: “adolescência”, “depressão”, “educação”. A pesquisa será conduzida na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os critérios de inclusão a serem empregados na busca e seleção dos estudos serão os que estiverem disponíveis online do texto completo na base de dados acima descrita; ano de publicação a partir de 2013; idioma português; além da temática pertinente a Depressão na adolescência. Uma vez estabelecidos tais critérios de inclusão para a composição do estudo serão excluídos aqueles documentos nos quais não apresentam relação com o objetivo proposto e duplicidade na base de dados.

Os dados coletados, no período de julho a agosto de 2019, serão armazenados em um banco de dados com o instrumento de coleta de dados adaptado e validado por Ursi (2005), em estudo prévio. Tal instrumento contempla os seguintes itens: identificação (título do artigo, periódico, autores, idioma, ano de publicação), características metodológicas do estudo (tipo de publicação, amostra, tratamento de dados, intervenções realizadas, síntese dos resultados encontrados, análise, implicações e nível de evidência), objetivo ou questão investigadora e avaliação do rigor metodológico.

A coleta de dados ocorrerá no período de julho e agosto de 2019, para análise do conteúdo dos artigos o instrumento a ser utilizado serão utilizados como instrumento de coleta de dados, contemplando as seguintes informações: ano de publicação, abordagem metodológica e resultados com enfoque na depressão na adolescência.

Por se tratar de uma revisão integrativa, o estudo não precisará ser submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A análise dos dados obtidos será feita de forma descritiva, procedendo-se à utilização do instrumento de coleta de dados anteriormente mencionado, conforme proposto em literatura específica acerca de revisão integrativa de literatura. Para a caracterização dos estudos selecionados será utilizado um quadro sinóptico apresentado nos resultados, que contemplou os seguintes aspectos considerados pertinentes: título do artigo, ano de publicação e objetivo/delineamento.

## **Resultados Esperados**

O presente estudo trata-se de um projeto de pesquisa a ser apresentado na disciplina Pesquisa no cotidiano da Enfermagem, ministrada pela docente Talita Guimarães do curso de Enfermagem.

Espera-se que este estudo possa ser conduzido de forma a atingir os objetivos propostos, com destaque para a identificação dos diferentes níveis de depressão, bem como a percepção do estado geral de saúde entre os adolescentes conforme artigos analisados posteriormente. O conhecimento desses fatores é relevante para o desenvolvimento de ações de proteção à depressão na adolescência, além de serem úteis para orientar ações de políticas públicas e de práticas promotoras da saúde.

## **Referências**

CLAUDINO, J.; CORDEIRO R.; ARRIAGA, M. Depressão e suporte social em adolescentes e jovens adultos. Um estudo realizado junto de adolescentes pré-universitários. Educação, ciência e tecnologia, n. 32, v.11, p. 185-196, Fev. 2006.

WANDERBROOKE, A. C. N. S.; DIAS, M. S. L. **Suicídio**: Abordagens psicossociais para a prevenção. 1 ed. Editora Juruá: São Paulo, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de Transtornos mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

URSI, E. **Prevenção de lesões na pele no perioperatório**: uma revisão integrativa na literatura [Internet, dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2005.

SOUZA MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010.

## **PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA ENFERMAGEM: capacidade de expansão e autonomia profissional**

**Tamara Pereira da Silva.** Discente da FAVAG. E-mail: tamara.pereira1@outlook.com

**Patrícia Fernanda Lopes Dias.** Discente da FAVAG. E-mail:

[patricia.fernanda2011@hotmail.com](mailto:patricia.fernanda2011@hotmail.com)

**Ingredy Carolline de Jesus Santos.** Enfermeira. FAVAG. E-mail: ingredycarolline@gmail.com

### **Introdução**

Com a globalização vivenciada ao longo dos anos mudaram-se as relações humanas e, por conseguinte, as relações de trabalho. O cenário mundial está pautado em uma efervescência tecnológica em que a informação é difundida de maneira instantânea e o acesso a cursos de formação superior estão cada vez mais acessíveis, tornando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No passado, não tão remoto, um dos critérios primordiais de um profissional era conhecimento técnico-científico, atualmente, além disso, é necessário proatividade, criatividade, habilidade e inovação (RONCON; MUNHOZ, 2009).

As práticas de saúde apesar de suas características milenares, não saem ilesas desse processo. Acentuadamente, ao passar dos séculos, aprimorar a capacidade de transformação da realidade para que haja expansão nas áreas de atuação tornou-se crucial para o profissional que pretende exercer suas atividades laborais, trazendo modificação na tríade saúde/trabalho/população. Neste contexto, o empreendedorismo pode se tornar um importante aliado para expansão das ações de enfermagem e autonomia profissional. Para Baggio e Baggio (2014, p. 26) “o empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação”, isto é, consiste na satisfação em se executar determinada atividade com coesão e inovação qualquer plano pessoal ou organizacional, em desafio contínuo com às oportunidades e riscos.

Pensando nisso, o objetivo deste trabalho é compreender se o profissional de Enfermagem tem perfil empreendedor e traçar modalidades de empreendimento sem detrimento do processo de saúde e serviço prestado, a fim de expandir o leque de possibilidades de especialização e atuação do enfermeiro.

### **Material e métodos**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e abordagem qualitativa, caráter crítica-reflexiva voltada para os diversos papéis do enfermeiro, fundamentada na busca de literatura científica de artigos, das seguintes bases de dados, Google Acadêmico e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), utilizou-se artigos recentes, sendo como critério de inclusão: disponibilidade online do texto completo; artigos publicados nos últimos dez anos; idioma português. Os descritores utilizados foram: empreendedorismo social, consultórios de enfermagem e saúde. Os artigos foram filtrados através da leitura dos resumos e, em seguida estudados em sua plenitude e compilados a partir do eixo central da pesquisa, entre os meses de abril e maio de 2019. Como se trata de um estudo de revisão, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. De acordo com os preceitos éticos, as ideias dos autores foram respeitadas.

## Resultados e discussão

A Enfermagem para consolidar-se como ciência enfrentou muitos entraves, bem como no reconhecimento e valorização do profissional atuante. Em seus primórdios, tinha cunho mais religioso e voltado à caridade, e nos tempos atuais este legado ainda encontra-se entranhado em uma parte considerável da população. Apesar disso, a categoria tem avançado de modo diversificado, ampliando cada vez mais suas áreas de atuação (OLIVEIRA, 2018). Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2018) existem quatro grandes dimensões relacionadas ao campo de atuação do profissional de Enfermagem, são elas: assistência direta ao paciente – a mais conhecida popularmente, envolvida nas práticas de cuidado; gestão – que envolvem questões mais administrativas como dimensionamento de pessoal, tomada de decisões; docência/ pesquisa – facilmente encontrados em núcleos de pesquisa e instituições de ensino superior e por fim o empreendedorismo – uma nova tendência de atuação.

Oliveira (2018) descreve o empreendedorismo como um campo abrangente que permite ao enfermeiro atuar promovendo saúde à coletividade e dedicando-se a reabilitação do doente, como em atendimentos em consultórios de enfermagem particulares ou domiciliares (*home care*), em consultorias e auditorias em empresas ou particular, clínicas de estética, vacinação, amamentação, esterilização de materiais hospitalares, aluguel ou comercialização de equipamentos médico-hospitalar, centro de ensino autônomos e prestação de serviços privativos do enfermeiro. Na perspectiva de Sobrinho (2013) o ato de empreender pode ser definido como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento econômico e social. Tal ato transcende o desenvolvimento individual trazendo impactos significativos para a nação, cuja sistematização se acentua com base na observação de oportunidades e da concretização do processo de transformação de possibilidades para ações potencialmente rentáveis. É importante salientar respaldo legal que o profissional de enfermagem encontra ao exercer uma atividade autônoma, tendo em vista que o COFEN publicou a Resolução nº 606/2019 para regulamentação do funcionamento de clínicas e consultórios de Enfermagem particulares.

Apesar de vários exemplos de formas de empreender, ainda existem receios por parte do profissional em submeter-se a novas modalidades de atuação. Backes, Erdmann e Büscher (2010), em um estudo com trinta e cinco entrevistados, cujo objetivo geral era compreender o significado do cuidado de enfermagem como prática empreendedora, obtiveram a seguinte posição por parte de um dos entrevistados:

A enfermagem não tem muito esta cultura do empreendedorismo. Ela nasceu como obra de caridade e até hoje se sente isto da caridade... pela própria questão histórica dela. Ela não nasceu para o empreendedorismo, ela nasceu entre aspas para fazer o bem, e de preferência gratuitamente... A gente faz o social, mas ainda no sentido do assistencialismo (BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2010, p. 342).

A partir dessa pesquisa, os autores identificaram que, de modo geral, que o enfermeiro precisa de maior inserção nas questões. Confrontar-se com os contrastes sociais emergentes, faz referência à necessidade de deparar-se com a realidade e procurar soluções para reverter o cenário atual, isto é, significa descobrir a organização específica de cada indivíduo em comunidade, potencializá-la e apoiar-se nela para promover as práticas de saúde e vislumbrar oportunidade de negócio (BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2010). Uma

maneira de iniciar um negócio são as *startups*, esse termo foi difundido na década de 1990 com a ascensão da internet e diz respeito a empresas recém-criadas e rentáveis. Em conformidade com Moraes *et al.* (2013, p. 3) “uma empresa startup apresenta um modelo de negócios inovador que se encontra em estágio embrionário e é altamente escalável, ou seja, seu crescimento acelerado não influencia direta e proporcionalmente nos custos”. Sendo assim, o presente estudo reafirma a necessidade do profissional de enfermagem ser proativo, engajado e com potencial de empreendimento, vislumbrando maneiras de atuação no mundo dos negócios.

## Considerações finais

A atuação do enfermeiro no mercado de trabalho é bastante ampla, considerando a importância dessa profissão no processo de saúde e as diferentes formas de atuação. O enfermeiro é um potencial empreendedor e a criação de atividades autônomas e uma realidade que pode ser vivenciada, por meio de clínicas e consultórios particulares com prestação de serviços privados do enfermeiro. Para isso, é necessário a realização destes estudos mais aprofundados verificando as reais capacidades e obstáculos à inovação, empregabilidade, competitividade e empreendedorismo. Deve-se promover a monitorização e evidenciar o leque de oportunidades para o crescimento competitivo e econômico desta categoria alavancando a carreira em Enfermagem.

## Agradecimentos

Agradecemos a orientadora Ingredy Caroline de Jesus Santos pelo apoio e a instituição de ensino Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG pela inserção da temática em nossa realidade.

## Referências

- BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L.; BÜSCHER, A. O cuidado de enfermagem como prática empreendedora: oportunidades e possibilidades. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 341-7, Jun. 2010.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, **Resolução Cofen nº 606/2019**, Brasília, DF, 2018.
- MORAES, R.R. *et al.* **Empreendedorismo start up e investidores angel: uma análise mercadológica no setor tecnológico paraense**. Gestão e Tecnologia para a Competitividade, 23 a 25 de Outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/42818466.pdf>>. Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- OLIVEIRA, K. **Mercado de trabalho para Enfermagem amplia áreas de atuação**. [Entrevista concedida a] UNIFOR, edição on-line, Ceará, 2018. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/mercado-de-trabalho-para-enfermagem-amplia-areas-de-atuacao\\_65154.html](http://www.cofen.gov.br/mercado-de-trabalho-para-enfermagem-amplia-areas-de-atuacao_65154.html)>. Acesso em: 12 de maio de 2019.
- RONCON, P. F.; MUNHOZ, S. Estudantes de enfermagem têm perfil empreendedor? **Rev. bras. Enferm.**, v. 62, n. 5, p. 695-700, set.-out. 2009.]
- SOBRINHO, R. S. Empreendedorismo na Enfermagem Mineira. **REME rev. min. Enferm.**, v. 17, n. 4, p.749-750, out.-dez.2013.

## SEMANA DE ALEITAMENTO MATERNO DA FAVAG E I RODA DE CONVERSA: um relato de experiência

**Poliane Osmira Rodrigues Sakon (Orientadora)** Docente FAVAG. e-mail: [polisakon2017@gmail.com](mailto:polisakon2017@gmail.com)

**Ana Patrícia Antunes Ribeiro.** Discente FAVAG. e-mail: [aninha.paty.antunes@gmail.com](mailto:aninha.paty.antunes@gmail.com)

### Introdução

Amamentar vai além da alimentação e seu valor nutritivo, preconiza uma ação de amor entre a mãe e o seu filho de forma recíproca, por tanto a mesma deve ser estimulada visando alcançar suas vantagens. Ela deve ser incentivada orientando a livre demanda em frequência e durabilidade. A presença de outros alimentos nas refeições da criança antes dos seis meses potencializa o desmame precoce e diminui a proteção da mesma (CIRINO *et al*, 2016).

O leite produzido pela mãe é um alimento completo, portanto até os seus primeiros seis meses de vida a criança não necessita de outra fonte alimentar. O leite materno é um alimento que possui maior facilidade digestiva se comparado a outros e protege a criança de variadas patologias como: reações alérgicas, infecções do trato respiratório, diarreias e diminui a probabilidade de desenvolvimento de doenças crônicas, servindo como vacina por ter uma composição rica em anticorpos (BRASIL, 2019).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) desde a sua criação tem entre as suas realizações o desenvolvimento de atividades direcionadas à saúde da criança por causa do elevado índice de mortalidade infantil. Em 1990 houve a assinatura da “Declaração de Innocente” uma ação da OMS e da UNICEF como defensores da amamentação, diante disso surgiu em 1991 a Aliança Mundial pró Amamentação(WABA) que desenvolveu aSemana Mundial do Aleitamento Materno (SMAM) possuindo por essência o crescimento a sobrevivência e proteção do bebê .Ela é um propagador da promoção da amamentação e é comemorada oficialmente de 1 a 7 de agosto, podendo os países que participam adequarem a data para melhor efetividades das ações do evento (BRASIL, 2019).

Visando estimular a formação de profissionais com qualidade técnica e científica, que conheçam melhor as necessidades de sua comunidade e região, o curso de enfermagem da FAVAG idealizou a Semana Mundial de Aleitamento Materno organizada todo ano no mês de agosto desde 2013. Na área da saúde, a extensão assume uma importância expressiva no sentido de qualificar de maneira humanizada os acadêmicos, de levá-los a conhecer os problemas da comunidade na qual estão inseridos, de conhecer os pacientes dentro de uma abordagem holística, e de aprender a trabalhar onde as condições e ferramentas nem sempre são ideais, aprimorando sua criatividade. Um dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto é a organização de ações de incentivo ao Aleitamento Materno no município, facilitar e fortalecer a mobilização social para a importância da amamentação, durante a Semana Mundial de Aleitamento Materno(SMAM). Assim, o objetivo deste trabalho foi fazer um relato de experiência vivido pelos acadêmicos durante as ações desenvolvidas para as mães.

### Metodologia

Esta pesquisaconsistiu em um relato de experiência que descreve aspectos vivenciados pelos autores, na oportunidade de uma vivencia prática de um projeto de extensão: VI SEMANA DE ALEITAMENTO MATERNO DA FAVAG E I RODA DE CONVERSA na cidade de Janaúba – MG realizado em praça pública no dia 01 de setembro de 2018. Trata-se



de um olhar qualitativo, que abordou a problemática desenhada a partir de métodos descritivos e observacionais.

## Resultados e Discussão

Foi preparado para as mães um espaço onde as mesmas pudessem se sentir confortáveis, com tendas de alimentação onde os acadêmicos de enfermagem as orientaram sobre a importância de se ter uma alimentação correta e balanceada, bem como o valor nutritivo dos alimentos; tendas para aferição de pressão arterial e glicemia para prevenir e orientar sobre as doenças crônicas como hipertensão diabetes gestacional; apresentação musical e dança materna realizada por alunas como forma de entretenimento das mães e de aprendizado das mesmas, onde ambas servem para acalantar o bebê e fortalecer o vínculo materno-filial; pinturas e desenhos realizados pelas acadêmicas nas mães, principalmente na barriga de gestantes como forma de acolhimento e entretenimento.

Também foi realizado um teatro abordando questões como a pega correta na hora de amamentar, a alimentação da mãe e sua interferência na nutrição da criança, bem como a utilização de drogas lícitas e ilícitas e a importância do auxílio e apoio do companheiro no período de lactação. Por último foi realizado uma roda de conversa com profissionais da saúde: a nutricionista Poliane Sakon, enfermeira Silvana Márgda a médica pediatra Luciana Caldeira com a pretensão de que as mães pudessem esclarecer as suas dúvidas sobre a maternidade, a amamentação, os problemas no pós parto e os benefícios da prevenção. Os acadêmicos que participaram do evento ampliaram seus conhecimentos sobre nutrição alimentar, doenças crônicas, saúde da mulher e da criança como também prestar um acolhimento humanizado e atendimento efetivo.

Ao decorrer do diálogo com as mães na roda de conversa vimos que as mesmas compreendem a importância da amamentação mas desconhecem os riscos e benefícios de amamentar exclusivamente até o sexto mês de vida da criança. Elas possuem dúvidas em relação à pega correta, ordenha, armazenamento correto do leite e a influência da alimentação da mãe para o aleitamento. A ausência de conhecimento sobre a amamentação é um importante fato que afeta a prática do aleitamento exclusivo, desta forma a gestante possuir informação sobre a mesma bem como a sua importância são grandes ferramentas para promover o aleitamento materno exclusivo de forma satisfatória (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Ao haver a pega correta da mama pela criança existe uma grande abertura da boca, desta forma cria-se uma espécie de lacre pelo abocanhamento do mamilo e parte da aréola. Forma-se então um vácuo fazendo com que mamilo e aréola permaneçam na boca da criança. O mau posicionamento da boca do bebê perante o mamilo atinge a efetividade da sucção e extração do leite materno complicando o esvaziamento da mama, podendo gerar lesões mamilares, levando ao desconforto e dor para a lactante (WEIGERT *et al*, *apud* SILVA *et al*, 2011).

Deve-se atentar-se a alimentação materna, ao passo que ela proporcione os macros e micronutrientes para que ocorra o bom desenvolvimento da criança. Sendo assim ela deve possuir preferencialmente uma alimentação saudável, em que haja alimentos naturais ou pouco processados, e de forma variada. Além disso a mesma deve ter atenção ao ingerir determinados alimentos, já que os mesmos podem interferir negativamente no bem estar da criança, sendo fator ocasional de cólicas, reações alérgicas e diarreias (NETTING *et al*, *apud* GUINÉ E GOMES, 2015)

Percebeu-se uma grande resistência em relação ao uso de chupetas para acalmar a criança e também em relação ao uso de chuquinhas e mamadeiras. Não é recomendável a utilização de mamadeiras e chupetas, já que a mamadeira é uma significativa fonte de contaminação e pode induzir de forma negativa a amamentação. Algumas crianças que fizeram o uso da mamadeira passaram a ter dificuldade ao mamar no peito, esta dificuldade denomina-se confusão de bico. Água, outros tipos de leite não devem ser utilizados, pois a sua ingestão liga-se diretamente a morbidade infantil e o desmame precoce (BRASIL, 2019).



## Considerações Finais

As mães compreendem a importância da amamentação mas desconhecem os riscos e benefícios de amamentar exclusivamente até o sexto mês de vida da criança. Elas possuem dúvidas em relação à pega correta, ordenha, armazenamento correto do leite e a influência da alimentação da mãe para o aleitamento. O que podem ser dificultadores para a adesão ao AME. Portanto, é sabido que a amamentação exclusiva até os seis meses de idade é um importante fator influenciador no desenvolvimento físico, motor, cognitivo e mental dos bebês, devendo por tanto ser incentivado por todos os profissionais da saúde à população. Os acadêmicos que participaram do evento puderam ampliar seus conhecimentos sobre dança materna, teatro, nutrição alimentar, doenças crônicas, saúde da mulher e da criança como também prestar um acolhimento humanizado e atendimento efetivo.

## Referências

BRASIL, **Saúde da Criança: o que é, cuidados, políticas, vacinação, aleitamento**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/crianca>>. Acesso em: 30 de mai. de 2019.

BRASIL, **Semana Mundial de Aleitamento Materno-SMAM**. Disponível em: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=377>>. Acesso em: 02 de Jun. de 2019.

CIRINO, I. P. *et al.* Educação em saúde: promovendo o aleitamento materno, um relato de experiência. **Revista interdisciplinar**, Piauí, p. 181-186, 2016.

GUINÉ, R.F., GOMES, A.L. A nutrição na lactação humana. **Milenium**, Portugal. p. 131-152, 2015.

OLIVEIRA, C. M. *et al.* Promoção do aleitamento materno: intervenção educativa no âmbito da Estratégia de Saúde e Família. **Enfermagem Revista**, Ceará. p. 99-108, 2017.

SILVA, I.M.D. *et al.* Técnica da Amamentação: Preparo das Nutrizes atendidas em um hospital escola, Recife – PE. **Revista Rene**, Fortaleza, p. 1021-1027, 2011.

## AVALIAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO DE CRIANÇAS CADASTRADAS NAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA PORTERINHA – MG

**Lucas Santiago Barbosa Durães.** Discente da FAVAG/MG.e-mail: luc\_santiago23@hotmail.com

**Poliane Osmira Rodrigues Sakon (Orientadora).** Docente da FAVAG/MG. e-mail: polisakon2017@gmail.com

### Introdução

O leite materno (LM) é o alimento que possui uma quantidade enorme de nutrientes, e é disso que o recém-nascido precisa na fase inicial da vida. Esse leite é composto por linfócitos e imunoglobulinas que previne a criança de doenças crônicas e infecciosas, além de gerar uma ótima evolução da aquisição de conhecimento (SOUZA, 2010).

Amamentar vai além do que somente nutrir o bebê. O Aleitamento Materno (AM) é uma habilidade natural, envolve uma interação entre mãe e filho. É um procedimento que trás um grande impacto na promoção da saúde da mãe e do bebê, constituindo economia e uma ótima intervenção para redução da morbimortalidade infantil (BRASIL, 2009).

A realização da amamentação é uma ação que apresenta benefícios para a criança e várias vantagens para a mãe como a rápida involução uterina, sua própria recuperação, a diminuição da hemorragia pós-parto, previne a anemia e a recuperação mais rápida do peso (OLIVEIRA 2011).

O tema tem uma grande importância, pois a pesquisa expôs para as mães como o AME (Aleitamento Materno Exclusivo) trás benefícios para mãe-filho, contribuindo assim para uma infância saudável para o filho, e para um pós-parto tranquilo e livre de patologias para a mãe (DIAS; *et al*, 2015).

O presente trabalho objetivou-se analisar a diferença do estado nutricional dos bebês de zero até o sexto mês de vida cadastrados nas UBS do município de Nova Porteirinha MG, que se alimentam exclusivamente do leite materno, e os que introduzem alimentos além do leite materno, utilizando como parâmetro as medidas antropométricas, exame físico e clínico.

### Metodologia

Tratou-se de um trabalho de campo, descritivo, adotando a abordagem quantitativa e qualitativa para a análise das informações encontradas.

A pesquisa foi realizada nas três UBS do município de Nova Porteirinha-MG, ESF Construindo Saúde, estabelecida na Avenida Tranquedo Neves, 260 – centro, com 19 funcionários, uma equipe 01, que atende os Bairros Califórnia, Matinha e centro. Sendo um total de 787 famílias cadastradas.

Na ESF Construindo Saúde, possui vinte e nove (29) lactentes de 0 à 06 meses de vida, sendo cinco (05) com um mês de vida, quatro (04) com dois meses, dois (02) no quarto mês, três (03) com cinco meses, dois (02) no sexto mês e quatro (04) no terceiro mês de vida, somando 17 lactentes que foram acompanhados. E a ESF Saúde e Cidadania, encontrada na Colonização I E III, um (01) lactente, sendo estes gêmeos no primeiro mês de vida, três (03) no segundo mês, dois (02) no terceiro mês e dois (02) no quinto mês, somando nove (09) lactentes, quatro destes foram acompanhados na pesquisa.

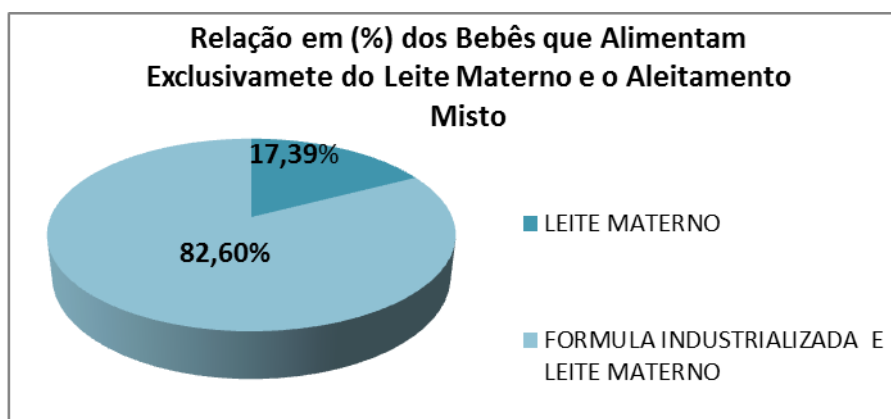
As lactantes e os lactentes foram acompanhados em um período de sessenta (60) dias, sendo uma vez por mês. E nesses encontros foram coletados os dados antropométricos para a realização do IMC e avaliação do estado nutricional. Foi aplicado um questionário individualmente, sem divulgação do nome do entrevistado, para que não houvesse constrangimento, o questionário conteve questões fechadas e abertas, abordando o assunto sobre a importância e os saberes das lactantes a acerca do assunto aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida.

## Resultados e Discussão

Com a tabulação dos dados coletados com o questionário, destinado às lactantes, obteve-se os seguintes resultados:

Resultado do Questionário em (%)			
QUESTÕES	RESULTADOS EM (%)		
	SIM	POUCO	NÃO
Você sabe sobre a composição do seu leite?	44%	36%	10%
Seu filho foi amamentado exclusivamente com o leite do peito até o sexto mês de vida?	17,39%	-	82,61%
Existe leite fraco?	76%	-	24%
Você conhece as desvantagens de um desmame precoce?	31%	65%	4%
Você tem uma assistência de enfermagem sobre o assunto?	61%	27%	12%
Você conhece a técnica adequada para amamentação?	27%	68%	5%
Você sabe o que influencia o desmame precoce?	70%	23%	7%
Foi dado outro leite ao seu filho no Hospital?	54%	-	46%

O desmame precoce, é consequência da desinformação da população, especialmente, a dos profissionais da área de saúde, que disseminam informações errôneas levando as lactantes a abandonarem a amamentação sob a alegação de que “o leite do peito é fraco”(AMARAL, *et al.*, 2015) o que reforça a importância da capacitação dos profissionais de saúde sobre a prevalência do aleitamento materno devido aos inúmeros benefícios.





Em relação aos resultados da adesão do AME, os números mostram que o aleitamento misto sobrepuja em comparação ao AME. Sabe-se que o leite materno é preconizado como ideal para alimentação de bebês e que, contribui para um crescimento e desenvolvimento saudável, e o uso de fórmula só é indicado quando houver impossibilidade do aleitamento materno (BRASIL, 2011).

O desenvolvimento das crianças que amamentam exclusivamente do leite materno, e as que introduziram leite industrializado estão dentro do parâmetro ideal de acordo com a curva de crescimento preconizada pelo Ministério da Saúde.

## Considerações Finais

O trabalho proporcionou aprendizado e contribuiu para a promoção da saúde do município de nova Porteirinha – MG, uma vez que houve o engajamento das equipes de enfermagem dos PSF, para a promoção dos encontros com as mães e os bebês para a coleta de dados, para a conclusão do trabalho.

Assim, conclui-se que, o aleitamento misto, sobrelva em comparação ao aleitamento materno exclusivo (AME). Os resultados obtidos em relação ao desenvolvimento nutricional estão dentro dos parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde.

## Referências

AMARAL, L.J.X; SALES, S.S; CARVALHO, D.P.S.R.P; CRUZ, G.K.P ;AZEVEDO, I.C; JÚNIOR, M.A. **Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes**, Revista Gaucha de Enfermagem. 2015, p. 127-34. Disponível em: [www.seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem](http://www.seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento mater-no e alimentação complementar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)

DIAS,E.C. **Prevalência do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês no Município de Mamonas-MG em 2013**. REVISTA CONTEXTO & SAÚDE IJUÍ EDITORA INIJUÍ, v.15, n.29, p.81-90, jul./dez. 2015

OLIVEIRA, K.A. **Aleitamento materno exclusivo ate seis meses de vida do bebê: benefícios, dificuldades e intervenções na atenção primária de saúde**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de medicina núcleo de educação em saúde coletiva Concelheiros Lafaiete, 2011. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4276.pdf>>. Acesso em: 2011.

SOUZA, E. A. C. S. **Reflexões acerca da amamentação: uma revisão bibliográfica**. 2010. 26f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em saúde da Família) Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Felício dos Santos, 2010.

## AS ADVERSIDADES ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE MINERAÇÕES

**Suzane Ariádina de Souza.** Docente da FAVAG. e-mail: [suzaneariadina@hotmail.com](mailto:suzaneariadina@hotmail.com)

**Gessica Mayara dos Santos.** Discente da FAVAG. e-mail: [mayara23gessica@gmail.com](mailto:mayara23gessica@gmail.com)

### Introdução

A mineração é vista atualmente como uma das áreas de maior crescimento econômico e social dos países, onde viabiliza recursos imprescindíveis para o seu progresso, como o aumento da fonte de renda das pessoas e na colaboração para que haja melhorias na qualidade de vida, pela via da geração de empregos diretos e terceirizados (NERY E ALVES, 2011).

As condições de trabalho são um intenso influenciador na vida do operário, no qual convive com elementos adversos a sua saúde em todo momento. O ritmo de trabalho, cobranças excessivas dos supervisores para adiantamento do serviços e produção, manuseamento de cargas acima do peso e perda de sono com troca de turnos, são alguns dos fatores contrapostos aos funcionários, que acarretam problemas psicossociais, doenças osteomusculares, distúrbios do sono, ansiedade, anorexia e entre demais patologias (ROSA E QUIRINO, 2017).

As influências no processo saúde-doença dos trabalhadores minero, estão relacionados além dos fatores do sono, ao período e tipo de exposição aos agentes geológicos naturais tais como solos, água, ar, gás, poluentes, e riscos que contenham em seu conteúdo. Sabe-se que os elementos químicos, físicos e biológicos causam efeitos adversos contra a saúde do ser humano, a exposição propicia um aumento na probabilidade de adoecimento no trabalhador que está vulnerável a estes riscos (SILVA, MELLO E ALMEIDA, 2012).

Este trabalho objetivou analisar as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores de minerações, apontando os riscos à saúde e as consequências geradas em suas vidas. Ante ao exposto, o atual conteúdo justifica-se pelo destaque e importância do tema na atualidade.

### Metodologia

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. Os dados bibliográficos foram levantados por meio da busca de artigos científicos. Os padrões estabelecidos foram artigos que contivessem menos de 10 anos de publicação, sendo escolhidos os anos de 2009 até 2019 para a pesquisa. Foram encontrados e lidos 53 artigos do respectivo tema, dentre estes, 9 foram selecionados e utilizados para a elaboração deste resumo. Os descritores usados para essa pesquisa foram: Saúde-doença do trabalhador, riscos, mineração, enfermagem no trabalho.

### Resultado e discussão

Nos últimos anos, foi constatado o crescimento de 52% nos acidentes dentro do espaço das mineradoras, no qual, pode ser dividido em falhas humanas que podem ser por falta de treinamento, negligência ou mau uso; além de falhas dos equipamentos por falta de



manutenção ou defeitos de fábrica. Esse fato chama atenção das empresas, existem medidas que precisam ser tomadas, de modo que diminua esse agravo preocupante que muitas vezes são fatais (ZAVOROCHUKA, 2015).

No ponto de vista econômico, a mineração faz parte de uma esfera muito importante e essencial no desenvolvimento do país, mas em perspectiva da saúde o contexto é holisticamente diferente pois os procedimentos são repletos de especificidades, no qual ocasiona os operários a situações de vulnerabilidade a doenças e acidentes (SOUSA, et al. 2014).

É importante ressaltar a necessidade da implementação do Serviço Especializado em Engenharia da Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), cujo profissionais contém o enfermeiro ocupacional, que a função é a prevenção e promoção de saúde do trabalhador, protegendo quanto aos riscos de acidentes expostos. O enfermeiro é um líder, que usa a prevenção para diminuir e evitar gastos que o trabalhador viesse ocasionar em um acidente ou se tivesse uma enfermidade, ele ainda luta pelos direitos dos funcionários quando a empresa não realiza corretamente os requisitos de segurança exigidos e conscientia os trabalhadores quanto a importância de seguir tais normas (ALMEIDA, SILVA E SOARES-FILHO, 2017).

Grande parte dos funcionários das minerações trabalham em sistema de troca de turnos, o que afeta a sua vida, visto que, ela passa a girar em torno da sua escala de trabalho, afetando suas vidas sociais, assim como os compromissos em eventos da sociedade externa, são repetidamente excluídas, proporcionando situações de estresse. É notável a exaustão em trabalhadores que reduzem a noite de sono, em virtude do horário de entrada no serviço ou ainda não dormem satisfatoriamente durante o dia devido a energia gasta nas tarefas. O resultado dessa rotina exaustiva pode agravar doenças crônico-degenerativa e gerar distúrbios, que influenciam negativamente no desenvolvimento nas suas funções (FISCHER, 2018).

Ainda é relevante citar, que além dos problemas psicossociais, também é encontrado nas minerações riscos ocupacionais, sendo eles riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. A Portaria n.º 25 de 29 de dezembro de 1994, sancionou novas medidas, a NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, que possui uma classificação quanto aos principais riscos (INÁCIO E LARA, 2017).

Dentro das minerações, são encontrados problemas como a exposição ao ruído intenso, ocasionando uma pressão sonora em um nível muito alto nos trabalhadores, devido as explosões das pedras, o uso de protetores auriculares e 2 abafadores de ruídos, auxilia na prevenção de zumbidos e até mesmo a perda da audição. As perfurações causam ainda a emissão de poeira e alguns minerais das rochas, poeira esta que entra pelas vias respiratórias até o pulmão gerando doenças respiratórias, a adoção de Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR), é um meio de prevenção da inalação destas substâncias (GOMES, 2011).

Por fim, a elaboração dos métodos preventivos é necessária para prevenir os acidentes em todo o ambiente de trabalho, obtendo informações quanto ao, o que, como e quando é feito o serviço em cada local. Seguindo os passos, a criação de uma planta, identificando todas as áreas de riscos, nos diversos pontos. Em casos de acidentes uma equipe de saúde treinada esteja disposta para socorrer.

## Conclusão

Portanto, conclui-se que a instalação de uma mineração em uma cidade, proporciona benefícios mútuos, porém, é necessário o entendimento para evitar ou diminuir os riscos em relação a saúde-doença do trabalhador em todas as suas esferas, sendo assim, o trabalho é

compreendido como um fator de risco, que pode aumentar a probabilidade da ocorrência de uma doença, não sendo obrigatoriamente o fator causal. A diminuição do número de acidentes e seus efeitos, se dá também pela contratação de enfermeiros, para realizar prevenções das doenças, acompanhamento de evoluções e implementação de novas medidas de controle propiciando uma melhora na qualidade de vida dos funcionários e aumentar o seu desempenho dentro da empresa, tendo em vista que a falta de prevenção é o maior fator de adversidade encontrado.

## Referências

NERY, A. A; ALVES. M.S. A relação do processo saúde-doença e o trabalho da mineração. **J Health Sci Inst**, Jequié, p. 269-71, 2011.

ROSA, M.A.G; QUIRINO, R. Relações de gênero e ergonomia: abordagem do trabalho da mulher operária. **Revista Holos**, Rio Grande do Norte, p. 345- 359.

SILVA, C. R; MELLO, E. F; ALMEIDA, C. N. Proposta para avaliação de riscos geológicos à saúde ambiental em áreas de mineração. **Revista brasileira de geociências**, Rio de Janeiro, p. 303-322, 2012.

ZAVOROCHUKA, V. J. Gestão em segurança do trabalho. **Revista Espacios**, Caracas, p. 3, 2015.

SOUSA, M. N. A.; *et al.* Ergonomia na mineração: contribuições para a promoção da saúde do trabalhador, **Patos, Fiep Bulletin**. v. 84, 2014.

ALMEIDA, R.B; SILVA, R.M; MORAES-FILHO, I.M. As dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro do trabalho na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais – revisão de literatura. **Revista de divulgação Científica Sena Aires**, Goias, p. 59-71, 2017.

FISCHER, F. M. Lidando com as longas jornadas de trabalho em turnos de mineração: desafios e possíveis intervenções, São Paulo, **Revista Brasileira Medicina Trabalho**, p. 29-31, 2018.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLITICAS SOCIAIS, 2017, Florianópolis, **Estado de acidente: situações de trabalho na mineração**. Florianópolis: Santa Catarina.

GOMES, L. O. **Proposta de modelo para a construção de um programa de gerenciamento de riscos para a mineração de carvão em subsolo**. Monografia (especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho). p. 52. Criciúma. UNESC, 2011.

## **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: um papo direto com as adolescentes da escola estadual mauricio augusto de azevedo na cidade de Janaúba-MG**

**Suzane Ariadna(Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: suzaneariadna@hotmail.com

**Patrícia Fernanda Lopes Dias** Discente FAVAG. e-mail: patricia.fernanda2011@hotmail.com

**Nardielle Tandara Santos Costa** Discente FAVAG. e-mail:tandaranardielle@gmail.com

**Karine Stefane Santos Gonçalves** Discente FAVAG.e-mail: stefane.karinee@gmail.com

**Solange Faustina de Jesus** Discente FAVAG.e-mail:solangefaustina17@gmail.com

**Milly Dayane Gonçalves** Discente FAVAG.e-mail: myllydayane@gmail.com

### **Introdução**

Segundo Barbosa *et al.*, (2016) as comunidades mais pobres tem maior percentual de adolescentes que engravidam precocemente. Ele afirma também que a gravidez na adolescência oferece enorme risco a saúde da gestante e consequências como o abandono da escola. A mulher grávida precocemente pode apresentar sérios problemas durante a gestação, inclusive risco de morte, tanto para si mesma quanto para o feto. Entre os fatores biológicos que merecem destaque, podemos citar os riscos de prematuridade, baixo peso, morte pré-natal, anemia, aborto espontâneo, pré-eclâmpsia e eclâmpsia, risco de ruptura do colo do útero e depressão pós-parto.

A gravidez na adolescência pode ter diversas causas, entretanto, independentemente das causas e desejos de cada adolescente, fato é que a gravidez precoce é um problema de saúde pública, uma vez que causa riscos à saúde da mãe do bebê e tem impacto socioeconômico, pois muitas das grávidas abandonam os estudos e apresentam maior dificuldade para conseguir emprego (TABORDA et al., 2014)

Este trabalho teve como objetivo orientar as adolescentes sobre possíveis problemas de uma gravidez na adolescência, além da grande parcela da população jovem que ignora a existência de métodos contraceptivos ou simplesmente conhece-os mas não adota com isso observa-se o aumento de doenças sexualmente transmissíveis, além da gravidez indesejada nessa faixa etária

### **Metodologia**

Esse estudo consiste em um relato de experiência descritivo, qualitativo, realizado pelos acadêmicos do 7º período de enfermagem da FAVAG (Faculdade Vale do Gorutuba) de Nova Porteirinha- MG, com as adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos do ensino médio da Escola Estadual Maurício Augusto de Azevedo, na cidade de Janaúba-MG.

Em um primeiro momento, no dia 22 de abril de 2019, houve a aplicação de um questionário para 32 alunas, para averiguar possíveis dúvidas sobre os demais assuntos a serem abordados relacionados aos riscos de uma gravidez na adolescência e métodos contraceptivos.

No dia 24 de abril de 2019, no turno matutino, foi realizada a intervenção em forma de roda de conversa para 49 adolescentes por fim aplicou-se uma dinâmica de balões, eram oito balões e em cada um continha uma pergunta relacionada ao tema abordado, o balão passava de mão em mão enquanto tocava uma música, quando a mesma era pausada quem estivesse

em posse do balão devia estourá-lo, lê a pergunta e responder, as garotas que não souberam responder a pergunta proposta, colocavam um balão dentro da blusa e relataram a sensação de estarem grávida.

## Resultados e discussão

A presença e participação das adolescentes durante a roda de conversa foi o principal aspecto observado nesse trabalho, participaram (49) mais meninas do que responderam o questionário (32), fez se presente a interação de todas, e a grande importância desse assunto, por ter abordado os riscos materno-fetais as adolescentes se conscientizaram a respeito disso, preocupando assim com os métodos contraceptivos e sua eficácia.

Nesse seguimento, em estudos feitos por Barbosa *et al.*,( 2010) ressalva a importância do processo educativo constituído por momentos dialógicos que promove à possibilidade de facilitar o fenômeno de aquisição e aperfeiçoamento de conhecimentos e consequentes reflexões sobre temas relacionados a educação sexual.

A partir dessa ação, foi proporcionado um ambiente de interação entre acadêmicos e adolescentes em que se sentiram seguras para questionar e contribuir para formação de conhecimento, ao final desta observou-se que as mesmas obtiveram consciência e a responsabilidade de uma gravidez e a importância de prevenir para evitar danos à própria saúde e de um bebê.



## Considerações Finais

A aplicação de rodas de conversa como estratégia de promoção em saúde para as adolescentes foi uma experiência eficaz e proveitosa por ter favorecido a informação, reflexão e participação entre os ouvintes. As adolescentes esclareceram dúvidas, e principalmente, se sentiram a vontade para falar de sentimentos e sensações pessoais.

Ter a oportunidade de repassar informações para as demais pessoas é muito gratificante além de construir e moldar o nosso conhecimento, pois esse é o papel do

enfermeiro, levar para fora do seu local de trabalho seu estudo/pesquisa sobre determinado assunto.

## Referencias

BARBOSA, A. A. D , PEREIRA, F. A. F., EVANGELISTA, C. B.,AGUIAR, L. S. **Representações da gravidez precoce para adolescentes assistidos pela estratégia saúde da família** Revista Norte Mineira de Enfermagem. 2016;5(1):57-73.

<http://www.renome.unimontes.br/index.php/renome/article/view/154/144>

BARBOSA, S,M; DIAS F. L. A.; PINHEIR, A. K. B. Jogo educativo como estratégia de educação em saúde para adolescentes na prevenção às DST/AIDS. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 12, 2010.

TABORDA, J.A., SILVA, F.C., ULBRICHT, L., NEVES, E.B. **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas.** Cad. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2014.



## RELATO DE EXPERIENCIA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE AS MANOBRAS DE PRIMEIROS SOCORROS.

**Suzane Ariadna Souza (Orientadora)** Docente FAVAG. E-mail: [suzaneariadina@hotmail.com](mailto:suzaneariadina@hotmail.com)

**Talita Antunes Guimarães (Orientadora)** Docente FAVAG. e-mail: [taantunes@gmail.com](mailto:taantunes@gmail.com)

**Fatieli Rodrigues Ramos** Discente FAVAG. E-mail: [fathyramos631@gmail.com](mailto:fathyramos631@gmail.com)

**Gabrielly Gomes Da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [gabiigomeesdasilva@hotmail.com](mailto:gabiigomeesdasilva@hotmail.com)

**Handressa Cristina Faria Mendes** Discente FAVAG. E-mail: [handressacristina8@gmail.com](mailto:handressacristina8@gmail.com)

**Maricelle Tamiris Oliveira** Discente FAVAG. E-mail: [Gmmaricelle@gmail.com](mailto:Gmmaricelle@gmail.com)

**Stéfani Luiza Xavier Santos** Discente FAVAG. E-mail: [sterluiza13@gmail.com](mailto:sterluiza13@gmail.com)

### Introdução

A educação continuada é definida como um processo de contínuo desenvolvimento, o qual busca proporcionar ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, para que ele atinja sua capacidade profissional e desenvolvimento pessoal, considerando a realidade institucional e social (IPSEN *et al.*, 2008).

Podemos definir Primeiros Socorros, como sendo os cuidados mediados que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítimas de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada (BRASIL, 2003). Segundo Mancini, et al., (2002), a importância dos primeiros socorros está no fato de que a maioria dos acidentes podem ser evitados e conhecimentos simples podem diminuir os sofrimentos, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas. Desse modo, qualquer indivíduo treinado será capaz de prestar os primeiros socorros, direcionando o atendimento com serenidade, compreensão e confiança, socorrer alguém é mais do que uma habilidade, é um ato de cidadania e solidariedade.

Nessas ocasiões deve-se saber agir, pois são situações que requerem calma e presteza para o seu autocuidado, além da possibilidade de saber cuidar do outro (Pérgola; Araújo, 2008). Este trabalho objetiva orientar e demonstrar aos acadêmicos do 1º período de enfermagem as manobras de primeiros socorros nos casos de PCR, OVACE, queimaduras e convulsão.

### Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quanti/quali de campo que não traça uma ordem a ser seguida pontualmente, realizado a partir da vivência de estudantes de enfermagem, do sétimo período da Faculdade Vale do Gorutuba- FAVAG, localizada na cidade de Nova Porteira, mediante a finalidade uma palestra sobre manobras de primeiros socorros. Tal experiência ocorreu no período de maio de 2019. As atividades foram desenvolvidas na FAVAG, com os acadêmicos do 1º período de enfermagem, em Nova Porteira. A proposta inicial do trabalho contemplou um levantamento bibliográfico sobre as manobras de primeiros socorros, em seguida foi aplicado um questionário de 5 perguntas sobre as manobras, logo após foi



realizada uma roda de conversa com os acadêmicos do sétimo período, para relatar a experiência que obtivemos durante a apresentação.

## Resultados e Discussão

Sabemos que em situações de emergências sempre existe um voluntário com pretensões de ajudar, porém se esse não for devidamente capacitado, pode causar danos irreversíveis para vítima sem ao menos se dar conta disso.

Para Ferreira (2001) o esclarecimento e treinamento da população para o atendimento das situações de emergência, é primordial pois essas primeiras intervenções são de suma importância para evitar sequelas e até mesmo a morte da vítima, além de preparar o socorrista no momento de decidir qual o próximo passo a seguir.

Segundo Rocha (2011, p. 9) “A principal causa de morte fora dos hospitais é a falta de atendimento. A segunda é o socorro inadequado. As pessoas morrem porque ninguém faz nada e continuam morrendo porque alguém não capacitado resolveu fazer algo”.

Em frente ao problema evidenciado relacionado com a aplicação das manobras de primeiros socorros de forma eficaz, a capacitação e o ensino para os alunos no início da graduação em Enfermagem torna-se uma prática a ser efetuada de forma contínua, afim de prepara-los para sobressair nas situações já citadas, uma vez que graduando um ensino na área da saúde, sobretudo em Enfermagem, espera-se conhecimento prático e teórico sobre tais manobras.

## Considerações Finais

Com a execução deste trabalho, foi possível mostrar que a realização de estratégias de ensino como a educação em saúde em primeiros socorros constitui uma relevante tática de educação na Enfermagem, pois esta é uma metodologia que permite a participação dos ouvintes assim como a realização das práticas abordadas, proporcionando ao aluno uma maior familiaridade com a realidade a ser vivenciada, lavando capacitação e a reflexão do acadêmico para aprimorar suas relações e as habilidades que são primordiais à sua futura prática profissional.

## Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. 170p. Rio de Janeiro. 2003.

FERREIRA AVS, Garcia E. **Suporte básico de vida**. Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo;1(2):214-25. São Paulo 2001.

IPSEN F, Porto AR, Schneider CC, Thofehrn MB. **Educação continuada**: experiência na capacitação da equipe de enfermagem. In: Anais XVII Congresso de iniciação científica; X Encontro de Pós-Graduação UFPel. Pelotas (RS): UFPEL; 2008.

MANCINI, B.H.; ROSENBAUM, J. L.; FERRO, M. A. C. **Organização de um serviço de primeiros socorros em uma empresa**. Revista Cadernos de Ciencia e Saúde. Campo Grande,

PERGOLA, A. M.; ARAÚJO, I. E. M. **O leigo em situações de emergência.** Rev. Esc. Enfermagem., São Paulo: USP, v. 42, n. 4, dez. 2008.

ROCHA, M. P.S., **Suporte Básico de Vida e Socorros de Emergência.** Brasília, 2011.

## USO DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE O TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO-TCE.

**Suzane Ariadna de Souza.** Docente FAVAG. E-mail: suzaneariadna@hotmail.com

**Talita Antunes Guimarães.** Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com

**Gleice Fernandes Santos.** Discente FAVAG. E-mail: gleice7000@gmail.com

**Jainny Izadora Soares.** Discente FAVAG. E-mail: jainneizadora@gmail.com

**Lorrane Mendes de Oliveira** Discente. FAVAG. E-mail: lorrane12irmas@gmail.com

**Lucas Santiago Barbosa Durães** Discente. FAVAG. E-mail: luc\_santiago23@hotmail.com

**Luma de Jesus Morais** Discente. FAVAG. E-mail: lumaseixas@hotmail.com

**Patrícia Batista de Oliveira.** Discente FAVAG. E-mail: patricia\_batista\_oliveira@hotmail.com

### Introdução

A todo instante, pessoas estão submetidas a riscos iminentes de morte, algumas dessas situações demanda cuidados importantes. Na maior parte, quando ocorre um acidente ou um indivíduo passa mal em locais públicos ou até mesmo privados, não há um médico ou socorrista capacitado, para prestar o atendimento inicial e primordial para a vítima (BERGERON *et al.*, 2009).

Os conhecimentos sobre as manobras de primeiros socorros são fundamentais para toda classe de profissionais da saúde que lidam com idosos, pois muitos deles são indefesos, (o saber) poderiam auxiliá-los a contornar e salvar vidas (RAGADALI *et al.*, 2015).

Regadali *et al.* (2015) ainda falam que é essencial a toda a população Considerando que o socorrista possa ser uma pessoa leiga. Uma das formas de capacitação e treinamento em primeiros socorros no contexto extra-hospitalar, principalmente, extramuros, compreendendo também em asilos, possibilitando que esse primeiro atendimento seja realizado de maneira correta, que justifica a importância da temática em asilos, pois condutas incorretas podem agravar ainda mais o estado de saúde da vítima (NARDINO, 2012).

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência dos estudantes do 7º período de enfermagem em preparar os profissionais do asilo São Vicente de Paula quanto a realização de manobras básicas de primeiros socorros.

### Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência de estudantes do 7º período de enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba-FAVAG, localizada na cidade de Nova Porteirinha.

A pesquisa foi realizada no Asilo São Vicente de Paula na Avenida Brasil, nº 2183 no bairro Dente grande Janaúba- MG, com 36 usuários do serviço e 19 funcionários, como sujeito da pesquisa.

A literatura ACLS (2015), serviu como base teórica científica para a simulação das principais manobras básicas de primeiros socorros voltadas para idosos.

Foi aplicado um questionário semiestruturado, individualmente, sem divulgação do nome do entrevistado, para que não haja constrangimento, sobre a importância e os saberes profissionais a cerca da realização das manobras básicas de primeiros socorros.

## Resultados e Discussão

Com a tabulação dos dados encontrados ficou constatado que os funcionários do Asilo São Vicente de Paula, conheceram na prática as principais manobras de primeiros socorros. Em consequência disso, tiveram novos conhecimentos e aprimoraram o cuidado, pois os mesmos realizaram simulação realística e ficaram empolgados em aprender desempenhando as manobras da melhor forma possível. Estudos apontam a minimização de morbidade e mortalidade em até 7,5%, em situações de emergência pré-hospitalar, onde a primeira ajuda for prestada por leigos que tenha conhecimento do assunto (VERONESE *et al.*, 2010).

### Simulação Realística



**Figura:** Simulação realística. Parada Cardiorrespiratória (A) e Obstrução de vias aéreas por corpos estranhos (B).

## Considerações Finais

Com a execução da pesquisa, teve como consequência a disseminação de conhecimento tanto para os profissionais quanto para os alunos do 7º período de enfermagem sobre manobras básicas de primeiros socorros em idosos, pois a qualquer instante pode ocorrer uma situação de emergência que precisa de atendimentos imediatos de qualidade.

## Referências

LIMA, R.G.S.D. **Estratégia organizacional ao atendimento de primeiros socorros nas comunidades rurais do município de Piritiba – Bahia.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2015, acesso em: 2019 Junho. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/8020>

NARDINO, J. *et al.* Atividades educativas em primeiros socorros. **Rev Contexto Saúde.** p.88-92, 2012. Acesso em 2019 junho. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/949>

RAGADALI FILHO, A, *et al.* **A Importância do treinamento de primeiros socorros no trabalho.** 2015, acesso em 2019 junho ; p.114-25. Disponível em: <https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed3/10.pdf>

VERONESE, A.M. **Oficinas de primeiros socorros: relato de experiência.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v.31, n.1, 2010.

ACLS. **Suporte Avançado de Vida Cardiovascular,** American Heart Association. Ed. 10, 2017.

## CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS EM UMA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DE JANAÚBA- MG

**Suzane Ariadina de Souza.** Docente FAVAG – [suzaneariadna@hotmail.com](mailto:suzaneariadna@hotmail.com)

**Talita Antunes Guimarães** – Docente FAVAG – [taatunes@gmail.com](mailto:taatunes@gmail.com)

**Tamara Pereira da Silva.** Discente FAVAG – [thamarasilva134@gmail.com](mailto:thamarasilva134@gmail.com)

**Geane E. Santo de Souza.** Discente FAVAG- [geanesantos131@hotmail.com](mailto:geanesantos131@hotmail.com)

**Neurislaine Maria Souza.** Discente FAVAG- [neutislaine@outlook.com](mailto:neutislaine@outlook.com)

**Bruna Leticia Santos Cruz.** Discente FAVAG – [brunazurc@gmail.com](mailto:brunazurc@gmail.com)

**Gustavo Henrique Pinheiro.** Discente FAVAG – [gustavopinheiro2013@gmail.com](mailto:gustavopinheiro2013@gmail.com)

**Débora Jordana Chaves Neves .** Discente FAVAG– [deborajordanna@outlook.com](mailto:deborajordanna@outlook.com)

### Introdução

Os acidentes são considerados um grande problema de saúde pública, devido ao elevado índice de óbitos. Por todo o mundo, são registrados cerca de 14 mil mortes diárias. No Brasil esses dados ocupam a segunda causa de morte, seguida das doenças cardiovasculares. A cada ano são registrados no país cerca de seis mil mortes por acidentes, excluindo mal súbitos e afins (PEREIRA, *et al.*, 2015).

Considerando tal realidade, a educação em saúde para leigos em situações de acidentes é um importante instrumento de promoção social, levando a comunidade ao conhecimento básico de primeiros socorros a pessoa acidentada ou em mal estar. Neste sentido, primeiros socorros referem-se ao primeiro atendimento que se presta à pessoa que está ferida ou adocece repentinamente. Inclui o reconhecimento das condições que colocam a vida em risco e a tomada de atitudes necessárias para manter as funções vitais na melhor condição possível, até que se obtenha atendimento qualificado e este o atendimento básico pode ser realizado por qualquer cidadão que possua conhecimento das técnicas básicas (PEREIRA *et al.*, 2015).

Motivados nessas perspectivas, justifica-se o interesse em se trabalhar na comunidade tais assuntos, uma vez que, indivíduos leigos capacitados em primeiros socorros podem salvar vidas. Tal estudo foi desenvolvido por meio de um projeto de extensão denominado “TIFAC – Trabalho de Integração Favag e Comunidade” que visa inserção do meio acadêmico a serviço da população. Assim, o estudo teve como objetivo capacitar funcionários de uma distribuidora de bebidas no município de Janaúba/MG a realizarem manobras de primeiros socorros em situações de emergência, promovendo segurança e sobrevivência a vítimas.

### Metodologia

Este é um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, de caráter participativo, através de capacitação em uma distribuidora de bebidas situada no município de Janaúba / MG, aos 28 dias de abril de 2019. O instrumento utilizado para a pesquisa foram questionários pré e pós-capacitação, este por sua vez, contribuíram para mensurar o conhecimento do público-alvo sobre noções básicas de primeiros socorros e acerca das atividades promovidas pela empresa para capacitação dos funcionários. Além disso, foi realizada simulação realística conduzida por acadêmicos do 7º período de Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG. Os temas ministrados foram desmaios, crises

convulsivas, obstrução de vias aéreas por corpos estranhos – OVACE e parada cardiorrespiratória – PCR, respectivamente.

## Resultados e discussão

Com a finalidade de analisar o perfil do público-alvo e seus conhecimentos sobre manobras de primeiros socorros, antecedente a capacitação foram aplicados questionários, contendo primeiramente informações sobre idade, sexo e tempo de serviço e adiante questões relacionadas ao tema. Foram entregues 25 questionários, retornando 24 desses. Os ouvintes eram em sua maioria do sexo masculino, contendo somente uma mulher, entre 25 a 50 anos.

Com base, nas questões propostas nos questionários notou-se que aproximadamente 52% tem conhecimentos básicos em primeiros socorros e que a empresa não disponibiliza capacitações com esse tema.

De acordo com Rosa, Bérngamo e Dorini, (2013) com a inserção dos trabalhadores por um período de tempo cada vez maior no seu local de trabalho, ocorreu um significativo aumento no número de ocorrências médicas que atingem o trabalhador, com isso a verdadeira prática da prevenção de sequelas e diminuição da gravidade das lesões, causadas por acidentes, males súbitos ou doenças, exige equipes com conhecimento adequado de primeiros socorros, sendo esses adquiridos por meio de capacitações e educação continuada, que devem ser promovidas periodicamente pelas empresas.

Ainda nessa perspectiva, Veronose (2010), aponta que os primeiros socorros estão restritos aos profissionais de saúde, o que implica em despreparo à população, sendo indispensável o acesso ao conhecimento à comunidade, permitindo aos usuários melhor condutas em situação de vulnerabilidade.

Ao iniciar as práticas foi observada certa resistência em realizar as manobras possivelmente pelo contato físico. Porém ao decorrer da ação essa condição foi diminuída e as atividades foram mais participativas.

O primeiro tema a ser abordado foi desmaios, em que foram discutidas definição, situações que podem acarretar esses mal, e ações que podem diminuir danos e sinais de agravos. Para melhor visualização os acadêmicos simularam uma situação com vítima de desmaio e ação do socorrista. Destarte, surgiram dúvidas sobre acomodação da vítima, oferta de álcool para inalação. Em seguida abordou o tema crises convulsivas e suas implicações a vítima. Também foi descrito OVACE e manobra de Heimlich no adulto e criança e posteriormente, PCR e manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP). Tal abordagem desencadeou muitas dúvidas nos participantes, bem como anseio em realizar as manobras, corroboram para a aprendizagem dos mesmos.

Ao final da capacitação foi entregue um pós-teste para avaliar a efetividade da capacitação. Unanimemente, os profissionais afirmaram ter relevância esse tipo de capacitação e que foi positiva a compreensão. Neste sentido, é perceptível que ações educativas são um dos eixos norteadores do trabalho de enfermagem, independentemente do ambiente em que se desenvolva, e nas capacitação de primeiros socorros, tal ação é bastante eficaz (ACIOLI, 2008).

## Considerações finais



A informação sobre manobras de primeiros socorros não devem se restringir aos profissionais de saúde, pois majoritariamente, em situações de emergências e acidentes as primeiras pessoas que presenciam a ocorrência são leigas. Desse modo, a capacitação da comunidade é essencial como suporte básico para a vida das vítimas e contribui para a sobrevivência e redução do número de óbitos.

Identificou-se a necessidade de treinamentos de primeiros socorros para os funcionários, pois, no ambiente de trabalho em que se encontram é potencialmente passível de ocorrer acidentes e tais manobras também podem ser aplicadas em outros ambientes caso haja a necessidade. No decorrer deste trabalho, observou-se que os ouvintes demonstraram ser leigos em relação ao atendimento inicial dos acidentes, porém, apresentaram um grande interesse em aprender os primeiros socorros.

Em vista disso, espera-se que este trabalho contribua para a conduta correta de leigos na prática de primeiros socorros, atuando no socorro imediato e eficaz a pessoas em situações adversas e/ou acidentes, bem como, meio de propagação de conhecimento para comunidade.

## Referências

ACIOLI, S. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 61, n. 1., 2008.

PEREIRA, K. C. *et al.* A construção de conhecimentos sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros junto ao público leigo. **Rev. Enferm. Cent.- Oeste Min.**, Divinópolis v. 5, n. 1, 2015.

ROSA, D. D. O., BÉRGAMO, N. M., DORINI, S. R. **Organização de primeiros socorros na empresa.** Blumenau, SC, 2013.

VERONESE, A. M. *et al.* Oficina de primeiros socorros: relato de experiência. **Revista gaúcha de enfermagem**, v.31, n.1, Porto Alegre. 2010

## PREVENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO AMBIENTE ESCOLAR: relato de experiência

**Suzane Ariádina de Souza.** Docente FAVAG – [suzaneariadna@hotmail.com](mailto:suzaneariadna@hotmail.com)

**Tamara Pereira da Silva.** Discente FAVAG – [thamarasilva134@gmail.com](mailto:thamarasilva134@gmail.com)

**Geane E. Santo de Souza.** Discente FAVAG- [geanesantos131@hotmail.com](mailto:geanesantos131@hotmail.com)

**Neurislaine Maria Souza.** Discente FAVAG- [neutislaine@outlook.com](mailto:neutislaine@outlook.com)

**Bruna Letícia Santos Cruz.** Discente FAVAG – [brunazurc@gmail.com](mailto:brunazurc@gmail.com)

**Gustavo Henrique Pinheiro.** Discente FAVAG – [gustavopinheiro2013@gmail.com](mailto:gustavopinheiro2013@gmail.com)

**Débora Jordana Chaves Neves.** Discente FAVAG– [deborajordanna@outlook.com](mailto:deborajordanna@outlook.com)

### Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (DSTs) são infecções do trato reprodutivo causadas por micro-organismos transmitidos por relação sexual, constituem uma ameaça à saúde geral e ao bem-estar de milhões de pessoas no mundo. As DSTs tornaram-se uma epidemia de extraordinária magnitude. Estima-se que 65 milhões de pessoas tenham uma DST incurável, e outras 15 milhões infectem-se por ano. Tais patologias estão entre os maiores problemas de saúde pública no Brasil e no mundo, uma vez que todos os anos milhares de pessoas são acometidas por alguma dessas doenças, sendo em sua maioria jovens em situação de vulnerabilidade (RICCI, 2008).

As doenças sexualmente transmissíveis ocorrem com maior frequência nos países em desenvolvimento, onde constituem a segunda maior causa de perda de vida saudável entre homens e mulheres de 15 a 45 anos (BRASIL, 2017). Tendo em vista esse panorama epidemiológico é importante desenvolver um programa de prevenção às IST/Aids, afim de educar os jovens quanto aos riscos de contrair a doença e quantos às formas de prevenção, levando-nos a iniciar um trabalho pela quebra de crenças e conceitos errôneos (BRASIL, 2000).

Diante nisso, o presente estudo objetivou o desenvolvimento de práticas de educação em saúde para adolescentes inserindo na vida do jovem, arcabouço para iniciar a vida sexual com acesso à informação e medidas profiláticas quanto a exposição a agentes potencialmente causadores dessas infecções.

### Metodologia

Este é um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, de caráter participativo, sendo público-alvo discentes do ensino médio da Escola Estadual Erezinha Antunes Martins, situada no município de Nova Porteirinha, utilizou-se de metodologia ativa em apresentação audiovisual de maneira que demonstrasse com maior clareza a importância de se conhecer as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e meios de contaminação. Foram utilizados de recursos materiais projetor de imagens e fichas com perguntas pertinentes ao tema abordado direcionado aos adolescentes. desenvolveu-se uma palestra com o intuito de informar sobre as ISTs, suas formas de transmissões, tratamento e prevenção. Posteriormente para além de fixação e aprendizagem, promover entretenimento foi desenvolvido uma atividade com perguntas mais frequentes sobre doenças sexualmente transmissíveis e aberto espaço para

explicação de dúvidas dos ouvintes. Nesta ação foi respeitada a individualidade de cada participante, bem como, os aspectos éticos preconizados, sendo informado o teor da palestra inicialmente bem como a possibilidade de não participarem. As doenças abordadas foram herpes, sífilis, gonorreia, linfogranuloma venéreo, HIV/AIDS, respectivamente.

## Resultados e discussão

No presente estudo foi apresentado aos jovens e adolescentes o conceito de doenças sexualmente transmissíveis, formas de contaminação e transmissibilidade, manifestações clínicas e métodos de prevenção, bem como desmistificou ideias empregadas de maneira errônea sob este assunto, promovendo informação e esclarecendo dúvidas a respeito dessas doenças.

A fim de impactar o público-alvo foi exposto imagens das lesões acarretadas por essas infecções e se obteve êxito, os adolescentes demonstraram estarrecimento quanto às fotografias e algumas dúvidas quanto às mesmas. Inicialmente houve dificuldade de manter silêncio e atenção dos ouvintes, eles mostraram-se despreparados e envergonhados no que diz respeito as patologias do trato reprodutivo, fato este que pode ser explicado pela resistência da sociedade em promover educação sexual como forma preventiva de doenças, e de modo algum como estímulo ao início precoce de relações sexuais. A partir dessa ação, foi proporcionado um ambiente de interação entre acadêmicos e comunidade escolar em que se sentiram seguros para questionar e contribuir para formação de conhecimento. Ao final observou-se que os participantes eram capazes de reconhecer fatores de riscos e sinais característicos de cada doença e a importância de prevenir para evitar danos à própria saúde e de terceiros.

Nesse seguimento, em estudos feitos por Barbosa *et al.* (2010) ressaltam a importância do processo educativo constituído por momentos dialógicos que promove à possibilidade de facilitar o fenômeno de aquisição e aperfeiçoamento de conhecimentos e consequentes reflexões sobre a sua condição de ser vulnerável a infecções por DST/HIV com o envolvimento em relações sexuais desprotegidas. Durante a palestra as perguntas mais frequentes foram sobre as formas de transmissão das doenças, como o beijo, picadas de insetos, compartilhamento de alicates e características das AIDS.

Conforme Beserra, Pinheiro e Barroso (2008), em uma ação semelhante, os adolescentes indagaram sobre o risco de infecção mediante o uso de alicate de unha, picada de mosquito, sexo oral e beijo, mostrando que as atividades educativas precisam motivar momentos de debate, conforme o que aconteceu nesta atividade, sobre os modos de transmissão do vírus HIV, de acordo com o demonstrado também em outro estudo.

Observa-se com isso que a escola tem um papel muito importante na formação de pensamento crítico do adolescente. A escola é um ambiente de aprendizado em que o indivíduo sente-se livre para questionar, indagar e opinar, portanto tais metodologias são muito importantes para consolidar as práticas educativas nesse âmbito.

## Considerações finais

A aplicação de palestras como estratégia educacional é uma proposta eficiente por favorecer a informação, debate, reflexão e participação entre os ouvintes. Neste sentido, os adolescentes puderam esclarecer dúvidas, preencher lacunas do conhecimento em relação a

questões como sexualidade e prevenção de DST, facilitando a participação de todos na aprendizagem.

A oportunidade de perpetuar conhecimento e abrir discussões sobre assuntos pouco difundidos ou negligenciados, além de ser gratificante é essencial para construção de jovens críticos, com capacidade de discernimento. De modo geral a palestra realizada teve intuito de sanar as dúvidas dos adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e resultou em bastante interação e curiosidade por parte dos mesmos quanto a forma de transmissão e cuidados com a saúde. E esse é o papel do enfermeiro, levar para fora do seu local de trabalho percepção e esclarecimentos sobre determinado assunto que contribui ou fere para o bem-estar e saúde.

Destarte, o uso de práticas educativas para adolescentes é imprescindível no desenvolvimento da Educação em Saúde, visto que tenta superar o modelo tradicional para o foco da produção de saber e autonomia, em que os adolescentes se tornam protagonistas no processo educativo.

## Referências

BARBOSA, S.M; DIAS F. L. A.; PINHEIR, A. K. B. Jogo educativo como estratégia de educação em saúde para adolescentes na prevenção às DST/AIDS. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 337-41, 2010.

BARROS, S. A utilização do grupo operativo como método de coleta de dados em pesquisa qualitativa. **Rev Eletr Enf** [periódico na Internet], 2010;. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a18.htm>. Acesso: 01 de junho de 2019.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Belo Horizonte, 2017.

BRASIL Ministério da Saúde (BR). Boletim Epidemiológico da AIDS 2003 [Internet]. [Brasília]: Secretaria de Políticas de Saúde. **Coordenação Nacional de DST e AIDS (BR)**; 2004. Disponível em: <http://www.aids.gov.br>. Acesso: 29 de maio de 2019.

RICCI, S. S. **Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª edição, 2008

## A IMPORTÂNCIA DO LAZER PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM UMA CIDADE NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Talita Antunes Guimarães (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com;  
**Anna Carolyn Cardoso** Discente FAVAG. e-mail: annaccardoso@gmail.com

### Introdução

O índice de pessoas com mais de sessenta anos está aumentando. O envelhecimento, antes considerado um fenômeno, hoje, faz parte da realidade da maioria das sociedades no mundo inteiro. (BRASIL, 2006).

Segundo Ferreira, *et al.* (2010) diante desse novo cenário, surge, nas diversas áreas, uma grande preocupação com os idosos, pois eles representam um grupo bastante diferenciado entre si e em relação aos demais grupos etários, despertando o interesse de muitos estudiosos para a temática do envelhecimento.

Dessa forma as práticas de lazer e recreação são de muita importância para o envelhecimento do idoso, a “qualidade de vida” em todos os sentidos é o ponto chave para a longevidade com saúde e permite aos idosos não só uma maior sobrevivência, mas também uma boa condição de vida (DALSENTER, 2009).

Com base no exposto, o presente estudo teve como objetivo compreender de que forma o lazer influencia na promoção do envelhecimento para uma melhor qualidade de vida.

### Metodologia

A presente pesquisa tratou-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa-descritiva, tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada na Instituição de Longa Permanência “Asilo São Vicente de Paulo”.

Participaram dessa pesquisa 4 idosos, residentes na Instituição de Longa Permanência São Vicente de Paulo, com idades de 61 a 77 anos, sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Já a equipe de enfermagem foram uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem.

O estudo foi desenvolvido entre novembro de 2018 a maio de 2019, por meio de atividades de lazer (jogos de mesa, dama, quebra cabeça, dominó, músicas e pinturas de desenho) e logo após a realização das atividades foi realizado as entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas na íntegra para análise.

Em relação aos aspectos éticos este projeto de pesquisa foi encaminhado para a plataforma Brasil e submetido ao comitê de ética em pesquisa humana para apreciação, foi avaliado e aprovado sob o parecer de nº 3.085.121, somente após a aprovação foi desenvolvido, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre esclarecido.

Para a análise, realizou-se o recorte das falas, levando-se em consideração a frequência dos temas extraídos dos discursos, a fim de encontrar os principais núcleos de sentido, cuja presença dá significado ao objetivo proposto, logo após foram divididos em 3 categorias. As características observadas para a categorização foram às ideias centrais das perguntas realizadas na entrevista.

## Resultados e discussão

Segundo a lei N.º 10.741 do Estatuto do Idoso (2003) dispõem que o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade e que as entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso constituem como obrigação promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.

Segundo Ferreira (2009), a recreação tem como característica ser de livre escolha que visa proporcionar alegria, distração e prazer através de atividades que não apresentem preocupação com grande desempenho, estimulando a criatividade e a participação de todos os idosos, sem, no entanto estimular a competitividade, satisfazendo a necessidade de se expressar naturalmente, diminuindo assim tensões e preocupações

Os idosos responderam a entrevista comentando o que eles pensavam sobre a qualidade de vida. De acordo com os relatos, a qualidade de vida consiste em ter uma vida de trabalho, sentir-se ativo, sem preocupações, com saúde e alegria. Como podemos perceber nas seguintes falas:

[...] Ter saúde, alegria. (D1)

[...] Muitas coisas, meu trabalho. (D2)

[...] Varrer, trabalhar. (D3)

[...] Não sei falar disso não. (D4)

Os idosos foram questionados por qual motivo eles se sentiam alegres, felizes e, contentes, dentre as principais respostas, pôde-se perceber que elas estavam sempre ligadas a alguma atividade fora rotina da instituição, sendo notório nas falas seguintes:

[...] Às vezes tem uma pessoa que chega assim perto da gente, fica feliz. (D1)

[...] Pela profissão que tenho. (D2)

[...] Quando trabalho e isso aqui (colorir). (D3)

[...] Porque tenho saúde. (D4)

Foram perguntadas para a equipe de enfermagem quais as estratégias estão sendo definidas para enfrentar essa transição demográfica e obtivemos as seguintes respostas:

[...] Ter mais atenção, compreender, ter carinho, nunca passar agressão. (E1)

[...] Comunicação, atenção e compreensão. (E2)

[...] Comunicação, carinho, compreensão e muita atenção. (E3)

Segundo Melo *et al.*, (2009) nessa perspectiva, as ações educativas em saúde devem envolver e sensibilizar os profissionais a atuarem de maneira integrada e inteirada com os idosos e familiares, sempre envolvendo as pessoas próximas dos idosos no processo de educação, para a compreensão das implicações do processo de envelhecimento, doenças crônicas e melhoria da qualidade de vida dos idosos e da família.



## Considerações Finais

No contexto atual de envelhecimento populacional, e a crescente necessidade de melhorar a qualidade nessa fase da vida, através da realização deste trabalho foi possível compreender a forma que o lazer influencia na promoção do envelhecimento, proporcionando uma melhor qualidade de vida. Diante realização das atividades desenvolvidas e dos resultados encontrados, foi possível perceber que apesar de estar no estatuto dos idosos que é um direito do deles participarem de atividades esportivas, educacionais, culturais e de lazer, a instituição não proporciona esses momentos frequentemente, na maioria das vezes a parte de lazer e recreação fica por conta de visitantes ou grupos que se disponibilizam para realizar essas ocasiões que favorecem as práticas de lazer e recreação.

Foi possível verificar que o maior desafio encontrado pela equipe de enfermagem foi à aceitação, por parte dos idosos, mas a equipe faz de tudo para que eles se sintam bem, e seja compreendido. É perceptível que a equipe de enfermagem não tem planos traçados para lidar com esse novo cenário que vem crescendo atualmente, mas eles esperam algo melhor, não conseguiram definir com clareza o que esperam.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Básica - Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília, 2006.

DALSENTER, C. A.; MATOS, F. M. Percepção da qualidade de vida em idosos institucionalizados da cidade de Blumenau (SC). **Dynamis Rev Tec-Cient**. Ano base: 2009. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/1385/1239>>. Acesso em: 18 de Maio de 2018.

ESTATUTO DO IDOSO. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)> .

FERREIRA, D. C.; YHOSHITOME, A. Y. Prevalência e características das quedas de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 6, p. 991-7, 2010.

FERREIRA, M.L.M. **Memória e velhice: do lugar da lembrança**. In: Lins de Barros, Myriam Moras (org). *Velhice ou terceira idade?* 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MELLO, M. C. et al. A educação em saúde como agente promotor de qualidade de vida para o idoso. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 1579-1586, set/out, 2009.

## O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA SOBRE DOENÇA DE ALZHEIMER

**Suzane Ariádina de Souza (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [suzaneariadina@hotmail.com](mailto:suzaneariadina@hotmail.com)

**Talita Antunes Guimarães (Orientador)** Docente FAVAG. e-mail: [taantunes@hotmail.com](mailto:taantunes@hotmail.com)

**Alexandra Vasconcelos Batista** Discente FAVAG. e-mail: [alebavas10@gmail.com](mailto:alebavas10@gmail.com)

**Carla Jordana Nogueira Nunes** Discente FAVAG. E-mail: [ncarjordana@gmail.com](mailto:ncarjordana@gmail.com)

**Dimalton Fabio Borges** Discente FAVAG. E-mail: [dimaltonfabio@yahoo.com.br](mailto:dimaltonfabio@yahoo.com.br)

**Valquiria Fernanda Rodrigues de Souza** Discente FAVAG. E-mail: [vfernanda93@hotmail.com](mailto:vfernanda93@hotmail.com)

**Vanessa Teixeira da Silva** Discente FAVAG. E-mail: [va.nes.sa90@hotmail.com](mailto:va.nes.sa90@hotmail.com)

### Introdução

No Brasil há pesquisas que demonstram a estimativa de 1,2 milhões de casos da doença de Alzheimer, sendo grande parte deles ainda não diagnosticados. A maioria das pessoas afetadas com a doença são os idosos, podendo haver um equívoco ao avaliar os sinais clínicos do paciente sendo confundidos os sinais e sintomas como “caduquice” (ABRAZ, 2019).

Talvez uma das doenças mais desafiantes para a família e para os profissionais de saúde envolvidos seja a Doença de Alzheimer que afeta cerca de 50% a 60% da população idosa. A complexidade do quadro, a falta de conhecimento e o prolongado tempo de evolução costumam tornar o cuidado desgastante (SILVA *et al.*, 2013).

A Doença de Alzheimer apresenta-se, inicialmente, de forma insidiosa com deterioração progressiva das funções neurológicas. O prejuízo clínico mais proeminente é na memória de forma episódica e com evidentes prejuízos na aquisição de novas habilidades, causa um temível declínio da autonomia, transtornos comportamentais e um progressivo grau de dependência, sobretudo nas fases mais avançadas, fator significativo de estresse para os familiares e cuidadores (LEITE *et al.*, 2014).

As instituições de Longa permanência (ILPIs) são estabelecimentos para atendimento integral institucional, cujo público alvo são as pessoas de 60 anos e mais, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Neste contexto, a institucionalização pode ser considerada uma alternativa para proteger o idoso que necessita de maiores cuidados, estão entre as modalidades de cuidados para idosos que geralmente oferecem atendimento assistencial e de saúde de forma integral (OLIVEIRA; ROCHA JÚNIOR, 2014).

A atenção ao idoso está, intrinsecamente, relacionada à situação que requer habilidades e conhecimentos com a evolução da doença, principalmente, o comportamento do portador vai alterando-se, necessitando, assim, de um amplo entendimento sobre o assunto. É neste contexto que a enfermagem deve estar inserida de forma ativa, pois a equipe de saúde constitui a rede de suporte. Diante disso, é fundamental que o enfermeiro atue na orientação, supervisão e execução das atividades assistenciais necessárias ao cotidiano do idoso em relação à doença e a conduta a ser seguida (POLTRONIERE *et al.*, 2012).

As orientações de enfermagem voltadas à DA têm como objetivo promover a função e independência do idoso tanto quanto possível. Outras importantes propostas de promoção à saúde incluem a segurança física do paciente, independência nas atividades de autocuidado,

redução da ansiedade e agitação, melhoria da comunicação, meios para a socialização e intimidade, nutrição adequada, atividade e repouso equilibrados e apoio e instrução aos cuidadores e família do idoso. Essas orientações abrangem a todos os pacientes com DA, independentemente das causas da doença (SMELTZER *et al.*, 2010).

Este trabalho objetiva relatar a experiência dos estudantes de enfermagem em Identificar o conhecimento dos profissionais da saúde do asilo São Vicente de Paula sobre os cuidados aos idosos portadores da doença de Alzheimer.

## Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência de estudantes de enfermagem, do sétimo período da Faculdade Vale do Gorutuba-FAVAG, localizada na cidade de Nova Porteirinha, mediante ao conhecimento dos funcionários da saúde que atuam no Asilo sobre Doença de Alzheimer em idosos. Tal experiência ocorreu no período de Abril de 2019. A roda de conversa ocorreu no Asilo São Vicente de Paula na cidade de Janaúba, por um grupo de quatro acadêmicos. A proposta inicial do trabalho contemplou um levantamento bibliográfico acerca da temática de Doença de Alzheimer em idosos institucionalizados, logo após foi elaborado um Manual com os principais cuidados ao portador da doença e por fim, organizamos uma roda de conversa com os profissionais de saúde que atuam no Asilo, explicando sobre a doença, tirando dúvidas, esclarecendo mitos, estes funcionários responderam um questionário para que pudéssemos verificar o conhecimento sobre a doença e entregamos o Manual e após a conversa oferecemos um café especial aos idosos e funcionários.

## Resultados e Discussão

A pesquisa sobre o tema, e a visita ao Asilo contribuiu para o entendimento das necessidades enfrentadas pelo idoso portador da Doença de Alzheimer, dessa forma é possível dizer que é imprescindível a atuação da enfermagem quanto aos cuidados prestados ao idoso com DA. Ficou evidenciado que o enfermeiro tem um papel muito importante que é de acolher, ouvir, acompanhar e prestar assistência com eficácia, portanto é imprescindível embasamento teórico para atuar, um profissional capacitado na arte de cuidar, sendo a referência para o idoso com DA.

A falta de conhecimento e capacitação dos profissionais e cuidadores podem influenciar de forma negativa no cuidado da doença de Alzheimer, uma vez que, estes são responsáveis por proporcionar uma boa qualidade de vida, bem como estimular a prática de atividades que ajudam no estímulo das funções neurológicas dos pacientes portadores de DA, a fim de minimizar os sintomas da doença (INOUE, PEDRAZZANI e PAVARINI, 2010).

Segundo Ferreira (2016), o conjunto de medidas e ações, como o planejamento de atividades ocupacionais direcionados, formula uma melhoria no cuidado da pessoa idosa com DA, uma vez que o tratamento deve ser funcional, cabe ao profissional reforçar a importância de realização de atividades que ajudam tanto no controle emocional quanto no dia a dia do paciente portador de Alzheimer.

Para Almeida, Leite e Hildebrandt (2009), o idoso portador da doença de Alzheimer necessita de cuidado não somente no tratamento, mais também para manter lutando contra a morte, isso exige uma dedicação constante dos profissionais, tanto física quanto emocional,

tendo como consequência uma sobrecarga no serviço prestado, gerando uma baixa qualidade na oferta do cuidado e na qualidade de vida dos pacientes portadores de DA.

## Visita ao Asilo



## Considerações Finais

É fundamental que os profissionais da saúde tenham um olhar holístico e humanizado, para realizar um planejamento de cuidados efetivo e para tanto, é imprescindível aplicar de todo conhecimento, com o objetivo de promover melhor qualidade de vida ao idoso com Doença de Alzheimer.

Conclui-se que a assistência realizada pelos profissionais de saúde aos idosos com Alzheimer no Asilo, atende a necessidade desta pessoa que contém uma doença degenerativa e irreversível. Identificou-se que por meio da rotina pré-estabelecido na instituição, os profissionais atendem toda a demanda de cuidados necessários diariamente para o idoso.

## Referências

ABRAZ, **Associação Brasileira de Alzheimer**. Disponível em:< <http://abraz.org.br>> Acesso em 11 de maio 2019.

ALMEIDA, K. S.; LEITE, M. T.; HILDEBRANDT, L. M. Cuidadores familiares de pessoas portadoras de Doença de Alzheimer: revisão da literatura. **Rev. Eletr. Enf.**, 2009. Disponível em:< <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a23.htm>> Acesso em 10 Maio de 2019.

FERREIRA, J.A.V. **O processo de cuidar da pessoa idosa com doença de Alzheimer (da) numa estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI) perspectivas das ajudantes de ação direta (AADA)**. Diss. 2016.

INOUE, K.; PEDRAZZANI, E.S.; PAVARINI, S.C.I. Influência da Doença de Alzheimer na percepção da qualidade de vida do idoso. **Rev Esc Enferm USP**, 2010.

OLIVEIRA, J.R.; ROCHA JÚNIOR, P.R. Qualidade de vida e capacidade funcional do idoso institucionalizado. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, 2014.

POLTRONIERE, S. ET AL. Doença de Alzheimer e demandas de cuidados: O que os enfermeiros sabem? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, 2011.

SILVA, S.P.N. ET AL. AQUINO CAG, BARBOSA TLA, SILVA CSO, GOMES LMX. A perspectiva do cuidador frente ao idoso com a Doença de Alzheimer. **Rev pesqui cuid fundam**, 2013.

SMELTZER, S.;BARE,B.; HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Rio de Janeiro: décima primeira edição, volume 1, 2010, **Guanabara Koogan**.

## PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS RESIDENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE UMA CIDADE DO NORTE DE MINAS GERAIS

**Talita Antunes Guimarães (Orientador)** docente FAVAG. e-mail: [taantunes@gmail.com.br](mailto:taantunes@gmail.com.br)

**Joselane Ferreira da Silva** discente FAVAG.

**Luma de Jesus Moraes** discente FAVAG. e-mail: [lumaseixas@hotmail.com](mailto:lumaseixas@hotmail.com)

**Anna Carolyn Cardoso** discente FAVAG. e-mail: [annaccardoso@gmail.com](mailto:annaccardoso@gmail.com)

### Introdução

O crescimento da população idosa é um fenômeno de nível mundial. Nos últimos anos esse aumento nos países desenvolvidos ocorreu lentamente, já nos países em desenvolvimento ocorreu de forma acelerada (SOARES, 2015). Para Nóbrega, Fernandes e Costa (2012), esse envelhecimento da população é um reflexo do aumento da expectativa de vida, resultante da diminuição da fecundidade e da mortalidade em todos os países. Desse modo, o número de idosos começou a ter uma maior representação em números relativos e absolutos, passando a viver mais tempo, alcançando idades mais avançadas.

O estado nutricional influencia diretamente na preservação da saúde e na morbimortalidade associada a inúmeros processos crônicos, sendo de grande importância na manutenção da qualidade de vida na terceira idade (MACHADO, COELHO e COELHO, 2010). Ramos (2014) afirma que a Ludoterapia é uma forma de psicoterapia, tendo como propósito promover ou restabelecer o bem-estar psicológico do indivíduo através de jogos.

Este estudo objetivou promover a saúde e a qualidade de vida dos idosos residentes na ILPI São Vicente de Paulo na cidade de Janaúba/MG, através de atividades intervencionistas.

### Métodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa-descritiva, tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica. Foi desenvolvida na ILPI São Vicente de Paulo, localizado na cidade de Janaúba Norte de Minas Gerais. A partir do levantamento dos critérios de inclusão e exclusão, dos 36 idosos, 10 apresentaram condições para participar desta pesquisa, com idades de 60 a 92 anos, sendo 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Foi apresentado para os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, contendo todas as informações necessárias para sua decisão em participar ou não da pesquisa, o mesmo foi devidamente assinado pelos idosos antes da aplicação dos questionários e desenvolvimento das atividades. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa humana, sob o parecer de número 2.402.045.

Para esse estudo foram utilizados o IMC do idoso, registro do consumo diário de acordo com a RDA (1989), o questionário internacional de atividade física e a escala geriátrica de depressão de Sheykh e Yesavage GDS-15. O questionário internacional de atividade física apresenta-se na sua forma curta e longa, e para esta pesquisa foi utilizado a forma curta. Foram desenvolvidas atividades como: práticas de atividades físicas, momentos recreativos utilizando a arteterapia e a ludoterapia, As atividades foram supervisionadas pelas assistentes da pesquisa e fisioterapeuta da instituição, aconteciam três vezes por semana, com



duração de 3 meses. Ao final, a Escala de Depressão Geriátrica foi reaplicada para verificar os resultados das intervenções utilizadas.

## Resultados e discussão

Participaram desse estudo 10 idosos moradores da ILP São Vicente de Paulo, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dos 10 estudados 6 (60%) são do sexo masculino (60, 63, 65, 69, 72, e 74 anos) e 4 (40%) do sexo feminino (60, 76, 77 e 92 anos).

Esta investigação pesquisou o estado nutricional dos idosos através do IMC e constatou que 71% dos idosos são baixo peso e 29% sobrepeso, sendo necessário um equilíbrio com a alimentação para não agravar o estado de saúde e nutrição do idoso.

Neste mesmo contexto analisou-se também o consumo de alimentos através do registro alimentar e verificou-se que os idosos realizam de quatro a cinco refeições diárias, o que está adequado, porém, apresentam o aporte calórico menor do que o necessário, onde o lipídeo está abaixo, o que colabora para a diminuição de peso e problemas nos ossos, merecendo cautela nesta faixa etária, os minerais cálcio e ferro também encontram-se abaixo do recomendado, onde ajustes alimentares devem ser tomados para prevenir doenças como a osteopenia, imunossupressão e piora dos estados mórbidos em geral entre outros.

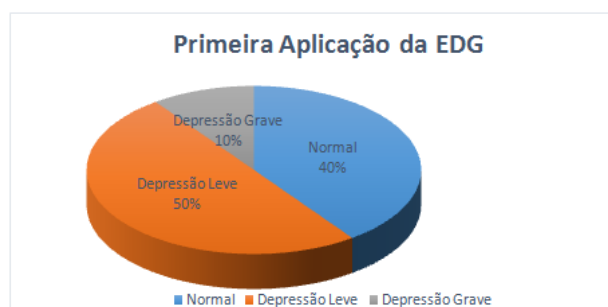
Tabela 3 - Recomendações Nutricionais para o sexo masculino e feminino

Kcal	Valor de referência (VR)	Valor encontrado	
	Masc : 2.300 Kcal	Masculino	Feminino
	Fem : 1.900 Kcal	1.800,7 Kcal	1.611,3 Kcal
Proteína	10 a 35%	15,28%	13,48%
Lipídeo	20 a 30%	10,62%	11,97%
Carboidrato	45 a 65%	46,44%	45,15%
Cálcio	1.200 mg	416,1 mg	482,1 mg
Ferro	8 mg	6,5 mg	5,2 mg

Fonte: Elaboração Própria, 2018

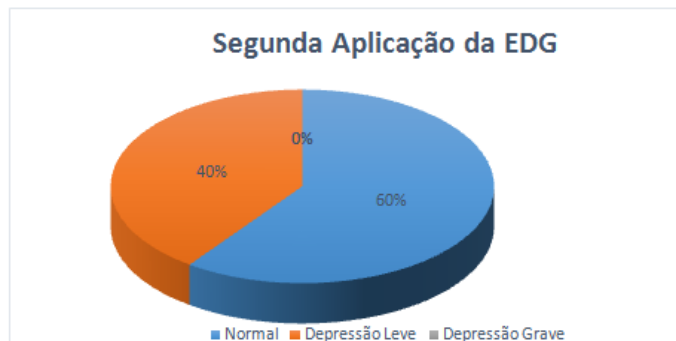
Em relação a escala de depressão, na primeira aplicação 6 idosos apresentaram escores indicativos de depressão, 5 sugestivo de depressão leve e 1 depressão grave. No intervalo entre uma aplicação e outra, foram desenvolvidas as atividades de arteterapia, ludoterapia e exercícios físicos. A escala foi reaplicada para verificação do resultado das intervenções realizadas. Na reaplicação o número de idosos deprimidos caiu para 4 sugestivos de depressão leve, sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, verificando o resultado positivo no emprego das intervenções utilizadas

Gráfico 2- Resultado da primeira aplicação.



Fonte: Elaboração Própria, 2018.

Gráfico 3 - Resultado da segunda aplicação.



Fonte: Dados Próprios, 2018.

## Conclusão

Mediante a realização desse trabalho, foi possível perceber a importância da avaliação nutricional e da nutrição adequada para essa faixa etária, evitando problemas com aumento de peso, baixo peso e riscos de doenças. Sugere-se que o emprego da atividade física é imprescindível tanto para a saúde física quanto mental. Ressalta a importância e eficácia da arteterapia e ludoterapia para o tratamento e prevenção da depressão, fazendo se necessário a implantação dessas práticas nas ILPI, afim de auxiliar juntamente com os psicofármacos e a psicoterapia no tratamento da depressão, visto que o idoso Institucionalizado está mais vulnerável a fatores causadores da depressão e outras alterações cognitivas. É relevante a continuidade desse trabalho na ILPI São Vicente de Paulo, pois, pode apresentar resultados positivos na qualidade de vida do idoso institucionalizado.

## Referências

MACHADO, R. S. P.; COELHO; M. A. S. C.; COELHO; C. S. C. **Percentual de gordura corporal em idosos: comparação entre os métodos de estimativa pela área adiposa do braço, pela dobra cutânea tricipital e por bioimpedância tetrapolar.** 2010.

NÓBREGA, M. M. L. da.; FERNANDES, M. das G. M.; COSTA, K. N. de F. M. **Enfermagem no Cuidado ao Idoso Hospitalizado: Sistematização da Assistência de Enfermagem ao Idoso Hospitalizado.** 1º Ed. São Paulo: Manole, 2012. 49 p.

RAMOS, R. M. S. P. **A Percepção dos Profissionais de Educação Especial Face à Ludoterapia em Contexto Educativo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor) – Escola Superior João de Deus, 2014.

IV SIMPÓSIO DE PESQUISA  
E INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
da **FAVAG**

12 e 13 de Junho de 2019

# FACULDADE VALE DO GORUTUBA

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA

Recredenciada pela Portaria do MEC nº 50 de 22/01/2013 - D.O.U. de 23/01/2013

SOARES, N. **Envelhecimento Humano: diferentes olhares.** Marília/Oficina Universitária São Paulo/Cultura Acadêmica. Editora afiliada ABEU, 2015. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/envelhecimento-humano\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/envelhecimento-humano_ebook.pdf)>.

# **ENGENHARIA CIVIL**

## PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO DE JANAÚBA SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

**Arley Figueiredo Portugal** Docente FAVAG. e-mail: arleysolos@yahoo.com.br;  
**Jeanderson Alves Costa** Discente FAVAG. e-mail: ag.10jeandersonalves@gmail.com

### Introdução

A questão dos resíduos sólidos urbanos é um problema socioambiental em países já desenvolvidos e também em desenvolvimento como o Brasil. Onde a produção de resíduos sólidos se predomina em maior volume, trazendo consequências graves ao meio ambiente, por falta de sua disposição final (ABRELPE, 2015).

Uma das causas para o aumento dos resíduos sólidos urbanos, acontece devido ao crescimento da população e o seu poder de compra.

Este trabalho se justifica pela importância de se analisar o conhecimento da população sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos e as ações que são realizadas em suas casas, em relação a esses problemas. Ele foi realizado em Janaúba, é de suma importância, para que possamos analisar de certa forma, o verdadeiro e atual conhecimento da população, sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos.

O principal objetivo, é avaliar o grau de compreensão da população do município de Janaúba, norte de Minas Gerais, sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos, e analisar as ações que são realizadas em suas casas sobre esse problema. Como, se separam os lixos e participam da coleta seletiva.

### Metodologia

O trabalho foi desenvolvido em Janaúba, com uma população estimada no ano de 2017 em 71.653 mil habitantes, área territorial de 2.181,319 Km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 30,61 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

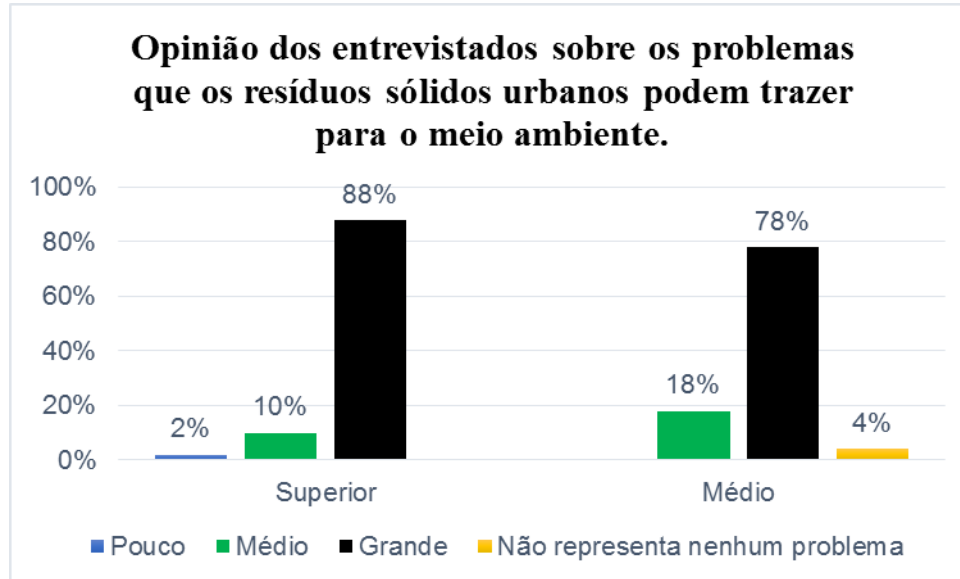
Para o desenvolvimento do projeto, foram aplicados 100 questionários para a população urbana do município, contendo questões objetivas e discursivas, sendo 50 questionários para as pessoas que tem ensino superior completo ou estejam cursando e as outras 50 foram para pessoas do ensino fundamental até o médio completo.

Após a coleta e análise dos dados, os resultados dos questionários foram convertidos em porcentagem, as informações foram organizadas em gráficos para discussão.

### Resultados e discussão

A figura 1, mostra a opinião dos entrevistados sobre os problemas que os resíduos sólidos urbanos podem trazer para o meio ambiente. Pode-se identificar que 88% dos entrevistados com ensino superior, consideram como grande problema, outros 10% classifica como médio e 2% pouco. Mas 4% dos entrevistados com ensino médio disseram não representar nenhum problema, outros 18% classifica como médio e 78% consideram como grande. Com isso fica evidente que a maior parte dos entrevistados que tem ensino superior completo ou incompleto, tem em mente que os resíduos sólidos urbanos trazem um grande problema ao

meio ambiente. Porém 4% dos entrevistados do ensino médio responderam que não representa nenhum problema, isso pode se explicar devido à falta de conhecimento sobre o tema.



**Figura 01:** Percentual da população do município de Janaúba/MG que respondeu à pergunta: Os problemas que os resíduos sólidos urbanos podem trazer para o meio ambiente você considera? (superior) pessoas com ensino superior completo ou incompleto (médio) pessoas do ensino fundamental até ensino médio completo.

Conforme a figura 2, pode-se observar que a maioria das ruas no município tem a coleta de lixo realizada somente uma ou duas vezes por semana, 37% dos entrevistados articularam que a coleta é feita uma vez, outros 41% responderam duas e apenas 14% disseram que a coleta é feita de segunda a sábado, o que é ideal.



**Figura 02:** Percentual da população do município de Janaúba/MG que respondeu à pergunta: Qual frequência da coleta do lixo na rua em que você mora?



Na figura 3, observa-se que os resultados foram quase semelhantes, sendo que 48% da população com escolaridade do ensino superior e 46% do ensino médio não realizam separação do lixo em suas residências. Isso deve acontecer pela falta de conhecimento sobre os problemas gerados pela não separação dos resíduos sólidos urbanos, pois com a devida seleção poderia dar aos aterros sanitários uma vida útil maior e evitaria que os materiais que podem ser reutilizados fossem descartados. Apenas 10% e 8% separam o lixo em suas residências, os exemplos citados foram sacola plástica, papelão/papel, copos descartáveis, latas de cervejas, químico, orgânicos, embalagens, vidro e alumínio. Para Gouveia (2012), a reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos representam uma importante forma de diminuir os impactos dos gases do efeito estufa, responsável pelo aquecimento global, além de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável.



**Figura 03:** Percentual da população do município de Janaúba/MG que respondeu à pergunta: Você realiza separação dos lixos em sua residência, exemplo: orgânicos, recicláveis e químicos? (superior) pessoas com ensino superior completo ou incompleto (médio) pessoas do ensino fundamental até ensino médio completo.

## Considerações Finais

Com isso foi possível perceber que, apesar da maior parte da população considerar os resíduos sólidos como um grande problema, poucos são os que realizam a separação do lixo em suas residências, tanto as pessoas entrevistadas com grau de escolaridade com ensino superior como para ensino médio.

Constatou-se ainda, uma frequência da coleta de lixo em nível muito baixo. E observou-se que a maior parte da população sabe da existência de uma Associação de coleta seletiva, entretanto são poucos que participam.

## Referências

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015**. São Paulo – SP. 2015.

GOUBEIA, Nelson. Resíduos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & saúde coletava**, [online]. V. 17, n. 6, 2012. p.

1503-1519. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600014&script=sci_abstract&tlng=pt) >. Acesso: 10 de out. 2017.

**IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa das Populações dos Municípios em 2008.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1215&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1215&id_pagina=1) >. Acesso 09 de ago. 2017.

## ANÁLISE DO ÍNDICE DE PERDAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

**Arley Figueiredo Portugal (ORIENTADOR)** Docente FAVAG. e-mail: arleysolos@yahoo.com.br

**Cássio Goncalves** Discente da FAVAG

**Marina Gonçalves** Discente da FAVAG

**Rosemere Silva** Discente da FAVAG

**Welton Santos** Discente da FAVAG

### Introdução

A água é um elemento indispensável para a manutenção da qualidade de vida e bem estar da saúde do homem, sendo a motivação mais importante da existência dos serviços de água e esgoto. (RECH, 1992). Pensando na qualidade de vida da população, os governos federal, estadual e municipal despendem dos seus respectivos orçamentos a quantidade de recursos necessários para manter uma qualidade mínima dos serviços que são prestados diretamente ou indiretamente aos seus cidadãos.

Janaúba é uma cidade mineira inserida na Mesorregião do norte do estado de Minas Gerais na área mineira do semiárido brasileiro e na microrregião da Serra Geral de Minas, a qual é a cidade polo. Região do semiárido na qual o município está localizado é caracterizada por precipitação pluviométrica com grande variabilidade espaço temporal resultando em muitos dias sem chuva (CORREIA et al., 2010).

Analisando a importância da água para a saúde e bem estar da população e como fator importante de manutenção da vida e fixação dos moradores na região, bem como para atender as demandas industrial e comercial, atual e futura.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o índice de perdas no sistema de abastecimento do município de Janauba, situado no norte de Minas Gerais, com base em análise dos dados da empresa de abastecimento de água do município, afim de analisar a eficiência do sistema.

### Metodologia

Segundo GIL (2002) os trabalhos de pesquisa podem ser classificados quanto seus objetivos gerais em: exploratória, descritivas e explicativas. De acordo com os objetivos, o presente trabalho é classificado como explicativo, cuja preocupação é reconhecer os fatores que estabelecem ou que influenciam a gênese de determinados fenômenos. É a pesquisa que mais contribui para o aprofundamento do conhecimento científico por identificar a razão das coisas.

As pesquisas também podem ser classificadas quanto à natureza, abordagem (assunto), e procedimentos (KAUARK et al., 2010).

Quanto à natureza a pesquisa é classificada como aplicada por gerar conhecimentos para aplicação prática, direcionada à resolução de problemas específicos (KAUARK et al., 2010). O problema no caso em comento é a perda de água no sistema de abastecimento do município de Janaúba.

Com relação à abordagem do problema a pesquisa é quantitativa, o que significa traduzir em números e informações para que sejam analisadas (KAUARK et al., 2010).

Os procedimentos técnicos utilizados para a elaboração da pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A primeira por haver a necessidade de consultar trabalhos já publicados, bem como a consulta de dados oficiais que sirvam de modelo para comparação. A segunda porque utilizamos os dados de consumo de água do município de Janaúba fornecidos pela COPASA (Sociedade de Economia Mista do estado de Minas Gerais), do período de janeiro/2017 a março/2019. Os dados foram compilados, organizados e trabalhados para o cálculo do índice de perda no sistema de abastecimento neste período.

## Resultados e Discussão

O município de Janaúba possui abastecimento de água coletada no lago do Bico da Pedra, através de fonte superficial, sendo o tratamento realizado no método tradicional através de ETA – Estação de Tratamento de Água.

Na tabela e gráficos descritos a seguir, estão detalhados os dados referentes distribuição e consumo registrados pela população do município entre o período de janeiro/2017 a março/2019. A partir desses dados, pode-se determinar a o índice de perdas (IP) que podem ser calculados, em percentual, com utilização da seguinte equação:

$$IP = \frac{VP - VC}{VP} \times 100$$

Onde:

IP = Índice de Perdas;

VP = Volume Produzido;

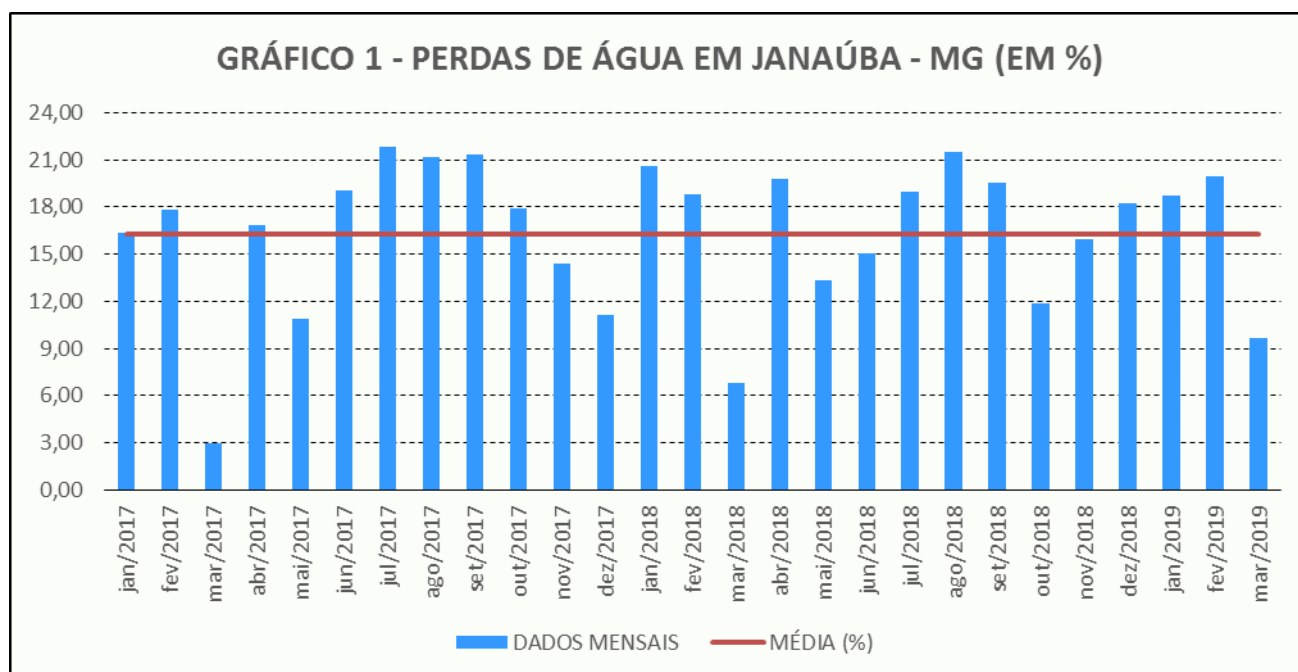
VC = Volume Consumido.

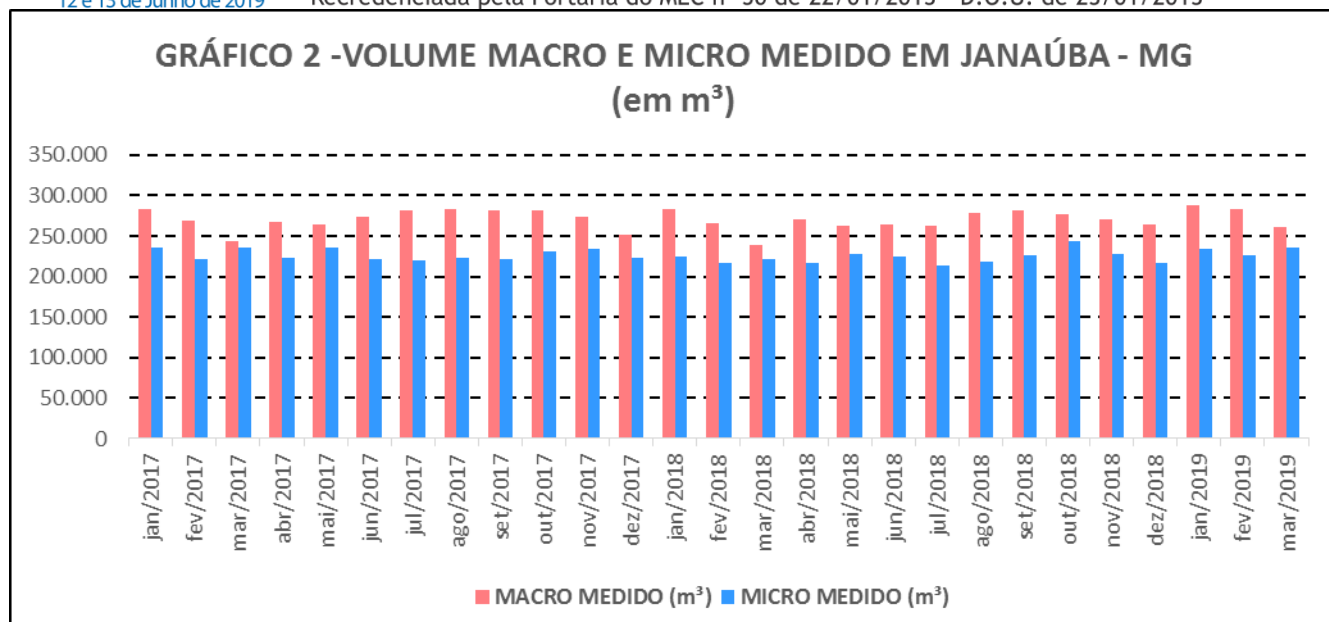
**TABELA 1** - Perdas na distribuição de água no município de janaúba – mg entre os anos de 2017 e 2019

REFERÊNCIA	MACRO MEDIDO (m <sup>3</sup> )	MICRO MEDIDO (m <sup>3</sup> )	PERDA NA DISTRIBUIÇÃO (%)
Jan/2017	282.530	236.352	16,34
Fev/2017	269.487	221.433	17,83
Mar/2017	243.571	236.343	2,97
Abr/2017	267.448	222.481	16,81
Mai/2017	264.141	235.370	10,89
Jun/2017	274.525	222.221	19,05
Jul/2017	281.216	219.891	21,81
Ago/2017	284.010	223.919	21,16
Set/2017	281.897	221.662	21,37
Out/2017	282.234	231.649	17,92
Nov/2017	273.512	234.067	14,42
Dez/2017	251.197	223.252	11,12

<b>TOTAL 2017</b>	<b>3.255.768</b>	<b>2.728.640</b>	<b>16,19</b>
Jan/2018	283.260	225.034	20,56
Fev/2018	266.079	216.063	18,80
Mar/2018	238.433	222.264	6,78
Abr/2018	270.146	216.760	19,76
Mai/2018	262.546	227.536	13,33
Jun/2018	264.514	224.759	15,03
Jul/2018	263.445	213.565	18,93
Ago/2018	279.104	219.145	21,48
Set/2018	280.943	225.999	19,56
Out/2018	277.222	244.329	11,87
Nov/2018	270.175	227.163	15,92
Dez/2018	264.588	216.246	18,27
<b>Total 2018</b>	<b>3.220.455</b>	<b>2.678.863</b>	<b>16,82</b>
Jan/2019	287.798	233.817	18,76
Fev/2019	283.774	227.087	19,98
Mar/2019	261.043	235.893	9,63
<b>TOTAL 2019</b>	<b>832.615</b>	<b>696.797</b>	<b>16,31</b>

Fonte: Copasa





Ao distribuir água para garantir consumo à população, os sistemas sofrem perdas na distribuição, que na média nacional atingem 38,29%, na região sudeste esse índice é de 34,35% (SNIS, 2017). No município em análise é 16,44 % se considerarmos janeiro de 2017 a março de 2019, bem menor que as médias nacional e do sudeste. Esse resultado indica que a eficiência do sistema de abastecimento de água no município de Janaúba é alto, o que é muito importante, por estar em uma região semiárida, onde o uso da água deve ser feito com a maior eficiência possível.

Após a análise dos dados, nota-se que o acesso à água tratada no Brasil é um processo caro e que devido à escassez hídrica não se mostra de forma abundante em algumas regiões. As perdas deste recurso ao longo da rede de distribuição são intensas e, expressa o descaso da gestão pública com este bem público. A diminuição das perdas deve ser o foco das empresas operadoras, assim como o alvo da fiscalização e de políticas públicas, para que se possa promover à população um sistema de distribuição eficiente, eficaz, contínuo e duradouro.

## Considerações

O índice de perda do sistema de abastecimento no município de Janaúba entre o período analisado ficou bem abaixo da média nacional, mostrando a eficiência do sistema no município. Esse resultado se torna de maior relevância por ser um município do semiárido, onde o uso da água se torna cada vez mais crítico.

## Referências

KAUARK, F. Da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna - BA: Via Litterarum: 2010.



REBERT, C. C. ; KIILL, L. H. P.; MOURA. S. B.; CUNHA, T. J. F.; JÚNIOR, L. A. J.;  
ARAÚJO, J. L. P. **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa  
Semiárido, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 4 ed., 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. **Perdas em sistemas de abastecimento de água: diagnóstico, potencial de ganhos com sua redução e propostas de medidas para o efetivo combate**. Disponível em: <<http://abes-sp.org.br/arquivos/perdas.pdf>. > Acesso em: 20 de out. de 2016.

SNIS. **Sistema Nacional de Informações do Saneamento**, 2017. Governo Federal.

Secretaria

Especial de Desenvolvimento Urbano. Brasília

## MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

**Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Orientador)** Docente FAVAG. E-mail: [isoqueiroz@gmail.com](mailto:isoqueiroz@gmail.com)

**Anna Clara Gonçalves Santos** Discente FAVAG. Bolsista de Iniciação Científica da FAVAG. E-mail: [annaclarag558@gmail.com](mailto:annaclarag558@gmail.com)

### Introdução

Com o crescimento da construção civil, além das vantagens econômicas, surgem também problemas como o aumento do surgimento de manifestações patológicas, advindas na maioria das vezes de falhas humanas, devido ao desconhecimento técnico e imperícias. A partir disso surgiu a necessidade do estudo da Patologia das Estruturas.

Souza (1998) diz que Patologia das Estruturas “é novo campo da Engenharia das Construções que se ocupa do estudo das origens, formas de manifestação, consequências e mecanismos de ocorrência das falhas e dos sistemas de degradação das estruturas”.

Por meio do estudo da Patologia das Estruturas percebe-se que a origem das manifestações patológicas se dá nas fases da vida da construção. Segundo Santos (2014), a maioria das manifestações patológicas ocorrem devido a falhas na concepção do projeto, execução e pela falta de controle de qualidade, seguido da utilização inadequada, o que compromete a segurança e durabilidade da construção.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo de caso em que foi elaborado um laudo sobre as manifestações patológicas presentes em uma edificação de uso residencial localizada na cidade de Janaúba/ MG.

### Metodologia

O presente trabalho foi elaborado utilizando natureza aplicada, sendo feito um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa. Para o estudo de caso foi escolhida uma edificação de uso residencial que fica localizada na Avenida Militão José dos Santos, 2190, Ribeirão do Ouro na cidade de Janaúba/MG, conforme vistoria efetuada no local no dia 10 de dezembro de 2018, onde estavam presentes, o engenheiro civil Sr. Thyago Souza Campos Matos, a aluna bolsista de Iniciação Científica do curso de engenharia civil Sra. Anna Clara Gonçalves Santos, e a proprietária da edificação residencial Sra. Jenilda Costa (PRODANOV, 2013).

A identificação foi visual acompanhada de registros fotográficos. As manifestações patológicas foram identificadas baseando-se no conhecimento adquirido em bibliografias referentes ao tema.

### Resultados e discussão

O laudo de manifestações patológicas tem por finalidade identificar e trazer a definição das principais causas e possíveis soluções para as manifestações patológicas de uma edificação de uso residencial constituída por sala conjugada com cozinha tipo americana, dois quartos, banheiro social e área de serviço (PRODANOV, 2013).

Inaugurada em 2016, a edificação residencial objeto do presente estudo possui aproximadamente dois anos de utilização. Para que a identificação da causa da manifestação patológica seja feita de forma correta é necessário saber o tipo de metodologia utilizado na construção da edificação. Segundo informações da proprietária, a presente edificação residencial foi construída em alvenaria de vedação, concreto armado e possui sapatas como fundação. Durante a vistoria realizada, foi solicitada a análise nos locais abaixo:

- Muros de divisa com o vizinho:
  - Manifestação Patológica: Fissuras ativas na extensão vertical do muro representadas em Imagem 1a e 1b.
  - Principais Causas: Recalque da fundação, uma vez que recalque de fundações geralmente se desenvolvem em direção vertical ou diagonal, apresentando variação de abertura ao longo do comprimento (CORSINI, 2010).
  - Possíveis Soluções: Solucionar o problema estrutural e em seguida fazer a limpeza do local e tampa-lo novamente (ZANZARINI, 2016).
  - Grau de Risco Regular: pode haver a perda da funcionalidade mas sem que haja prejuízo a operação, havendo pequena desvalorização, sendo recomendada intervenção a curto prazo (MAIA, 2018).

**Imagem 1a e 1b: Fissuras ativas na extensão vertical do muro**



Fonte: Autor

- Paredes Externas da Cozinha
  - Manifestações Patológicas: Fissura e fenda na diagonal com queda de reboco e exposição da alvenaria de vedação, demonstrados em Imagem 2a e 2b.
  - Principais Causas: Ausência de vergas e contra vergas e ocorrência de recalque da fundação, uma vez que recalque de fundações geralmente se desenvolvem em direção vertical ou diagonal, apresentando variação de abertura ao longo do comprimento (CORSINI, 2010).
  - Possíveis Soluções: Solucionar o problema estrutural e em seguida fazer a limpeza do local e tampa-lo novamente (ZANZARINI, 2016).
  - Grau de Risco Crítico: pode provocar danos à saúde e segurança das pessoas, havendo perda de desempenho, podendo causar paralização, sendo recomendada a intervenção imediata (MAIA, 2018).

**Imagens 2a e 2b: Fissura e fenda na diagonal com queda de reboco e exposição da alvenaria de vedação.**

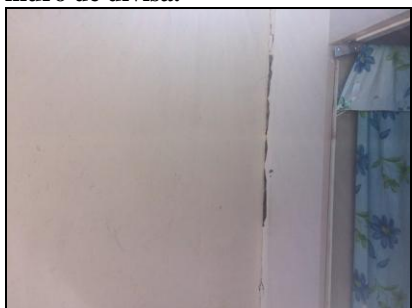


Fonte: Autor

➤ Parede Externa da Sala:

- Manifestação Patológica: Fissuras ativas na diagonal e trinca ativa na extensão vertical entre a parede da sala e o muro de divisa, demonstradas em Imagem 3a e 3b.
- Principais Causas: Recalque da fundação, uma vez que recalque de fundações geralmente se desenvolvem em direção vertical ou diagonal, apresentando variação de abertura ao longo do comprimento já que ocorre o cisalhamento do material da estrutura (CORSINI, 2010).
- Possíveis Soluções: Solucionar o problema estrutural e em seguida fazer a limpeza do local e tampa-la novamente (ZANZARINI, 2016).
- Grau de Risco Regular: pode haver a perda da funcionalidade mas sem que haja prejuízo a operação, havendo pequena desvalorização, sendo recomendada intervenção a curto prazo (MAIA, 2018).

**Imagens 3a e 3b: Fissuras ativas na diagonal e trinca ativa na extensão vertical entre a parede da sala e o muro de divisa.**



Fonte: Autor

## Considerações finais

A causa das manifestações patológicas na maioria dos casos se dá por falhas involuntárias e imperícia dos profissionais envolvidos na fase da vida da construção em que ela foi gerada. Erros que geralmente são primários, que poderiam ser evitados com um pouco mais de atenção por parte dos mesmos, podendo causar prejuízos financeiros e transtornos aos usuários da estrutura. Esses transtornos são causados pela deterioração precoce da estrutura, causando a insatisfação do proprietário e problemas aos responsáveis pela construção que respondem pelos erros cometidos (SOUZA, 1998).

## Referências

CORSINI, Rodnei. **Trinca ou Fissura?** Disponível em: <<http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/160/trinca-ou-fissura-como-se-originam-quais-os-tipos-285488-1.aspx>>. Acesso em: 08 Dez. 2018.

MAIA, Victor. **Inspeção Predial.** Disponível em:

<https://maquinadeaprovação.com.br/engenharia/inspecao-predial/>. Acesso em: 13 Dez 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Camila Freitas dos. **PATOLOGIA DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.** Santa Maria, RS: UFSM, 2014.

SOUZA, Vicente Custódio de, - **Patologia, recuperação e reforço da estruturas de concreto** / Vicente Custódio Moreira de Souza e Thomaz Ripper. - São Paulo: Pini, 1998.

ZANZARINI, José Carlos. **ANÁLISE DAS CAUSAS E RECUPERAÇÃO DE FISSURAS EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL – ESTUDO DE CASO.** CAMPO MOURÃO: ITFPR, 2016.

•

## DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE APLICAÇÃO TECNOLÓGICA EM LABORATÓRIOS E ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DE CONCRETO (CONCRETEIRAS): gestão e rastreamento

**Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Orientador)** Docente FAVAG. E-mail:

isoqueiroz@gmail.com

**Cássio Alvarenga Gonçalves** Discente FAVAG. Bolsista de Iniciação Científica da FAVAG. E-mail:

cassioalvarenga@bol.com.br

**Gutemberg Mendes Martins** Discente FAVAG. Bolsista de Iniciação Científica da FAVAG. E-mail:

gutugmm@gmail.com

### Introdução

O serviço de concretagem é um trabalho que confere à equipe de obra grande envolvimento e supervisão dos respectivos trabalhos. Por essa razão, faz-se necessário o desenvolvimento de uma aplicação que permita unir os processos de planejamento, controle e checagem dos processos produtivos do concreto.

A importância do desenvolvimento dessa aplicação pode ser mensurado ao compararmos com a relevância que o sistema estrutural tem no conjunto da obra. Agregar tecnologias ao processo produtivo permitirá corrigir situações problemáticas, evitando desperdícios de materiais, ociosidade da equipe ocasionada por atrasos na entrega do concreto.

A tecnologia pode ser caracterizada por um estágio de conhecimento de uma certa cultura; assim sendo, está sujeita a evoluções à medida que os conhecimentos científicos aumentam e podem ser acrescidas às técnicas conhecidas anteriormente (BARROS, 1996).

A utilização de softwares na engenharia civil tem aumentado significativamente, transformando a tecnologia em uma ferramenta capaz de impulsionar o processo de gestão e rastreabilidade do concreto. Os aplicativos móveis ganham destaque por permitirem aos usuários a mobilidade necessária nesse setor. Na área de estruturas do curso de Engenharia Civil, há constantemente a necessidade da realização de extensas marchas de cálculo, em que se faz necessário a análise de ábacos, tabelas e fórmulas, tornando o processo ainda mais demorado e trabalhoso, principalmente nas atividades de campo. A determinação ou verificação da dosagem correta do concreto em obras é uma situação que se repete constantemente (SANTOS, 2017)

A evolução tecnológica percebida, em constante evolução, em especial pela internet das coisas (*IoT – Internet of Things*), facilidade do uso de smartphones, e, a necessidade de gestão e rastreabilidade do concreto, objetivando diminuir custos, desperdícios e principalmente, aumentar a produtividade, de forma sustentável, prezando a otimização do tempo, a utilização correta dos materiais e oportunizar o desenvolvimento de tecnologias.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende desenvolver uma aplicação (*web e mobile*), aplicado a dosagem experimental, a gestão e fornecimento do concreto dosado em usina, além de sua rastreabilidade, com os controles tecnológicos inerentes, com transparência e confiabilidade à atividade de aquisição e recebimento do concreto, e, por consequência, possibilite eficiência ao serviço de concretagem.



## Metodologia

A classificação metodológica de uma pesquisa científica pode ser feita de diferentes modos e depende principalmente do assunto abordado, dos objetivos do estudo e dos meios que serão utilizados para que os dados sejam atingidos. (KAUARK et al., 2010). Para Kauark *et al.* (2010), a pesquisa pode ser classificada de acordo com sua natureza, abordagem, objetivo, e de acordo com os procedimentos técnicos utilizados.

Quanto a natureza a pesquisa pode ser considerada aplicada, uma vez que é restrito a objetos situados em uma área delimitada com atributos semelhantes e tem como intento a geração de conhecimentos para uma aplicação prática, baseado na solução de um problema (KAUARK, 2010). Quanto a abordagem pode ser classificada tanto como quantitativa como qualitativa, primeira justifica-se por apresentar números referentes aos índices de controle, permitindo a criação de tabelas e gráficos, e consequente análise, a segunda é explicada por conter um estudo interpretativo da qualidade e o quanto auxílio no processo produtivo, de controle e checagem.

No que se refere aos objetivos essa pesquisa possui característica exploratória, uma vez que investiga os procedimentos técnicos envolvidos na gestão e rastreabilidade do concreto, caracterizando os fatores que acarretam em baixa produtividade. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é mais bem definida como experimental e bibliográfica, a primeira é justificada por determinar o objeto de estudo avaliando as interferências e propõe formas de controle do efeito dessas interferências, a segunda se justifica por buscar conhecer o estado da arte do tema tratado e os conceitos mais importantes que devem ser explorados (KAUARK, 2010).

## Resultados Esperados

Pretende-se então desenvolver uma aplicação para atender uma demanda de duas utilizações diferentes (*web* e *mobile*), mas que comuniquem entre si, utilizando uma mesma base de armazenamento de dados, possibilitando a geração de índices de controle, mensurando a efetividade do procedimento adotado.

O desenvolvimento da aplicação permitirá um controle mais apurado do processo de produção, transporte e recebimento do concreto, fatores que influenciam na produtividade. Vale ressaltar que o elevado tempo no transporte do concreto entre a concreteira e a obra, provoca, muitas vezes, o fim do tempo de utilização do concreto, em função do início do tempo de pega (BIONDO JÚNIOR, 2017).

A norma que regulamenta os procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos e prismáticos é a NBR 5738, figura 1 e 2. Para a realização dos ensaios a compressão dos corpos de prova temos a NBR 5739, ilustrado na figura 3 temos uma prensa de compressão utilizada nos ensaios.



Figura 1 Corpos de Prova



Figura 2 Processo de Cura



Figura 3 Prensa de Compressão

O desenvolvimento de uma aplicação com banco de dados instalado em servidor possibilitara o acesso em diversos dispositivos, proporcionando a todas as partes interessadas acesso simultâneo e imediato aos dados. Outra funcionalidade importante, sobremaneira com o uso cada vez mais difuso dos smartphones, são os aplicativos de mensagens, permitindo a comunicação entre empresa e clientes, bem como entre a instituição e seus colaboradores.

Os elementos supracitados nos estimulam a desenvolver a pesquisa e buscar meios de conciliar as tecnologias disponíveis ao processo de produção do concreto com o objetivo de agregar valor ao produto final, bem como diminuir as perdas e desperdícios. Dessa maneira, uma presença digital é muito importante para interagir com clientes, responder dúvidas, reportar situações adversas que podem alterar as datas de entrega, automatizar o status dos envios, entre outras informações (PEDROSA, 2016)

## Considerações Finais

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitará em um primeiro momento análise e investigação dos dados obtidos essencialmente em laboratório, com base nesses dados coletados a aplicação irá comparar com os valores padrões vigentes nas normas. O armazenamento dessas informações permitirá criar um banco de dados que permitirá o embasamento de estudos e posterior proposições de mudanças que possibilitem o aprimoramento do processo de produção, transporte e recebimento do concreto. Em uma segunda etapa da pesquisa será aplicado os conceitos obtidos em laboratório em uma concreiteira, incentivando as mudanças que os estudos indicarem ser pertinentes e proporcionar aumento da produtividade, diminuição dos custos e desperdícios.

A indústria da construção civil, no que tange o desenvolvimento tecnológico da gestão e rastreabilidade do concreto, pode melhorar consideravelmente a produtividade, a partir da implementação de tecnologias de aplicação (*web* e *mobile*). A pesquisa visa aproximar essas tecnologias ao processo de produção do concreto, possibilitando o aperfeiçoamento das técnicas então vigentes e criar um acervo para consultas.

## Referências

BARROS, Mércia Maria Semensato Bottura de. **Metodologia para implantação de tecnologias construtivas racionalizadas na produção de edifícios**. 1996. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, A.C. *et al.* **Desenvolvimento de aplicativo para dosagem de Concreto convencional como ferramenta auxiliar no Ensino da engenharia civil**. IV CONECU, 2017

KAUARK, F. Da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna - BA: Via Litterarum: 2010.

BIONDO JÚNIOR, V. **Proposição de software para aquisição e recebimento do concreto em serviços de concretagem**. Monografia de Especialização. USP. São Paulo, 2017

PEDROSA, Marina Laport Cabral. **Controle de qualidade e rastreabilidade para concreto moldado *in-loco* em habitações de interesse social**. Monografia de graduação, 2016.

# PEDAGOGIA

## ANÁLISE DOS ERROS MATEMÁTICOS DOS ALUNOS DO 7º ANO EM EXPRESSÕES NUMÉRICAS: UM ESTUDO DE CASO

**Zulma Ferreira de Souza** (Orientadora), Docente FAVAG. e-mail: [zulmasouza@hotmail.com](mailto:zulmasouza@hotmail.com);  
**André José Pereira**, Docente FAVAG. e-mail: [andre.pereira@ifnmg.edu.br](mailto:andre.pereira@ifnmg.edu.br);  
**Deliane Ferreira de Paula**. Discente FAVAG. e-mail: [dellianyfpaula@outlook.com](mailto:dellianyfpaula@outlook.com).

### Introdução

Os problemas abordados no contexto do processo de ensino e aprendizagem da matemática tratam de uma temática, que estende ao longo do tempo, não sendo possível definir seus reais motivos, uma vez que tais problemas se apresentam em níveis variados de complexidade e de diferentes formas, tanto para professores quanto para alunos. Sendo a matemática uma ciência exata e não estática, esta deve ser apresentada ao aluno de forma contextualizada com a realidade, que o cerca para que este possa vivenciar na prática a aplicação da teoria estudada.

Nesse estudo, tratou-se das expressões numéricas. Operações essas, básicas, que envolvem números e símbolos para ordenação de resolução (colchetes, chaves, parênteses), e surgem a partir de diferenciadas aplicações no cotidiano. Por exemplo: Um senhor foi ao supermercado e comprou três pacotes de feijão, no valor de R\$ 3,00 cada, e um pacote de farinha no valor de R\$ 2,00. Qual o valor final da compra? Pode-se resolver esse problema montando a expressão numérica  $3 \times 3 + 1 \times 2 = \text{R\$ } 11,00$ . Desta maneira, é essencial que o aluno tenha compreendido, de maneira contextualizada, o conteúdo trabalhado em sala.

Diante dessa problemática, surgiu a motivação para esta monografia, que traça uma investigação sobre os erros ocorridos na resolução de expressões numéricas, durante a realização da prova de Matemática dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, de uma escola do Município de Jaíba - MG.

Sendo a prova um instrumento de avaliação, esta foi utilizada para identificar onde ocorrem as maiores incidências de erros. Na visão de Luckesi (2011), avaliar vai além de atribuir valores, sendo um processo constante de investigação da qualidade do aprendizado, que possibilite ao aluno adquirir o conhecimento desejado e se aprimorar naquilo que já possui conhecimento. Portanto, a avaliação escolar é uma ferramenta indispensável nas mãos do educador, servindo para acompanhar e aprimorar o desenvolvimento do aluno, para que ele possa utilizar de tais benefícios e de seus processos, para identificar possíveis dificuldades de aprendizagem.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei nº 9.394, de 20/12/1996 (MEC, 2018) consta que a avaliação escolar deve acontecer em diversos momentos durante o ano letivo, por isso ela deve ser diagnóstica (início), formativa (durante) e somativa (depois). Assim, a avaliação se torna uma importante ferramenta na mão do professor, possibilitando a ele analisar o nível de dificuldade do aluno e, a partir daí, desenvolver atividades pedagógicas diferenciadas, que atendam adequadamente a necessidade detectada.

O desenrolar da pesquisa ocorreu nas etapas descritas: tratou-se do estudo teórico sobre avaliação e erro; em seguida, a metodologia utilizada para levantamento dos dados; logo após, fez-se uma análise dos resultados obtidos por meio da prova aplicada. Para a finalização do trabalho acadêmico, procedeu-se a análise geral dos erros e acertos, concluindo com as considerações finais .

Essa pesquisa qualitativa e quantitativa teve como objetivo analisar os erros cometidos pelos estudantes na resolução de expressões numéricas, desdobrando-se em: analisar se os alunos dominam as quatro operações básicas da matemática; verificar se os alunos sabiam resolver, de forma correta e sequencial, expressões com parênteses, colchetes; identificar os principais erros cometidos pelos alunos na resolução de expressões numéricas.

Após a aprovação do texto monográfico, será publicada, para apreciação das pessoas interessadas pelo tema.

## Metodologia

A metodologia utilizada foi pautada na abordagem quali-quantitativa, que, de acordo com Lakatos (2011), é um método que oferece a possibilidade de análise amostral, ampla e com informações numéricas, de forma reduzida, conforme a forma de análise do objeto.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma prova com 10 questões de expressões numéricas, objetivando identificar onde ocorre a maior incidência de erros por parte dos alunos, da cidade de Jaíba-MG, do 7º ano, com idades entre 12 e 13 anos, sugeridas pela coordenadora pedagógica, da unidade de ensino.

A prova foi composta por 10 (dez) questões de cálculo, sendo 8 (oito) questões abertas e 2 (duas) questões fechadas. Todas elas elaboradas cuidadosamente. Cada aluno recebeu uma prova para ser resolvida em 80 minutos (2 horários de aulas).

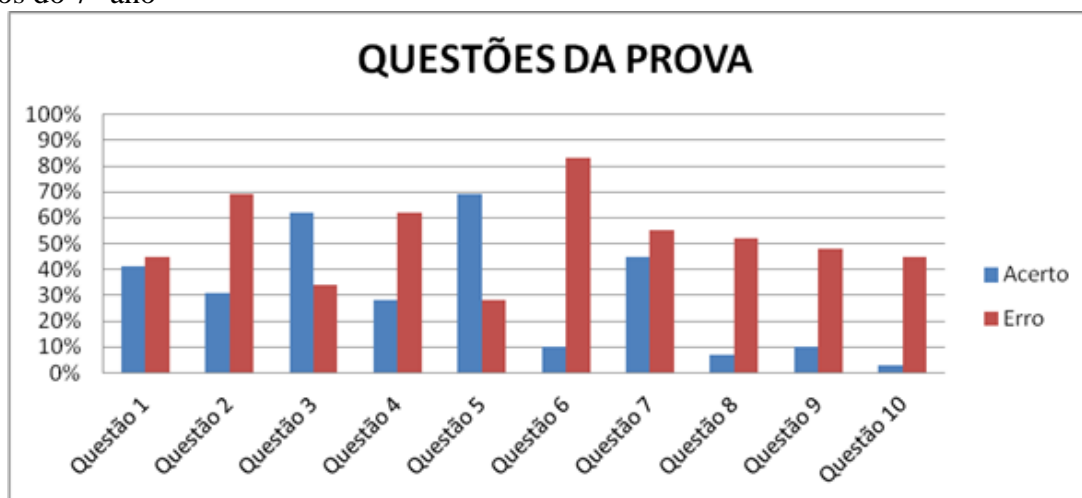
## Resultados e discussão

A análise dos dados foi feita da seguinte forma: cada questão, de 1 a 10, foi disposta em gráficos e valorados os percentuais de erros, acertos e em branco. Ao final, foi considerado apenas o percentual de erros e acertos e, somadas todas as questões, encontrou-se o percentual final que pode ser observado no sub título ‘análise geral dos erros e acertos’, resumindo todas as questões da prova, de forma a facilitar a compreensão dos leitores.

Ao analisar a prova aplicada, foi possível identificar 2 (dois) erros mais cometidos pelos alunos. O primeiro erro está ligado à ordem da resolução dos cálculos das operações numéricas: na maioria dos casos eles se confundem quando a questão vem com muitas operações diferentes e acabam não entendendo a pergunta. Exemplos disso podem ser observados em toda a avaliação, principalmente nas questões 1, 2, 7, 8, 9 e 10 da avaliação. O segundo erro está relacionado ao aprendizado da tabuada, ou seja, há uma falha no método de resolução da multiplicação e divisão. Exemplos podem ser observados nas questões 2, 6 e 7 da avaliação.

Pode-se deduzir que a expressão numérica é um conteúdo que necessita de maior atenção e dedicação no processo de resolução, pois ela possui sinais e operações que podem ser confundidos pelos alunos no momento da resolução dos problemas, levando-os ao erro.

GRAFICO 1- comparação dos percentuais de erros e acertos da avaliação aplicada aos alunos do 7º ano



FONTE: TCC- Deliane Ferreira de Paula

## Considerações Finais

Os dados coletados, através de prova aplicada aos alunos do ensino fundamental, revelaram resultados significativos quanto ao objetivo pretendido, levando em consideração a relevância do erro, podendo-se afirmar que o mesmo faz parte do processo de ensino e de aprendizagem.

Constatou-se que existe uma probabilidade muito grande para o erro, o qual, se bem estudado e analisado, poderá abrir portas inimagináveis para o conhecimento, principalmente em relação à matemática onde o resultado é exato.

O desenvolvimento desse projeto foi um aprendizado ímpar, que propiciou experiências benéficas acerca da educação matemática, e será de muita utilidade em toda a trajetória profissional. Do mesmo modo, espera-se que ele sirva de auxílio tanto para os professores quanto para os alunos, que se interessem pelo ensino e aprendizado da matemática.

Sendo o objetivo principal desse trabalho, identificar quais os erros matemáticos mais cometidos pelos alunos do 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual da cidade de Jaíba – MG, considera-se que o objetivo foi alcançado.

Não se pretende esgotar o estudo com essa linha de pesquisa, mas servir de direcionamento para outras investigações.

## Referências

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – lei nº 9.394, de 20/12/1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>  
Acesso em: 23 de maio 2018, às 18:34 h.



## LETRAMENTO DIGITAL NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA), NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL E À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO

**Zulma Ferreira de Souza** (Orientadora), Docente FAVAG. e-mail: [zulmasouza@hotmail.com](mailto:zulmasouza@hotmail.com);  
**Eliana Juvêncio Cardoso Barbosa**-Discente FAVAG. e-mail: [cardosobarboeliana@gmail.com.br](mailto:cardosobarboeliana@gmail.com.br);  
**Silvanete Norte Brito**-Discente FAVAG. email: [silsilsilbrito@gmail.com.br](mailto:silsilsilbrito@gmail.com.br)

### Introdução

As necessidades educacionais atuais, influenciadas pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), abrem espaços e possibilidades para técnicas metodológicas com novos significados. Logo, nesta pesquisa, será analisada a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em cursos presenciais e em EAD, no ensino superior, na Faculdade Vale do Gortuba (FAVAG). Esses ambientes apresentam ferramentas tecnológicas que darão suporte aos docentes e discentes, promovendo, não só a interação, a aprendizagem e o ensino, como também a realização de atividades para o sucesso pedagógico, dessa comunidade escolar.

A metodologia de ensino, em todos os seguimentos, sofre nas últimas décadas significativas interferências e mudanças, acompanhando o desenvolvimento tecnológico presente no cotidiano dos indivíduos. Com o advento da internet, as informações se diversificam a todo o momento, uma vez que o ensino e a aprendizagem apresentam em suas técnicas mecanismos para acompanhar os processos no âmbito educacional. E assim, interferem na comunicação e no acesso a todo tipo de informação. Para Lévy (1999, p.24), “a interconexão mundial de computadores (a extensão do ciberespaço) continua em ritmo acelerado”, instigando para a evolução, nesse caso, da educação.

O presente projeto propõe executar uma pesquisa, através do: Projeto de Iniciação Científica (PIC) da FAVAG, ao ser utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por professores, professoras, acadêmicos e acadêmicas do ensino superior presencial e em Educação a Distância (EAD), nos primeiros períodos de estudos. Serão buscadas respostas para a problematização: “As barreiras e estímulos do letramento digital, na cibercultura, no uso das ferramentas tecnológicas e o AVA, utilizadas no ensino e aprendizagem, oferecidas pela FAVAG, nos cursos presenciais e à distância, podem interferir no ensino e aprendizagem dos estudantes do curso superior?” Será efetuada: a contextualização da EAD, nas políticas públicas educacionais brasileiras, como alternativa de promover o acesso à educação no segmento de ensino superior; a identificação no AVA da FAVAG, das ferramentas tecnológicas e pedagógicas utilizadas pelos docentes e discentes, seus desempenhos frente às novas tecnologias; a análise se o letramento digital interfere na utilização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs); e ainda coleta de depoimentos dos estudantes e docentes, quanto ao letramento digital, no uso das novas tecnologias, em benefício do processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à metodologia, terá abordagem qualitativa e os dados serão coletados através de técnicas variadas e de entrevistas não-diretivas. Será utilizado o estudo de caso, pois o mesmo pertence ao universo do objeto ou da “amostra”, que será trabalhada. Nesse caso, uma amostra casual, aleatória, composta por docentes e discentes dos primeiros períodos de ensino superior presencial e EAD, dos cursos de pedagogia e administração.

A relevância dessa pesquisa se dá, quando apresenta aos docentes e discentes do ensino superior presencial e em EAD, as possibilidades de proporcionar o ensino e a aprendizagem de forma prazerosa, eficiente e compartilhada. Para Oliveira et. al (2018, p.39) “[...], a adoção de tais tecnologias, como apoio às atividades de ensino presenciais, é um requisito importante e estratégico para disseminar práticas de educação [...], que vêm apresentando forte tendência de crescimento”. Trata-se, portanto, de estudo relevante, pois o AVA apresenta-se como eixo, materializado pela inteligência coletiva, na experiência formativa de Instituição de Ensino Superior (IES). E assim, possibilitar aplicar a portaria 1.428, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao ofertar até 40% das aulas à distância (BRASIL, 2018). No entanto, essa medida causa controvérsias, na discussão quanto a sua eficácia no ensino superior.

Pretende-se contribuir com dados relevantes que possam ser utilizados para aprimorar os cursos e metodologia híbrida, oferecidos pela IES, assim como fornecer subsídios para o aprimoramento de métodos e técnicas, na melhoria do ensino e da aprendizagem. Esse estudo tem por Objetivo Geral analisar as implicações do letramento digital no uso das ferramentas tecnológicas utilizadas no ensino e aprendizagem, oferecidas pela FAVAG, nos cursos presenciais e à distância. Serão buscadas respostas do desdobramento do objetivo geral que se propõe a: Conhecer o AVA da FAVAG e a sua articulação com as mídias, como fornecedor, processador ou produtor de informação do ensino e da aprendizagem.

## **Metodologia**

O caminho a ser percorrido para essa pesquisa terá abordagem qualitativa. Deverá realizar coletas de dados, utilizando-se técnicas variadas, tais como: entrevistas, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 48). A técnica a ser aplicada contará com entrevistas não-diretivas, por possibilitar a coleta de informações a partir do “discurso livre”. A amostra será casual e aleatória composta por docentes e discentes de ensino superior presencial e em EAD. Os dados serão analisados, em toda a sua riqueza, num diálogo teórico com os estudiosos, seus pares consultados e as técnicas de pesquisas utilizadas, para responder a pergunta inicial.

## **Resultados e discussão**

Os dados serão analisados, em toda a sua riqueza, num diálogo teórico com os estudiosos e seus pares consultados e as técnicas de pesquisas utilizadas, para responder a pergunta inicial: “ As barreiras e estímulos do letramento digital, na cibercultura, no uso das ferramentas tecnológicas e o AVA, utilizadas no ensino e aprendizagem, oferecidas pela FAVAG, nos cursos presenciais e à distância, podem interferir no ensino e aprendizagem dos estudantes do curso superior, já que se almeja o aproveitamento maior do tempo para os estudos pelos alunos, em qualquer espaço que ofereçam recursos midiáticos”? E assim, possibilitar a obtenção de dados para a formulação de Política Educacional da Instituição de Ensino Superior (IES), na obtenção de resultados satisfatórios para a academia, junto à comunidade e região.

## **Considerações Finais**

O resultado desse estudo poderá apontar as barreiras e estímulos do letramento digital, contribuindo assim com as políticas públicas e as IES, apresentando resultados, sinalizando

que o AVA no ensino superior, o que poderá otimizar o tempo em sala de aula em detrimento da melhoria do ensino e da aprendizagem. Apesar dos avanços, essas tecnologias não significam que tenham revolucionado a forma de ensinar e aprender na escola, porém, a utilização dessas tecnologias junto a alunos e professores mediarão os conteúdos da aprendizagem, pela sua prática, assim como a sua melhoria paralela a outras novas práticas. Com isso, oferecer ao município de Nova Porteirinha e região uma IES “antenada” com a realidade, baseada em sua missão de “Formar o cidadão e profissional com capacidade para atuar em uma sociedade em constante mudança (FAVAG, 2019)”. E então, aprimorar ferramentas tecnológicas de ensino e de aprendizagem.

## Referências

BRASIL. **Portaria 1.428 de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece que as/os estudantes devem ser informadas/os pelas instituições de ensino superior (IES) que parte do curso presencial será em formato de educação a distância (EaD). Diário Oficial da União (DOU). Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251). Acesso em 17/01/2019; acesso em: 17/01/2019, às 23h15.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto-Portugal: Porto Editora LTDA, 1994.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora34, 1999. 273p. (Coleção TRANS)

OLIVEIRA, Daniel Thomé; CORTIMIGLIA, Marcelo Nogueira; et. al. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem no Ensino Superior Presencial**: o processo de adoção da tecnologia na perspectiva do docente. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/263>; acesso em 22/01/2019, às 16h45.

## **METODOLOGIA ATIVA: a resolução de problemas como recurso para o ensino da matemática na educação básica**

**Zulma Ferreira de Souza (Orientadora)**, Docente FAVAG. e-mail: zulmasouza@hotmail.com.

**Wagner Leandro Braga Caires**, Discente FAVAG. e-mail: wagner.aires@gmail.com.

### **Introdução**

O ensino da matemática é visto por muitos alunos como disciplina desinteressante. As metodologias tradicionais são predominantes nas salas de aulas, onde o professor é o centro da aprendizagem e o aluno apenas presta atenção, como quase mero espectador. Com isso, esses alunos não se sentem estimulados a aprenderem da forma em que o conhecimento está sendo ofertado. Há necessidade de reflexão quanto aos métodos de ensino e de aprendizagem da matemática. O uso das metodologias ativas, objeto deste estudo, poderá indicar novos caminhos para o estímulo aos estudantes. Essa metodologia apresenta-se sobre diversificados instrumentos e métodos pedagógicos, que possibilitam a contextualização do saber matemático. Acredita-se que, em assim sendo, o interesse em aprender de forma real e autônoma, poderá trazer resultados significativos de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, Dewey (Apud BERBELL, 2011, p.28) propunha o ensino através de resolução de problemas, já que ele acreditava que o aluno aprendia com modelos significativos e reais, denotando o prazer em aprender de forma ativa.

Berbell (2011) confirma a teoria, pois essa pesquisadora acredita que o potencial da criatividade e curiosidade “ à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Refletindo essa proposta pedagógica de ensino ativo, é que se pensou realizar uma pesquisa com duas dessas metodologias: a resolução de problemas, que Berbell (2011) define como "Problemas Bases Learning (PBL)", uma prática presente no cotidiano escolar, facilitando a vivência, instigando as habilidades e o interesse; e o Arco de Magarez, (BORDENAVE, 2010), em que essa problematização parte dos alunos, associando o problema a sua vida cotidiana, na busca de solução para ela.

Portanto, nesse estudo bibliográfico, pretende-se verificar se essas metodologias podem suscitar e demandar ações mais dinâmicas, com o propósito de elaborar e reelaborar saberes, os quais serão imprescindíveis para a realização de uma prática pedagógica, com resultados significativos no ensino e na aprendizagem da matemática.

Esta pesquisa, envolvendo estudos bibliográficos sobre o tema, objetiva verificar o uso da metodologia ativa na resolução de problemas: "Problemas Bases Learning (PBL)" e Arco de Magarez, poderão facilitar a aprendizagem da matemática, na Educação Básica. Esse objetivo geral se desdobrará em: Analisar a evolução histórica da metodologia ativa, pelos método “PBL” e Arco de Charles Magarez, na resolução de problemas, no ensino da matemática; relacionar a problematização com a aprendizagem, como recurso de práticas pedagógicas do ensino da matemática; verificar se a metodologia da Problematização, enquanto opção de ensino e aprendizagem, configura como alternativa de ensino da matemática; realizar diálogo teórico com os estudiosos do assunto, confrontando as ideias. Por fim, será elaborado um trabalho de Conclusão de Curso, de Graduação em Matemática da FAVAG, que após apresentado para aprovação e, sendo aprovado, constituirá objeto de estudos para outras pesquisas científicas.

## Metodologia

A metodologia a ser utilizada terá enfoque qualitativo descritivo, que na visão de Bogdan e Biklen (1994, p.48), “os dados recolhidos são em forma de palavras e imagens e não números”. Nesse sentido, através da técnica bibliográfica, utilizar-se a de textos primários: livros, jornais, periódicos, artigos, relatórios, conforme sugere Medeiros (2014, p.36). O tema estará centrado no uso da metodologia ativa "Problemas Bases Learning (PBL) e do Arco de Maguerz, na resolução de problemas; no ensino da matemática. A escolha desse método permitirá realizar diálogo teórico com os estudiosos do assunto, confrontando as ideias, comprovando ou refutando a hipótese.

## Resultados e Discussão

Após um estudo exploratório do tema, a hipótese de que a metodologia ativa PBL e o Método do Arco de Maguerz têm seus aspectos positivos a contribuir com a Educação Básica no ensino da matemática. Os estudantes poderão vencer as barreiras proporcionadas pelo ensino tradicional e metódico, com a relação da vivência da matemática e a sua realidade. Assim os estudantes serão instigados a investigar com profundidade os problemas apresentados, a fim de encontrar soluções práticas. Como resultado, poderá estimular a desenvolver habilidades do trabalho em equipe, através dos grupos de discussão, permitindo a interlocução das disciplinas e especialidades distintas, assim como a troca de informações entre os pares.

Percebe-se que, com uso do PBL e do Arco de Charles Maguerz no ensino da matemática, os estudantes se tornam independentes no seu saber. O professor poderá oferecer oportunidades de reflexão das suas ações na sociedade em que vivem, numa pedagogia problematizadora.

## Considerações Finais

As atividades, com resolução de problemas no ensino da Matemática na Educação Básica, tornam a aprendizagem mais simples, concreta e dinâmica, onde o aluno terá reais interesses em aprender, pois essa forma criativa de ensinar nas aulas de Matemática pode despertar o interesse e a motivação para a aprendizagem. Os educandos poderão sentir estimulados, aumentando o senso de responsabilidade, vontade e disciplina para estudar e aprender, resolvendo problemas de suas relações cotidianas e interesses. A leitura e a pesquisa serão frequentes possibilitando o emprego do raciocínio lógico nas discussões.

A hipótese de que a metodologia ativa, no ensino da matemática, utilizando-se dos métodos PBL e Arco de Maguerz, poderá ser comprovada ou refutada, ao final desse estudo. Os resultados poderão contribuir para vencer barreiras de ensino e aprendizagem da matemática. Espera-se que o resultado desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seja divulgado entre os pares, para análise e possíveis tomadas de decisões pedagógicas, nas unidades de ensino da Educação Básica. A elaboração escrita dessa pesquisa, tem seus aspectos positivos a contribuir no ensino e aprendizagem da matemática. Os estudantes poderão vencer as barreiras proporcionadas pelo ensino tradicional e metódico, com a relação da vivência da matemática e sua realidade.

## Referencias

BERBELL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes.** Revista Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011

Disponível em: <[http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel\\_2011.pdf](http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf) >

Acesso em: 06/05/20129, às 18:30h

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 2009.

BORDENAVE, J. D., PEREIRA, A. M. P. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 30ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2010

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica:** a prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 12º ed. São Paulo: Atlas, 2014



## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

### Administração

**Título:** CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA

**Autores:** Patrícia da Conceição Silva e Débora Francine Gomes Silva Pereira

**Título:** CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO DA SERRA GERAL: OS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

**Autores:** Adriano Pereira Santos, Daniel Gonsalves da Silva e Mikaelly Janay Silva Garcia

**Título:** IMPLANTAÇÃO DA VITICULTURA NA FAZENDA DOCE SERTÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Autores:** Fábio Cantuária Ribeiro; Breno Marques Felipe; Fernando José Carvalho dos Santos e Jeferson Borges Lima

**Título:** A EVOLUÇÃO DO PREÇO DO DÓLAR E SEU IMPACTO NA INFLAÇÃO

**Autores:** Celiane de Jesus Silva; Danielle Pereira de Jesus; Jessica Ramos de Andrade; Josiane Fernandes de Souza; Mikarla Muniz Fraga e Fábio Cantuária

**Título:** GASTOS PÚBLICOS E A NECESSIDADE DE CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS

**Autores:** Fábio Cantuária Ribeiro; Diane Kelly da Silva; Leidiane Nunes de Souza; Jordana Gabriele Rodrigues de Souza; Geilza da Silva Cardoso e Carolina Santos Nunes

**Título:** O CARTÃO DE CRÉDITO E SUAS OPORTUNIDADES NA INTRODUÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR

**Autores:** Fábio Cantuária Ribeiro e Flavia Renata Teles Drumond

**Título:** IMPACTO DA FEIRA LIVRE COMO CANAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA-MG

**Autores:** Fábio Cantuária Ribeiro; Josana Maria de Jesus Nunes; Lauro Henrique Santos e Maxssuel Victor Ferreira Dias

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** INVESTIMENTOS EM TÍTULOS PÚBLICOS

**Autores:** Fábio Cantuária; Luana Emanuelle Soares Monção; Bárbara Nogueira Borges; Higor Felix Souza e Silva; Murilo David Mendes Lourenço e Pabula Patricia Mereles Veloso

**Título:** INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA DA APODEN NO MERCADO DE TRABALHO

**Autores:** Janine Moraes Pereira; Fábio Cantuária Ribeiro e Geraldo Wagner Soares de Oliveira

**Título:** ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRESA ALFA

**Autores:** Janine Moraes Pereira; Josenilde Mendes Oliveira; Bruna Cristine Santos Mendes e Karla Mariana Correa Abreu

**Título:** QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT): UM ESTUDO NA EMPRESA CORPUS COSMÉTICOS EM JANAÚBA-MG

**Autores:** Janine Moraes Pereira; Márcia Jusciele Lopes; Mariana Ramos Alves Nascimento e Silas Auro de Oliveira Carvalho

**Título:** PERFIL E PRÁTICA DA GESTÃO DE PESSOAS EM JANAÚBA

**Autores:** Janine Moraes Pereira e Samara Rosiane Ferreira Nascimento

**Título:** IMPACTOS DE MÉTODOS AVANÇADOS DE GESTÃO: *BALANCED SCORECARD* EM PEQUENAS EMPRESAS DE JANAÚBA – MG

**Autores:** Lucas Tiago Alves Dias e Simone Tiêssa de Jesus Alves

**Título:** O AUTO DA COMPADECIDA: uma análise crítica da representação social do empreendedor

**Autores:** Lucas Tiago Alves Dias e Felipe Fróes Couto

**Título:** ESTUDO DA INADIMPLÊNCIA DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS DE IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA EM 2018

**Autores:** Michelly Martins Ferreira; Diane Kelly da Silva; Luana Emanuelle Soares Monção; Bárbara Nogueira Borges; Luiz Miguel Andrade Pereira e Ailton Gabriel Gonçalves Batista

**Título:** LETRAMENTO ACADÊMICO NA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG

**Autores:** Samara Pereira Baleeiro Rocha e Luana Emanuelle Soares Monção

## **Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG**

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL NA VISÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG

**Autores:** Welliton Roque Santos; Bruno Alves Aguiar; Deovanio da Silva Moreira e Liliane Lopes Cardoso

**Título:** MARKETING DE SERVIÇOS NO MERCADO EDUCACIONAL SOB ÓTICA DO CORPO DISCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FAVAG

**Autores:** Welliton Roque Santos; Flávia Oliveira Santos; Elizângela Mendes Conceição Brito; Kamilla Borges e Naiane Silva Bispo

### **Arquitetura**

**Título:** HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR: a influência dos elementos no processo de recuperação dos pacientes

**Autores:** Lucas Cavalcante e Ester Romena dos Santos Costa

**Título:** ANÁLISE DO CONFORTO ACÚSTICO NO MONTES CLAROS SHOPPING CENTER: um estudo de caso

**Autores:** Lucas Cavalcante Assis e Fabiene Débora Oliveira Santos

**Título:** TRANSFORMAÇÃO DE VAZIOS URBANOS EM ESPAÇOS PROVIDORES DE CONVÍVIO SOCIAL E RESGATE DA MEMÓRIA DOS MORADORES DA CIDADE DE JANAÚBA (MG)

**Autores:** Lucas Cavalcante e Jane Kelly de Souza Silva

**Título:** CEMITÉRIO VERTICAL CONTEMPORÂNEO

**Autores:** Lucas Cavalcante e Karolynne Caires Soares Cangussu

**Título:** OS INCÔMODOS ACÚSTICOS EM APARTAMENTOS: uma revisão bibliográfica

**Autores:** Lucas Guimarães Cavalcante de Assis e Tatiane Martins Reis Cunha

**Título:** AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM ÁREAS DE LAZER ECOLÓGICO NA CIDADE DE JANAÚBA E NOVA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA ESSAS ÁREAS

**Autores:** Maria Isabela Silva Mendes e Luciana Cardoso Nogueira Londe

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** ANÁLISE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO - estudo de caso em edifício de ensino

**Autores:** Pedro César Almeida e Gabriela Mendes Machado Soares

### Ciências Contábeis

**Título:** RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um estudo em empresas de Janaúba-MG.

**Autores:** Arley Figueiredo Portugal e Danilo Tiago Antunes Medeiros

**Título:** A POLITICA FISCAL E A ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2019

**Autores:** Fabio Cantuária; Ailton Gabriel G. Batista; Daniel Santos Almeida; David Patrick R. Souza; Henrique Borloni Rosa e Luiz Miguel A. Pereira

**Título:** A CONTABILIDADE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Ana Kelly R. Pereira e Márcia Geórgia D. Barbosa

**Título:** PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: análise e aplicação dos princípios no dia a dia da empresa x

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Danilo Tiago Antunes Medeiros; André Vieira Nascimento e Denison de Oliveira Antunes

**Título:** A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ORGANIZAÇÕES

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Andrêssa Fernanda Pereira Silva; Hellen Daiana Borges dos Santos e Layla Gonçalves de Souza

**Título:** CONTROLE INTERNO: uma ferramenta para gestão empresarial

**Autores:** Jônatas Percídio Silva Alves; Bárbara Nogueira Borges e Diane Kelly da Silva

**Título:** O AVANÇO DA TECNOLOGIA NA ÁREA CONTABIL: salvamento em nuvem

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Bruna Tainá Silva Santos; Danilo Tiago Antunes Medeiros e Eric Felipe Mendes de Limas

**Título:** COMPLIANCE: um estudo de caso nos cursos de administração e ciências contábeis

**Autores:** Jônatas Percídio; Carlos Júnior Batista Miranda; Cássio da Silva Mendes; Danilo Tiago Antunes Medeiros; Tamires Emiliane Soares de Almeida

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO: um estudo de caso na empresa x

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Danilo Tiago Antunes Medeiros e Hellen Daiana Borges dos Santos

**Título:** ÉTICA PROFISSIONAL: Transparência e os desafios

**Autores:** Jônatas Percídio S. Alves; Hellen Daiana Borges dos Santos e Layla Gonçalves de Souza

**Título:** PRÁTICA CONTÁBIL: contando com a ética

**Autores:** Rosilene Gonçalves C. Rodrigues; Jonas Fernandes Alves Carvalho e Nayara Rosa Ferreira

**Título:** UM ESTUDO QUANTO À UTILIZAÇÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO GORUTUBA (MG)

**Autores:** Rosilene Gonçalves Costa e Nayara Rosa Ferreira

### Direito

**Título:** SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE CAÇAREMA

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Alexandre Soares; Amanda Santos da Silva ; Danúbia Micaella; Débora Borém; Gercyara Rafa Silva; Hiago Gabriel Almeida Lopes; Welbert Cantuária, José Adão

**Título:** CONCUBINATO E SEUS EFEITOS CIVIS

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Ana Karoline dos Santos

**Título:** ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS REFLEXOS

**Autores:** Ana Paula Getúlio Dornelles da Rosa; André Felipe Machado Costa; Andreza Neris de Souza; Daniele Oliveira Silva; Gabriel Henrique Silveira Dias; Kamila Gomes da Silva

**Título:** BARRIGA DE ALUGUEL: o Corpo como Capital

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Angélica do Carmo Granada; Débora Cristina Alves Santos; Karlla Mayara de Oliveira; Lucca Menezes Oliveira; Maria Fernanda Lopes; Samara Vitória Martins Medeiros

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** UMA NOVA VISÃO DE PARENTESCO: a multiparentalidade

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Aniele de Souza Santos; Ingrid Thaís Durães Pereira; Juliana M. G de Moraes; Lorena káren R. Costa; Vitor B. da Silveira

**Título:** PATERNIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: multiparentalidade

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Elton Manoel Menezes; Íngride Gonçalves Veloso; Luana Mendes Vasconcelos; Marcelo Ferreira Dias; Marcos Henrique Silveira Farias; Nilva Alves de Sá

**Título:** A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA EM JANAÚBA FRENTE O (DES)CONHECIMENTO DA NORMA

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Barbara Lourenço Lima; Larissa Karine da Cruz Aguiar; Wesley Winicius Santana Teixeira; Wellington Santana Teixeira

**Título:** REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Autores:** Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Pedro Henrique Menezes; Deniza Ferreira Costa

**Título:** A FALTA DE ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA NAS VIAS PÚBLICAS DE NOVA PORTEIRINHA

**Autores:** Carlos Eduardo Serapião Aguiar; André Felipe Machado Costa; Elton Manoel Menezes; Luana Mendes Vasconcelos; Mahatma Soares de Oliveira; Maria Gabrieledos Santos; Nilva Alves de Sá

**Título:** O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: uma análise no Período Gestacional

**Autores:** Carlos Eduardo; Débora Lorrane Dias Santana

**Título:** INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

**Autores:** Andra Ferreira de Souza Caldeira; Diana Pereira Silva; Ester Cardoso Guimarães; Fernanda Queiroz de Souza; Talita Indaiá Batista Santos; Fabio Cantuária Ribeiro

**Título:** A INCLUSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DEFICIÊNCIA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO BRASIL

**Autores:** Francielle da Conceição Drumond Figueiredo; Ana Cristina Chaves; Bruna Daniele Silva Brito; Jéssica Oliveira Santos; Monalisa dos Santos Viana Dias; Natan Soares Pereira



## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Autores:** Francielle Da Conceição D. Figueiredo; André Felipe Machado; Bruna Soares Ribeiro.

**Título:** ACESSIBILIDADE NA AVENIDA MANOEL ATHAYDE (NO CENTRO URBANO JANAUBENSE)

**Autores:** Francielle da Conceição Drumond Figueiredo; Gabriela Batista da Silva; Maria Heloisa Miranda de Souza; Stefany dos Santos Costa

**Título:** REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: aspectos relevantes

**Autores:** Jarbas Soares Rocha; Amanda Cristine da Silva; Bárbara Tielen Teixeira Dias; Diôgo Murylo Santana Dantas; Kelle Raiane Silva Bispo; Mônica Oliveira dos Santos

**Título:** ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JANAÚBA: a Importância e os riscos envolvidos

**Autores:** Jarbas Soares Rocha; Ingrid Thaís Durães Pereira; Ingride Gonçalves Veloso; João Victor Henrique Silveira; Lorena káren R. Costa; Vítor B. da Silveira

**Título:** ARBITRAGEM: a utilização da arbitragem na solução de conflitos condominiais e a aceitação de cláusula arbitral por novo morador.

**Autores:** Marcos Paulo Oliveira de Jesus; Ana Karoline dos Santos

**Título:** EVASÃO FISCAL: uma fuga da tributação

**Autores:** Michelly Martins Ferreira; Kayque Pedro Rodrigues

**Título:** LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO E A EFETIVIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

**Autores:** Reinaldo Silva Pimentel Santos; Barbara Lourenço Lima; Larissa Karine da Cruz Aguiar; Maria Fernanda Lopes; Wesley Winicius Santana Teixeira; Wellington Santana Teixeira

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DA CIDADE DE PORTEIRINHA - MG: a qualificação dos profissionais da educação

**Autores:** Simone Lopes Machado; Aline Maria Rodrigues; Cristina Jhulli Soares Xavier; Elisângela Rodrigues dos Santos

**Título:** INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO À LUZ DA LEI DE COTAS

**Autores:** Simone Lopes Machado; Flavia Pereira Trancoso; Gabriel Ladeia Santana; Isabella Victória de Oliveira Conrado; Pedro Walber Ramos Barbosa; Luiza Eduarda Barbosa Alencar

**Título:** OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA EFETIVAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Autores:** Troy Steve Ribeiro; Karoliny Alves; Cláudia Souto; Edilene Santos; Renata Meira Martins

### Enfermagem

**Título:** A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS NO PLANEJAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA

**Autores:** Ariela Mota Ferreira; Isabela Monção Araújo; Isabelle Crisóstomo Alves de Sá; Ana Clara de Jesus Santos

**Título:** BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS MESES DE VIDA PARA O BEBE E NUTRIZES: revisão integrativa

**Autores:** Edilene Santos Silva; Izadora Souza Mendes Siqueira

**Título:** AS DIFICULDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ACESSO A SAÚDE PÚBLICA: um estudo de caso em uma UBS de Janaúba.

**Autores:** Fábio Cantuária Ribeiro; Debora Janielli Maria de Jesus; Luciene Soares Madureira; Rodrigo Santiago M. Nogueira

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** ENFERMAGEM EM CASA NO CUIDADO AOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS, HIPERTENSÃO E CHAGAS: Relato de experiência

**Autores:** Carla Daniele Pereira Gonçalves; Elisvânia Costa Rocha; Joyce Tatiane Medeiros da Silva; Selma Rodrigues Soares; Wanderson Alves da Silva; Ingredy Carolline de Jesus Santos

**Título:** DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: revisão integrativa

**Autores:** Ellora Dana de Sousa Pereira; Ingredy Carolline de Jesus Santos

**Título:** PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA ENFERMAGEM: capacidade de expansão e autonomia profissional

**Autores:** Tamara Pereira da Silva; Patrícia Fernanda Lopes Dias; Ingredy Carolline de Jesus Santos

**Título:** SEMANA DE ALEITAMENTO MATERNO DA FAVAG E I RODA DE CONVERSA: um relato de experiência

**Autores:** Poliane Osmira Rodrigues Sakon; Ana Patrícia Antunes Ribeiro

**Título:** AVALIAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO DE CRIANÇAS CADASTRADAS NAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA PORTERINHA – MG

**Autores:** Lucas Santiago Barbosa Durães; Poliane Osmira Rodrigues Sakon

**Título:** AS ADVERSIDADES ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE MINERAÇÕES

**Autores:** Suzane Ariádina de Souza; Gessica Mayara dos Santos

**Título:** GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: um papo direto com as adolescentes da escola estadual mauricio augusto de azevedo na cidade de Janaúba-MG

**Autores:** Suzane Ariadna; Patrícia Fernanda Lopes Dias; Nardielle Tandara Santos Costa; Karine Stefane Santos Gonçalves; Solange Faustina de Jesus; Milly Dayane Gonçalves

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** RELATO DE EXPERIENCIA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE AS MANOBRAS DE PRIMEIROS SOCORROS.

**Autores:** Suzane Ariadna Souza; Talita Antunes Guimarães; Fatieli Rodrigues Ramos; Gabrielly Gomes Da Silva; Handressa Cristina Faria Mendes; Maricelle Tamiris Oliveira; Stéfani Luiza Xavier Santos

**Título:** USO DA SIMULAÇÃO REALISTICA NO ENSINO DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM SOBRE O TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO-TCE.

**Autores:** Suzane Ariadna de Souza; Talita Antunes Guimarães; Gleice Fernandes Santos; Jainny Izadora Soares; Lorrane Mendes de Oliveira; Lucas Santiago Barbosa Durães; Luma de Jesus Morais; Patrícia Batista de Oliveira

**Título:** CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS EM UMA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DE JANAÚBA- MG

**Autores:** Suzane Ariadina de Souza; Talita Antunes Guimarães; Tamara Pereira da Silva; Geane E. Santo de Souza; Neurislaine Maria Souza; Bruna Leticia Santos Cruz; Gustavo Henrique Pinheiro; Débora Jordana Chaves Neves

**Título:** PREVENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO AMBIENTE ESCOLAR: relato de experiência

**Autores:** Suzane Ariádina de Souza; Tamara Pereira da Silva; Geane E. Santo de Souza; Neurislaine Maria Souza; Bruna Letícia Santos Cruz; Gustavo Henrique Pinheiro; Débora Jordana Chaves Neves

**Título:** A IMPORTÂNCIA DO LAZER PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM UMA CIDADE NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Autores:** Talita Antunes Guimarães; Anna Carolyn Cardoso

**Título:** O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA SOBRE DOENÇA DE ALZHEIMER

**Autores:** Suzane Ariádina de Souza; Talita Antunes Guimarães; Alexandra Vasconcelos Batista; Carla Jordana Nogueira Nunes; Dimalton Fabio Borges; Valquiria Fernanda Rodrigues de Souza; Vanessa Teixeira da Silva

## Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS RESIDENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE UMA CIDADE DO NORTE DE MINAS GERAIS

**Autores:** Talita Antunes Guimarães; Joselane Ferreira da Silva; Luma de Jesus Moraes; Anna Carolyn Cardoso

### Engenharia Civil

**Título:** PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE JANAÚBA SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

**Autores:** Arley Figueiredo Portugal; Jeanderson Alves Costa

**Título:** ANÁLISE DO ÍNDICE DE PERDAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

**Autores:** Arley Figueiredo Portugal; Cássio Gonçalves; Marina Gonçalves; Rosemere Silva; Welton Santos

**Título:** MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

**Autores:** Inácio Santiago de Oliveira Queiroz; Anna Clara Gonçalves Santos

**Título:** DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE APLICAÇÃO TECNOLÓGICA EM LABORATÓRIOS E ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DE CONCRETO (CONCRETEIRAS): gestão e rastreabilidade

**Autores:** Inácio Santiago de Oliveira Queiroz; Cássio Alvarenga Gonçalves; Gutemberg Mendes Martins

### Pedagogia

**Título:** ANÁLISE DOS ERROS MATEMÁTICOS DOS ALUNOS DO 7º ANO EM EXPRESSÕES NUMÉRICAS: UM ESTUDO DE CASO

**Autores:** Zulma Ferreira de Souza; André José Pereira; Deliane Ferreira de Paula

## **Trabalhos Orais apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG**

**Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2019.**

**Título:** LETRAMENTO DIGITAL NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA), NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL E À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO

**Autores:** Zulma Ferreira de Souza; Eliana Juvêncio Cardoso Barbosa; Silvanete Norte Brito

**Título:** METODOLOGIA ATIVA: a resolução de problemas como recurso para o ensino da matemática na educação básica

**Autores:** Zulma Ferreira de Souza; Wagner Leandro Braga Caires